

Alarcon Agra do Ó



Velhices Imaginadas

Neste texto se faz uma história cultural da velhice, tomando-a como construção social e simbólica. Articulando memória individual e coletiva, memória e história, este livro é um trabalho primoroso de construção narrativa da multiplicidade de experiências vistas e ditas como de ser velho, das distintas formas possíveis de envelhece^r.

Este livro, como toda valiosa obra no campo da historiografia, vem nos interrogar firmemente: o que estamos fazendo com nós mesmos? Como viemos a ser o que somos? Como chegamos a ver e dizer a velhice do jeito que dizemos e vemos? Que consequências tem para as pessoas, no seu dia a dia, esta forma de encararmos o envelhecer? O que podemos fazer para aprendermos a envelhecer, a ser velhos de maneiras distintas? Quando vamos desfazer a sinonímia entre envelhecer e não ser mais, entre envelhecer e viver no passado, na memória e da memória?

Este livro é, ao mesmo tempo, um gesto analítico, um gesto terapêutico e um gesto afirmativo, um gesto de esperança, que se possa vir a ser velho de outras formas, de outras maneiras, que se possa viver e ter vida para além da recordação e da saudade, que se possa apostar que a vida sempre poderá ser outra no futuro.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior



Editora da Universidade Federal de Campina Grande



Velhices Imaginadas
Memória e Envelhecimento no Brasil
(1935, 1937, 1945)

Alarcon Agra do Ó

Velhices Imaginadas
Memória e Envelhecimento no Brasil
(1935, 1937, 1945)

Alarcon Agra do Ó



Editora da Universidade de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – EDUFCG

EXPEDIENTE

Prof. Thompson Fernandes Mariz

Reitor

Prof. Dr. José Edilson Amorim

Vice-Reitor

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza

Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Aalisson Vito Quintans Bezerra

Editoração Eletrônica

Patrícia Aragão

Capa

Impressão:

F&A Gráfica e Editora Ltda

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Benedito Antonio Luciano	CEEI
Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo	CTRN
Profª. Consuelo Padilha Vilar	CCBS
Prof. Joaquim Cavalcante Alencar	CCJS (Sousa)
Prof. José Helder Pinheiro	CH
Prof. Onaldo Guedes Rodrigues	CSTR (Patos)
Prof. Marcelo Bezerra Grillo	CCT

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

AGRA do Ó, Alarcon. Velhices Imaginadas Memórias e Envelhecimento no Brasil (1935, 1937, 1945) – 1ª ed. – Campina Grande : EDUFCG, 2010. 252p.

ISBN 987-85-8001-024-4

I

1. História. 2. Memórias. 3. Envelhecimento. I. AGRA do Ó, Alarcon. II. Título.

CDU

EDUFCG

Campina Grande – 2010

edufcg@reitoria.ufcg.edu.br

Para Artur e Tiago, meus filhos,
alegria e amor sem limites;
para Kelly, minha esposa,
força a me lapidar, amor a me fazer feliz.

São tudo histórias, menino. A história que está sendo contada, cada um a transforma em outra, na história que quiser. Escolha, entre todas elas, aquela que seu coração mais gostar, e persiga-a até o fim do mundo. Mesmo que ninguém compreenda, como se fosse um combate. Um bom combate, o melhor de todos, o único que vale a pena. O resto é engano, meu filho, é perdição.

Caio Fernando Abreu

Sumário

Prefácio	09
Introdução: 2008 – rasgar o passado	15
Capítulo Primeiro: 1895 – instaura-se a desordem	25
Capítulo Segundo: 1935 – lembranças de um velho senhor	59
Capítulo Terceiro: 1937 – velhice, juventude e política	109
Capítulo Quarto: 1945 – o velho lembra rudezas	163
Capítulo Quinto: 2004/2008 – (uma) costura dos fios (Coda)	205
Conclusão: Além do ponto	231
Fontes e Bibliografia	236

Prefácio

A Velhice d(n)o Nordeste

O Nordeste nasceu velho, nasceu na velhice e da velhice. A identidade regional nordestina, que foi inventada nas primeiras décadas do século vinte, surge dizendo que este espaço se encontrava em estado de decadência, de declínio, emerge saudosa de melhores tempos que teriam ficado para trás. Mesmo que muitos daqueles que contribuíram para sua elaboração, com seus discursos e práticas regionalistas, tivessem pouco mais de vinte anos. Eram jovens velhos, jovens identificados com os mais idosos, saudosos e admirados de avôs e avós, sonhando em retornarem ao tempo da casa-grande e do Império. Jovens que, muito cedo, preocupavam-se com a memória, com suas memórias e daqueles que viam encanecer. Jovens que colocam suas ideias, seu trabalho, sua escrita a serviço de velhos, dos anciões que dominavam a política e a vida econômica e social desta área do país. Todos irmanados por uma certeza, por um incômodo, por uma nostalgia, por uma melancólica constatação, o tempo de ouro dos velhos e da velhice estava ficando para trás. Agora predominava o tempo do novo e da novidade, o tempo do jovem e da juventude, com sua sem-cerimônia, sua frivolidade, sua falta de experiência e paciência, com seus arroubos e espalhafatos, com sua rapidez e vacuidade, com seus desrespeitos aos mais velhos, aos que haviam construído patrimônios e fortunas, instituições e monumentos, obras e ideias.

É desta sinonímia entre velhice e nordestinidade que trata o livro de Alarcon Agra do Ó, "Velhices Imaginadas". Profundamente identificado com o tema, pois podemos dizer que o autor é também um jovem velho, com uma sensibilidade aguda para o problema do envelhecer em nossa sociedade, para o processo de construção das identidades etárias, que vêm, cada vez mais, marginalizando e inviabilizando o ser velho, já que impera, em nossos tempos, a obrigatoriedade da eterna juventude, já que devemos viver sempre na melhor idade, exigência que faz a alegria e o lucro da indústria dos cosméticos, das cirurgias plásticas, da medicina gerontológica, de todos os profissionais que prometem impedir ou retardarem o envelhecimento, Alarcon faz, neste livro, uma arqueologia desta

nossa sensibilidade reativa ao envelhecer, numa região do país que, contraditoriamente, emergiu no cenário nacional em nome da defesa do passado, da tradição, da memória, de velhas maneiras de viver, de ser, de produzir, de consumir, de morar, de brincar, de casar, de constituir família, de mandar, de governar, de festejar, de crer, de cantar e de contar, de ser e de estar.

Partindo de memórias de homens, pois estes foram os grandes construtores da região, por isso mesmo, pensada no masculino, homens que se julgavam velhos, num dado momento da vida, Alarcon vai investigar qual o conceito de velhice, qual a imagem do ser velho funciona em cada um destes textos, escritos em contextos históricos diferentes. O autor analisa, com grande sensibilidade e argúcia, quais as imagens, quais os enunciados, quais as figuras que constituem e definem o conceito de velhice e de envelhecer em distintos momentos do século XX, como o ser velho vai passando por deslocamentos de sentido e de significado, em conjunturas históricas diversas e a par, também, com a trajetória individual de cada homem que lembra, de cada homem que se diz velho e nordestino. Não há aqui a busca de uma definição genérica e abstrata do que é ser velho, do que constitui esta experiência, que Alarcon mostra ser tão particular, tão singular, embora não deixe de estar atrelada a imperativos sociais e culturais mais amplos. Neste texto se faz uma história da velhice, uma história cultural do ser velho, tomando-os, pois, como construções sociais e simbólicas. A velhice não é entendida aqui como uma condição biológica intransponível, algo definido pela natureza, pois, como vai tratar o texto de Alarcon, os personagens que aborda, os homens de que se ocupa, bem como os discursos que circulavam em torno destes homens, vão significar a natureza, o biológico, de distintas maneiras. Cada sociedade vai definir de maneira diferente o que é envelhecer e quando se envelhece, e as condições econômicas, tecnológicas, culturais, médico-sanitárias, educacionais, alargam ou não a expectativa de vida e com elas recua ou não a tênue linha que define quando se está velho, quando se envelheceu.

Falar de identidades etárias, falar de velhice é, também, tratar desta delicada questão, para nós humanos, que é a da nossa relação com o tempo e com ele a nossa relação com a finitude, com a morte. A velhice é estigmatizada, a velhice é rejeitada, justamente, quando, na modernidade, os homens estabeleceram outras formas de se relacionarem com o tempo e com a morte. A rejeição da velhice no

mundo moderno tem a ver com o fato de que esta traria a proximidade com a morte, com o fim do nosso tempo: o velho seria alguém que tem cada vez menos tempo, como se esta não fosse a condição de nós todos. A velhice marcaria o momento, também, em que, numa sociedade centrada no trabalho e na produtividade, notadamente para os homens, chegaria o momento da inatividade, da falta de utilidade. Marcaria, também, o momento de declínio físico, da impotência, da fragilidade, da doença, da solidão. Estas imagens do ser velho, que povoam o imaginário social contemporâneo, estão muito presentes em muitas das memórias tratadas aqui por Alarcon. Embora cada uma parta de um lugar social distinto, seja construída a partir de enredos diversos, elas agenciam estas imagens recorrentes sobre o ser velho, mas, contraditoriamente, vão desenhar uma idade do ouro, uma época em que ser velho não significava o que hoje significa, uma época, dizem, em que os velhos eram respeitados, obedecidos, amados, cuidados, protegidos, levados em conta em sua sabedoria e em sua autoridade, um tempo e uma sociedade em que os velhos eram os mandões, aqueles que viviam cercados de parentes, aderentes e dependentes. Esta velhice teria sido vivida na época em que o Nordeste, região que está se inventando como já estando no passado, também era poderoso, mandante, rico, altivo, respeitado, ouvido e considerado em todo país. Região agora decadente, porque desrespeitosa e desobediente à experiência e sabedoria dos velhos.

Este livro traz, ainda, uma importante reflexão sobre o lugar social da memória, sua relação com a história, sua relação com a linguagem, seu papel na construção da noção de temporalidade e das espacialidades em que nos situamos e seu lugar na construção das identidades sociais, individuais e etárias. Há aqui uma profunda reflexão sobre as artes e armadilhas do lembrar e do esquecer, do papel que desempenha a lembrança na manutenção da própria vida, na sustentação do ser que vive, na construção do próprio ser. Quando viver é lembrar, quando se julga não se ter mais vida, mesmo vivo, quando alguém se dispõe a fazer um balanço da vida, escrever um texto que avalia, meio que a distância o que viveu, o significado que tiveram suas ações e ideias, este ser se coloca no lugar do morto, se coloca como já tendo encerrado a vida, como então continuar vivendo? Não seria esta escritura, este trabalho da lembrança a própria forma encontrada de continuar vivendo, de continuar vivo, de dar sentido a um viver que se julga concluído? Não seria esta

a lógica que sustenta o próprio discurso regionalista nordestino, em que a região sempre vale a pena, sempre guarda suas maiores contribuições no passado, sempre vale pelo seu passado, pelo que já foi, por suas tradições? A memória é construtora de marcos, marcos que servem para dizer, por exemplo, quando alguém considera que sua vida acabou, ou quando começou a sua velhice, as duas coisas não necessariamente sendo consideradas como sinônimas. Em cada memória tratada aqui por Alarcon, um marco distinto para o início da velhice, para o fim da vida, para o início do ser que vive apenas da memória e na memória: o fim da vida pública, a aposentadoria, a morte da esposa ou do filho, o declínio do negócio ou da atividade a que se dedicou, a mudança nos costumes, a perda de poder e de autoridade, a doença, a substituição por outros profissionais, a crescente inadequação aos novos tempos e aos novos valores, tudo e cada um destes critérios, destes acontecimentos, podem vir a ser tomados como indícios de que a velhice chegou, de que se é velho. Articulando memória individual e coletiva, memória e história, este livro é um trabalho primoroso de construção narrativa da multiplicidade de experiências vistas e ditas como de ser velho, das distintas formas possíveis de envelhecer.

Texto incômodo, porque incômoda é a nossa relação com o envelhecimento; texto provocativo, porque nada nos provoca mais do que ler ou ouvir falar da condição de ser velho; texto poético, porque há sempre uma poética em tudo que fazemos e somos, e o envelhecer como o entardecer da existência, como o outono do existir é também poético; texto pungente, porque tende a ser lacrimosa e lacrimejante a nossa relação com o ficar idoso; texto irônico, marca da personalidade do próprio autor, porque não há maior ironia do que nascer para envelhecer, viver ao encontro da velhice sem querer nela chegar e, ao mesmo tempo, torcer para que a morte não venha antes da velhice vir; texto doloroso, por trazer e expor o desamparo da própria existência humana; mas, acima de tudo, texto que faz pensar, que faz o leitor parar para refletir sobre algo que, por ser tão incômodo, é sempre deixado para depois, é sempre invisibilizado e naturalizado: o envelhecer. Nesta naturalização e neste proposital desconhecimento, a abertura para que nossa sociedade trate tão mal os que envelhecem, que são cada vez em maior número entre nós. A publicação deste livro, se ele não tivesse tantos outros méritos, que já aponte, se justificaria por vir quebrar um silêncio atarrador,

até, bem recentemente, também marcante na academia, acerca dos velhos e da velhice, que a modernidade tentou esconder nos asilos, nas clínicas, nos hospitais, que a medicina tentou evitar, afastar para cada vez mais distante de nós, que a cosmética prometeu acabar, que a psiquiatria não cansou de dopar, que a escola não cessou de expulsar e desconhecer, que as empresas não param de preterir e demitir, que o Estado ainda finge proteger, que a mídia teima em maquiagem e esconder, que as cidades não estão aptas a acolher. Este livro, como toda valiosa obra no campo da historiografia, vem nos interrogar firmemente: o que estamos fazendo com nós mesmos? Como viemos a ser o que somos? Como chegamos a ver e dizer a velhice do jeito que dizemos e vemos? Que consequências tem para as pessoas, no seu dia a dia, esta forma de encararmos o envelhecer? O que podemos fazer para aprendermos a envelhecer, a ser velhos de maneiras distintas? Quando vamos desfazer a sinonímia entre envelhecer e não ser mais, entre envelhecer e viver no passado, na memória e da memória?

Filho de famílias que também parecem viver do passado, velhas famílias, saudosas dos velhos tempos em que casaram e batizaram, em que morriam e viviam com pompa e circunstância, Alarcon cresceu e se formou num ambiente marcado pela saudade, pela nostalgia, pela memória e pela lembrança. A começar por sua avó, narradora privilegiada da saudade dos tempos idos, vida de mulher ancorada num passado que teimava em povoar o presente, em não passar, com seus fantasmas trágicos e cômicos, com suas dores e seus amores, mulher que, ainda jovem, envelheceu. Alarcon cresceu embalado e alimentado nos braços da saudade e da velhice, foi amado e acarinhado por braços e corações que, embora jovens, se viam como velhos. Ele se fez historiador, como uma de suas velhas primas, por ter desde menino convivido com o fascínio e o peso que o passado pode representar. Ele, talvez, sem se dar conta, assumiu esta profissão para acertar contas com a esmagadora e pesada memória que se fez e se faz presente em sua vida. Aprendeu que a história não é amiga da memória, mas é aquela que a põe em questão, que a interroga criticamente, que a dilacera para que possamos pensar e construir outros tempos. Alarcon sabe, como ninguém, o peso da tradição e a tragédia da decadência e do declínio. Mas, também sabe, como ninguém, como o brilhante historiador e intelectual que é, rir disto tudo, cortar com a fina navalha da ironia

os vínculos que lhe ligavam a esta memória e a esta tradição, sem abrir mão dos vínculos de amor e afeto que também povoavam todo este universo embolorado. É com este olhar irônico e afetivo, com este olhar crítico e terno, que olha para os homens que, como os de sua família, que como ele, um jovem envelhecido - talvez por terem sido os velhos e as velhas suas maiores e melhores companhias ao longo da vida, com quem aprendeu toda sabedoria que tem no próprio viver, com quem possivelmente aprendeu a ser aquilo que superlativamente é: gente, ser humano da melhor qualidade - um dia se sentiram envelhecer, se perceberam velhos e tiveram que dar sentido a este fato, tiveram que com ele lidar, com ele conviver. Este livro é, ao mesmo tempo, um gesto analítico, um gesto terapêutico e um gesto afirmativo, um gesto de esperança, que se possa vir a ser velho de outras formas, de outras maneiras, que se possa vir a ser nordestino de outro modo, que se possa viver e ter vida para além da recordação e da saudade, que se possa apostar que a vida sempre poderá ser outra no futuro.

Convido os leitores para que desfrutem deste livro inteligente, desafiador, de agradável leitura, amparado numa vasta bibliografia e num aparato teórico e metodológico atual e muito bem utilizado. Espero que o leitor se deixe aliar com este livro, que deixe voar sua imaginação, que ele seja um tônico, um viagra para sua inteligência e para sua potência criativa, que ele seja um ótimo estímulo para a produção de novos textos e adoção de novas atitudes sobre e para com os velhos e a velhice. Que criemos e vivamos num Nordeste sempre novo, mas que respeita e trata bem os seus velhos.

Natal, 17 de janeiro de 2009.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Introdução

2008 – rasgar o passado

**Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje (...).
Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível.**

Michel Foucault,
A Ordem do Discurso

Apresentação

Livros contam histórias e fazem a história; livros descrevem o mundo e inventam geografias. Outros as repetem, as reinventam, e aí alguma coisa nova se insinua, acabando por tornar-se, ela também, numa história contada, numa geografia fabulada.

Os livros constroem mundos e os nomeiam, definindo o que é da natureza e o que é da cultura, quais as posições legítimas e quais as que implicam no anátema; abrem caminhos e impedem trajetos, fazem o leitor ou o personagem se sentir acolhido ou estrangeiro, incluem e excluem. Condensam fluxos infinitos: livros inventam mundos, que se libertam do papel e se transformam em carne e sangue: em gente, sentimentos e decisões.

Partindo deste respeito pela palavra, o presente estudo é, nos seus limites precisos, a exploração de algumas das formas pelas quais, num certo conjunto de textos, algumas histórias foram contadas e algumas geografias foram imaginadas, especialmente acerca de uma experiência singular e de alguns dos seus protagonistas e de suas trajetórias. Trata-se, aqui, de uma história da velhice, tal como contada em alguns relatos memorialísticos.

Ora, o velho é um personagem dos mais significativos da história brasileira da passagem do século XIX para o XX – e a sua figura, objeto de um grande número de deslocamentos e de reinvenções, atravessou o tempo desde aquela época com grande

vitalidade. No presente, inclusive, parece que a velhice é uma das dimensões mais relevantes da nossa experiência social, sendo ela objeto de problematizações nos mais variados espaços e práticas, da medicina à literatura, da sociologia à enfermagem, da psicologia à fisioterapia, e mais além.

É preciso, no entanto, ter o cuidado de refinar algo do que foi dito acima. Quando digo que a velhice, e seu protagonista mais imediato, o velho, fazem parte da primeira cena da nossa história nos últimos cem anos, o que quero acentuar é que algo, a que se deu o nome de velhice, vem sendo transformado em objeto de atenção privilegiado de um sem número de práticas de saber e de poder. A construção desta nova modalidade de existência tem a sua história: ela foi possível em meio a certas condições, emergiu sob certas formas, sua aparição trouxe consigo a possibilidade de certos efeitos, muitos dos quais efetivamente se materializaram em gestos, leis, normas, palavras, profissões, formas de viver, amar e morrer. A emergência da velhice, nos termos que acabei de mencionar, esteve ligada a eventos de diferentes ordens, tais como, por exemplo: a configuração dos campos da geriatria e da gerontologia; a invenção do asilamento específico para velhos; a construção de dispositivos públicos de financiamento do não-trabalho do idoso, entre os quais a política de aposentadorias e pensões.

Atravessando a tudo isto, deu-se a construção de uma singular interpretação da história do ocidente, de acordo com a qual a modernização capitalista teria trazido consigo um deslocamento do papel do velho na sociedade. Ao mesmo tempo em que ali se praticava uma naturalização da velhice, ela sendo tomada como uma experiência universal da humanidade, dava-se também a afirmação da crença de que nas sociedades tradicionais o velho era respeitado, enquanto o contrário se dava quando da instalação das regras de sociabilidade capitalistas, urbanas, modernas. Era a invenção da idéia de uma “Era de Ouro” da velhice.

Entre as práticas culturais de maior destaque na construção da velhice, tal como descrito acima, ressalta-se a literatura, pelo seu condão de alargar o campo dos possíveis e de encenar as tensões e os fantasmas de sua época. No campo literário, considerando-se particularmente o período tomado no presente estudo, qual seja, a época entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX, destaca-se o papel da literatura de cunho memorialístico como

ambiente de imaginação e de problematização da experiência do envelhecimento. Restringindo ainda mais o território sobre o qual lanço meu olhar, posso adiantar que, no corpus ampliado da literatura memorialística brasileira produzida ou referida à passagem do século XIX para o XX e às primeiras décadas deste último, ainda mais dedicada a pensar a velhice foi a escrita das lembranças de autoria de letrados nordestinos.

Quando digo “letrados nordestinos”, estou me referindo a um conjunto de autores que, vivendo no antigo Norte do Brasil, comprometeu-se com a invenção histórica da região Nordeste do Brasil, tal como é estudado na historiografia composta ao redor do nome de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Aqueles sujeitos, escrevendo suas memórias, estabeleceram como poucos, naquele momento peculiar da história do país, uma narrativização de si e da velhice que acabaria por impactar longa e densamente a compreensão que se pôde configurar no país e, especialmente, na nova região, acerca dos sentidos do envelhecer e do ser velho.

Especialmente, aqueles letrados, nas suas memórias, emprestaram uma força notável à idéia da “Era de Ouro” da velhice, contribuindo assim para a disseminação de uma perspectiva acerca do envelhecimento humano que ainda no presente se mostra eficaz e produtiva, apesar de críticas as mais variadas, oriundas de diversos setores da sociedade e do pensamento.¹

Aquela literatura, ao seu modo, contribuiu para a instauração, na sensibilidade brasileira – e, especialmente, nordestina – de uma versão acerca da velhice atravessada pela idéia de que ser velho no ambiente instaurado pelo capitalismo seria quase uma impossibilidade, aos seus personagens só restando o culto ao passado. Ocorre, entretanto, que a memória foi utilizada, então, como uma estratégia de reinvenção das subjetividades, tornando-se o território da experimentação de uma velhice (ainda) ativa.

Para aqueles literatos, no seu presente apenas a prática da memória guardava alguma legitimidade, no rol do que era possível aos velhos como ação no mundo. Tudo o mais lhes parecia interdito

¹ Cf., entre outras referências possíveis, os trabalhos inspiradores de: DEBERT, Guida Grin. *A reinvenção da velhice*. Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da UNESP; FAPESP, 1999; GROISMAN, Daniel. *A infância do asilo*. A institucionalização da velhice no Rio de Janeiro da virada do século. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UERJ, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva., 1999.

– e, se eles por acaso, quisessem romper com o isolamento a que haviam sido submetidos pelas forças incontroláveis da história, só possuíam dois caminhos possíveis. Um consistia na negação do seu ser, colonizando o seu corpo com as marcas da valorizada juventude; outro consistia na sua transformação em testemunhas do passado, vozes capazes apenas de uma interlocução com o presente estabelecida pelo gesto de olhar sempre, sempre, para trás.

Foi construída, ali, uma relação com a vida e com a morte: para viver na ordem capitalista, que parecia ser o único horizonte visível, o velho precisaria optar pela dissolução de si numa imagem identitária sabidamente falsa, que mais cedo ou mais tarde seria desmascarada, ou pelo retrabalho de si no mar nebuloso e fugidio das lembranças, repositório de saberes e práticas a cada dia mais desinteressantes, a cada dia menos valorizados, mas ainda prenhes de surpresas e de encantamentos. Se, para a sensibilidade moderna, envelhecer era morrer, talvez a atualização no presente de um rosto esgarçado pelo tempo pudesse ser uma alternativa – uma forma criativa de contornar as asperezas da atualidade em nome da vontade de, ainda mais uma vez, viver.

* * *

A proposta do meu estudo, mais especificamente, é a de colocar em perspectiva (ao historicizá-la) uma relação experimentada no presente, em certos espaços, como algo *natural*; penso aqui os laços entre as experiências do envelhecimento e as práticas do lembrar e do esquecer. Estes laços são explicitados, *hoje*, no âmbito de práticas de saber e de poder, o que acaba implicando em efeitos não apenas variados, mas, principalmente, bastante pregnantes.

A racionalidade médica que Madel Luz nomeia como “ocidental” coloca o indivíduo velho no território da saúde quando sua memória é preservada; ela o relega aos campos marginais da doença quando sua memória é considerada frágil. O caso mais grave parece ser o dos indivíduos acometidos por alguns dos males hoje agrupados sob o manto do Mal de Alzheimer. A racionalidade médica que Madel Luz toma por “oriental”, no presente em franco crescimento no Brasil, também não deixa de vincular a velhice à memória e/ou ao esquecimento, notadamente pelo seu recurso à idéia de que boa parte dos saberes curativos deriva de uma experiência ancestral que

é trazida à tona e preservada justamente pela recordação dos mais antigos.²

No caso das ciências humanas e sociais, o cenário é tão, ou mais, denso do que o que acabei de citar. Desde a constituição desse campo, academicamente falando, os indivíduos nomeados como velhos são considerados como testemunhas e depoentes privilegiados.³ As humanidades, em geral, parecem pouco interessadas em pensar que o gesto de tomar alguém como “uma memória viva” de algo é, por si só, um gesto carregado de intencionalidades.⁴ Há produção de subjetividade, aí.⁵ Trabalhos, para citar apenas dois autores e uma abordagem, como os de Gisafran Jucá e de Ecléa Bosi, além de boa parte do que se realiza como sendo “história oral”, elidem a sua contribuição ao jogo identitário que amarra a velhice ao passado (ou a um olhar deslocado em relação ao presente) ao tornar o indivíduo velho apenas numa máquina produtora de recordações e/ou de silêncios.⁶

Com relação, mais especificamente, à história oral, cabe ressaltar que, passando ao largo de sua complexidade e de sua multiplicidade de formas, pode-se pensar que nos seus campos e canteiros ainda não são suficientemente freqüentes estudos que realcem o compromisso daquela prática de saber em instituir (e não apenas tornar visíveis) espaços identitários.⁷ Há, sabe-se, uma

² Cf. LUZ, Madel T. *Natural, racional, social. Razão médica e racionalidade científica moderna*. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec, 2004.

³ Ao avesso deste vínculo, poderia ser lido: LINS, Daniel. Esquecer não é crime. In: _____, et alii. (orgs.) *Nietzsche e Deleuze. Intensidade e paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 45-61.

⁴ O que já foi apontado por: GROISMAN, Daniel. O lobisomem e outras histórias: memórias de velhos da Favela da Mangueira. In: LEIBING, Annette & BENNINGHOFF-LÜHL, Sibylle. (orgs.) *Devorando o tempo*. Brasil, o país sem memória. São Paulo: Ed. Mandarim, 2001, p. 180-189.

⁵ Cf. GUATTARI, Félix. *Caosmose*. Um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

⁶ Por exemplo: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; JUCÁ, Gisafran Nazareno Motta. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 2003.

⁷ Devo observar que a problematização das contribuições de Henri Bergson e Maurice Halbwachs, freqüentes entre os estudiosos da memória e da história oral, tem se mostrado fértil em discussões quanto aos jogos de identidades implicados naquelas práticas de saber e poder; o que aponto como lacuna é a ausência de explicitação do compromisso dos projetos investigativos na delimitação (no sentido do estreitamento) do rosto de quem

série variada de trabalhos que abordam as vozes de indivíduos já previamente associados a certas experiências de identificação; há, ainda, um notável esforço em se discutir os modos pelos quais são organizados os conjuntos de pessoas que serão transformadas em colaboradores.⁸ Entretanto, está aberto o espaço para quem deseje pensar, a partir dos próprios movimentos de saber e de poder acionados quando da execução de projetos de história oral, o quanto eles contribuem, socialmente, para a condensação de aspectos das trajetórias, em detrimento da possibilidade do indivíduo de *delirar* em torno das imagens cristalizadas sobre si mesmo.⁹

Escritas de si praticadas por autores como Norberto Bobbio ou Claude Olievenstein, textos que acabaram por se transformar em clássicos, como o estudo de Simone de Beauvoir sobre a velhice, trabalhos nas áreas da sociologia, antropologia, psicologia e, mais incisivamente, nas áreas da geriatria e/ou gerontologia, filmes, textos literários – é quase infinita a lista dos lugares de enunciação nos quais e graças aos quais se naturaliza o embaralhamento entre a velhice e as recordações (ou o seu embotamento). Ali, de formas variadas, é acionada a idéia de que envelhecer é tornar-se portador de uma memória que, quanto mais firme e traduzível em relatos, mais funciona como indicadora da condição saudável e cidadã do indivíduo – e, quanto mais frágil, mais implica na conversão da pessoa em doente, em pária.¹⁰

lembra. Um estudo, entre outros, abre possibilidades nesta direção: POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212. Há, também, muito o que se pensar, quanto a isso, em: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996; e, mais recentemente, no dossiê apresentado em: CLIO, Revista de pesquisa histórica, n. 24, 2006.

⁸ Por exemplo: ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005 (esp. p. 31-35); CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história*. Para ler a história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1999 (esp. p. 90-95); MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

⁹ No sentido do que estou pensando, parece ser o caso de: DELGADO, Andréa. A história oral e as relações autor-personagem da narrativa biográfica. História Oral, n. 3, junho 2000, p. 129-140; RESENDE, Selmo Haroldo de. Abordagens biográficas e Foucault. Nêho-história número I, Novembro 1999, p. 59-70. Vale conferir, ainda, os estudos reunidos em: FEITOSA, Charles & BARRENECHEA, Miguel A. (orgs.) *Assim falou Nietzsche II*. Memória, tragédia e cultura. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

¹⁰ BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória*. De Senectute e outros escritos autobiográficos. Rio

Uma tensão que atravessa o corpo velho condenado à memória (ou ao esquecimento), de acordo com as vozes e as práticas que mencionei rapidamente acima, consiste na atualização mais ou menos explicitada da idéia de uma “Era de Ouro” da velhice. Ao dar a voz aos velhos, profissionais da saúde ou da pesquisa social, ou, mesmo, indivíduos automeados como idosos e, ainda, os protagonistas das artes em geral, parecem quase sempre particularmente sensíveis a uma mesma leitura de mundo, pela qual o velho aponta seu passado como idealizado, enquanto executa uma avaliação crítico-melancólica em relação ao presente.

Na recusa à planície ali configurada, ou seja, no estranhamento em relação àquela estabilização singular de sentidos, se exercita um dos papéis da história: o de fraturar as certezas, incitando a pensar a distância que nos separa de nós mesmos. Se, na atualidade, o indivíduo nomeado como velho tem presa a si a corvêia de uma memória que, presente, o legitima e, ausente, o torna vítima provável da medicalização mais intensa ou do apagamento dos seus direitos mais elementares, cabe ao historiador chamar a atenção de todos – e dele mesmo – para a urgência em se apontar o quanto tais laços são apenas invenções humanas. Cabe ao historiador fazer ver o quanto as políticas de verdade que são acionadas nos seus materiais de estudo são apenas a condensação de disputas em torno do sentido, numa série de batalhas que, dando-se nos discursos e através dos discursos, os atravessam, emergindo dali as condições históricas de possibilidade para modos singulares de interpretação e de experimentação do mundo.¹¹

As formas do dizer

Busco destacar, nas páginas a seguir, os modos particulares pelos quais os memorialistas que estudo, no limite de sua historicidade singular, deram forma, sentido, cor, movimento – vida – a tais questões, e a outras, tantas.

Leio aqui três títulos da memorialística nordestina – após uma de Janeiro: Elsevier, 1997; OLIEVENSTEIN, Claude. *O nascimento da velhice*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. Cf. BRITTO DA MOTTA, Alda. et alii (orgs.) *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

¹¹ Cf. FOUCAULT, Michel. (coord.) *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

incursão por entre as palavras de um pensador em muito comprometido com aquela literatura, pela sua condição de inventor do gênero no país e de formulador de algumas das teses mais recorrentes nas minhas fontes. Em todos os Capítulos penso os registros estabelecidos pelos memorialistas quanto à velhice, seu passado idealizado, suas relações com a memória e com o esquecimento.¹²

A cada capítulo abordo um livro – e na sua análise procuro explorar as condições históricas de sua produção e o embate singular que nele se dá em relação ao tema da minha pesquisa. Os livros são lidos na ordem cronológica de sua escrita, num gesto que pretende, ironicamente, respeitar uma tese cara a todos eles: o velho precede ao moço.

Ofereço ao meu leitor, ainda, um Capítulo que, dialogando com os anteriores, funciona como uma maquinaria de captura no já escrito de fios que me permitem a tessitura de uma visão abrangente por sobre todo o meu estudo, ao mesmo tempo propondo nós na trama e indicando algumas possíveis derivações. Ao fim, posta-se a Conclusão.

Registros da gratidão

O presente texto consiste numa versão levemente reduzida da Tese de Doutorado em História que defendi em 14 de março de 2008, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

Tanto no que diz respeito à experiência daquela formação, quanto no que toca à transformação da Tese em Livro, cabem alguns agradecimentos. O que fiz, afinal, não teria sido possível sem o apoio de uma série de pessoas. Eles e elas, cada um ao seu modo, ajudaram a fazer dos últimos anos um momento mais leve.

Sou profundamente grato aos muitos velhos da minha vida. Lembro especialmente dos meus avós – com quem aprendi tanto, de tantas formas, e de quem sinto uma saudade imensa. Tios e tias, primos e primas, próximos ou distantes, habitantes do arquipélago

¹² Quanto à imagem dos “registros”, quer como possibilidade de enunciação do objeto, quer como ferramenta para a exploração das fontes, foi fundamental a escuta e a leitura de um autor em especial, do qual cito aqui apenas um texto, pela densidade de suas idéias em relação às questões levantadas nesta nota: REZENDE, Antonio Paulo. *Cidade e modernidade*. Registros históricos do amor e da solidão no Recife dos anos 1930. Recife, PE, 2006. Dat.

da velhice, também são referências fundamentais na minha vida e na minha carreira.

Agradeço igualmente aos meus pais e à minha irmã pelos suportes múltiplos, da primeira à última hora. Do mesmo modo, sou grato aos meus sogros, que só não fizeram chover para ver a Tese pronta e publicada.

Devo mencionar também os meus amigos (alguns souberam compreender as ausências; outros ajudaram com um espaço para o sono e para a vigília), a Unidade Acadêmica de História e Geografia (discuti meu trabalho com alguns alunos e colegas, o que sempre foi bastante proveitoso), o PIATI (Programa Interdisciplinar de Apoio à Terceira Idade da UFCG), os funcionários dos locais em que pesquisei (especialmente ao pessoal do NELL/LAELL, pela competência e pela simpatia extremas), os professores, funcionários e colegas do doutorado.

Agradeço ainda aos Programas de Pós Graduação em Linguagem e Ensino e em Ciências Sociais, ambos da UFCG, pela acolhida no meio do percurso. Foram valiosas as contribuições dos colegas e dos professores José Helder Pinheiro Alves, Marta Maria dos Santos Silva Nóbrega, Gervácio Batista Aranha e Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa.

A CAPES e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFCG, com sua Bolsa, permitiram que eu experimentasse certa tranqüilidade financeira, sem a qual tudo teria sido imensamente mais difícil.

As contribuições das Bancas de Qualificação e de Defesa foram fundamentais para a construção do meu trabalho e para a minha edificação como historiador. A Antonio Torres Montenegro, Antonio Paulo Rezende, Regina Beatriz Guimarães Neto, Alda Britto da Motta e Benedita Edina da Silva Lima Cabral registro o meu agradecimento pela agradável companhia, pelas lições e pelo cuidado com que leram meu texto.

A competência, o bom humor, a confiança, o rigor e a amizade do meu orientador, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, foram o porto seguro, principalmente quando eu quase me perdia. Foi um privilégio trabalhar, mais uma vez, sob seus olhares, puxões de orelhas e gargalhadas. Agradeço ainda o seu generoso Prefácio.

* * *

O caminho até aqui foi longo, e nem sempre fácil, mesmo que tenha sido prazeroso em muitos momentos. Fui, de todo modo, beneficiado por uma série heterogênea de eventos, que me permitiram enfim realizar o sonho. Principalmente, vivo o privilégio de aprender pessoalmente que, às vezes, na vida dos homens, há quem chegue, se instale e fique para sempre, atualizando no tempo das histórias vividas o avesso da perdição.

Desejo, portanto, dedicar todos os meus esforços a três pessoas que não são simplesmente parte da minha vida; são a minha vida mesma: Kelly, minha esposa, Artur e Tiago, meus filhos. Penso que só nós sabemos o quanto tudo isso que aqui se dá à leitura nos custou e o tanto que foi investido nessa viagem de palavras. A Kelly, a Artur e a Tiago, assim, ofereço o meu amor, o meu “muito obrigado” – e o convite para que mergulhemos na vida, que é tão boa...

Capítulo Primeiro

1895 – instaura-se a desordem

Desfazer o rosto não é uma coisa à toa.

Gilles Deleuze e Félix Guattari,

Mil Platôs

Um Barão republicano

Arthur Silveira da Motta (1844-1914), Almirante da esquadra do Império do Brasil, destacou-se em relação aos seus pares ainda na Guerra do Paraguai.¹³ Considerada a sua postura em combate, bem como a sua eficiência nas missões militares e diplomáticas nas quais se envolvera, Silveira da Motta acabou por ser agraciado com o título de Barão de Jaceguay.

Acontece que o já Barão de Jaceguay, numa trajetória pouco a pouco tornada comum após os anos 1870 no Império do Brasil, aproximou-se de duas correntes, das tantas que compunham a cena dos embates políticos daquelas que seriam as últimas décadas do Império, e distanciou-se da gravitação em torno da casa de Bragança. Mesmo jamais abandonando a graciosa nomeação para o baronato, Silveira da Motta deslocou-se em relação à bússola política da Corte e mergulhou na luta pela transformação do país, assumindo idéias abolicionistas e republicanas.¹⁴

Parecia-lhe desconfortável a manutenção no trono daquele corpo ambíguo que era o de Dom Pedro II – alguém que, envelhecido prematuramente, cercava-se ora de velhos senhores ora de moços bacharéis, conciliando o que já se mostrava então como as forças do passado e as promessas do futuro. A figura do velho Imperador, cada

¹³ JACEGUAY, Arthur. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Brasil: Serviço de Documentação da Marinha, s.d.; MOTTA, Arthur Silveira da. *De aspirante a almirante*. Minha fé de ofício documentada. Brasil: Serviço de Documentação da Marinha, 1906.

¹⁴ Cf. ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 2000, vol.15, no.44, p.35-55.

vez mais visível como uma imagem de doença e de decrepitude, ainda que o próprio Dom Pedro II buscasse se cercar de avanços científicos e tecnológicos, ressoava os compromissos da Corte para com a manutenção de uma ordem que parecia a muitos letrados dos fins do século XIX como algo a cada dia mais caduco. Se, em 1840, o monarca tivera sua maioridade antecipada, num envelhecimento forçado de si mesmo, agora, passados tantos anos, a velhice do seu corpo se confundia, aos olhos de muitos, com a velhice do estado de coisas que o Império representava.¹⁵

Cumpria, era a crença de Silveira da Motta e de tantos outros, separar-se daquilo tudo para que fosse possível enfim a inauguração de um novo modo de governar o país. Para tanto, ao dever tradicional da obediência ao monarca deveria se contrapor – e sobrepor – o amor à pátria, o culto às suas possibilidades de progresso, a moralização do governo. Em suma, devia-se viver o abandono de tudo quanto parecesse o passado em nome da concretização do que parecia ser o prenúncio, quando não a realização precoce, do futuro.

Em 1888, como se sabe, aboliu-se a escravidão e, no ano seguinte, a Monarquia foi extinta no Brasil, ele se tornando então uma República de trabalhadores livres. Para o desencanto de alguns dos personagens daquelas histórias, entretanto, o que se dera ali havia sido uma mudança repleta de ambigüidades e de acomodações, mesmo que aqui e ali se houvessem estabelecido zonas de tensão e rupturas um tanto mais fundas. Do mesmo modo que sob o nome da Monarquia dos Bragança escondiam-se projetos razoavelmente variados para o país, entre os republicanos também eram encontrados desacordos eventuais, tensões, desavenças.¹⁶

Naquele cenário Silveira da Motta se lançou ao debate, através de vários textos publicados na imprensa do Rio de Janeiro, no afã de esclarecer aos seus compatriotas o que entendia ser a República. Sua meta parecia ser a de ajudar a construir o novo país com o qual sonhara, atuando como protagonista de relevo numa cena em que o conflito em torno de idéias era mais que simples figuração: era a construção de alternativas, de modos de dar sentido às experiências

¹⁵ Um texto, em especial, faz pensar sobre o estatuto político do corpo (físico) do Imperador: SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Vale conferir, também, a série de estudos reunidos em: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1898.

mais cotidianas; era, enfim, o exercício concreto do debate na cena pública, tal como sonhado pelos republicanos mais idealistas.

Num dos seus textos, publicado no *Jornal do Commercio* de quinze de setembro de 1895, sob a forma de uma Carta endereçada aos leitores, o Barão de Jaceguay chamava a atenção de todos para “O Dever do Momento”.¹⁷ Este “Dever” seria a defesa dos ideais do novo regime na sua luta ainda intensa frente aos saudosos da Monarquia e aos que tentavam transformar a República em apenas um novo meio para o seu enriquecimento pouco lícito.

Aquela carta de Jaceguay, de certa forma, condensava mais que apenas as posições políticas do seu autor. Tomada aqui, no movimento do meu estudo, aquela carta faz pensar sobre algo peculiar. Ora, defendendo a República, Silveira da Motta a igualava à própria pátria, num gesto em que as palavras e os silêncios eram igualmente densos de sentido. Eram apagadas as diferenças entre o regime e a sociedade organizada – e uma tipologia social era ali orquestrada, com um forte acento discricionário.

Quem não se aliasse aos novos ventos soprados pelo republicanismo, dizia Silveira da Motta, era inimigo do Brasil, era alguém que traía a história, a atualidade e os sonhos dos brasileiros. O país era descrito por ele como um grande bloco, como uma entidade homogênea e monolítica, em cuja superfície se mostravam algumas ranhuras que deveriam ser limadas, algumas arestas que deveriam ser aparadas.

Mais que tudo, enfim, e é neste ponto que me interessa chegar, Jaceguay distinguia os brasileiros entre duas grandes forças, antagônicas e desiguais: num lado estavam os amantes do atraso, os cultuadores de antiguidades esvaziadas de sentido pela história; no outro, estavam os arautos do progresso, os protagonistas do futuro já antecipado no presente, os homens como ele mesmo, Silveira da Motta, permanentemente envolvido com a experimentação de idéias novas ora na política ora no seu universo profissional da marinha.

Silveira da Motta atualizava, na sua intervenção política, uma tensão que a seu ver definia o embate público de sua época, e que ele pensava como sendo atravessada por imperativos inegociáveis. Cabia aos homens presos à Monarquia e aos seus vícios, de acordo com Jaceguay, a capitulação, vez que a história pertencia aos outros,

¹⁷ Cf. MOTTA, Arthur Silveira da. *De aspirante a almirante*.

indivíduos seduzidos pela potência das liberdades republicanas, pelos gestos de inovação e de redesenho do mundo trazidos à cena pelo avanço da técnica, pelo alargamento das margens da história. Em síntese, Silveira da Motta opunha um corpo social e político envelhecido a outro, moço, vigoroso, ágil, potente, capaz, lépido.

Ele não esperaria muito, porém, por uma réplica, que acabaria por vir de um antigo companheiro de algumas lutas, de um amigo que o teria em largo apreço por toda a vida, de alguém que não temeria pensar ao contrário daquelas idéias para afirmar outra narrativa – e, por conseguinte, outro diagnóstico e outra interpretação para o país.

Um Senhor cosmopolita

Pouco tempo após a aparição da carta de Jaceguay a que me referi acima foi publicado um pequeno volume em resposta às suas idéias.¹⁸ O autor era Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), pensador, político e diplomata pernambucano.

Joaquim Nabuco foi, sem dúvidas, um dos letrados mais influentes de sua geração, e sua biografia, por si só, oferece um instigante painel das relações entre cultura e política nos anos finais da Monarquia e nos anos iniciais da República. Filho de José Thomaz Nabuco de Araújo, importante político dos tempos do Império, desde cedo ele acompanhou as tensões envolvidas na cena pública. Sua “casa familiar”, diz Graça Aranha, “formara-se-lhe o ambiente da imaginação política” desde cedo.¹⁹ Referindo-se à sua mocidade, o próprio Nabuco dizia que sentia cair sobre si “um reflexo do nome paterno”, e ele se elevava “nesse raio: era um começo de ambição política que se insinuava” e que jamais seria apagada.²⁰

Em “Minha Formação”, texto composto entre 1893 e 1899, Nabuco chegou a afirmar:

Por onde quer (...) que eu andasse e quaisquer que fossem as influências de país, sociedade, arte, autores, exercidas sobre mim, eu fui sempre interiormente trabalhado por outra ação

¹⁸ NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarchistas*. Carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

¹⁹ GRAÇA ARANHA, Introdução. In. _____. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, pp. 21-86, cit.p. 21.

²⁰ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 18.

mais poderosa, que apesar, em certo sentido, de estranha, parecia operar sobre mim de dentro, do fundo hereditário, e por meio dos melhores impulsos do coração. Essa influência, sempre presente por mais longe que eu me achasse dela, domina e modifica todas as outras, que invariavelmente lhe ficam subordinadas. (...) Essa influência foi a que exerceu meu pai...²¹

Joaquim Nabuco diria, por toda a vida, ter ficado impressionado pelo compromisso sempre reiterado por seu pai entre posições que se assumiam quando da investidura de cargos na máquina do Estado e as crenças e valores que se portavam, subjetivamente, em relação ao país e ao seu povo.

O respeito pelo pai o fazia sensível à relevância, em cada presente, das lições dos protagonistas do passado, face à sua experiência e ao seu eventual rigor ético. A seu ver, deixar-se marcar pela inspiração dos mais antigos era algo que depunha a favor do “crescimento” e do “amadurecimento do espírito” do homem. Ele mesmo se ressentia de, na mocidade, não ter sido capaz de compreender a grandeza do pai, o que só lhe foi possível com a maturidade – ainda que registre que nunca, mesmo quando rapaz, deixou de admirar o velho Nabuco de Araújo.²²

Na imagem de estadista que Joaquim Nabuco elaborou do velho Nabuco de Araújo, efetivamente, estava presente uma espécie de credo ético que ele perseguiria até a sua morte. Suas bases estavam tanto na busca incessante pela coerência entre princípios e ações quanto na crença em relação ao largo impacto dos gestos públicos dos *grandes homens*. Sendo assim, as suas próprias intervenções nos debates nacionais estariam sempre marcadas pelo desejo de fazer da palavra e da ação o território de concretização não apenas de valores tornados relevantes no calor de um debate, mas, muito além disso, pelo desejo de viver a sua verdade mais íntima em todos os instantes. Sua existência, nesse sentido, pautava-se pela urgência em demonstrar um governo de si que o autorizava para a prática do governo dos outros.²³

²¹ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*, p. 119.

²² NABUCO, Joaquim. *Minha formação*, p. 119; 123.

²³ Cf. HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Campinas, SP: Papyrus, 1998, p. 35-49.

Esta verdade teria sido gestada antes, no corpo do próprio pai, e ele, Nabuco, apenas atualizaria aquele modelo ético no seu próprio tempo, infelizmente desprovido de outros como o velho Nabuco de Araújo. Não havia mais, no país que via encerrar-se o século XIX, diz Joaquim Nabuco, políticos que pudessem chamar a si a condição de “oráculo”, como tinha sido o caso daquele estadista tão consumado, e cabia tentar ocupar esse vazio, ainda que isso fosse possível apenas com a imitação e com a rememoração.²⁴

Sua vida pública, construída sempre em torno daquela baliza ética, acabou por ser das mais intensas. Buscando corresponder aos seus próprios ideais, Nabuco não temeu desafios, e explorou desde cedo diversos campos da ação cultural e política de sua época, numa estética da existência, aliás, não de todo incomum entre os letrados filhos da elite de então.²⁵

Ele se notabilizaria ao longo da vida, assim, pela carreira na advocacia, na militância política, na diplomacia, no abolicionismo e na cultura em geral, sendo, inclusive, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fundador da Academia Brasileira de Letras. Na imprensa, sua carreira foi iniciada já aos dezessete anos e jamais seria interrompida.²⁶

Nabuco conviveu, ao longo da vida, com várias das personalidades de destaque na vida cultural e política brasileira, mantendo com muitos deles não apenas relações de amizade duradouras, mas, também, farta correspondência. Além disso, conheceu diversos países, construindo suas interpretações do Brasil em muito a partir da possibilidade do olhar quase externo que a prática das viagens lhe permitia. Tornava-se o que José Murilo de

²⁴ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*, p. 125.

²⁵ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *De armazém a campo cultivável: a instrução e a formação como diferentes formas de aprendizagem e como diferentes relações com o saber e com a leitura, produzindo subjetividades e sujeitos outros*. Línguas & letras, Cascavel, v. 6, n. 10, p. 249-271, 2005; _____. *De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente*. Trajetos, Fortaleza/CE, v. 03, n. 06, p. 43-66, 2005; MORICONI, Italo. Um estadista sensitivo. A noção de formação e o papel do literário em Minha formação, de Joaquim Nabuco. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 16, n. 46, 2001.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *As duas repúblicas*. In. GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, pp. 09-18; passagens diversas.

Carvalho nomearia de “aristocrata cosmopolita”.²⁷ Na freqüentação de outras culturas buscava conhecer o que supunha serem homens célebres e povos civilizados no mais alto grau, para aprender com sua experiência e com suas tradições. Este era um gesto comum à formação da “quase totalidade dos filhos das boas famílias do século XIX” e que repetia a sua crença na relação entre a formação do homem e o seu convívio com modelos ideais.²⁸

Mesmo viajando tanto, Nabuco encontrou tempo para tornar-se autor de uma “obra volumosa, na qual se representam vários gêneros, desde a poesia e a crítica até a historiografia, a autobiografia e os escritos políticos”.²⁹ Além disso, ele deixou um conjunto notável de anotações privadas, recentemente publicadas – com as quais, aliás, sua filha, Carolina Nabuco, já havia se envolvido quando da escrita do seu “A vida de Joaquim Nabuco”, de 1928.³⁰ A prática da escrita de si e da escrita biográfica de Nabuco são exemplos do investimento dos letrados da passagem do século XIX para o XX, no Brasil, na constituição pela palavra do espaço de interioridade dos sujeitos sociais.³¹

A dedicação de Nabuco à escrita biográfica e autobiográfica pode ser compreendida como a expressão de um novo modo de relacionamento dos sujeitos para consigo, no antigo Norte do Brasil. Afinal, como já apontaram Gilberto Freyre e Evaldo Cabral de Mello, “é conhecida a raridade” de escritos íntimos “na sociedade

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. As duas repúblicas, p. 11.

²⁸ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Joaquim Nabuco e “Minha Formação”. In. MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, vol. 2, 2001, p. 219-236, cit. p. 228. Cf., tb: ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. Através do espelho: subjetividade em Minha formação, de Joaquim Nabuco. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 19, n. 56, 2004.

²⁹ MOISÉS, Massaud. Nabuco de Araújo, Joaquim Aurélio Barreto. In. _____. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2001, p. 285-286, cit. p. 285.

³⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Joaquim Nabuco e “Um Estadista do Império”. In. MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, vol. 1, 2001, p. 113-131.

³¹ Cf. GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência; MELLO, Evaldo Cabral de. (org.) *Diários de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi e Massangana, 2005; NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Um estudo que oferece pistas e reflexões valiosas acerca da “escrita de si” de Joaquim Nabuco é o texto de: ALONSO, Angela. Nabuco na intimidade. Novos estudos. – CEBRAP, São Paulo, n. 74, 2006.

escravocrata do Brasil colonial e imperial". Aqui se preencheram apenas cadernos de anotações contábeis ou destinados a um registro pontual e nada comentado dos principais eventos familiares, "no propósito eminentemente prático de dispor da correspondente informação em face da precariedade do sistema de registros públicos a cargo de párocos nem sempre cuidadosos ou competentes".³² Numa outra direção, as experimentações de Nabuco podem sem dúvida ser pensadas como obras fundadoras de novas possibilidades de problematização da trajetória subjetiva, pela sua conversão em matéria-prima para uma escrita de si que se queria mais reflexiva e menos episódica.

Cabe acentuar, ainda, acerca das práticas da escrita de si de Nabuco, que uma de suas reflexões mais freqüentes estava ligada à compreensão de que o passado era um instante dotado de uma densidade e de uma qualidade que eram interditas ao presente, o que já se mostrava, por exemplo, nos escritos sobre o seu pai.

Para Nabuco, os anos finais do século XIX, bem como os prenúncios do século XX, eram uma época demasiadamente marcada por turbulências, pela destruição de tradições necessárias à coesão nacional, por um desejo de novidades que não possuía substância alguma e que se encerrava em palavras vazias e em atitudes que levariam o país ao caos. É neste sentido que suas obras voltadas para a narração dos seus próprios feitos são vistas como relatos contundentes "do sentimento de crise que acometeu as elites imperiais no contexto republicano e a mais vigorosa defesa de um futuro pautado pela tradição brasileira".³³

Estes fios todos, de algum modo, seriam tramados por Nabuco na construção de sua réplica à carta do Barão de Jaceguay.³⁴

³² MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) *História da vida privada no Brasil 2*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 385-438, cit. p. 386 e 387.

³³ Cf. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Joaquim Nabuco e "Minha Formação", esp. p. 221; cit. p. 223.

³⁴ Cf.: FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: Record, 1943; 1987, p. 09-13; e: _____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000, p. 118. Além disso, ver: CARVALHO, José Murilo de. As duas repúblicas, p. 13; COSTA, Suely Gomes. A serração das velhas. *Labrys*, estudos feministas, número 1-2, julho/dezembro 2002.

O olhar do velho monarquista

Ora, ao deparar-se com o texto de Silveira da Motta transformado em página impressa no *Jornal do Commercio*, Joaquim Nabuco andava perto dos seus cinqüenta anos, e, de acordo com os padrões da época, já se afastara em definitivo da mocidade. Aliás, portando os cabelos e os bigodes mesclados de incontáveis fios brancos, ele se dizia naquela ocasião um homem velho, como alguém que estava mais próximo ao ontem que ao hoje.³⁵ Nesta sua auto-afirmação, ele se descrevia como sendo alguém já entrado em anos, definitivamente marcado pela saudade e pela nostalgia do passado, daquela época em que o mundo e o Brasil lhe pareciam mais semelhantes ao rosto mesmo do seu desejo e dos seus sonhos.³⁶ Nabuco atualizava, naquelas suas descrições de si mesmo, a associação, cara à passagem do século XIX para o XX, no Brasil, entre velhice e “decadência física e perda de papéis sociais”.³⁷

Ao ler o texto do seu amigo e antigo parceiro nas lutas pela Abolição, Nabuco não se conteve. Assumiu, então, mais uma vez, a identidade pública de polemista apaixonado, e compôs um breve, mas denso texto, no qual destacava as incorrespondências entre o seu pensamento e as idéias defendidas por Silveira da Motta.³⁸ Interessa destacar aqui a sua discussão quanto a um ponto dos mais relevantes da teia argumentativa de Jaceguay, qual seja, a sua defesa da valorização republicana da ação da mocidade, o que se demarcava no horizonte da cena pública brasileira como o espaço de silenciamento de quem passasse por velho.

Não satisfeito, naquela ocasião, em pensar o país a partir de

³⁵ Cf. FERNANDES, Aníbal. *Estudos pernambucanos*. Recife, PE: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982. 2. ed. rev., p. 59.

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *As duas repúblicas*, p. 11.

³⁷ LOPES, Andrea. *Os desafios da gerontologia no Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000, p. 23.

³⁸ Sobre o “clima” dos embates de idéias naquele momento, cf. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Cabe lembrar que Jaceguay foi elevado à condição de *imortal* da ABL por força do apoio de Nabuco, seu amigo e admirador incondicional. Cf. GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*; RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras*. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2003.

injunções colocadas em cena pela sua atualidade mais ampliada, Nabuco, no que me interessa explorar aqui, tornou-se a si próprio no estopim de sua reflexão. Seu corpo carnal foi o suporte para a instauração do seu corpo escrito, e este se voltava por sobre aquele, significando-o de forma bastante peculiar. Em jogo estava não apenas a imagem por ele tecida para o país, mas, em paralelo, a auto-imagem que ele estabelecia para a sua presença no mundo naquele momento singular de sua vida.

Crítica política e reflexão sobre a experiência subjetiva ali se embaralhavam, de sorte a que a sociedade e os indivíduos mostravam-se não como dimensões isoladas, mas como faces de uma mesma experiência histórica. Nabuco fabricava-se, naquela ocasião, como velho, para pensar os lugares da velhice no seu tempo e para pensar a si mesmo, como indivíduo, naquela mesma circunstância. O tempo social e o tempo subjetivo se interpenetravam, no estabelecimento de uma recusa à idéia de uma política desencarnada, distante da materialidade mesma da vida dos homens e mulheres.

O estabelecimento de liames entre um olhar dirigido à sociedade e outro que se voltava para a experiência mais pessoal dos sujeitos era de todo modo um exercício que se legitimava com presteza naquele momento histórico, e que encontraria ainda algum eco, ainda que sob várias resignificações, ao longo de boa parte do século XX. Traduzia-se, assim, o desejo de superação das tensões e das ambigüidades de um instante que apenas antevia dúvidas quanto ao futuro:

Na última década do século XIX, o Brasil era uma república incerta, lidando ainda com a instabilidade política decorrente da ruptura com o antigo regime. Aos homens públicos daquela época coube, então, apostar no futuro ou, alternativamente, agarrar-se ao trajeto já feito e compreendê-lo como um tempo de realizações esgotado.³⁹

Cabe ressaltar, entretanto, que, ao focar aquela face em especial do texto de Jaceguay, Nabuco não apenas procurava reinventar o seu próprio direito de exercer papéis na cena pública,

³⁹ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Joaquim Nabuco e “Minha Formação”, cit. p. 221.

como também colocava em dúvida a crença na maior eficiência do que é novo em relação ao que é tradicional. E, ao fazer isso, ele acabava por executar uma incursão certamente involuntária – mas bastante significativa – por um campo de tensões que, inaugurando-se no país justamente por aquele período, teria ainda uma longa duração no âmbito do pensamento e da ação sociais.

O que quero dizer é que, no seu texto, entre outras questões, Joaquim Nabuco acabou por reunir e problematizar uma série de enunciados que, ora dispersos, ora conjugados, compunham desde as décadas finais do século XIX, especialmente nas cada vez mais importantes cidades brasileiras, imagens acerca da velhice.⁴⁰ Aquelas idéias, produzidas a partir de lugares sociais os mais variados, da medicina ao direito, da psicologia à assistência social, estabeleciam como verdade a idéia de que em meio à modernização da sociedade brasileira, em curso desde meados do século XIX, a experiência da velhice estava sendo investida de sentidos novos e por vezes surpreendentes.⁴¹

Cresceu e tomou forma, naquela circunstância, a compreensão de que as idades definiam o ser dos sujeitos. E, então, ao invés de se imaginar, como cria Nabuco, que o acúmulo de anos traria o aprofundamento da experiência, ou a sua consolidação, difundiu-se na passagem do século XIX para o XX a crença de que a vida dos homens podia ser dividida em etapas, a última das quais deveria ser associada à idéia de decadência. Aquela compreensão da vida dos indivíduos se espraiava por entre diversos olhares dedicados a pensar a vida social – e assim se afirmava a idéia de que o que fosse nomeado por velho deveria ceder o espaço ao que fosse identificado como o novo. Tal parecia ser a posição de Jaceguay, diria Nabuco – e ela precisava ser atacada.

Esta foi a grande diferença daquela época, o que parece ter sido de alguma forma percebido por Nabuco. Se cabe pensar que as divisões etárias são uma dimensão cultural da experiência das sociedades, ou seja, se na construção da idéia de idade cronológica está posta a afirmação da singularidade de cada circunstância

⁴⁰ GROISMAN, Daniel. *A infância do asilo*. A institucionalização da velhice no Rio de Janeiro da virada do século. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UERJ, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1999.

⁴¹ Quanto à possibilidade de um estudo da velhice como algo construído a partir do entrelaçamento de fios diversos, um texto em especial oferece pistas metodológicas de relevo: FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

histórica, não é menos certo que, ao redor da polêmica entre Nabuco e Jaceguay, pela primeira vez, no Brasil, a oposição entre juventude e velhice era encenada como o espaço de glorificação de alguns modos de ser, associados ao novo, e de deslegitimação de outros modos de ser, associados ao velho.⁴² E, mais que isso, aquele foi um movimento comprometido com a produção de narrativas acerca da vida em geral das pessoas, pelas quais o próprio país parecia encontrar outra explicação acerca de si próprio. A velhice e a juventude passavam por ser, no momento em que se abandonava o século XIX, mais que uma maneira de catalogar pessoas, e se tornava uma espécie de metáfora explicadora do mundo, da experiência histórica nacional.

Conforme apontado por Andrea Lopes, o que se dava, então, era a intensificação da visibilidade social em relação ao atributo da idade cronológica, e a transformação dessas novas verdades em metáforas utilizadas para pensar o país e seu povo.⁴³ Ao lado de outras marcações já habituais na política das identidades do país, como por exemplo, as que se referiam à cor, ao gênero ou mesmo à condição sócio-econômica, o fim do século XIX veria a emergência de uma difusa preocupação com as idades. Em diversas dimensões da vida social isso se mostraria como algo relevante. Atestam isso, por exemplo, os já abundantes estudos acerca da história da invenção, por aquele período, no país, da idéia de infância. Além disso, há os não menos freqüentes trabalhos que apontam para a vinculação que os republicanos faziam entre sua fé política e a idéia de que naqueles anos o Brasil estava nascendo mais uma vez, fazendo-se criança no concerto das nações.⁴⁴

A interpretação de Lopes dá conta de que aquele movimento pode ser atribuído à experimentação, no Brasil, de modalidades modernas de organização da experiência histórica – na medida em que é cara à modernidade ocidental a constituição de “classes de idades”, as quais permitem pela sua demarcação um maior controle biopolítico da população.⁴⁵ Difundia-se ali a crença na emergência, por aqueles

⁴² Cf. GROISMAN, Daniel. *A infância do asilo*.

⁴³ LOPES, Andrea. *Os desafios da gerontologia no Brasil*.

⁴⁴ Cf. Bibliografia, ao final.

⁴⁵ LOPES, Andrea. *Os desafios da gerontologia no Brasil*, p. 25. Também partilha do mesmo olhar um texto infelizmente pouco divulgado, mas fértil tanto pela sua análise específica quanto pela revisão bibliográfica nele contida: GROISMAN, Daniel. *A infância do asilo*.

dias, de novos regimes de vivência e de governo do corpo velho, em geral bastante comprometidos com a estigmatização dos sujeitos do envelhecimento, sendo tramado ali um *etarismo* que se aproxima bastante do racismo tematizado por Foucault quando dos seus estudos sobre a biopolítica.⁴⁶

Com isso se quer dizer que, naquela circunstância, estava sendo tecida, pela primeira vez na história do Brasil, uma espécie de dispositivo de nomeação e de classificação dos sujeitos sociais – ou seja, organizava-se então um sistema de inclusões e de exclusões – o qual tinha por bases duas noções fundamentais. A primeira delas dava conta de que as idades poderiam ser acionadas como marcadores eficientes de diferenciação social, ainda que eventualmente se desse aí o acionamento de outras referências (ligadas à cor da pele, à condição sócio-econômica, à identidade sexual etc.). A segunda noção a que me refiro dava conta de que o acúmulo dos anos estava vinculado ao enfraquecimento do sujeito, à sua incapacidade de enfrentar adequadamente das tarefas correspondentes à vida cidadã, à vida produtiva.

A velhice, até aquela época, não passava de uma condição de alguns poucos sujeitos, tidos ora como pessoas já cansadas para o trabalho, ora como senhores de alguma experiência a ser transmitida – mas tudo isso se dando no âmbito da vida dos sujeitos, de sua existência mais individual. Não havia, até então, a preocupação com uma velhice que atingisse a sociedade de forma quantitativa e qualitativamente relevante. Isso mudou quando a velhice passou a ser pensada, e problematizada, como algo que dizia respeito à vida mesma das populações, e aos destinos não mais dos indivíduos, mas da sociedade em geral.⁴⁷

Na construção de sua interpretação sobre as novas faces da velhice, Joaquim Nabuco pôde contar com o que lhe oferecia a sua experiência de pensador da sociedade, de homem que se sentia velho, de monarquista em meio a uma República que se instalava não sem violência. Além disso, certamente, nas suas passagens pela Europa, ele há de ter entrado em contato, ainda que talvez apenas

⁴⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 304 e segs.

⁴⁷ BIRMAN, Joel. O futuro de todos nós – temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In. _____. *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Ed. 34, 1997, pp. 191-209.

episodicamente, com os movimentos sistemáticos que, naquele continente, já desde meados do século XIX, contribuíam para a consolidação de uma imagem nova para a experiência da velhice. Emergia ali, com efeito, naquele lugar e naquela época, uma série de crenças e de práticas de saber e de poder acerca do envelhecimento humano, as quais se orientavam pela idéia de que na velhice estava a última fase da vida, e que sobre ela deveriam incidir controles e disciplinas específicas.

Como exemplos da materialização de tais *novidades* podem ser citados a internação de cerca de três mil idosos em La Salpêtrière, em Paris e a publicação, em 1881, de “Lições sobre o envelhecimento”, de Jean-Martin Charcot, célebre médico e professor daquele hospital. As “Lições”, fruto das aulas do seu autor, e “rico em observações clínicas e discussões a respeito do estilo de vida dos pacientes” idosos, ensaiavam a delimitação de um campo específico no âmbito da racionalidade médica, voltado para a velhice, constituindo-a então como fase terminal da vida. Seu eixo era a crença na idéia de que à velhice correspondiam a estagnação do desenvolvimento humano e a experiência de uma involução pelo homem.⁴⁸ Era um ideário comum à ciência da época, o qual, difundindo-se por entre os círculos letrados, acabaria por impregnar por longo tempo os olhares ocidentais por sobre o envelhecimento.⁴⁹

Dava-se ali a emergência de uma nova racionalidade, ou seja, de uma nova lógica no ordenamento das experiências dos sujeitos sociais, quer isso se desse no âmbito mais restrito de sua corporalidade individual, quer isso tenha sido observado no contexto mais ampliado do corpo social do país.⁵⁰ Pensando a repercussão de tais tensões no caso específico do Brasil, há que se considerar

⁴⁸ Charcot, a partir do seu lugar proeminente no campo da neurologia, foi, em vida, tornado célebre mundialmente. Além disso, ele privava de intimidade com Dom Pedro II, de quem era amigo e médico pessoal. Charcot o recebia em sua casa, sempre que o Imperador ia à França; após a deposição, a relação profissional e de amizade foi ainda mais estreitada, e o médico francês acabaria por ser o responsável até mesmo pelo atestado de óbito de Dom Pedro II. A sua escola e alguns dos seus pupilos são responsáveis, segundo a historiografia, por importantes avanços na neurologia no Brasil. Cf. TEIVE, Hélio A. Ghizoni et al. Charcot e o Brasil. Arquivos de Neuro-Psiquiatria, São Paulo, v. 59, n. 2A, 2001.

⁴⁹ LOPES, Andrea. *Os desafios da gerontologia no Brasil*, p. 33; 38.

⁵⁰ LUZ, Madel T. *Natural, racional, social. Razão médica e racionalidade científica moderna*. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec, 2004.

que principalmente após 1870 o ordenamento dos sujeitos, entre nós, passou a se submeter aos ditames da medicina social típica da era burguesa, o que foi fundamental para a problematização da vida dos sujeitos sociais, e de sua experiência etária. Apenas a partir daquele momento, e graças às experimentações de medicalização da sociedade, é que as idades se transformaram em marcadores eficientes de diferenciação social.

Ora, conforme relata, por exemplo, Jurandir Freire Costa, as últimas décadas do século XIX foram marcadas, no país, pela intromissão crescente dos saberes médicos e higienistas no cotidiano da população. Aqueles saberes passaram a desempenhar, desde então, um papel preponderante na formulação de políticas públicas e privadas de gestão dos corpos, a partir da idéia de que as pessoas, deixadas livremente a si mesmas, não saberiam cuidar de sua saúde, de seu bem-estar. A história do país foi então reescrita, sob um prisma avaliativo que tomava as sociabilidades e as sensibilidades tradicionais – logo associadas à vida colonial e ao atraso – como naturalmente errôneas, como uma “desordem higiênica” que deveria ser superada.⁵¹

Os enunciados que davam sustentação àquelas idéias ganhavam cada vez mais legitimidade, à medida que iam sendo postos em circulação e iam se impregnando em práticas as mais variadas. Contava a seu favor, ainda, o aumento da salubridade pública que derivava da aplicação de certo conjunto de preceitos científicos, ainda que sua emergência não raro se desse sob a forma de intervenções demasiado autoritárias por parte do Estado.⁵² Seria naquele contexto, de todo modo, que muitos letrados brasileiros dos finais do século XIX, e do começo do século XX, enunciariam a sua prática a partir de noções como as de evolução, de maior validade do saber científico, de objetividade como, ao mesmo tempo, valor maior da cultura e característica de sua ação. Tais noções, apropriadas pelos letrados de formas bastante variadas, acabariam por tomar a forma de um quadro geral de referências a partir dos quais se pensaria o país e seu povo.⁵³

⁵¹ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, cit. p. 12.

⁵² Cf. CAPONI, Sandra. *Da compaixão à solidariedade*. Uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2000.

⁵³ Cf. SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão*. Médicos, bacharéis e

Os “cientistas”, fossem eles os médicos ou os homens do Direito, nomeavam-se, naquela ocasião, como os protagonistas da transformação necessária pela qual o Brasil deveria passar, no caminho de sua transformação em uma nação efetiva, em uma civilização verdadeiramente instituída. Uma de suas ações, neste sentido, era a correção dos desajustes sociais – os quais se mostravam em trajetórias individuais mas sinalizavam para tensões sociais, coletivas. Eles se viam como os mais acurados intérpretes da sociedade, que estava doente e almejava a todo custo curar-se. No contexto da busca dessa cura, aqueles indivíduos se viam como os portadores de saberes competentes, dedicados cada um deles a fases específicas da vida humana.

Não se quer dizer que aqueles cientistas, nomeados senhores da saúde ou das relações entre os sujeitos sociais, eram as únicas vozes no debate nacional. Certamente a historiografia, malgrado suas diferenças internas, já apontou para a intensidade dos debates havidos naquela época, em torno das questões da salubridade, da higiene, das relações entre saúde, doença e destinos do Brasil. A construção das verdades da ciência, sabe-se, é entremeada por silenciamentos, por controles, por regramentos que expressam, mais que o progresso do saber, o seu caráter conflituoso.⁵⁴ No entanto, cumpre chamar a atenção do leitor para a relevância estratégica – para a positividade singular – da voz e dos atos dos letrados travestidos de cientistas, ora nos campos da medicina, ora nos campos do direito, e, até mesmo, no campo do pensamento social, os quais, na virada do século XIX para o XX, propuseram-se a reinventar o Brasil e os brasileiros.

O próprio Nabuco faria referência àqueles anos descrevendo-os como o instante em que se havia presenciado “um terremoto” que criara “um novo meio social” em relação ao qual se tornavam “necessárias outras qualidades de ação, outras faculdades de cálculo para lutas de diverso caráter”.⁵⁵ E, intervindo nos debates de sua época, ele denunciou, em meio a uma série de comentários ácidos quanto à situação presente da cena pública nacional, e a uma releitura crítica do cientificismo de então, o que a seu ver era uma face perversa

cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2006.

⁵⁴ Cf. STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

⁵⁵ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*, p. 13-14.

da experiência histórica brasileira dos fins do século XIX: a desnaturalização e o aviltamento da velhice, provocados pela emergência de uma mocidade que se julgava onipotente. Parecia-lhe importante observar tais fenômenos, e, ainda mais, pensar sobre eles, visto que a predominância dos jovens por sobre os velhos se articulava com o crescente e “ilimitado individualismo” que, assumindo grandes proporções, ameaçava a coesão social – na medida em que “se torna em verdadeira irresponsabilidade”, sendo “acompanhado da falta de toda e qualquer reação social”.⁵⁶

Os homens maduros, é o que via Nabuco acontecendo ao seu redor, se submetiam demasiadamente aos jovens, numa organização das relações sociais que, exclusivamente brasileira, não trazia em si mesma nenhuma vantagem civilizatória para o país:

Nós somos a única sociedade existente no mundo a que se possa dar o nome de *neocracia*, em todos os sentidos: não só no de sermos governados de preferência pelas novas idéias, mas especialmente no de sermos governados pelas novas gerações, em oposição ao governo dos mais antigos que se encontra no começo de todas as civilizações quase. Já antes dos quarenta anos, o Brasileiro começa a inclinar a sua opinião diante das dos jovens de quinze a vinte e cinco. A abdicação dos pais nos filhos, da idade madura na adolescência, é um fenômeno exclusivamente nosso.⁵⁷

Assim, dizia Nabuco, invertia-se uma ordem ancestral, os jovens desejando impor-se aos mais velhos. Aquela submissão, que se dava no campo mais geral da opinião e chegava ao ponto preciso e impactante da ocupação de cargos de relevo na máquina pública, parecia consolidar uma tendência já insinuada desde meados do século XIX, mas acentuada ao seu final de forma excessiva, na opinião daquele agudo intérprete do país.

O que antes parecia apenas uma série heterogênea de arroubos praticados por jovens, apressados em aparecer na cena pública como agentes culturais ou políticos respeitáveis, e que era controlável em maior ou menor grau, estava se tornando quase uma

⁵⁶ NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarchistas*, cit. p. 17-18.

⁵⁷ NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarchistas*, cit. p. 18.

regra geral a organizar as relações sociais. Na visão de Nabuco, os jovens revoltados dos meados do século XIX eram exaltados na sua vontade de afirmar outras possibilidades para a construção da experiência subjetiva, mas eram reticentes quanto ao atijamento de tensões sociais.

No passado, era o que cria Nabuco, mesmo em momentos nos quais jovens ocupavam a primeira cena do espaço público, não raro eles acabavam, mais cedo ou mais tarde, por ceder à lucidez e à temperança de alguém mais experiente. Ou, por outro lado, os líderes jovens do passado, quando não morriam no início de sua vida pública, como dera de ocorrer, por exemplo, com vários heróis românticos, logo amadureciam e mitigavam seu afã de revolver as entranhas da história. Mesmo os mais exaltados dos tempos das Regências, dizia ele, ajustaram-se à lógica de que a idade que avança traz consigo a serenidade; eles, tendo entrado na política a partir da idéia de revolução,

(...) foram com a madureza dos anos restringindo as suas aspirações, aproveitando a experiência, estreitando-se no círculo de pequenas ambições e no desejo de simples aperfeiçoamento relativo, que constitui o espírito conservador.⁵⁸

Ele mesmo, em uma carta de 1865 a Machado de Assis, havia assumido o papel de jovem ousado mas cioso de que caminhava em direção a uma maturidade e a uma seriedade desejadas, as quais apenas a idade mais avançada tornava possíveis, e que a força divina haveria de proporcionar:

(...) de uma certa idade em diante pretendo me não aplicar à poesia; nesta idade em que minha inteligência ainda não pode discutir sobre o positivo e o exato, deixo que a pena corra sobre o papel, e que minha acanhada imaginação se expanda nas linhas, que ela compõe; mas, quando as minhas faculdades concentradas pelo estudo e pela meditação se puderem aplicar ao positivo, e ao exato, deixarei de queimar incenso às musas do Parnaso, para me ir alistar na fileira dos mais mediocres apóstolos do positivismo,

⁵⁸ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*, p. 17.

e das ciências exatas; é um protesto para cujo cumprimento peço a Deus força de vontade e firmeza de resolução. Entendo, meu caro poeta, que desde uma certa idade a nossa imaginação perde o seu vigor; as utopias e as fantasias, que alimentam a imaginação dos poetas, cessam desde que ele penetra numa vida cujas vicissitudes lhe demonstram o absurdo dos seus cálculos; e cujos caprichos e contrariedades são a perfeita antítese dos sonhos dourados de sua fantasia e dos prazeres, e das vigílias felizes, que em seus cálculos de utopista e de poeta ele um dia concebeu.⁵⁹

Para o jovem Nabuco de 1865, portanto, fantasia e juventude se aproximavam, enquanto a ação prática e a maturidade, para não dizer a velhice, eram quase uma e a mesma coisa. Os moços podiam se dedicar ao intelecto mais descolado do mundo real, já que era quase o seu dever biológico; aos homens mais vividos, ao contrário, cabia afastar-se dos sonhos para calcular na dura e necessária tábua da sobrevivência e da gestão de si e do coletivo. A um moço, portanto, deveria caber o gozo de sua atualidade fugaz e leve, mas de sorte a que tudo preparasse seu corpo para aquela maturidade necessária a ele e ao país. Tendo sido elogiado por Machado de Assis, que o tomara por poeta, Nabuco reage: sim, fazia versos, mas isso era apenas uma fase da sua vida, vez que ele se preparava para assumir outras máscaras identitárias, quando de direito, e em breve:

É por isso que por ora dou asas à minha imaginação; mas um dia virá, e este dia talvez esteja perto, no qual me desligue completamente desse mundo de visionários, para ir tomar parte no grêmio daqueles que, mais chegados às realidades da vida, consideram este mundo como ele realmente é.⁶⁰

No fim do século isto seria alterado, e a força da mocidade se dirigiria contra instituições, contra aspectos caros à ordem vigente – principalmente eles se batendo contra o direito dos mais velhos

⁵⁹ GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência, p. 90.

⁶⁰ GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência, p. 90.

em gerir a sociedade.⁶¹ E isto, ao menos para Joaquim Nabuco, era no mínimo desagradável e, no máximo, perigoso. Afinal, a balança parecia pender para a juventude de forma intensa e veloz: a cada dia os homens maduros viam desaparecer sua influência, seu mando, sua respeitabilidade. O próprio Machado de Assis, em carta a Nabuco de vinte e nove de maio de 1882, assumia esta crença, dizendo que seu correspondente seria senhor do presente e do futuro, porque tinha “a mocidade” como atributo característico, o que o tornava diferente dos velhos já inúteis ao mundo de então, entre os quais, ele mesmo, Machado de Assis, sentia-se inserido.⁶²

Tais posições pareciam a Nabuco algo danoso ao extremo, na medida em que a inteligência nacional corria o risco de, negligenciando o já vivido e recusando o valor da maturação das idéias, querer sempre acreditar que havia descoberto algo invisível aos olhos dos outros, especialmente dos mais velhos. Ele via naquela época a manifestação de uma “prematuridade abortiva em todo campo da inteligência”⁶³ – o que se chocava com a própria trajetória que Joaquim Nabuco havia traçado para si, homem, como se viu acima, impressionado por toda a vida pela figura paterna e pela aura de respeitabilidade que emanava dos corpos marcados pelo acúmulo dos anos vividos.⁶⁴

Para entender a versão de Nabuco para a cena social do país, ao seu redor naquele 1895, haveria que se considerar, ainda, uma questão levantada de forma lateral por Graça Aranha. Nos anos que se sucederam imediatamente à Abolição e, ainda mais acentuadamente após a República, Joaquim Nabuco sentiu-se deslocado em relação à história do seu país. Tendo se preparado longa e intensamente para lutar pelo fim do cativeiro, a Lei Áurea o atingiu quando ele tinha cerca de quarenta anos. Nada mais lhe parecia sedutor na política desde então, e 1889 apenas viria sepultar de vez suas pretensões de ocupar a primeira cena da vida pública.⁶⁵

Aliás, o próprio Nabuco é quem aponta algo nessa direção:

⁶¹ GRAÇA ARANHA, Introdução, p. 22.

⁶² GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência, p. 94.

⁶³ NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarchistas*, p. 19.

⁶⁴ Cf. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Joaquim Nabuco e “Minha Formação”, p. 224.

⁶⁵ GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência, p. 33-34.

Até 1878 foi propriamente o período da minha formação política; o que se segue, de 1879 a 1889, é o do papel que me tocou representar: o final – já agora devo esperar todo ele assim – será o do amortecimento do interesse político e de sua substituição por outros, talvez ainda mais irrealis e quiméricos, porém, que de algum modo quadram melhor com o crepúsculo da vida, quando o espírito começa a ouvir ao longe o toque de recolher.⁶⁶

Ao seu lado, entretanto, passavam a brilhar novos atores sociais, alguns dos quais amparados mais na pouca idade do que em qualquer outro mérito. Os velhos senhores que acabaram por criar a República, muitos oriundos até mesmo dos círculos mais próximos ao Trono, cercaram-se de uma mocidade que estetizava de forma bastante peculiar o novo regime. Aos velhos que não se conectavam com aquela mocidade febril, como era o caso de Nabuco, parecia só restar o espaço da rememoração, do culto ao realizado antes. Ele, como tantos outros, sentia ser a queda do Império algo paralelo e concomitante ao fim de sua carreira.⁶⁷

No fim de um século que havia sido marcado pelo indiscutível culto ao passado, à história, aos grandes vultos e eventos, o presente se entronizava no horizonte do desejo social – ou, pelo menos, assim parecia o mundo aos olhos temerosos de Nabuco. A experiência social traía a si mesma, afirmando uma verdade no instante atual que apenas poderia ser atribuído ao que houve antes, no tempo das glórias reais da nação. Para ele, que dizia isso como um lamento, a vida seria vivida, naquela época, como se os feitos de ontem fossem colocados, sempre, sob a sombra dos feitos de hoje, como se a experiência dos mais velhos devesse ser silenciada. O hoje explicava o ontem, e não o oposto, como todos estavam acostumados. Parecia até mesmo ser inadequado aparentar a idade que avançava, visto que cada dia vivido era tomado como a afirmação da crise da potência, da impossibilidade da ação, e não por outra razão abundavam os meios de se rejuvenescer a aparência.

Ser o portador de uma “ética cavalheiresca”, o que Nabuco entendia ser o seu rosto público, confrontava-se com o arrivismo da

⁶⁶ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*, p. 129.

⁶⁷ GRAÇA ARANHA, Introdução, p. 33-34. A relação entre a República e seu ostracismo está posta, por exemplo, em: NABUCO, Joaquim. *Minha formação*, p. 186.

época, tornando-o um ácido crítico do presente.⁶⁸ Assim, não sem ironia, Nabuco fazia referência a essa tendência de supervalorização da juventude e de desvalorização da maturidade nomeando-a, como se viu acima, de *neocracia*. A seu ver, viveria o país sob o governo dos jovens, que ascendiam apenas porque eram... jovens. Antes, quando a ordem patriarcal era indiscutível, o mando estava associado à maturidade, à propriedade, à tradição; agora, lamenta Nabuco, bastava o sujeito sentir-se no gozo de sua juventude para almejar os postos mais elevados, as distinções mais relevantes.

Na construção dessa neocracia operava-se o desmanche de um estado de coisas que podemos antever como um contratexto em relação às palavras de Nabuco. A predominância dos jovens, que tanto o incomodava, era a manifestação mais visível de um enfraquecimento dos homens velhos. Os jovens ocupavam lugares que eram até então ocupados pelos senhores de idade avançada, e que desde os fins do século XIX pareciam a Nabuco cada vez mais afastados da primeira cena da vida social, política e cultural brasileira.

Vivia-se uma situação em meio à qual certos indivíduos pareciam estar mortos quando estavam, apenas, sendo empurrados impiedosamente para as margens da vida social e cultural, seu ostracismo sendo devido à sua velhice, ora cronológica, ora comportamental. Quando, enfim, o corpo material falhava e o indivíduo morria *verdadeiramente*, a sua lacuna parecia já antiga, aumentando a tristeza dos seus amigos, a sensação de desamparo que atingia a seus contemporâneos – como fora o caso dos anos finais e enfim do passamento de Gusmão Lobo, ativista político e jornalista brilhante que silenciou no fim da vida, morrendo quase na sombra.⁶⁹

Numa carta a Machado de Assis, datada de seis de dezembro de 1899, Joaquim Nabuco atualizaria aquela discussão. Tendo ido a uma missa celebrada em memória de Dom Pedro II, dela Nabuco voltou com a certeza de que velhice e política não se tocavam mais, para seu desagrado. A velhice lhe parecia ter se retirado apenas para as celebrações, para o espaço da memória, para a saudade de uma ação naquele momento já impossível.

⁶⁸ GRAÇA ARANHA, Introdução, p. 34.

⁶⁹ GRAÇA ARANHA, Introdução, p. 57.

Hoje fui a outra missa, a do imperador, onde havia muito pouca gente, como é natural cá e lá, mas muito cabelo branco. Ora, como as correntes políticas são formadas pelos que têm de 20 a 30 anos, não pode haver nada mais inofensivo do que um culto que só reúne os destroços de uma época que passou, como são os cabelos brancos.⁷⁰

Viver era para os velhos de então um peso, apenas aliviado pelas brisas da memória. Quanto a isso, Machado de Assis, em 1899, diz que, na idade em que estava, pelos sessenta anos, “cada ano” valia “por três”; em 1902, ele dirá, ainda, que só lhe resta reviver o que ficou nas memórias, que a ação na atualidade era impossível: “o passado é ainda a melhor parte do presente”. Mais à frente, em 1903, será a vez de ele afirmar que agradecia as lembranças que lhes enviava Nabuco da Europa, porque aquele gesto, o de “mandar lembranças a um velho é consolá-lo dos tempos que não querem ficar também.”⁷¹

Restava, pois, aos velhos, recolher-se ao silêncio e à memória, acreditando no patriotismo das novas gerações, ainda que isso fosse algo a ser posto permanentemente em dúvida. A pouca fé de Nabuco nisso talvez possa ser atestada pelo fato de que, na sua correspondência com Machado de Assis, farta em digressões sobre os *novos* lugares que se construíam para a velhice na passagem do século XIX para o XX, em apenas um momento algum otimismo é ensaiado, ainda que entremeado com a melancolia habitual:

Nós não valemos mais nada, não contamos para a morfologia nacional, toda nova geração faz sempre *da se*, nós influímos no nosso tempo, preenchemos nossa função, o que devemos pedir é alegria, contentamento, para assistir

⁷⁰ GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência, p. 101.

⁷¹ GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência, p. 99; 111; 119. O último livro de Machado de Assis é uma espécie de meditação sobre a velhice, esta sendo definida pelo abandono, pela incapacidade e pela entrega dos seus personagens ao único gesto possível: a memória banhada de melancolia. Cf. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memorial de Aires*. São Paulo: Martin Claret, 2003 – e GUIDIN, Márcia Lígia. *Armário de vidro*. Velhice em Machado de Assis. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

à obra dos outros, sem perder a simpatia pelo nosso país, qualquer que aquela seja.⁷²

É oportuno observar ainda que, ainda que sua formulação tivesse algo de irônico, conforme apontei acima, a neocracia não se mostrava, na visão de Joaquim Nabuco, apenas como uma dimensão superficial ou anedótica da vida brasileira. Escrevendo numa época em que o *caráter* do brasileiro e o seu *destino* pareciam as preocupações mais urgentes e necessárias para boa parte da intelectualidade, dos políticos e dos literatos nacionais, Nabuco via na neocracia um impedimento para o nosso sucesso como povo. Graças a ela, na sua opinião, o Brasil se subordinava aos ritmos da improvisação, da indisciplina, da precipitação, os quais eram, em sua opinião, coisas típicas da mocidade e opostas por definição ao sucesso do país e de seu povo.

A sociedade brasileira, diz Nabuco, abolira a lentidão em nome de uma pressa desmedida. Já não se sabia mais nem porque tamanha ânsia de superação do novo pelo mais novo ainda, mas a tendência perdurava, com grandes perdas para a cultura e para a vida pública do país. Perdíamos o vigor, algo só resultante da concentração, da paciência, da sedimentação ao longo do tempo de experiências e de conquistas paulatinas:

(...) o talento nacional, que é incontestável, pronto, brilhante e imaginoso, está condenado a produzir obras sem fundo, e, portanto, também sem forma, porque o belo na literatura, como nas artes, não é outra coisa senão a força. Será difícil a um estudante nosso de mérito servir-se a primeira vez do microscópio sem logo descobrir um novo organismo que os sábios estejam procurando em vão, há anos, nos diversos laboratórios da Europa. A pressa é uma incapacidade para a ciência, como para a arte.⁷³

Tentando parafrasear Nabuco, assim Graça Aranha se remete às idéias daquele pensador, em tais circunstâncias:

⁷² GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência, p. 102.

⁷³ NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarchistas*, p. 19.

Com efeito os tempos estavam revolidos no Brasil. A abolição da escravatura foi o fato social mais preponderante para a transformação do Brasil em duas épocas diversas e antagônicas. (...) Joaquim Nabuco foi um dos titãs da destruição do antigo regime feudal. O resultado, porém, foi mais extenso e mais profundo e tumultuário do que ele imaginara. Quando mais tarde contempla a transformação social que decorreu da sua ação dinâmica, sente-se ele próprio em desequilíbrio com o novo Brasil. Todos os instintos mais primitivos, todas as aspirações mais grosseiras, desencadeiam-se sobre a face da terra brasileira. Ao passo que se vão apagando, evaporando as tradições, surge por toda parte o "homem novo". (...) Diante do invasor, os espíritos delicados, como o de Joaquim Nabuco, retraem-se e refugiam-se no pensamento, e pelos trabalhos da inteligência e da fé realizam trabalhos de perfeição interior.⁷⁴

Encerrando sua análise com uma tirada que mesclava ironia e certa acidez, Nabuco dava um exemplo, na sua crítica à neocracia. Segundo ele, seria até mesmo um risco que brasileiros, tontos pelo seu amor desmedido à juventude, ocupassem cargos importantes em instituições tradicionais. Acerca disso ele mencionava o colégio dos cardeais da Igreja Católica, que seria colocado de cabeça para baixo por um religioso brasileiro, ávido por novidades, cego e surdo às tradições. Um brasileiro, príncipe da Igreja, diz Nabuco, não guardaria os segredos dos conclaves, e, se eleito papa, reformaria a Igreja num ritmo que assustaria até mesmo o Espírito Santo.⁷⁵

O leitor imagine o que Nabuco temia que ocorresse no Brasil, que expulsara o encanecido D. Pedro II e buscava ainda novos líderes na nascente e conturbada República. Ele nos dá pistas:

Nenhum terreno pode ser mais próprio do que esse para a cultura da anarquia.⁷⁶

⁷⁴ GRAÇA ARANHA, Introdução, p. 50-51.

⁷⁵ NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarchistas*, p. 20.

⁷⁶ NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarchistas*, p. 20.

A súmula dos medos

Intelectual que havia se notabilizado, na juventude, pelo ardor com que defendia suas causas e princípios, Joaquim Nabuco se tornara com a idade um pensador e articulador político ao mesmo tempo dinâmico e sereno. Não abria mão de apontar para dimensões a seu ver dignas de superação da experiência histórica brasileira mas, em meio a esta crítica, sustava a ousadia das propostas no limite da mudança radical. Como diz Marco Aurélio Nogueira, "mesmo em seus discursos mais radicais, Nabuco jamais deixar de ser realista e pragmático".⁷⁷

Com relação  experiência etária, cabe lembrar que a sua própria trajetória acabou por cristalizar um movimento dotado de grande tensão, na medida em que sua mocidade foi vivida como um combate ao que parecia então próprio da velhice, e sua velhice foi vivida como um combate ao que parecia então próprio da mocidade. O acúmulo dos anos, talvez, tenha sido vivido por Nabuco como uma transformação de si que o tornava mais sensível e mais temeroso em relação  aceleração do tempo e da experiência, algo tão celebrado por alguns dos seus contemporâneos.

Nabuco encetava, daquela forma, uma nova relação entre seu corpo individual e o corpo social – populacional – no qual estava sendo inserido pela história. Em outras palavras, ele inventava, com os meios e os modos que lhes eram possíveis considerando a espessura própria de sua historicidade singular, uma forma de ser velho, num instante em que emergiam controles diversos voltados para a experiência crescentemente visível do envelhecimento humano. O corpo e a população se reorganizavam, naquele fim de século, a partir da construção histórica de novas políticas etárias; nosso polemista se enfronhava em tais debates e produzia para si e para a sociedade um modelo de conduta que se opunha  glorificação acrítica da juventude em nome da consideração de que os velhos ainda tinham algo a dizer.

Ao executar o movimento de crítica  força da juventude que via como quase incontrolável nos fins do século XIX, é prudente observar, ele não atuava como um observador neutro; ao contrário, o

⁷⁷ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Joaquim Nabuco e "O abolicionismo". In. MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, vol. 2, 2001, p. 167-190, cit. p. 183.

meu leitor terá percebido isso sem esforço, Nabuco, jamais esquecido de sua própria trajetória, emprestava sentidos precisos à juventude e à velhice, e as enquadrava historicamente. A seu ver, as idades dos homens não pareciam apenas atributos naturais, visto que sua experiência cederia às influências do instante e da história. Nisso ele tomava distância da naturalização que, ao seu lado, parecia espalhar-se por entre as formulações do pensamento e da ação sociais quanto às idades – Nabuco conseguindo isso na medida em que denunciava, a seu modo, a dimensão humana, demasiado humana das políticas e dos jogos etários.

Fazer ver a historicidade de algo implicava, para Nabuco, na abertura de uma frente de luta. Por isso, a seu ver, caberia aos homens de bem, de mando e de letras, intermediar o conflito entre as gerações, ponderando que o ímpeto dos moços precisava ser temperado com a prudência dos mais velhos, para que o resultado fosse o bem coletivo e não a balbúrdia, o seu maior temor. Era o que se daria, por exemplo, na sua relação para com Graça Aranha, que, apesar de portar “um espírito que está em contato com o novo espírito, com as gerações novas”, não descuidava de beber na fonte da prudência e da sabedoria dele mesmo, Nabuco, homem maduro e cioso de não estar mais na juventude.⁷⁸

A visão que ele acalentava quanto às possibilidades de convivência entre as gerações era a de uma partilha negociada dos espaços comuns, uma freqüentação que tenderia para a amizade e para a ascendência natural dos mais experientes frente aos mais moços. Seu ideal, no que apontava para a comunhão entre moços e velhos sob os auspícios destes últimos, parecia, no entanto, ser vivido ao avesso naquele fim de século, e Nabuco não sem razões se horrorizava quanto a tais desvios sociais.⁷⁹

Tratava-se em suma de garantir a civilidade mediante a sobrevalorização dos exemplos dos mais velhos – o contrário do que Nabuco via, com sofrimento, ser a tônica da vida social, política e cultural ao seu redor naquele ano angustiante de 1895.⁸⁰ Como permite pensar Claudine Haroche, Nabuco talvez estivesse experimentando certo anacronismo, ao insistir na busca por uma cena pública

⁷⁸ GRAÇA ARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência, p. 101.

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. *As duas repúblicas*, p. 16-17.

⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. *As duas repúblicas*, p. 17-18.

construída a partir dos valores – que ele tinha por *tradicionais* – de polidez, de civilidade e de boa convivência entre trajetórias por vezes distintas. A política *moderna*, à qual o Brasil daquele fim de século parecia aspirar, era avessa a tais temas, a tais horizontes, voltando-se mais para certo pragmatismo e para certa urgência na conquista dos fins desejados. Não havia tempo a perder, principalmente com a consulta a quem parecia cidadão apenas do passado. Sabedor do desencontro entre suas crenças e o mundo ao seu redor, Nabuco apostava entretanto no poder da palavra na construção de olhares outros, de possibilidades outras, de problematização de fronteiras e quem, sabe, na construção histórica de mundos outros.⁸¹

Ao construir aquela singular explicação da história do Brasil – e, mais, de sua situação *presente* –, Nabuco dava forma, no seu estilo, e em função de suas preocupações políticas próprias, a uma tensão que de várias formas marcava o debate público brasileiro dos fins do século XIX e que atravessaria o século XX. Ele apontava, ao seu modo, para a crescente preocupação, por um lado, com os significados que podiam ser atribuídos às idades dos sujeitos sociais e, por outro lado, com a emergência da velhice como problema social.

A neocracia, enfim, era uma palavra que lhe servia como possibilidade de interpretação para um modo novo de relação dos sujeitos para consigo – e para com outrem – a partir das idades, o que parecia inédito, principalmente porque as partições etárias estavam sendo pensadas, desde ali, como fenômenos de alcance ampliado no âmbito da população, e porque, naquela nova configuração das relações sociais, os ventos pareciam soprar a favor dos mais jovens, o que contrariava as tradições, os costumes, o esperado.

Joaquim Nabuco, enfim, chama a atenção para a urgência em se pensar a velhice, sua história, seu destino. Ele faz pensar, com isso, deslocamentos havidos na passagem do século XIX para o XX na gestão dos corpos, naquilo que era vivido neles e por eles como uma experiência etária e, mais acentuadamente, como o envelhecimento. Ele fala do choque entre modos antigos e novos do governo de si e do outro, bem como da convivência entre eles. Histórias tensas,

⁸¹ HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*, p. 12 e segs. Uma citação, de princípio originada de um comentário a Tocqueville, parece ser de interesse: “Os homens nas democracias anseiam por relações simples, fáceis e diretas: são empreendedores impetuosos e entusiastas que suportam mal tudo que possa constituir um freio, um entrave a suas iniciativas, a seus projetos, ao espírito empresarial que os domina. Tudo o que lhes parece formalidade inútil e supérflua os irrita e excede.” (p. 17)

sedutoras, enfim, se insinuam por entre suas palavras – ainda mais quando se imagina que o debate ali aberto atravessaria o século seguinte.

De Nabuco aos memorialistas

Morto em 1910, Joaquim Nabuco ainda permanece uma referência incontornável para pensar o Brasil do seu tempo – ele assumindo a forma de monumento de certo olhar e de certa modalidade de intervenção política. Autor de interpretações freqüentemente retomadas da história do Brasil, e protagonista de alguns momentos sacralizados pela historiografia, Nabuco é tido como um ponto de inflexão importante no nosso passado. O que não impede, é bom lembrar, como diz Célia Maria Marinho de Azevedo, a emergência de leituras menos laudatórias e mais ponderadas de sua obra e mesmo de sua incorporação pela historiografia nacional.⁸²

De todo modo, o “grande” Nabuco me interessa pouco aqui, ainda que mencioná-lo tenha sido importante para dimensionar a densidade de sua presença no ambiente social e cultural ao qual se ligavam, de algum modo, os memorialistas que estudo aqui. Merecedora de atenção mais detida no meu estudo, como disse acima, é apenas uma incursão lateral daquele pensador, realizada quanto a um tema que se apresentou na sua mesa de trabalho quase por acaso: a conquista da velhice pela história e sua captura dos reinos quase imutáveis da natureza.

Importa destacar, voltemos a algo dito páginas atrás, que Nabuco, involuntária, mas acuradamente, sinalizou na resposta a Jaceguay para a idéia de que se dava no Brasil, em meio às transformações históricas que se vivenciavam por aqui na passagem do século XIX para o XX, a construção da idéia de que a velhice estava se transformando num problema de dimensões que ultrapassavam a dimensão mais restrita da vida de cada um para se transformar em algo de proporções mais ampliadas, ao passo em que se dava a deslegitimação do indivíduo envelhecido na cena social.

O seu presente, parece ser esta a denúncia mais ácida de Nabuco, estava se separando do passado inclusive pela morte simbólica dos indivíduos que eram tomados como os mais destacados representantes

⁸² Cf. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco? *Estud. afro-asiát.*, Jun 2001, vol.23, no.1, p.85-97.

da velha ordem, e que eram os indivíduos que carregavam em si maior quantidade de anos vividos. Uma era de acolhimento e de respeito em relação aos mais velhos estava sendo encerrada, dizia Nabuco, enquanto se iniciava outra, demarcada pela valorização incontestada da juventude – e não sem ironia ele fazia referência à *neocracia*.

Mas longe de mim hagiografar Nabuco, tornando-o precursor onisciente de uma discursividade que se articularia com mais presteza à sua revelia, e, mesmo, quando ele já se encontrava morto. Não pretendo estabelecer a partir da carta a Jaceguay mais um monumento de uma (im)provável história da velhice brasileira. Sua pronúncia é apenas uma voz que tomou maiores proporções no campo geral de uma série de leituras praticadas no decorrer da minha pesquisa – tal dimensionamento se devendo antes a motivações estratégicas da minha própria escrita. E é considerando o rosto do meu argumento que creio que, no movimento deste meu estudo, não deve passar despercebida a sua crítica à *neocracia*, por duas razões principais.

Em primeiro lugar, pela singularidade mesma daquele neologismo, capaz de dar conta com precisão de boa parte dos medos dos velhos senhores que, testemunhas do fim da monarquia, viam ao seu redor o crescimento de uma juventude que se opunha com vigor ao que era tramado como o oposto da vida legítima: a velhice. A partir do exame das condições de possibilidade daquela enunciação, foi o que se viu nas páginas anteriores, percebe-se o quanto a política das idades, observada nos limites do seu tempo e do seu espaço, é um campo de luta e de tensões, o que seria experienciado pouco mais à frente pelos memorialistas que estudo a seguir.

Em segundo lugar, é importante lembrar que Joaquim Nabuco foi um dos autores mais insistentemente lidos e retomados pelos letrados que, ao longo do século XX (notadamente na sua primeira metade, mas não apenas), dedicaram-se à fabulação e à reinvenção permanente da região Nordeste. Entre eles, estavam os memorialistas que estudo aqui – como se sabe, aliás, próximos a Nabuco não apenas pela identificação com as suas teses acerca do país, mas, também, pela simpatia que sentiam em relação aos impulsos daquele velho monarquista na direção das práticas da *escrita de si*.⁸³

⁸³ Nabuco seria, de certa forma, *um contemporâneo capital* dos memorialistas – no sentido de que ele e eles enfrentaram, cada um a seu tempo e modo, uma mesma questão: a experimentação, no corpo, de uma velhice que se afastava do centro da dinâmica social em direção às margens menos iluminadas. Cf. ERIBON, Didier.

Ler Nabuco, portanto, é entrar em contato, ao mesmo tempo, com um olhar acerca da velhice (a idealização do passado pela crítica da *neocracia* presente) e com uma prática singular de problematização da experiência (pela valorização de uma escrita que se organiza a partir de uma problematização da experiência do *autor*) que encontrariam pouso e guarida, ainda que re-elaboradas, na estética da existência do conjunto de homens que acompanho neste estudo.

Mas Nabuco estava, ao responder a Jaceguay, em 1895. Os fios tantos que acabariam por tramar as faces modernas da experiência do envelhecimento no Brasil ainda estavam delineando os primeiros contornos dos seus bordados.⁸⁴ Os autores de que trato a seguir, ainda que alguns tenham nascido no século XIX, envelheceram e se tornaram memorialistas ao longo do século XX – e lá é que pensaram a velhice, a sua ou a dos seus personagens. Eles, assim, se viram na condição – na obrigação – de submeter à prova do tempo as teses que haviam sido enunciadas por Nabuco, e o fizeram executando um movimento ao mesmo tempo ambíguo e produtivo.⁸⁵

Repercutindo a idéia de que a velhice, já desde os fins do século XIX e, ao longo do século XX, estava efetivamente, de forma progressiva, sendo constituída enquanto experiência que se definia pela ausência de legitimidade e de espaço social, eles se valiam da sua condição de *velhos* para tomar a palavra e, no seu movimento singular, multiplicar as faces da própria velhice. Uma categorização etária que se definia pelo seu enfraquecimento se apresentava na cena cultural do país justamente pela sua retomada insistente na escrita daqueles autores. Morta, a velhice se tornava personagem principal de uma série de textos.⁸⁶

Michel Foucault e seus contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, esp. p. 09-11; 203-204; HARA, Tony. *Saber noturno: uma antologia de vidas errantes*. (Tese) Campinas, SP: UNICAMP; IFCH; Programa de Pós-Graduação em História, 2004, p. 07.

⁸⁴ BIRMAN, Joel. O futuro de todos nós – temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise.

⁸⁵ A formulação deste meu olhar não teria sido possível sem a leitura de: SANTOS, Nádia Maria Weber. *Histórias de sensibilidades*. Espaços e narrativas da loucura em três tempos (Brasil, 1905/1920/1937). (Tese) Porto Alegre (RS): UFRGS; CH; Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

⁸⁶ CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In. _____. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papius, 1995, p. 55-85. Cf., tb. MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes.

Aqueles autores dialogavam, às vezes de forma mais explícita, às vezes apenas subliminarmente, com o que já foi nomeado como a série de “tecnologias de diferenciação” que, articuladas ao redor de sua escrita, contribuíram para a demarcação de um rosto singular para o corpo envelhecido: um rosto marcado pela inadequação ao presente, pela prisão ao passado transformado em memória, pela associação entre velhice e doença, pela exclusão do velho da cena pública ao passo em que se dava a sua transformação em objeto da atenção, do cuidado e do controle da biopolítica.⁸⁷

Naquele movimento, os memorialistas edificavam a si mesmos como leitores atentos do presente, desconfiados de suas promessas gloriosas de futuro. Entendiam produzir, com suas obras, evidências históricas que comprovariam a falência social dos indivíduos envelhecidos e que atestariam o nexo causal entre a modernização capitalista e aquele descenso. Ao fazer isso, eles entremeavam a elaboração de uma versão do passado com a crítica ao seu próprio presente, fazendo da velhice a provocação para recusar o que sentiam serem os equivocados destinos do país e do seu povo. O resultado de sua empresa é menos uma documentação linear e mecânica de histórias vividas ou das quais se tomou conhecimento, e mais uma interpretação do mundo, uma intervenção significativa na pele da experiência.⁸⁸

Entre um passado destruído, mas querido, e um futuro desconhecido, logo, temível, eles se instalavam. Produziam o testamento de sua herança recebida, e a enviavam para depois de si, com a força e a emoção que lhes restavam como vida, como sonho, como resistência. Encontravam, ali, quem sabe, a si mesmos – enquanto buscavam desencontrar de si o seu presente, tempo áspero, pleno de brilhos que lhes pareciam opacos, território de precipícios e de riscos impensados. Escreviam: faziam o seu corpo escrito mostrar-se como algo que emergira da única experiência para eles realmente viva, aquela que eles haviam protagonizado no passado e que, agora, consistia na matéria prima de sua recordação.⁸⁹

⁸⁷ Quanto a tais “tecnologias de diferenciação”, cabe cf. GROISMAN, Daniel. *A infância do asilo*.

⁸⁸ Cf. BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 37-39; 405-414.

⁸⁹ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. (Talvez coubesse pensar, também com Arendt, o quanto a auto-compreensão

Acompanhar o percurso daqueles memorialistas por entre tais fios e tramas é seguir de perto (um)a história da velhice no Brasil. É o que se buscará, a seguir.

dos velhos memorialistas, que se viam e se diziam como náufragos do passado no presente, contribuía para a disseminação de um arquivo de práticas discursivas e não-discursivas que os vitimizavam, em meio ao que eles entendiam ser a modernização da sociedade brasileira. Para tanto – o que não foi o meu propósito aqui mas vem se mostrando como uma possibilidade futura bastante sedutora –, seria o caso de uma exploração cuidada de: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.)

Capítulo Segundo

**1935 – lembranças de um velho
senhor**

(...) a elaboração lenta, conturbada,
às vezes alegre e engraçada,
outras vezes angustiada e sufocante,
elaboração de um confronto com a perda,
com o esquecimento,
com o tempo e com a morte.

Jeanne Marie Gagnebin,
Lembrar escrever esquecer

De pontes e percursos

Boa parte da inquietação de Joaquim Nabuco em relação à neocracia poderia ser atribuída à sua desconfiança quanto aos seus contemporâneos. Era sobre o seu próprio presente, e contra ele, que Nabuco se insurgira quando entendera de debater com o Barão de Jaceguay – e o seu olhar por sobre os dramas do envelhecimento correspondia, de forma explícita, ao seu projeto de crítica permanente da sociedade brasileira. Neste sentido, se o nosso polemista temia o poder crescente dos jovens, era porque percebia que ele encontrava esteio na tibieza alheia, no enfraquecimento daqueles que os mais moços tomavam como os seus oponentes.

Ao ver de Nabuco, eram os corpos desfibrados dos homens velhos, (mal) acostumados a um mando quase inquestionado desde sempre, que melhor amparavam os moços desejosos de um bom lugar na primeira cena da vida social brasileira dos fins do século XIX e dos começos do século XX. Pensando a experiência etária, Nabuco queria fazer pensar sobre tramas e dramas sociais mais ampliados. Ele construía imagens para a juventude e para a velhice, em meio ao seu diagnóstico e à sua crítica social.⁹⁰

⁹⁰ Com ele concordaria Gilberto Freyre em, pelo menos, dois livros seminais:

Júlio Bello (1873-1951), proprietário, político, jornalista e memorialista pernambucano, autor das *Memórias de um Senhor de Engenho* (escritas em 1935 mas publicadas em primeira edição apenas em 1938), se encarregaria de agregar àquele cenário outra perspectiva, distendendo o projeto de Nabuco. Escrevendo quarenta anos após o debate sobre a neocracia, Bello ao mesmo tempo se aproximava das idéias daquele antigo polemista e delas derivava, em busca de outras nuances. Assumindo a idéia de que os velhos efetivamente estavam sendo afastados da primeira cena da vida pública, Bello tornava mais dramática a análise iniciada por Nabuco, ao retomar a imagem da decadência da velhice como uma metáfora para pensar o seu mundo mais próximo.

Bello, como Nabuco, imaginava ser o enfraquecimento dos velhos a condição da emergência da neocracia, e entendia que ela era um mal em si mesmo – mas, numa posição que era tramada nos limites de sua experiência mais singular, enfatizava a relação entre aquela decadência e o fim de um mundo, de uma experiência social e cultural que era o que haveria de mais autêntico no país. Mais que pensar na batalha entre velhos e moços, enfim, ele estava tentando a lamentar toda uma civilização que via se perdendo no tempo, nas sombras da história.

Importa considerar, para entender o olhar de Bello, que boa parte da plasticidade das relações entre a sua versão e a de Nabuco acerca da história da velhice pode ser atribuída à temporalidade com a qual cada um deles trabalhava. Nabuco pensava, na sua réplica a Jaceguay, no seu presente mais imediato, e num futuro que cria não chegar a conhecer. Bello operava com uma noção de tempo mais complexa.

Júlio Bello, como, aliás, de certa forma, os demais memorialistas que estudo aqui, lidava com uma temporalidade múltipla. Havia para ele o *hoje*, que era o tempo em que escrevia e em meio ao qual sofria os maiores dissabores; havia o *passado*, que era o tempo de sua vida mesma, e sobre o qual ele se voltava para rememorar; havia, ainda, aquilo que outro memorialista pernambucano, Mário Sette chamou de o tempo do “anteontem”, o qual se mostrava ocasionalmente no texto de Bello, sem que o caráter episódico de sua aparição lhe

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000; _____. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 2000.

diminuísse o condão de significar. Este último dizia respeito a um recorte ainda mais antigo que o passado vivido pelo memorialista, sendo, no entanto, um tempo que significava na vida dele, na medida em que a sua vida era pontuada, ainda, por um respeito e por uma veneração ao passado, mesmo o mais distante. O recurso a este “anteontem” não deixava de implicar numa crítica ao presente, construído naquelas narrativas como um tempo que se recortava desde si mesmo, como se não houvesse antes de si nada a preservar ou a cultivar.⁹¹

É o que exploro neste Capítulo: a interpretação proposta por Júlio Bello, nas suas memórias, quanto aos deslocamentos de sentido havidos no âmbito das experiências do envelhecimento no Brasil, nos fins do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, o que ele interpretava a partir da narrativa da experiência de ocaso de sua gente mais próxima, os velhos e tradicionais senhores de engenho pernambucanos, vítimas do esgarçamento do seu tempo e da eclosão dos neocratas.

“Vida” e “Obra” de Júlio Bello

Júlio Celso de Albuquerque Bello nasceu na casa grande do Engenho Tentugal, em Barreiros, Pernambuco, no ano de 1873. Da vida no campo jamais se distanciou de todo, mesmo quando estudante no Recife e no Rio de Janeiro: ele dizia trazê-lo incrustado em si como parte de sua verdade mais íntima. Fora do mister de senhor de engenho, ele dizia ter encontrado apenas “fundos dissabores, injustiças e desilusões; e sempre meu coração, pejado deles, voltou à paz e à serenidade aqui debaixo destas velhas telhas seculares”. (MSE, p. 27) O engenho que depois que herdaria do pai, aliás, lhe daria o único título ao qual jamais quis abandonar: “Senhor de Queimadas”. Como se verá no decorrer do meu estudo, a geografia sentimental implicada naquela valorização recorrente do mundo do engenho teria sua contraface na exploração desconfiada que Bello empreenderia ao longo da vida e, incisivamente, nas suas memórias, em relação ao mundo urbano e aos seus ritos, códigos e personagens.

Não obstante seu amor desmesurado à terra dos canaviais,

⁹¹ SETTE, Mário. *Maxabombas e maracatus*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, s.d., p. 33.

Bello desempenhou papéis urbanos por muitos momentos, o que ele entendia ser natural para um homem de sua geração e com o seu sangue. Destinava-se a esta ou àquela função no mundo para além do engenho como quem ajudava, na gestão da coisa pública, aos seus mais próximos, aos representantes da ordem social da qual ele se sentia ligado. Ocupava espaços que não poderiam ser deixados livres a arrivistas ocasionais. Assim, foi jornalista, deputado estadual, senador estadual e chegou a assumir, interinamente, o cargo de Presidente de Pernambuco, durante o mandato de Estácio Coimbra (1926-1930), de quem era, aliás, tio e cunhado.⁹²

Como jornalista, atuando junto ao periódico *A Província*, órgão adquirido no fim dos anos 1920 por partidários de Estácio Coimbra, Júlio Bello, além de escrever seus próprios textos, contribuía ocasionalmente com o editor, Gilberto Freyre, na escrita de ataques aos opositores do governador. Ele encontrava no jornal um espaço importante para si próprio, na medida em que a presença, ali, de amigos e aliados políticos instalava no Recife uma espécie de brecha espacial que o remetia ao mundo bucólico no qual se sentia verdadeiramente acolhido, ou seja, o ambiente dos engenhos:

Colaborador dos mais assíduos, Júlio Bello freqüentava a redação d'*A Província*, creio que mais para desabafar da vida da cidade a que não se habituara completamente. Para contar também casos do engenho, estórias de gente e de bicho, que mais tarde ele poria no seu livro *Memórias de um Senhor de Engenho*. Sendo presidente do Senado, às vezes assumia o governo, mas não mudava: como sempre subia ao segundo andar da redação, onde se misturava com o pessoal que lá fazia a edição do dia seguinte. Ele subia com as suas roupas claras de brim, a sua bengala de volta, e tão à vontade como se estivesse no alpendre da casa-grande de Queimadas, ao cair da tarde, quando as suas araras, empoleiradas nos pés de pau da campina fronteira, paravam de grasnar.⁹³

⁹² RABELLO, Sylvio. *Tempo ao tempo*. Memórias e depoimentos. Brasília: MEC, INL; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 209.

⁹³ RABELLO, Sylvio. *Tempo ao tempo*, p. 209.

Sylvio Rabello, seu contemporâneo e amigo, em pouco mais de duas páginas de suas próprias memórias oferece uma imagem de Júlio Bello que é demarcada por uma impressão de coerência e de ligação com a vida rural. Era uma imagem cara ao próprio Bello, que investia toda a sua corporalidade na sua manutenção e na sua manifestação. Para Rabello, Bello, não importando estar “sentado na cadeira de governador” ou “na cadeira de balanço do engenho”, era o mesmo homem sempre, “um só, mesmo fazendo coisas diferentes.” Quando na cidade, punha-se a contar casos, tratando em geral “daqueles outros senhores de engenho de vida regalada da zona do sul, verdadeiros pais d’égua, mas homens de palavra”. Quando no engenho, deleitava-se em conversar “sobre as suas leituras e boas leituras de autores franceses, biógrafos de Napoleão e memorialistas do tipo de Casanova e de George Sand.” Estava distante, diz Rabello, “desses broncos donos da terra para quem os horizontes não vão além do cercado.” Ele era “um letrado, pelo menos, um amante das boas letras.”⁹⁴

Devo lembrar que a indicação daquelas leituras tem seu interesse. Ao mencioná-las, Rabello nos oferece uma contribuição inesperada, no sentido da busca aqui empreendida acerca das figuras encarnadas por Julio Bello. Que ele era leitor constante, todos os que falam de sua vida e, mesmo, suas memórias, insistem neste ponto; no entanto, nem sempre o leitor é informado das leituras realizadas por Bello. É Rabello quem menciona dois tipos de leituras preferidas, ambas ligadas a um mesmo modo de pensar a vida. Leitor de biógrafos e de memorialistas, Bello é tramado no texto daquele seu amigo como alguém que tomava como modelos de escrita autores que se voltavam para o eu, para o indivíduo, para a figura do sujeito que é capturado pela idéia de que cada vida é única e passível de ser transformada em narrativa.

O jornal, na vida de Júlio Bello, por seu turno, parecia acolhedor “às suas tendências – o seu apego à terra de massapé da cana de açúcar, a sua bonomia de homem ‘sem bondade’, o seu sentimentalismo de criador de passarinho e de cultor de bogaris e de jasmims-do-cabo.” Publicava ali casos em que mesclava temas de folhetim e de sátira política, ou polêmicas com alguém do *Diário de Pernambuco*. Sempre se postava em defesa das tradições, do passado do seu povo, dos orgulhos de pertencer a uma camada senhorial

⁹⁴ RABELLO, Sylvio. *Tempo ao tempo*, p. 209.

que, mesmo decadente, ainda tinha seu brilho e seu encanto. A enunciação da crise do seu mundo funcionava, aliás, como matéria-prima e como estímulo para a sua escrita, ele se valendo do gesto de discutir aquela experiência para retomar quase ao infinito a vida senhorial. Ele mesmo, diz

Rabello, sentia-se como portador de virtudes importantes porque antigas, trazidas no sangue graças à herança dos Albuquerque, seus antepassados maternos.⁹⁵

Aliás, em diversas passagens das memórias de Bello há a indicação de sua firme crença na transmissão, pelo sangue, de “característicos físicos e morais” e, até mesmo, de lembranças. Com isso ele produzia uma geografia natural das relações sociais, na medida em que apartava herdeiros de uma boa linhagem dos que não tinham tal sorte. Um exemplo dessa abordagem é todo o seu primeiro capítulo, intitulado “Antepassados. Tentugal”. (MSE, p. 01-23; cf. tb., p. 79). Daquela herança inegociável, ele extraía qualidades que o levavam para longe do arrivismo, o qual ele descrevia como algo típico da conduta dos moços do seu tempo, demasiado seduzidos pelas promessas da modernização e da urbanização.

Tomando distância dos arroubos que eram comuns aos jovens que se expunham na cena pública pelos meados dos anos 1930 em Pernambuco, Bello defendia a idéia de que o poder que emanava dos velhos senhores não exigia demonstrações extremadas, não precisando ser objeto de uma visibilidade gritante; ele vinha da alma, estava incrustado no corpo de forma natural – ou não existia, ou não valia, ou era uma farsa.⁹⁶

Assim, por exemplo, conversando com seus colegas de redação, Júlio Bello atualizava no seu próprio corpo sua tese, e não demonstrava seu prestígio político, que era notável, nem fazia valer sua autoridade, que era mesmo assim reconhecida por todos.

Muitas vezes o vi em mangas de camisa, confundindo-se com os noticiaristas, ele mesmo

⁹⁵ RABELLO, Sylvio. *Tempo ao tempo*, p. 210-211.

⁹⁶ Cf. OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Façamos a família à nossa imagem*. A construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). Tese. Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, 2002; REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) Encantos modernos*. Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife, PE: FUNDARPE, 1997; SETTE, Mário. *Maxabombas e maracatus*.

redigindo sueltos e notas, revendo provas, chamando Sindulfo linotipista ou Lucena gerente, inteiramente esquecido das atribuições, do expediente do gabinete, onde iam mais pessoas interesseiras do que amigos verdadeiros.⁹⁷

Após 1930, com a queda de Estácio Coimbra, sobreveio a Júlio Bello certa perda de prestígio, o que foi comentado pelo seu parente e amigo Alfredo Freyre, que se valeu de imagens rurais para explicar as intempéries derivadas, a seu ver, do fortalecimento da vida urbana e moderna no país:

O Júlio foi um homem na vida digno e correto, amigo dos seus amigos, sem ambições e sem orgulho. Tenho apenas que referir, a respeito dele o seguinte: quando caiu, politicamente, em 1930, muitos dos que antes o cercavam com demonstrações de afeto, desapareceram por completo e ele se queixava da atitude desses supostos amigos. Respondi-lhe então que um viajante não procuraria se abrigar a uma árvore que tinha perdido os seus ramos e as suas folhas. Aliás, era uma fortuna, estar esquecido, porque não criava obrigações de espécie alguma.⁹⁸

O amor e a fidelidade de Júlio Bello ao que ele julgava serem suas raízes, bem como laços de amizade e de parentesco, o fizeram participar, juntamente com Gilberto Freyre, Odilon Nestor, Amaury de Medeiros, Alfredo Freyre, Antonio Inácio, Moraes Coutinho, Carlos Lyra Filho, Pedro Paranhos e outros, da criação, em 1924, do “Centro Regionalista do Nordeste”. Este tinha o objetivo, “explicitado em seu estatuto, de promover o sentimento de unidade do Nordeste e de trabalhar em prol dos interesses da região em seus diversos aspectos econômicos, sociais e culturais.”⁹⁹ A partir dali acompanharia Pedro Paranhos, Ulisses Freyre e Gilberto Freyre em excursões pelo Nordeste, especialmente pelo interior de Pernambuco, em busca dos

⁹⁷ RABELLO, Sylvio. *Tempo ao tempo*, p. 209-210.

⁹⁸ FREYRE, Alfredo. *Dos 8 aos 80 e tantos*. Recife: UFPE, 1970, p. 136.

⁹⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Cabra da peste! Nossa História, Ano 2, N. 17, Mar./05. Quanto aos laços de amizade e de parentesco que se sobrepujam na experiência dos letrados acumpliciados na invenção do Nordeste, vale conferir, entre outros autores: RABELLO, Sylvio. *Tempo ao tempo*.

restos materiais e simbólicos do seu mundo, do seu passado.

Naquele Centro, espaço de realização do Movimento Regionalista, Tradicionalista e Modernista de Recife, de acordo com as memórias de Alfredo Freyre, Júlio Bello se aliou a outros “intelectuais eminentes do Recife”. Aquele grupo acabaria por desenvolver uma série de atividades “que, do Recife, se projetou sobre outras partes do Brasil.” Suas reuniões, na casa de Odilon Nestor, uma “bela residência, cheia de pinturas artísticas e de objetos de valor”, se davam “em torno de um chá”, preparado pela mãe e pela irmã do anfitrião. Ao chá, acompanhavam “sequilhos” e “doces tradicionais”, aliás “preparados com muita arte” pelas senhoras e senhoritas da casa. Naquele ambiente sofisticado e que remetia intensamente a certa tradição senhorial, aqueles letrados pensavam a estética, a culinária, os hábitos e costumes do seu mundo, em breve por eles mesmos nomeado como o Nordeste do Brasil, sendo ali homens que, alimentados pelas mãos femininas, redesenhavam o mundo em que viviam.¹⁰⁰

O estreitamento dos laços de Júlio Bello com Gilberto Freyre, a partir do fim dos anos 1920, faria com que este o incitasse a publicar as *Memórias*.¹⁰¹ Sobre isto, o próprio Freyre, no texto do “Manifesto Regionalista”, fez valer os seus direitos de inspirador da escrita memorialística de Júlio Bello. Ali ele diria que Bello, um dos “velhos lavradores ou homens de campo voltados inteligentemente para os problemas de defesa e valorização da paisagem ou da vida nos

¹⁰⁰ FREYRE, Alfredo. *Dos 8 aos 80 e tantos*, p. 148-149. Quanto às práticas de leitura e de escrita e às redes nas quais Bello se viu enredado, vale lembrar o que já se disse, num fragmento que remete a outros personagens e a outras relações mas que bem cabe aqui: “O convívio entre intelectuais, como a leitura, é fundamental para o desenvolvimento de idéias e sensibilidades. Para escrever, pintar, compor etc., o intelectual precisa estar envolvido em um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo, o situe no mundo cultural e lhe permita interpretar o mundo político e social de seu tempo.” GOMES, Angela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In. _____ (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 51-75, cit. p. 51.

¹⁰¹ Segundo Gilberto Freyre, a sua amizade com Júlio Bello se deu no seio de uma tendência que lhe era cara desde sempre: a de se aproximar de pessoas ao ponto da intimidade, sem que a idade implicasse em barreiras. Seus companheiros mais chegados, assim, tanto poderiam ser velhos quanto moços. No caso de Júlio Bello, pesava, na amizade, os laços de parentesco e as boas relações de Bello com o velho Alfredo, pai de Gilberto Freyre. Cf. FREYRE, Gilberto. Introdução do anotador. In. FREYRE, Alfredo. *Dos 8 aos 80 e tantos*, p. 30; 39. Cf., tb. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 167 e segs.

seus aspectos rurais ou folclóricos” havia sido instado a contribuir para o livro comemorativo do primeiro centenário do *Diário de Pernambuco* com um texto em que fossem evocadas as práticas culturais do velho mundo dos engenhos de açúcar, que andava sendo destruído pela modernização capitalista.¹⁰² Já naquele movimento, como se pode perceber, Freyre cumpria o rito de naturalizar os laços entre a memória e o envelhecimento, o que acabaria por ser incorporado sem muitas diferenças por Júlio Bello e por tantos dos seus contemporâneos.

Da participação de Bello naquela obra para a composição das *Memórias* havia sido um passo rápido, na medida em que, na opinião de seus leitores e amigos, principalmente na de Gilberto Freyre, ele dera mostras de não só ter e saber o que dizer, modos que lhe teriam advindo da formação e, mais acentuadamente, da idade avançada, mas de ser dotado da capacidade de seduzir o leitor pela qualidade de sua prosa. Além dessas motivações mais internas à vida e à arte mesma da escrita, havia o tempo livre, visto que, após a queda de Estácio Coimbra em 1930, a fração da elite açucareira à qual Bello se ligava entrara em ostracismo político, e ele acabara por se resguardar à sua propriedade e ao seu culto ao passado.

A morte de Júlio Bello, em 1951, ocorreu no Recife – cidade em que havia se instalado em definitivo nos momentos finais da vida, ainda que contra a sua própria vontade, apenas motivado por razões de ordem médica. No fim de tudo, Bello acabaria vítima dos controles quase inegociáveis do saber médico, cúmplice da modernização brasileira tão recusada por aquele velho senhor. Ele teria seu corpo enfermo levado à capital, longe do seu engenho querido no qual por tanto tempo imaginara poder morrer em paz, cercado de lembranças familiares, como tantos dos seus antepassados. Morreria longe da casa sobre a qual havia dito:

Tudo nesta casa secular me evoca uma lembrança do passado. A maior felicidade de minha vida é viver ainda nela e minha maior esperança é morrer sob o seu teto. (MSE, p. 25)

¹⁰² Cf. TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 275-279; 343-345. O Manifesto Regionalista é de fácil acesso. Na WEB, por exemplo, encontra-se em: <http://www.arq.ufsc.br/arq5625/modulo2modernidade/manifestos/manifestoregionalista.htm>. [acesso 10/01/2006, 15:26]

Bello, autor

A publicação do livro de memórias de Júlio Bello, em 1938, se deu na Coleção Documentos Brasileiros, então dirigida por Gilberto Freyre para a Livraria José Olympio Editora.¹⁰³ Além do destaque advindo do prestígio daquela edição – a coleção e a editora eram lugares de primeira grandeza na ordem cultural da época – as memórias de Júlio Bello contaram com outros eventos que lhe garantiram visibilidade e duração, como a publicação de resenhas elogiosas em jornais e livros e a sua divulgação por outros intelectuais. O livro teve ainda duas edições, e continua sendo citado com certa regularidade em estudos acadêmicos acerca de temas ligados à história do Nordeste, numa tradição iniciada por Freyre nos seus trabalhos clássicos sobre a sociedade patriarcal brasileira.

Ao tratar do seu livro, numa breve nota, o próprio Bello ofereceu ao seu leitor imagens de si e do seu modo de experimentar a escrita – e, em especial, a escrita memorialística, tal como praticada por um homem que experimentava a velhice e dela falava sobre si e sobre o mundo. A sua figura, a sua existência como pessoa, como sujeito, ali, então, emergia da sua condição de velho escritor das próprias memórias. Era o livro que lhe emprestava algum sentido, era a sua recordação sistemática que lhe dava densidade. Para Bello, seu corpo envelhecido vibraria sozinho e sem repercussão alguma não fosse aquele discurso ancorado na lembrança. O livro era a imagem de outra coisa, que no entanto só se atualizava, ou seja, só adquiria espessura histórica real quando vertida no papel: a existência mesma do memorialista.

O primeiro qualificativo apresentado naquela ocasião por Bello para seu livro é “desordenado”. Ele diz não seguir com cuidado a cronologia, tendo escrito sem esquemas prévios, as palavras vindo ao papel em momentos esparsos e jamais planejados, sempre que a memória os projetava, sempre que alguma imagem do mundo lhe seduzia. Longe de uma relação sistemática com o real, mais própria aos ritos modernos e burgueses, Bello dizia partilhar consigo e com o

¹⁰³ FONSECA, Edson Nery. *Gilberto Freyre de A a Z*. Referências essenciais à sua vida e obra. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Zé Mario Editor, 2002, p. 36.

seu entorno uma relação empática, movida antes pelos sentimentos e desejos que pelas necessidades materiais. Seria o fluxo das recordações que daria a pontuação e a respiração ao texto, numa auto-produção que se chocava com a mercantilização da vida que ele via ocorrer ao seu redor. (MSE, p. XXI)

Bello compôs ali, ainda, uma imagem de si que vale a pensa ressaltar: a de homem de letras, com a qual ele esgrimia mais uma vez contra o seu tempo presente. Numa outra passagem ele tenta dizer uma coisa e acaba por dizer outra; querendo atestar a desorganização de sua prática cultural, ora de leitor ora escritor, ele informa ao seu leitor, de forma elíptica, que sua capacidade de apropriação do impresso é grande. Diz ele: “Leio com o mesmo tumulto: às vezes ao mesmo tempo dois livros sobre assuntos absolutamente antagônicos.” A sua nota breve menciona ainda estantes, livros, uma “pequena biblioteca”, papéis, atlas, um dicionário latino – ainda que ele vá entremeando o rol com adjetivos que o diminuem, num esforço de modéstia. Ele dizia-se, portanto, como alguém que lia, que cultuava o espírito, que se preocupava com a origem das palavras e com a distribuição dos homens e das coisas no mundo. Não era um homem de livros contábeis, de negócios mirabolantes, de empresas que se projetavam no futuro por sobre lucros fenomenais: era um senhor resguardado do mundo e da história nos livros, obras clássicas que portavam verdades e lembranças esgarçadas no seu tempo mas que seu coração fazia valer mais que tudo. (MSE, p. XXI)

Escrever, para ele, seria como ler: um gesto carregado de espontaneidade. Suas memórias seriam assim fruto duplo do acaso: dependeriam de algum lampejo da inspiração, ou da força da própria recordação, que subiria à superfície da consciência em momentos inesperados. Para ele, lembrar era algo do imponderável, era uma força que brotava de si, ou de um encontro com o mundo, e que cumpria obedecer:

Senhor de engenho quase pobre, escrevia em certas ocasiões um período entre várias ordens ao administrador.

Visitando um serviço no campo acudia-me despertado por uma árvore, uma curva do rio, a visão especial de um trecho de mata uma lembrança do passado: consignava-a na carteira para desenvolvê-la em casa. Às vezes mesmo montado a cavalo, vendo a lavoura, escrevia a lápis uma página inteira e copiava-a depois. (MSE, p. XXI)

O resultado, diz ele, eram textos vários, muitas vezes publicados em jornais, como o *Diário de Pernambuco* e *A Província*. Crônicas que não eram mais que memórias, relatos de sua vida, registros de experiências passadas que, de súbito, retomavam algum fôlego e invadiam seu presente, forçando-o a uma inesperada, mas sempre bem vinda escrita de si. Era o seu trabalho possível, vez que o corpo do homem velho parecia cada vez menos solicitado pelo mundo das ações produtivas, naquele Brasil que se sonhava moderno sob os rigores de uma República Nova construída aparentemente por sobre os restos do mundo dos grandes e poderosos senhores rurais.

Aqueles pequenos textos lhe permitiriam a escrita do seu livro de memórias, vez que tanto o antecipariam no seu acontecer esporádico, quanto teriam pavimentado o caminho para a aparição pública de Bello como autor daquele tipo de literatura. No entanto, diz Bello, mais uma vez buscando diminuir a si próprio, nada daquilo era mais valioso do que parecia, e só vinha à luz por força da insistência dos amigos. Uma coisa era distribuir ocasionalmente por jornais, que se acabam com o morrer do dia, pequenas notas acerca de si, e de sua gente. Outra coisa era transformar tudo num livro, obra em geral condenada a uma perenidade que pode alongar-se indefinidamente. Ele parecia não se sentir muito à vontade com este deslocamento, e chama para justificar-se os amigos que o estimularam. Eles devem partilhar o destino da obra, e da sua falta de pretensões.

Ninguém busque nestas páginas o sensacional e o maravilhoso. É um livro simples de senhor de engenho. Recordações de uma vida que não teve nada de extraordinária nem de romântica.

Uma vez Manuel Caetano, conversando comigo no *Diário de Pernambuco*, naquela saleta onde era o escritório de Tavares, aconselhou-me a publicar em livro as crônicas que eu vinha escrevendo no jornal.

A semente daquele conselho de um homem de bem ficou a germinar no meu espírito, mas não frutificou senão depois que Gilberto Freyre fê-la transformar-se neste livro.

Ele foi quem me induziu a escrevê-lo: tem de ser co-partícipe de um insucesso inevitável. (MSE, p. XXI-XXII)

Para Júlio Bello, de resto, a velhice era o “fim da vida”. Depois dela, mais nada; antes dela, tudo: a existência, com sua energia, sua ordem, suas conquistas. O futuro sendo suspenso, ou, mesmo, extinto, a velhice torna-se um tempo que se dobrava por sobre si mesmo, voltando-se para trás. Tempo de lembrar, de registrar o que acode “à memória”, ainda que desordenadamente; de reviver, ainda que sem alegria, fatos do passado.¹⁰⁴ Era a época de pesar com cuidado os relatos tantos que a o indivíduo capturava na tradição oral ao seu redor, cruzando-os com as próprias recordações, na busca por imagens mais ou menos exatas do passado.¹⁰⁵ (MSE, p. XXI; 05)

As histórias contadas teriam o seu quinhão de omissão ou exagero – ou seja, elas fugiriam em alguma medida de padrões rigorosos de exatidão.¹⁰⁶ Para tanto se prestavam as memórias, diz Bello, uma relação para com o passado que, mediada pela linguagem, permitia o floreio, o desvio, o contorno, a figuração por vezes conscientemente exagerada. Não lhe interessava intervir no mundo a partir de um relato meticuloso, aferrado a uma vontade de verdade tão visceral que necessitasse a todo o momento de uma comprovação, da afirmação recorrente de que o que se diz é a cópia exata do que se viveu. Palavras e coisas, nas memórias, se associariam mais por contigüidade, por semelhança, por proximidade do que por correspondência, num trabalho de arista e não de advogado.¹⁰⁷ Além de tudo isso, diz Bello, dourar o contado era uma

¹⁰⁴ Ao tratar da morte de sua mãe, o que se deu em 1889, ele diz: “Foi o primeiro golpe para o meu coração infantil, e hoje, isto escrevendo, volta-me a lembrança daqueles tristes dias com a funda e imorredoura saudade dela.” (MSE, p. 72)

¹⁰⁵ Sobre as interpenetrações do tempo – aliás, tema caro também a Gilberto Freyre, interlocutor de relevo para Bello – devo lembrar um texto, ao menos: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Quanto às complexas relações entre o “lembrado” e o “vivido”, deve ser lido: REZENDE, Antonio Paulo. Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta. In: GOMES, Angela de Castro. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 77-91.

¹⁰⁶ Quanto à omissão, ele diz: “(...) não conto toda a minha vida: oculto alguma coisa sem traír contudo jamais a verdade daquilo que conto.” (MSE, p. 76)

¹⁰⁷ “As trilhas abertas pelas distâncias deixam sempre espaço para idealizações. O controle sobre o tempo, as surpresas, o lado mágico da vida têm marcas da incerteza, por mais racionalizações que se possa arquitetar. O tempo dos calendários, que

marca de sua estirpe, da qual ele não desejava fugir por pouco que fosse:

O mais jovem dos meus tios maternos, o tio Totônio, Antonio Francisco de Albuquerque Santos, foi um homem inteligente e muito espirituoso. (...)

Meu tio justificava com os exageros com que enfeitava os casos que referia a fama dos Albuquerque.

Diziam antigamente: “não há Albuquerque que não minta”. Diziam isto dos Albuquerque como diziam coisas equivalentes dos Cavalcantis, dos Wanderleys, dos Souza Leões...

Meu tio... exagerava muito. Nós todos exageramos um pouco. Eu mesmo gosto de por um tanto do sal do exagero numa história que relato para dar-lhe muitas vezes mais graça. O exagero na conversa até certo ponto e desde que não prejudique nem comprometa ninguém, é como a caricatura inteligente no retrato: exagera-se um pouco um nariz já de si comprido, uma orelha ou um queixo que se desmanda no crescimento, um olhar que se derrama muito cheio de melancolia, para patentear-se a comicidade daquela feição já naturalmente cômica nas fisionomias. Assim na conversa muita vez é necessário exagerar-se o que há de cômico ou de notável, sob outro aspecto, num caso, para maior êxito do que se está contando. (MSE, p. 06-07)

Modernidade e tristeza

Júlio Bello, como disse acima, viveu, de acordo com o tempo dos historiadores, a passagem do século XIX para o XX; já era, aliás,

responde às demandas das instituições sociais, não dá conta das instabilidades do tempo subjetivo, formado por ansiedades e buscas constantes.” REZENDE, Antonio Paulo. Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta, p. 77. Quanto ao papel da “prova” no discurso sobre o passado, cf. PROST, Antoine. As palavras. In. RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 295-330; esp. p. 299.

homem feito quando o novo século se inaugurou. Ele sentiu, na sua própria trajetória, as transformações daquela época, e seu texto era uma tentativa de interpretar a história vivida, entremeando indicações quanto aos novos sentidos emprestados aos espaços públicos e privados que ele palmilhou na sua trajetória, bem como aos seus embaralhamentos.¹⁰⁸

O seu tempo, é o que ele diz no livro, em meio a um ressaibo romântico incontornável, era um instante marcado pelo esvaziamento da densidade do mundo, dos seus mistérios, das suas zonas de sombra. No mundo moderno que ele via sendo inventado, não cabia o pitoresco, o fantasioso, o obscuro: apenas a luz, a razão e o movimento tinham espaço nele. Era um mundo menos interessante, menos carnal e mais maquínico – logo, mais triste, menos feliz. Para interpretar a história e a densidade específica daquele mundo ele se lançará a pensar na experiência social a partir da metáfora da velhice, ferramenta que lhe permitia entender a si e ao seu entorno.¹⁰⁹

Na maior parte das vezes, conforme se pode perceber com a leitura de seu texto, o que se dava era que Bello não conseguia se conectar com propriedade aos novos ritmos da vida social, os quais emergiam com vigor ao seu redor; era-lhe mais fácil, a partir do lugar que ele construía para si como sendo a mirada possível a um homem velho, a experimentação dos códigos da sociedade tradicional que se esvaía sob seus olhos. A disjunção ali experimentada gerava um desconforto que o seu livro registra amplamente. É comum, assim, nas *Memórias* de Júlio Bello, a associação entre a modernização da sociedade e a instalação da tristeza, ora no mundo, ora em alguns dos seus personagens.¹¹⁰ Isso parece ser mais forte quando o texto

¹⁰⁸ CF. REZENDE, Antonio Paulo. Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta, p. 78.

¹⁰⁹ Quanto à invenção de uma nova face para o Brasil na passagem do século XIX para o XX e nas primeiras décadas deste, cf., entre outros textos possíveis, o balanço histórico-historiográfico apresentado ao longo de: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹⁰ Na análise a seguir traço um caminho pelo texto de Bello, resultado de minhas escolhas. No entanto, desejo chamar a atenção, embora apenas rapidamente, para uma outra dimensão das relações entre modernidade e tristeza, no âmbito daquelas memórias. Contando de sua vida de estudante no Recife, Júlio Bello encontrou espaço para criticar duramente os movimentos de modernização urbana do começo do século XX, especialmente os que implicavam na derrubada de prédios antigos. Para ele, aquele afã de ajustar o corpo da cidade ao progresso era a prova da ima-

aborda experiências da infância, trazidas à tona nos momentos em que o autor, já velho, exercitava a saudade, a lembrança.

Há, ali, por exemplo, a descrição de sua primeira viagem ao Recife, em 1880, ele fazendo parte da comitiva familiar, a cavalo. Entre tantas lembranças que lhe vêm à mente, Bello insiste na idéia de que, naquela ocasião, viu com seus próprios olhos um mundo de maravilhas familiares, a cada engenho por onde passava. Casas, matas, acidentes do relevo, tudo lhe era ao mesmo tempo habitual e fantástico, e cada pequeno enquadramento se incrustaria no mais fundo da memória, para ser capturado e trazido novamente à cena na velhice, tempo de recordar o que a história havia deslocado com sua voracidade. O rol das imagens lembradas por Bello quase uma contra-imagem do tempo no qual se dava a escrita do seu texto de memórias, marcado que ele estava sendo pela transformação de espaços, práticas, códigos, moralidades, pela produção de si enquanto alteridade em movimento perpétuo. Aliás, Bello deixou dito que a sua “impressão primeira do Recife”, conquistada naquela viagem – apesar da “sensação de grandiosidade de um grande núcleo povoado, da muita casa junta, do muito sobrado, da gente na rua passando ininterruptamente em todos os sentidos, dos carros, dos bondes, da iluminação pública” – “foi de desagrado.” (MSE, p. 61)

Diz Bello o que lhe tomava a visão e os sentidos, naquela infância que o tempo deixara no passado:

(...) eu sentia o ânimo galvanizado de hora em hora, chegando a cada engenho para mim desconhecido, naquele mês de fevereiro, todos em franca atividade de colheita da safra, a chaminé fumegando, os escravos, como grandes abelhas negras espalhadas pelas bagaceiras e, pela margem do caminho, as casas de moradores com as suas roças de milho e mandioca, as grandes touças de bananeiras,

turidade do brasileiro, “um povo jovem, na grande maioria ignorante das coisas do passado, e por isso indiferente à nossa própria história e aos nossos poucos monumentos.” O que parecia a alguns embelezamento urbano, para Bello era apenas a demonstração de que o governo dos povos, entregue aos jovens, resultava apenas no “descaso pelas coisas propriamente nossas que deviam constituir um inviolável patrimônio cívico.” Na sua tristeza, ele diz se sentir “incoercivelmente enternecido” quando pensa no Recife Antigo, naquele momento (1935) apenas uma sombra no passado e nas lembranças. (MSE, p. 93-95)

os terreiros pintalgados da criação miúda de galinhas e de perus. (MSE, p. 58)

Era um mundo harmônico, diz o memorialista, subordinado aos ritmos sagrados da natureza, trabalhado por escravos que cumpriam seu destino como insetos disciplinados, os espaços distribuídos segundo as hierarquias sociais que deveriam ter sido imortalizadas para todo o sempre. Tudo aquilo, no entanto, diz Bello, teria se perdido, ficara para trás, graças aos sopros do moderno que sopravam em Pernambuco desde os fins do século XIX – com resultados desanimadores para ele, a cremos nas suas palavras:

Como é diferente hoje a vida do engenho!
Em menos de um quarto de século, como se transmudou a vida do campo. A terra industrializada no domínio das firmas comerciais do Recife, como entristeceu a terra! (MSE, p. 58)¹¹¹

A usina, diz Bello, era a forma histórica mais visível e mais concreta daqueles novos tempos, e da sua maquinaria absurda escorria não o doce do açúcar, mas o amargor da tristeza, do desencantamento do mundo, da destruição das relações paternalistas que se moldavam ao sabor de fluxos ancestrais. A usina, na sua rudeza, na sua face banal e sem mistérios, destruiu o mundo antigo e construiu outro no seu lugar, sem quase nada do brilho e da alegria de outrora. Daquele paraíso perdido restavam apenas resíduos marcados pela decadência, pela degradação, pela ruína – o que Bello só conseguia dizer apelando para a metáfora da velhice, ferramenta que lhe era mais que útil no seu afã de registrar a morte do que era a sua vida mesma:

Que é dado daquelas alegres colméias cheias de vida e de encanto das margens e adjacências do grande rio? O viajante percorre a estrada rodando a cincoenta quilômetros, pára ora num, ora noutro ponto, junto das velhas casas-grandes em ruína, dos paredões de vetustas

¹¹¹ É ainda Mário Sette quem resumiria de forma mais cortante a ruptura apontada por Júlio Bello; diz aquele autor: “O século XIX foi dando fim a isso. Já prometia ser o irrequieto pai do doido varrido século XX.” SETTE, Mário. *Maxabombas e maracatus*, p. 34.

capelas, das taperas de antigos bangüês, pára e pergunta: “De quem é hoje este engenho?” A resposta é invariável: “Da Usina”. (MSE, p. 58)

Uma nova ordem produtiva implicava numa nova ordem social – o que Belo via como um desastre. As novas usinas, túmulos dos velhos engenhos, traziam consigo novos modos de ser, novas relações entre os indivíduos, novos pertencimentos e novas exclusões. O resultado teria sido a crise não apenas de um setor produtivo, mas do próprio país, o que se corporificava na crise dos seus mais legítimos habitantes: os velhos senhores. A sua decadência, acompanhada que foi da transferência da propriedade de vários engenhos, comprados pelos capitalistas da cidade, desorganizou em muitos aspectos a vida social brasileira. Não por outro motivo, ser velho nas primeiras décadas do século XX estava sendo algo tão difícil:

Nas casas-grandes dos antigos bangüês, onde dominaram senhorilmente os velhos coronéis do século passado, como melancólicas e ridículas caricaturas deles, vegetam hoje os administradores, fiscais e apontadores dos usineiros. (MSE, p. 187)

Como exemplo dos resultados dessas mudanças, Júlio Bello menciona a má vontade dos “residentes mais humildes das propriedades agrícolas” em receber os novos senhores das terras. “Não os respeitavam nem lhes dispensavam a mesma consideração” anteriormente derramada aos senhores antigos dos engenhos. “Riam-se, zombavam dele, achando que usurpavam uma função” que excedia seus merecimentos, viessem esses do capital ou do nascimento. Abria-se uma brecha, ali, para a instauração de conflitos indesejados pelas elites. (MSE, p. 161-162)

“Os moradores do engenho acatavam com muito maior prazer ordens dos senhores de engenho de famílias radicadas à lavoura”, diz Bello. Isso se dera, por exemplo, quando um administrador foi contratado para gerir o engenho Junco, do falecido Antônio Leitão Cavalcanti, cunhado do memorialista. A propriedade foi entregue, por arrendamento, “a um comerciante relativamente abastado e respeitável”, mas “os mais antigos residentes da propriedade, saudosos do velho senhor e despeitados não queriam, por forma alguma, receber nem acatar as ordens do rendeiro”, vindo a Júlio

Bello para “saber o que deviam fazer, onde plantarem, quando iniciarem o corte de suas canas”. Preferiam, ao rendeiro estranho, que o engenho fosse mesmo entregue “à inexperiência” e à “estúrdia dos dois rapazes” herdeiros do falecido Senhor Cavalcanti. A velhice, neste relato, remetia a respeito e a mando – enquanto a juventude se ligava à incompetência e à falta de autoridade. Para Bello, os homens do eito eram assim seus aliados, na medida em que apenas temiam a quem carregava em si as marcas do pertencimento às antigas elites rurais, e, assim, resistiam às forças daquele presente avesso à antiguidade e à venerabilidade dos mais vividos. (MSE, p. 162)

Para Bello, como também para os demais memorialistas nordestinos, abria-se, com a modernização da produção, das relações sociais e dos costumes, um tempo do desconhecimento: a multiplicação dos personagens da cena pública, com o crescimento das cidades, levava a uma impossibilidade de se saber quem era quem, o que borrava o mundo e impedia o conhecimento tal como se produzia *antigamente*. O mundo das usinas, firmas com seu coração na cidade, empresas descoladas da vida no campo, era, para Bello, o espaço de uma grande ausência do nome, visto que todos os patronímicos que eram familiares à sua infância (e ele dá ao leitor uma extensa lista de famílias, outrora ricas e que, no seu presente, anos 1930, não eram mais que simples lembrança) passaram a se ligar não mais a fazendeiros poderosos, mas a pessoas dispersas, a “emigrados da terra e da profissão dos seus maiores”. Ausina, diz Bello, tal como uma tirana, mostrou-se “insaciável de terras e deportadora terrível” de coronéis e senhores de engenho, conquistando as terras, disseminando e deportando “os seus velhos donos”. O nomadismo forçado daqueles velhos personagens atualizava, para Bello, uma experiência de sociabilidade que o repugnava, visto que ela implicava no abandono, compulsório, pelos senhores, do seu bem mais caro: a sua casa familiar, carregada de memórias e de passado.¹¹² (MSE, p. 58)

O homem da cidade comprou a usina e comprou as terras. Com esse utilitarismo comercial e as suas minúcias de “deve e haver”, de “lucros e perdas”, com esse espírito de detalhe do homem de negócio que investiga inteligentemente tudo e tudo anota e aproveita, e para aumentar a zona

¹¹² Cf. SETTE, Mário. *Maxabombas e maracatus*, p. 66.

de cultura, invadiu com a lavoura de cana todos os recantos dos engenhos. Valendo-se, para sua defesa, de uma ilusória vantagem no salário, tomou, por via de regra, os pequenos sítios de mandiocas e das outras lavouras secundárias do pobre. Este deixou de cultivar o trato da terra que, ordinariamente, a complacência e o espírito de eqüidade do Senhor de engenho antigo lhe outorgavam. Deixou os engenhos e passou a residir de preferência nos povoados e cidades do interior, vivendo exclusivamente do salário ilusoriamente melhorado. Enquanto é válido e forte pela idade, antes dos quarenta anos, pode viver porque pode vender por melhor preço o seu trabalho. (MSE, p. 133)

Na velhice, para a qual nada pôde guardar, inaugurada por Bello com a chegada dos quarenta anos de idade, viveria aquele desgraçado a miséria mais extrema, a tristeza mais profunda. Falando de si mesmo, Júlio Bello se diz também vítima daqueles ventos terríveis da história, ainda mais porque sentiu-se incapaz de assumir papéis modernos. Não foi médico, não foi engenheiro, e acha que apenas daria

(...) um sofrível bacharel, se o Destino me privasse de ser aquilo que sou e com tão decidido gosto, graças a Deus: um simples agricultor, sem o título científico e sem a patente da guarda nacional que não se confere mais aos senhores de engenho, mesmo porque os senhores de engenho, como os coronéis, estão se acabando. (MSE, p. 76)

À usina só resistia “Um ou outro teimoso representante das famílias tradicionais nas casas-grandes restantes, como últimos abencerragens da classe”. Era uma questão, por vezes, de orgulho, de honra, de dignidade, enfrentar com bravura aos ventos do novo – mesmo que tal gesto quase sempre resultasse em apenas mais um fracasso. Ainda mais, haveria que se observar isso, os indivíduos que se arvoravam em defender o velho mundo dos patriarcas, em geral – salvo o caso dos jovens letrados que orbitavam em torno de Gilberto Freyre, que encaneciam apenas nos valores – eram homens velhos

e fracos, cansados de viver e lutar, já submetidos em maior ou menor grau aos tempos novos, época de governo dos moços. (MSE, p. 59)

Nascia, no começo do século XX, era o que relatava Júlio Bello, um mundo novo, por vezes incompreensível, o que ainda mais o assustava, e lhe toldava o semblante. Esperava-se, pelo menos, que alguma ordem se mantivesse, como garantia da paz e da tranqüilidade, coisas caras aos velhos e suspeitas aos moços. Havia, nas palavras de Júlio Bello, quanto a isso, ainda uma velada crítica social ao seu presente: era na sabedoria, força vital que ele associava, por todo o livro, aos mais velhos, que se depositava a ilusão de um futuro menos iníquo, menos desordenado. Ela ainda seria possível, naquele mundo?

A época que vamos vivendo é evidentemente, no conceito de todos, uma era de transição: um mundo novo se prepara e há de surgir dessa inquietação incessante, dessa elaboração surda de idéias que refervem e agitam as nações como os rumores subterrâneos fazem tremer a terra antes das erupções vulcânicas. À sabedoria dos governantes e dos legisladores está entregue o destino da civilização. (MSE, p. 185)

Velhos senhores – força ontem, decadência hoje

O desencanto em relação ao presente e a certeza da natureza triste e infeliz da atualidade remeteram Júlio Bello ao passado, atualizado sob as formas da memória. Ou, para dizer isto de outra forma: a sensação de que seu corpo não se conectava à sua atualidade mais imediata fez com que Bello mergulhasse na experiência de demarcar certo continente de registros como sendo a face do seu passado querido, e lá ancorasse seu coração e sua sensibilidade.

Cortando o mundo que lhe era contemporâneo com as pontas mais ou menos afiadas da sua escrita de si, Bello repartia então o tempo, emprestando-lhe uma densidade outra, inventando marcos, eventos e personagens, interpretando de novo tudo quanto havia vivido e tudo quanto havia visto ou ouvido acerca da vida de outras

pessoas, compondo a partir dali o que julgava ser o monumento de uma época e de uma experiência. Lançando por sobre si a máscara que seu tempo mais associava à experiência da velhice, qual seja, a de memorialista, Bello se valia do rosto impingido pela história para erigir um contra-monumento, uma indicação em palavras da barbárie do mundo em que vivia.

Sua meta era a de transmitir aos homens dos anos 1930 a sua verdade acerca de fatos de um passado próximo, mas já descrito, por tantos personagens da cena pública de então, como tempo remoto e digno de ser esquecido. Ele queria pôr à prova aquela geografia temporal adversa à tradição e aos códigos caros aos homens que, como ele, envelheciam, na cidade apaixonada pela juventude. Sua missão, pensava Bello, era a de recusar aquela sombra que, a seu ver, estava sendo lançada por sobre os gloriosos dias da sociedade patriarcal pelos protagonistas da modernização da sociedade brasileira, propondo para tanto um novo corpo escrito para o passado. Desejava assim lançar nova luz por sobre aquele tempo e suas histórias, o que parecia apenas possível com o concurso das práticas da memória. Aquilo era para Bello mais que uma ação criadora, no plano das letras: era uma questão de honra, era uma obrigação moral para homens, como ele, formados num mundo que estava se esgarçando sem o direito a falar de si ainda mais uma vez, ao menos para sua defesa própria. Era, pois, uma tarefa política no mais alto grau, visto que visava interromper uma lógica do sentido pela reafirmação de outra, anterior e tradicional, numa luta que se dava contra algo que se nomeava, desde a posição de autor de Júlio Bello, como o horror, a tragédia, o inominável.¹¹³

Júlio Bello, naquele movimento de *palavrização* do mundo, operava com algo que merece ser pensado aqui: a noção de *velhos senhores*. Ao enunciá-la, aquele memorialista faz alusão a duas experiências subjetivas singulares, mas interligadas no âmbito do seu relato. Num sentido, ele faz referência a homens marcados pelos sinais à sua época compreendidos socialmente, nos anos 1930, como os da velhice. Noutro sentido, ele se vale daquela expressão para aludir a personagens que viveram no tempo de *antigamente*, ou seja, no instante que é tomado no movimento daquela narrativa como o tempo lembrado. Neste jogo, ele construía imagens acerca da

¹¹³ Cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 47.

velhice e distribuía por sobre os corpos envelhecidos algum sentido, salvando do opróbrio vidas condenadas, a seu ver, ao ocaso. Nos intervalos do seu dizer, ele acabava por executar um movimento de interpretação da história, a velhice e a juventude lhes servindo de ferramentas analíticas, pelo seu poder de condensação de sentidos.

Na sua maioria, os velhos senhores imaginados por Júlio Bello nas suas memórias eram homens de força e de palavra: seu mundo era governado por noções muito rígidas, e muito precisas, de honra. Ora austeros, aristocráticos, ora moderados e cativantes com certa simpatia, todos eram, ao dizer de Bello, “operosos e eficientes na sua profissão, homens nos quais se podia receber como segura garantia de palavras apenas um fio de barba”. Cada um deles era um sujeito “generoso, recebendo e hospedando com magnanimidade que tocava às raias da ostentação e da vaidade”. Eram aquelas virtudes “velhas e peregrinas”, diz Bello, vindas de muito longe, carregadas com os senhores no seu “sangue” e na sua “raça”, não importando o seu destino. No movimento do relato de Bello, eles encarnavam faces da experiência histórica do país que cumpriram registrar para ensinamento das gerações mais novas. Seu corpo, sua existência, condensava formas sociais de existência que Bello desejava imortalizar. (MSE, p. 61)

Os relatos de Júlio Bello consistiam num olhar para o passado que, como todos, era orquestrado em alguma medida por demandas do presente mesmo de sua enunciação. Aquelas virtudes velhas e respeitadas a que me referi acima, por exemplo, eram contrapostas por ele às pretensas virtudes legitimadas socialmente nos anos 1930, associadas ao vigor e à força que então eram apanágio da juventude e que funcionavam socialmente como maquinarias de aviltamento das experiências do envelhecimento.¹¹⁴ Além disso, a tipologia que é estabelecida pelo memorialista acerca da velhice, a qual separava velhos fortes e fracos, por seu turno, pode ser lida como uma espécie de mirada crítica sobre hierarquias ou sobre experimentações de novas regras de sociabilidade que, emergindo no instante em que a obra estava sendo escrita, dela recebiam um olhar crítico. Há, nos intervalos da enunciação dos velhos fortes de ontem, os velhos desfiados do presente.

Um exemplo dos mais eficientes desta tipologia estabelecida por Júlio Bello, no que dizia respeito aos personagens imaginados

¹¹⁴ Cf. SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem*. ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

como os velhos respeitados do passado, consiste na figuração por ele tramada quanto ao seu avô materno, “o sargento-mor Francisco Antonio”. Aquele seria uma espécie de personagem-símbolo de uma velhice bem sucedida, o que significava dizer, nos limites das memórias de Bello, que o seu avô havia aliado condições pessoais e sociais para manter-se senhor de si e do seu mundo mesmo quando sobrecarregado de anos vividos. O instante em que sua vida se dera havia-lhe permitido chegar à velhice sem perder nenhuma fração de seu poder e de sua autoridade; ao contrário, a passagem dos anos o tornara ainda mais venerável. Sua imponência era tanta que ele chegou até mesmo a ser emulado, ainda que apenas por “mofinos imitadores”, incapazes de repetir suas façanhas e sua nobreza. (MSE, p. 11)

O “sargento-mor Francisco António” foi lembrado então como “um homem de fibra e de personalidade definida”. Era o senhor absoluto de seus dois engenhos e de “uma grande fábrica de escravos”, tendo tido “sempre servida generosa mesa”, ao redor da qual “não regateava hospedagem”. Sua “largueza de ânimo” permaneceu na memória familiar: entre outros gestos de mando, comprava brigas dos outros, sempre do lado do mais fraco. Era

(...) um homem de fibra e de personalidade definida. Senhor de dois engenhos e de uma grande fábrica de escravos, no seu engenho Tentugal, que ainda hoje, graças a deus, pertence a seus bisnetos, teve sempre servida generosa mesa e não regateava hospedagem. Deixou de sua largueza de ânimo uma honrosa tradição que subsistiu muito tempo. Por certos assomos e arrancadas de gênio tinha um quê de D. Quixote: “comprava” barulhos dos outros tomando sempre partido pelo mais fraco. Culto para o seu tempo e para a sua classe onde havia homens analfabetos de muito boa família, escrevia com certo preciosismo empolado e uns longes aqui e ali apareciam de elegância de estilo. Guardo cópias de uma dessas cartas que é exatamente um modelo desta singular maneira de escrever e onde se ressumbra aquele feitio aventureiro de cavaleiro andante por ser uma intimativa a um forte em defesa de um fraco que se demandavam, dele que nada tinha que ver com o barulho dos dois. (MSE, p. 09)

Tamanho poder, pensão por Bello como resultado e imagem do conjunto “das comuns virtudes dos senhores rurais” da primeira metade do século XIX, tinha sua sombra, e o sargento-mor tinha os seus defeitos; seu neto o descreve como sendo “um tanto de energúmeno pela grande soma de autoridade que detinha um senhor de engenho da época”. Era ele “irascível”, não recusando grandes manifestações de ira, “tornando-se naquelas ocasiões temível”. As “explosões de sua ira e a satisfação que lhes dava em atos violentos, que estes eram aliás comuns na época entre os seus pares”, se mostravam em gestos violentos, mesmo quando com eles imaginava estar distribuindo justiça. (MSE, p. 09-10)

Júlio Bello registrou que apenas o capelão do seu engenho tinha o dom de acalmar a tensão do velho sargento-mor, quando este se mostrava presa de sentimentos de fúria. (MSE, p. 09-10) Com esta referência, certamente o memorialista distanciava o tempo do seu avô do seu próprio momento histórico: longe de 1935 estavam os tempos em que os grandes senhores tinham à mão o auxílio de um padre ligado à casa; mais longe estariam, ainda, os tempos em que a palavra sagrada atenuaria os conflitos do mundo profano. Os homens furiosos dos anos 1930 seriam contidos pela força coercitiva do Estado, braço moderno e pretensamente eficiente de controle social dos impulsos destrutivos dos indivíduos, ao contrário daquele mundo imaginado por Bello como tendo sido o passado de sua família, uma circunstância em que a grande propriedade se regulava a si mesma.¹¹⁵

A riqueza daquele grande senhor, com a dos demais, seus companheiros de aristocracia, estava não apenas nos bens, mas no poder de dispor deles.

Seria capaz, “nos seus momentos de bom humor”, de tolerar “as maiores impertinências”. Diferentemente de seus descendentes, ele era equilibrado “na gestão de sua fazenda, operoso e diligente, podia manter sem receio aquele relativo fausto na vida” – mesmo vestindo seus escravos com fardas, mesmo organizando banquetes em datas festivas, “larguezas que suscitavam escândalo e reparo e corriam mundo para gláudio de seu nome”. (MSE, p. 10-11)

¹¹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) *História da vida privada no Brasil 2*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 385-438, cf. p. 425-426.

Júlio Bello parecia ver naquele seu avô um exemplo de uma experiência de masculinidade e de velhice já não mais possível nos dias que lhe acompanhavam enquanto escrevia suas *Memórias*. O sargento-mor Francisco Antônio, dizia ele, era um homem “cheio de esquisitas demasias muitas vezes condenáveis”, mas era de todo modo um sujeito “forte, de personalidade definida, que teve na sua época mofinos imitadores”, o que, aliás, se daria com todos os homens inventivos e autênticos. (MSE, p. 11)

Um homem velho que fazia de si mesmo a imagem de uma ordem que deveria ser imposta e obedecida, sem maiores negociações – era o avô que Júlio Bello imortalizava na sua narrativa memorialística. Seria aquela figura tomada, naquela obra, como uma espécie de baliza a partir da qual outras trajetórias – contemporâneas do sargento-mor ou não – seriam avaliadas e, mais que isso, julgadas.

Afinal, até meados do século XIX, diz Júlio Bello, os senhores de terras

(...) foram com efeito homens todo poderosos: polícia e justiça dentro de suas terras eram eles. A terra conferia foros de nobreza: o nome patronímico desaparecia depois do de batismo para ser substituído pelo nome da propriedade. (MSE, p. 179)

Com isso, não raro os engenhos tornavam-se até mesmo “coitos de criminosos defendidos e inatingíveis como tabus sagrados”. Seria, para muitos “senhores arrogantes”, um ultraje que a polícia entrasse por suas terras. Os espaços marcados pelo sinal de sua posse eram seu reino. (MSE, p. 179)

Diante da casa-grande as cabeças se descobriam como diante de um templo, os lábios que falavam emudeciam, ou passavam a murmurar apenas as palavras da conversa em seus seguimentos enquanto os interlocutores defrontavam-na; depois iam os lábios articulando mais alto, gradativamente, a conversa, na razão da distância que se ia pondo entre os que passavam e falavam e a residência do senhor de engenho. Se o Senhor chegava a uma porteira e se encontrava alguém que vinha em sentido inverso, quem vinha descobria-se diante

de quem chegava, abrindo bem a porteira para que por ela pudesse passar, com franqueza, o senhor de engenho e toda sua importância. E não a batia como ordinariamente se faz: ia com ela vagorosamente até o mourão, encostando-a com doçura. O Senhor de engenho passava: bater-lhe a porteira com força pelas costas, era falta de respeito. No silêncio da noite, nem um chicote estreljava tangendo um comboio de animais por defronte da casa-grande: o HOMEM dormia. (MSE, p. 180)

Muito daquilo seria diferente no tempo em que Bello escrevia suas memórias, naqueles anos 1930 nos quais a violência já era quase naturalmente privilégio do Estado, e quando parecia vigorar nas relações sociais um denso etarismo. Aos homens adultos, maduros, capazes de trabalhar, de produzir, de governar, de amar, passavam a se contrapor então os velhos, incapazes de qualquer outra coisa a não ser lembrar-se do vivido e esperar, com maior ou menor paciência, a morte. Não que antes não houvesse velhos, e a prosa de Júlio Bello era um manancial deles. Mas, certamente, o que se vivia como a velhice no passado era algo bastante distinto do que se estava vivendo no seu tempo presente, naquelas turbulentas e muitas vezes ininteligíveis primeiras décadas republicanas. O velho havia se tornado numa excrescência, alguém que não se conectava com os códigos da atualidade, que insistia em rotinas e gestos deslocados, que apenas parecia confortável quando mergulhado em si, nas suas memórias, restos de vida.

Os modos de viver a velhice funcionavam, naquela narrativa, como signos de rupturas históricas. Era porque o tempo presente mostrava aos velhos apenas uma face áspera que o passado parecia mais acolhedor e mais digno de ser objeto de atenção. Havia sido a invasão das forças violentas da história o motor da tragédia que acometera a trajetória de quem envelhecia. Bello se valia, como se vê, da idéia de uma “Era de Ouro” da velhice, convenientemente ambientada numa época na qual ele reconhecia a imagem do seu próprio rosto, para ler e recontar a história recente do país, produzindo, para ela, outra face, a da sua memória de *senhor de engenho*.¹¹⁶

O Coronel Chico Ferrão, na verdade Francisco Paes Barreto

¹¹⁶ VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

Ferrão Castelo Branco, por seu turno, era um personagem, diz Júlio Bello, de “tempos mais remotos” do que os dos fins do século XIX, e havia sido “senhor do engenho Morim e de outros mais”. Era “amigo íntimo e compadre duas vezes” do pai de Júlio Bello – e foi descrito nas *Memórias* deste último, que o retrata então já homem velho, como

(...) o tipo acabado do senhor de engenho pachola, na expressão menos erudita e mais popular do termo, indicando o homem inclinado a liberalidades e a galanteria, ao trato mais largo de seu trem de vida, com ostentação e certa espetaculosidade: mas escrupuloso nos seus deveres de homem de bem e pai de família. (MSE, p. 160)

Ao sair do engenho para suas viagens à cidade ou às outras propriedades, fazia-se acompanhar de “grande e vistosa comitiva de moradores e pajens”. Com os bolsos cheios de “moedas de prata de cinco patacas”, as distribuía pelos caminhos, com quem lhe tomasse a bênção. Possuindo bons cavalos, era, entretanto, “mau cavaleiro”.

Proprietário excessivamente ligado às suas terras,

(...) era tão essencial e exclusivamente do campo, que sendo um homem inteligente e de grande perspicácia, jamais, apesar de suas contínuas viagens ao Recife, aprendeu a andar sozinho nas ruas da cidade: precisava ali de guia como um cego e disto se vangloriava, fazendo troça. (MSE, p. 161)

Formou os dois filhos homens agrônomos, e as três filhas moças como prendadas donas de casa. Dava-se, ali, um projeto estratégico de sobrevivência do núcleo familiar. Os filhos homens teriam a missão de contribuir para a melhoria das condições da produção, munidos que voltariam da formação superior com um saber especializado. As filhas moças, por sua vez, garantiriam a reprodução do clã mediante casamentos bem sucedidos, para os quais estavam devidamente preparadas de acordo com os cânones mais tradicionais.

Na apresentação de outro personagem também nosso memorialista encontraria espaço para edificar imagens gloriosas

da velhice do passado. Assim, ele busca dar conta da vida de um arrendatário de terras que faziam fronteira com as terras de Júlio Bello, o Coronel Constantino Gomes Ferreira. Ambos teriam se tornado próximos desde 1897. Antigo amigo da família de Bello, o Coronel Ferreira era, ao dizer do memorialista, “um verdadeiro ‘*self made man*’.” Tendo contraído três casamentos, “deixou como um velho patriarca bíblico, vinte e tantos filhos do primeiro e terceiro matrimônios”. Mostrava-se, na velhice, como um “tipo acabado de homem de bem e agricultor”, seu trabalho de tão rendoso parecendo ser abençoado por Deus. (MSE, p. 159-160)

Em 1897, ele se mostrava “um belo tipo de sexagenário válido e ativíssimo”. Uma vez, tendo perdido verdadeira fortuna com um “desastre comercial de uma firma do Recife”, mostrou-se “quase indiferente”, conformando-se e redobrando os “esforços para, com maior lustre de seu nome e conceito, repará-la”. Do alto de sua condição de velho senhor, lhe era indigno mostrar-se frágil apenas porque as novas regras do capitalismo o haviam traído. Era “parco de letras”, mas “inteligente e espirituoso como poucos” – e aficionado por cavalos e cavahadas, como “os velhos senhores de engenho, seus coevos”. (MSE, p. 160)

O Coronel João Batista Acióli, outro dos velhos que foram capturados nas malhas das memórias de Bello, era um “abastado proprietário, chefe político conservador e deputado provincial em várias legislaturas por Alagoas”. Homem poderoso, em 1859 chegou a hospedar, nas suas terras, D. Pedro II. Sendo sogro de um irmão de Júlio Bello, foi descrito por este último como um homem que, ainda na velhice, era “alto, barbudo, bem apessoado, ativíssimo, enérgico”, tendo construído “com o seu trabalho honrado maior parte da fortuna que legou aos filhos”, dormindo pouco para poder amearhar ainda mais riqueza. (MSE, p. 96-99)

O Coronel Acióli, inclusive, diz Bello, era de grande inteligência, e possuía uma argúcia para os negócios que só se aproximava da sua energia para gerar bastardos, de que encheu as margens de suas vastas terras. Na velhice apenas se tornara ainda mais rígido, mais cioso do que lhe definia o caráter, o lugar no mundo. Importa, aqui, tratar disto: a sua imagem, presente nas palavras de Júlio Bello, era o instantâneo de um velho. Uma figura congelada e que se mostrava como a realização de um percurso que antecedia à velhice, mas que se realizava nela: era um grande senhor que, ao ficar velho,

apenas tornara-se mais firme naquilo que lhe definia o ser, o caráter, a existência.

Era, desde sempre, extravagante, como decerto convinha aos grandes senhores de seu tempo. Ou, aliás, talvez a sua figura distinta não devesse ser, a seus olhos, espaço de repetição de gestos ou de hábitos do comum dos homens. Ele, afinal, não era um homem como os outros: era o senhor de sua região, e de seus agregados. Isso se mostrava não apenas na sua roupa, sempre de primeira ordem, mas também em gestos estouvados, como por exemplo, apeaar-se no meio de uma estrada, no caminho para uma festa, no intuito de consertar o erro de um carreiro na orientação dos animais. Seu corpo não exibia, assim, a marca da idade: o que se mostrava nele eram a força da permanência, a sabedoria e a rigidez que o tornara merecedor de uma existência mais larga, mais extensa. “Temido de todos pelas explosões do seu gênio, era no entanto facilmente acessível, generoso e popular” – no sentido de que suas manifestações de energia, mesmo as mais destemperadas, já eram de alguma maneira esperadas pelos seus contemporâneos, não assustando mais do que o necessário para apenas preservar-lhe o mando. (MSE, p. 97)

Homem que compunha a si mesmo dentro de padrões de excessiva dureza, sendo afrontado, o Coronel Acioli ia ele mesmo à luta, mesmo corporal, que não era de recusar desaforo ou de se mostrar incapaz de defender a si ou aos seus. “Mas não guardava rancor de ninguém, não sabia ser inimigo porque não era odiento nem vingativo”. Talvez, é o que se pode pensar a partir da escrita de Bello, nada disso serviria ao Coronel Acioli, visto que ele era o criador dos valores mais caros ao seu mundo, e, ali, não cabia ao chefe perder tempo com mágoas. A cada atrito, uma solução imediata deveria ser alcançada, inclusive porque isso fazia parte da geografia do poder então praticada: qual o coronel que manteria seu mando se, em caso de alguma ofensa, preferisse guardar-se em mágoas, ao invés de agir contra seus desafetos? Na intimidade, chegava a ser sensível ao extremo, chorando pelos cantos da casa quando da “moléstia grave de uma filha”. (MSE, p. 98)

No corpo, e nos seus usos, tal como descritos por Júlio Bello, inscreveu-se e atualizou-se a série nem sempre linear de relações que os homens mantinham, naquela sociedade de patriarcas rijos, com os seus companheiros de tempo, com os códigos de sua historicidade própria. Homens que envelheceram cedo, amadureceram tão logo

abandonaram os primeiros momentos da juventude, e que se sentiam senhores do mundo e das pessoas.

Um exemplo, apenas. De acordo com a descrição de Júlio Bello, o velho Coronel Acioly exercia a sua corporalidade, quando do cumprimento das funções mais orgânicas, mais animais, de uma forma que o distanciava da moral higienista e desodorizada que já começava a assumir foros de única possibilidade de vida social, no Brasil da passagem do século XIX para o XX. Homem de outra época, endurecido por uma velhice que não o fazia matéria plástica frente às mudanças do tempo, o Coronel Acioli não se furtava a valer-se de seu corpo na medida do que sentia como suas necessidades. Não lhe parecia inteligível a série de cuidados, de prevenções, de silenciamentos, de ocultações, de pruridos, que caracterizavam a relação dos homens modernos para com as sobras do seu corpo. (MSE, p. 97-98)

E, cremos na referência que Bello faz a Gilberto Freyre, o velho Acioli apenas repetia, no seu presente, modos de ação que lhe antecederam no tempo, em relação aos quais ele havia sido, anteriormente, socializado, e que haviam se entranhado nele, tornando-o ele mesmo:

Para ele, na satisfação de seus apetites carnisais, o resto do mundo não tinha olhos. Nunca o constrangeu, por si, a presença de outros nos atos íntimos de sua vida. Em Casa-Grande & Senzala, Gilberto Freyre fala-nos de velhos senhores de engenho que eram assim desabusados. (MSE, p. 97-98)

Antonio da Rocha de Holanda Cavalcanti, Barão de Gindaí, havia sido, por sua vez, líder político contemporâneo do pai de Júlio Bello. Sua presença nas *Memórias* serve a Bello para trazer à primeira cena um personagem que encarnava certa transição, ou seja, certo deslocamento de sentidos entre as experiências ali nomeadas como *tradicional* e *moderna* da velhice. Era “um homem alto, de corpo médio, barba cerrada, toda alva como o cabelo”. Maníaco por contendas por terras, viveu demandando limites das propriedades, sempre insatisfeito com as decisões legais. É possível que o enfraquecimento do seu mando fosse de algum modo compensado com as ilusões que advinham da incessante luta pela demarcação

de terras. Talvez dizer-se dono de mais algo passasse por ser, para ele, um sucedâneo da época em que apenas sua presença fazia as fronteiras entre suas posses, tantas, e as dos outros, poucas. (MSE, p. 191-194)

O espaço público, palco no qual se davam as demandas, talvez tivesse se constituído, na sua época, como uma referência importante no enfraquecimento dos velhos senhores; mas, para alguns, como o Barão de Gindaí, ele poderia ser objeto de uma nova significação, transformando-se no palco de um debate que afirmaria algum poder para o velho nobre. Não tendo mais poder de fato, quem sabe recomporia algum mando no âmbito do poder de direito. As leis, práticas urbanas associadas às novas práticas de sociabilidade e às novas conformações da vida pública brasileira a partir da segunda metade do século XIX podiam, na sua vida, representar não apenas o marco do declínio, mas uma última fronteira a explorar, na manutenção forçada se algum status. De todo modo, nada mais lhe restava.

Homem inteligente, amabilíssimo, conversava bem enquanto não pendia para os marcos e linhas de limites: afobava-se então, falando, ia-se pelo fôlego, rebatendo o assunto horas a fio sem compreender que os que o ouviam acabavam por desinteressar-se e criar-lhe tédio. (MSE, p. 192)

Grande jogador de baralho, agarrava-se às cartas, “já depois dos 80 anos, até alta madrugada sem mostra sono nem enfado”. Fumando, fazia graça até com os galos que cantavam ao raiar do dia. Seu corpo exibia uma força e uma vitalidade, mesmo ali, que contradizia o tempo, a vida, a morte. (MSE, p. 192)

Sua esposa, mulher “pequenina e fanadinha”, talvez não pesasse “40 quilos”. Bem humorada, “distraía sempre a assistência com os repentes mais imprevistos e engraçados do espírito”. Júlio Bello diz nunca a ter visto “aborrecida ou contrariada”, e era capaz de, ainda que em “situações mesmo sérias”, sair-se com “um comentário picaresco, por vezes com algum sabor de ingenuidade, que provocava o riso de todos.” Seu marido, ao morrer, deixou-a após 50 anos de união. A Baronesa, tão logo soube-se viúva, mergulhou numa espécie de “pavor, de assombro e surpresa”, sem acreditar que

a sua desgraça fosse real. Após o enterro do Barão, ela caiu com “febre alta e quatro dias depois” faleceu. (MSE, p. 193-194)

Seu corpo não vibrava mais, pelo menos não da forma como ela sabia experimentar, e até mesmo controlar, após o passamento da única referência de que ela dispunha: sua velhice perdia o sentido na ausência daquele a quem ela havia, um dia, jurado companhia e cuidado, mesmo que certamente assustada com a vida nova que iria assumir dali em diante com aquele relativo desconhecido. O que lhe restaria fazer, na vida, se o seu centro de gravidade, o ponto para o qual se lançava a sua energia e a sua atenção, não mais existia? De que valia suportar ainda mais esta outra face da velhice, que era a perda da sua outra metade, daquele personagem que, bem ou mal, estava ali desde sempre, impregnado na paisagem, fazendo parte do mundo, envelhecendo junto (ou até, muitas vezes, envelhecendo antes) e com isso prefigurando de algum modo os territórios que ela mesma iria seguir em breve? Melhor encerrar tudo de uma vez, renunciar a uma vida que se tornara impossível, e ceder.

A Baronesa, desprovida até de seu nome próprio, serviu a Júlio Bello para condensar numa figura uma experiência marcante da velhice feminina dos momentos de crise do patriarcado, tal qual ele a via: o esvaziamento do sentido da vida, pela afirmação de um envelhecimento atravessado pela solidão, pela pior solidão, que era a que se demarcava pelo silenciamento da voz mais familiar: o marido, seu companheiro, seu norte, seu dono.¹¹⁷

Outro personagem, descrito com tintas fortes por Júlio Bello, foi o Coronel Pedro da Rocha Wanderley, mais conhecido como Pedro de Bom-Tom. Ele teve nas páginas das “Memórias de um senhor de engenho” o direito a uma imagem trágica, que dava bem a medida da decadência de um velho senhor que se acentuava frente ao entrelaçamento, na sua experiência, de duas séries de eventos: a falência econômica e o envelhecimento. (MSE, p. 195-200)

Nos bons tempos, diz Bello, o Coronel Wanderley mostrava-se ao mundo como o corpo rijo e ágil de um senhor que inscrevia no mundo a palavra de sua verdade, sem meias medidas:

¹¹⁷ Às mulheres, segundo Bello, cabia exercer apenas a “graça”, a “maciez”, o “encanto”. Tudo quanto as trouxesse à primeira cena da vida pública deveria ser reprimido, vez que elas, sendo aproximadas do mundo masculino, seriam prejudicadas. Diz ele: “E para mim a mulher quanto mais feminina mais cheia de graça e de encanto. Nada de lhe dar física ou socialmente feito varonil. Nem bigode, nem cigarro, nem função legislativa. Nada.” (MSE, p. 03)

Figura de forte relevo na agricultura pela extravagância das atitudes, o irrequieto do gênio, a ligeireza da língua falando de tudo e de todos, o pronto esquecimento do obséquio recebido, o desprezo pelas conveniências, a facilidade de melindrar-se por um nonada, não tendo contudo mão de ofensa a outrem sem motivo, a arrogância das maneiras, o constante e esquisito esforço em parecer pior do que realmente era, a grosseria nas réplicas (...). (MSE, p. 195)

Era rico, tinha três engenhos, posses várias, poder e mando sobre incontáveis subordinados. No fim da vida acabou perdendo tudo, a usina comendo o que lhe pertencera no passado. Tornou-se amargo, cria que todos o perseguiam, e expressava ódio por quem quer que fosse. Morreu “na maior pobreza” – e, no fim, “perto dos 80 anos”, apenas tinha como seu “um pequeno sítio de bananeiras e jaqueiras.” Tendo vivido uma longa vida, comeu as sobras das “vastas terras, até que no fim só aquele pedaço lhe sobrara. E assim ainda morria em tempo por que absoluta afinal poderia ser a sua miséria, se mais durasse”. “Velho, diabético, quase cego, montado numa horrível pileca só-ossos, um esmulambado ginete de sertanejo à guisa de sela, um cabresto de caroá em vez do antigo freio aparelhado de prata nas ventas do sendeiro”, saía pelas casas dos poucos amigos que restavam, à procura de algum amparo. Mesmo então, pouco se fazia de agradável, e era capaz de ofender mesmo quem lhe recebia, “pelo prazer de humilhar” quem quer que fosse. (MSE. p. 195-200)

Os tios maternos de Júlio Bello, ainda outros personagens importantes na sua exploração das descontinuidades no campo da experiência histórica do envelhecimento, aparecem nas suas memórias como “belos tipos de homens barbados, fortes, inteligentes e simpáticos”, mas, também, como personagens que “diluíram-se, três deles pelo menos”, já que “apagaram-se aos poucos na vida, apática e preguiçosamente.” O seu destino era a demonstração empírica de que Bello necessitava para atestar que, efetivamente, envelhecer sob o sol da modernidade brasileira era um risco que não valia a pena correr. (MSE, p. 04) Dois deles (o “hábil” bacharel em direito José Nicolau e o comerciante Antônio Francisco de Albuquerque Santos) eram-lhes mais conhecidos. O segundo deles não obteve sucesso no seu comércio e acabou voltando ao engenho – no qual

havia aprendido o que sabia da vida, nada bastante para as tramas da vida urbana que se experimentava no Brasil da segunda metade do século XIX.

A trajetória daquele tio comerciante falido serviu a Bello para exemplificar uma tese cara à sua narrativa: a de que as atividades urbanas seduziam, mas eram um perigo, na medida em que, quando fracassavam, deixavam um rastro de desordem que era difícil superar. O mesmo não se dava na vida dos engenhos, na medida em que um ano ruim poderia ser ultrapassado em seguida por uma safra volumosa, a terra estando sempre à mão para ser uma vez mais transformada em riqueza. (MSE, p. 03)

Os “rapazes de engenho”, aliás, diz Bello, “só por exceção serviam bem e venciam noutras quaisquer funções práticas da vida”. Aprendiam muito cedo escalas de virtudes que correspondiam, no mais das vezes, a inconveniências no cotidiano do “funcionário público ou do comerciante”, experiências para as quais era fundamental certa subserviência, visto que eram o palco de homens de cabeça baixas e modos gentis. O mundo rural se distanciava do mundo da cidade, e não de poucas formas, e quem se arriscava a transitar por entre aqueles universos paralelos, mas discordantes não raro sofriam revezes.

O engenho antigo, era, por via de regra, uma escola de prepotência, de fanfarronice, de impostura, de mando sem discussão e de excessiva altivez. No comércio como no funcionalismo público carece-se de certa disciplina, tolerância e obediência, coisas que não se aprendiam na vida das “casas-grandes”. (MSE, p. 03)

No caso do falido comerciante Antonio Francisco, “homem inteligente e muito espirituoso” que se divertia atormentando crianças, fazendo-as chorar, registra Bello que ele havia sido bem “educado e gentil na sua mocidade”, e que se casou duas vezes. Quando enviuvou pela segunda vez, finou-se, e “começou a viver quase vegetativamente”. Morava numa casinha no engenho, com uma reduzida horta. Havia perdido os escravos com a Abolição, e junto com os cativos foi-se o “estímulo para o trabalho”. Um prédio em Recife dava-lhe alguma renda, e ele vivia de criar galinhas, de

aconselhar remédios, de vacinar crianças, de versejar e de ensinar de graça “aos meninos pobres do engenho”. (MSE, p.06-08)

Outro tio, mais velho, chamava-se Francisco Antônio e era, como os demais, um belo homem barbado, forte, inteligente e simpático. Sua vontade de viver da juventude, quando chegou até mesmo a lutar em revoltas provinciais, entretanto, apagou-se com o tempo. Aquele vigor, aliás, em pelo menos três dos seus tios, diz Bello, transformou-se, diluiu-se, e eles “apagaram-se aos poucos na vida, apática e preguiçosamente”. Mais uma vez, as mudanças sofridas pela sociedade em que viviam, com o descrédito crescente da velha e tradicional casa-grande levou de roldão seus personagens. A formação daqueles tios os teria feito talvez felizes no tempo dos seus pais, mas não no seu próprio instante, no tempo que lhes coube enfrentar. Tornados em homens quando o cativo e a casa-grande precipitavam-se no ocaso mais absoluto, diz Bello, eles não souberam, ou não puderam, adaptar-se aos novos tempos. O que no seu corpo estava inscrito como sinais de nobreza e de participação no mundo senhorial acabaria por ser o peso que os levaria ao fundo de uma vida, na velhice, tornada marginal, empobrecida, sem brilhos ou méritos.

Eram homens de palmas de mãos moles e mulherengas, feitos para viver na sombra das casas-grandes como “filhos de papai” mesmo depois de velhos, incapazes de afrontar corajosamente a vida e as vicissitudes dela, conformando-se facilmente com os insucessos, vencidos e resignados. Plantavam fastidiosamente umas couves e criavam galinhas. (MSE, p. 04)

A fala de Júlio Bello sobre seus tios – na verdade, sobre o tempo em que seus tios viveram – é atravessada por esta melancolia. Diz ele, ainda, após contar de seus feitos na guerra, ainda na sua mocidade, e após tratar de sua vida adulta, diferente em tudo dos dias de glória, na juventude:

Fizeram isto meus tios na vida. Não sei se não foi ainda uma tolice, mas fizeram. E nisto ficaram. Comeram a herança paterna e apagaram-se depois tristemente. Um morreu sob a proteção de minha irmã mais velha de que era padrinho de batismo; o outro em casa de velhos amigos

da família, impressionantemente, de um colapso na mesa de jantar. (MSE, p. 05)

A trajetória de um tio materno em especial, Antonio Francisco de Albuquerque Santos, serve a Bello para explicitar o destino trágico de quem tivera a pouca sorte de viver a velhice numa fase de transição entre a respeitabilidade e o opróbrio. Viúvo pela segunda vez e já entrado em anos, o tio Totônio “começou a viver quase vegetativamente”. Resumia-se a uma pequena casa no engenho familiar, posto à margem de tudo e todos. Seu espaço era apenas o de “um quintal onde em reduzidíssima escala cultivava umas hortaliças”. Um cajueiro, uma laranjeira, pés de couve e de alface eram a sua última relação com a terra como provedora. Havia fracassado no comércio, avesso que era a atividades urbanas; cabia-lhe apenas usufruir o muito pouco que lhe restara na velhice, amparado com maior ou menor satisfação pela parentela. (MSE, p. 06-08)

A vida daquele tio atualizava várias dimensões que eram com frequência mencionadas por Júlio Bello como sendo referentes às vicissitudes da experiência do envelhecimento pelos remanescentes da velha ordem patriarcal nos anos finais do século XIX. Observando aqueles eventos, ou o que lembrava deles, passados mais de trinta anos de seu acontecimento, Bello percebia no destino trágico de seus parentes empobrecidos e envilecidos na velhice ora o dedo da história ora a mão pesada de uma tradição desconstruída em relação ao seu presente. Assim, o tio Totônio foi construído naquele livro como o personagem de uma decadência abissal, e o que o teria levado àquela situação, segundo Bello, fora a abolição e a sua incapacidade de aprender a viver no mundo novo que o fim do cativo inventara. (MSE, p. 08)

O tio Totônio, assim, ficou condenado a uma existência de velho pária. Não podendo mais exercer a série de atributos para os quais foi preparado na sua formação familiar, quedou-se na pequena horta, no galinheiro diminuto, no ofício de aconselhar remédios, vacinar crianças, alfabetizar os meninos pobres do engenho.¹¹⁸ Ainda intimidava a alguns, com o peso de seu corpo carregado de signos de uma antiga nobreza, com a marca soberana de ma barba vasta e branca que aludia a uma posição social perdida, mas ainda resistente simbolicamente (as barbas, diz Bello, eram intocáveis num homem,

¹¹⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes, p. 417 e segs.

posto que representavam a sua condição de superiores a tudo e a todos). Mostrava-se ainda senhor de algum mando e de alguma sabedoria, mas apenas nos limites daquela geografia demasiado comprimida que era o seu pequeno mundo dentro do engenho decadente que seus parentes teimavam em manter contra a força onívora das usinas. (MSE, p. 08-09; 16)

Tão largado às margens do mundo quanto o tio Totônio, ou talvez, ainda mais esquecido que ele, havia sido o tio Jacinto, irmão do pai de Bello. A única imagem que o memorialista guardou daquele personagem foi a de um “velho pequenino, de faces chupadas” que um dia lhe acariciara os cabelos com um sorriso e que lhe fora então apresentado como seu tio. (MSE, p. 19) Figura leve sobre o mundo, a marca que deixou nas memórias do sobrinho foi quase insignificante, servindo apenas para cumprir o registro de mais uma velhice enfraquecida, tão distante do ar majestático que envolvia a figura lembrada do sargento-mor Francisco Antonio:

Dele não sei mais nada. Diziam-me que ele gaguejava e ao contrário dos irmãos era irresoluto, fraco, desfibrado. Não casou. Quase não viveu. Morreu tristemente sem dizer a que veio ao mundo. (MSE, p. 20)

Jacinto, irmão do pai de Júlio Bello, não deixou no sobrinho maiores lembranças, a não ser a as sua gagueira, de sua incapacidade de tomar decisões, de sua fraqueza. Antecipava, sem o saber, o caráter dos homens do tempo que se seguiria ao seu. “Não casou. Quase não viveu. Morreu tristemente sem dizer a que veio ao mundo”, mesmo sendo já velho quando se passou para o outro lado da vida. (MSE, p. 19-20)

Mais marcante, apesar de representar para Júlio Bello apenas uma “lembrança bem remota” de sua meninice, foi um velho tio de seu pai, Francisco Borba de Moraes, tido por tio Xixe. Ele,

(...) já beirando a casa dos oitenta, mas ainda relativamente forte, pequenino e magrinho, sem filhos nem família propriamente sua, no último quartel da vida, vivia ora em casa de um

sobrinho, ora na de outro, sempre viajando como um cigano. (MSE, p. 36)

A lembrança que deixou na casa de Júlio Bello foi

(...) a fama de um velhinho teimoso, que não arredava pé das resoluções mais extravagantes, uma vez deliberado a tomá-las. (MSE, p. 36)

Resta pensar, quanto a ele, o que seriam suas extravagâncias: gestos comuns e banais num homem jovem, mas certamente destoantes quando emanados de um corpo marcado pelo tempo.

Outro tio de Júlio Bello, Manuel de Moraes Bello, homem feito e, mesmo já na velhice, “sempre de humor alegre e bom de coração”, era “dado à gandaia com as caboclas mais bonitas do engenho”, com o quê caía na desgraça dos ciúmes de sua esposa, “que ia então a ele com impulsos de esganá-lo”. Ele suportava seus arroubos, mas não lhe admitia que tocasse, no ardor da discussão, nas barbas, sinal não apenas de sua idade, mas de sua masculinidade. Dias de choro se sucediam, até que a esposa abrandasse o espírito, enxugasse o rosto e voltasse a casa à normalidade. (MSE, p. 15-16)

Menos alegre, certamente, era a senhora Cândida, irmã do pai de Júlio Bello:

(...) severa, rígida, autoritária, intolerante, cheia de excessivos melindres e implicâncias, quanto à decência e à moralidade de sua casa, de sua família, de seus escravos e dependentes. (MSE, p. 17)

No seu engenho vigorava uma “disciplina de convento”, que a senhora “era uma dessas criaturas sem alegria, que nunca foram moças com as ilusões e os prazeres da juventude”, tendo vivido “exclusivamente para si e para os seus”, mas “amargurada na vida como num degredo”. Havia se casado, é a opinião de Bello, por obra e graça dos arranjos matrimoniais comuns às famílias ricas de então, com o quê escapou de uma vida solitária, face à sua pouca graça. (MSE, p. 17)

Como outras mulheres daquela época, soube que ia casar-se quando todos os acordos haviam sido firmados entre sua família e a do noivo, a quem conheceu apenas nas imediações do casamento.

Antes disso, como se sabe, apenas era possível às moças alguma mirada rápida, de longe, “pelas frestas das portas e pelos buracos das fechaduras”, quando elas queriam ver os rapazes e mesmo o pretendente. (MSE, p. 17)

Numa espécie de lamento pelo tempo perdido, e de desencanto pelo tempo a que se obrigava a viver, Júlio Bello assim tratou daquele tipo de construção dos laços conjugais:

E força é convir, davam mais certo essas uniões de conveniência. Muito mais certo do que algumas de hoje, de livre e apaixonada escolha dos nubentes. Tenho visto tanto desastre em casamento de muito amor! (MSE, p. 17)

Seguindo sua descrição, Bello diz que as circunstâncias do casamento de sua tia Cândida foram as normais, para sua época: ela era moça casta, e se tornaria uma senhora de engenho de “virtudes conjugais” vividas como “um dogma inatacável”. Era rara a prevaricação por parte das mulheres, principalmente porque eram, já aos vinte anos, matronas “veneráveis”. Abençoavam tanta gente, diz Bello, entre “filhos, escravos, meninos de suas terras”, que logo a “necessidade de tanto abençoar como que as envelhecia depressa e lhes dava a consciência de sua precoce respeitabilidade”. (MSE, p. 17-18)

Outra tia de Júlio Belo, Úrsula, falecida aos cinqüenta anos, passava no caixão por muito entrada na idade. Seu corpo, gasto pela lida diária da casa indicava em si mesmo a geografia de uma reclusão e de um cansaço que não seria possível não perceber. Nela a idade se vestia de esgotamento e a velhice era o tempo do pleno desgaste, o momento em que já não havia força para a vida, a hora que antecedia a morte. Isto não se daria com os homens, maduros logo cedo, mas acostumados a relacionar o envelhecimento de seu caráter ao adensamento do seu poder – e não a consolidação de sua inatividade. (MSE, p. 20)

A tia Chiquinha, também irmã do pai de Bello, era, “ao contrário da outra, uma criatura irradiante de bom humor”, alegre por si e pela irmã. Viúva jovem, “imperava dentro do engenho” que lhe coubera sem a “prepotência, intolerância e rabugice” de sua irmã Cândida, “mas pela doçura”, pelo “bom humor, a atividade e a graça

que se comunicavam aos que viviam na intimidade de sua casa”, que era “farta e alegre”. Havia, enfim, modos bastante diversos de experimentação dos códigos da feminilidade e, aí, da velhice. (MSE, p. 18-19)

Dondon, mais uma irmã do pai de Júlio Bello, também enviuvou cedo, não tendo sequer filhos. Tinha “gênio forte e facilmente irascível”, mas era de ordinário “jovial e simpática”. Morreu perto dos oitenta anos, o que muito lamenta Júlio Bello, por saber que poderia contar com ela como repositório de memórias importantes acerca do passado dos seus. Uma das funções dos velhos, era, não se pode esquecer, a lembrança do vivido – uma paga pela impossibilidade crescente da experimentação da vida mesma. (MSE, p. 20)

Eram tios de Júlio Bello; mesmo seus contemporâneos de algum modo, eram de uma geração antes dele. Mas a sua tendência a envelhecer mergulhados na fraqueza, diz o memorialista, acabaria por se atualizar em corpos outros, contaminando o tempo que lhes sucederia. A decadência de uma experiência social atravessaria os corpos e as épocas, espalhando-se por largas parcelas da rede de sociabilidade de Bello, e mais além, inclusive entre os mais moços que ele:

Mesmo na geração posterior à minha, entre os meus, surgem de vez em quando exemplos de homens assim moles e resignados que se contentam com quase nada na vida ou esperam que lhes venha o pão de cada dia, sem o buscarem pelo trabalho, da generosidade de um parente: criaturas desfibradas e como aqueles velhos tios, quando muito, plantadores de couves e criadores de galinhas. Aliás não é privativa dos meus parentes essa triste desambição e esse desânimo mofino. As antigas famílias rurais de Pernambuco apresentam iguais exemplares de indolência que se vão fundindo tristemente, sem reação, no proletariado e na miséria geral – fenômeno que vem destacado em *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Em alguns o álcool, para atenuar o tédio de uma vida apagada e como um fruto da própria preguiça, apressa o desmoronamento final. (MSE, p. 05)

De acordo com o olhar de Bello, a degradação de antigas

relações sociais – o fim de uma época – é que teria trazido consigo o re-ordenamento dos modos pelos quais os indivíduos construíam-se a si mesmos e às suas redes, com o quê a política das idades sofreria sensíveis alterações. E, como disse acima, uma leitura possível daquelas transformações era a que se praticava por sobre as discontinuidades que marcavam o destino histórico do envelhecimento dos indivíduos. Ler a trajetória em deslocamento da experiência da velhice era entender as mudanças pelas quais o país passava desde os fins do século XIX e durante as três primeiras décadas deste – e vice-versa: pensar aquelas mudanças era defrontar-se com a história de um apagamento do valor da velhice.

A cidade, a usina, o trabalho livre, o crescimento da voz das ruas nos debates políticos, os debates sobre a lisura nas eleições, a emergência de vozes a defender direitos das mulheres – tudo quanto parecesse a Bello como signo do novo mundo que o Brasil ousava sonhar para si no começo do século XX era o terror. Todos aqueles novos rostos da experiência social brasileira, tomados isoladamente ou em combinação, só podiam trazer consigo, dizia Bello, o desastre. E ele não apenas vaticinava como atestava a hecatombe que se avizinhava do país: a degradação que recobria o modo de ser dos indivíduos envelhecidos, a incapacidade da modernização brasileira em acolher aqueles indivíduos, aquilo era o sintoma da doença que vitimava o país e seus habitantes.

Nos divertimentos, por exemplo, atualizavam-se distinções que estavam implicadas na construção de modos de ser e de se relacionar socialmente. No tempo dos patriarcas, dizia Bello, a mocidade era um instante de “ilusões” e de “prazeres”, aos quais as pessoas se privavam ou gozavam com certa moderação. No mundo moderno, tudo parecia às avessas, e o corpo parecia ser, para todos, o território de experimentação de uma indisciplina vertiginosa. Com isso, ou seja, com a desapareição do controle e com a emergência de práticas de sociabilidade cada vez mais permissivas, a sociedade acabava por presenciar a transformação da juventude num valor a ser conquistado por todos, mesmo que às custas da decência e da moralidade públicas.¹¹⁹ Em paralelo, a velhice perdia a aura de dignidade e de virtude que possuía para se tornar uma imagem

¹¹⁹ Moralidade, aliás, no mais das vezes, na sociedade patriarcal, garantida pelo controle exercido por sobre os corpos jovens (sempre vetores de desordens possíveis) pelos indivíduos mais velhos, mais morigerados, mais temperantes. Cf. SET-TE, Mário. *Maxabombas e maracatus*, p. 24; 32; 83; 121.

contrária à vida mesma.¹²⁰ (MSE, p. 17-18)

O grande mal, a seu ver, estaria na degradação que advinha do aumento do espaço social às pessoas e às práticas que, no tempo áureo do patriarcado, eram classificadas como vulgares. A entrada, na primeira cena da história, dos elementos populares e dos enunciados democráticos, seria para ele o signo de uma nova era, caracterizada pela decadência e, no que me interessa pontuar aqui, pelo apagamento social do indivíduo velho. Assim, diz ele, esboçando uma reflexão que entremeia recordações e tentativas de explicação do mundo social do qual se sentia ao mesmo tempo herdeiro e exilado:

Dando mesmo maior latitude à observação, vejo que o mal, depois da vulgarização das usinas e dos latifúndios, está generalizado na classe. Apenas entre as velhas famílias ele incorre em maior reparo e escandaliza porque a gente se põe muitas vezes a pensar, vendo um desfibrado e alcoólico destes em sua miséria presente, no que foi o avô: - rico, importante, faustoso como um senhor feudal, que andava em caríssimos animais de montaria ajaezados de prata, precedido e seguido de jovens pajens negros com fardas de canhão, botas de montaria de canos curtos com debruns claros e fivelas de ouro na cartola: "o barão de tal", "o comendador Fulano", "o coronel Sicrano". (MSE, p. 06)

Uma nova geografia do poder havia sido inventada, diz Bello, a partir da modernização do mundo do açúcar. E, nas novas paisagens sociais, os modos antigos de envelhecer haviam perdido a legitimidade, restando-lhes apenas a forma de uma sombra, de uma imagem perdida no passado. Os descendentes dos antigos senhores, marginalizados pela pobreza que os assolava a cada dia mais insidiosamente, e pela velhice que ia marcando o seu corpo com os sinais de um estigma contra o qual parecia não haver antídoto, isolavam-se, marginalizavam-se, dispersavam-se pelas fronteiras

¹²⁰ Mário Sette diria que, nos tempos de *antigamente*, ou seja, no "Recife de outrora", a "gente nova" e a gente "velha" se divertiam conjuntamente, em festividades como os pastoris, por exemplo. O progressivo afastamento entre moços e velhos, advindo com a modernização urbana, extinguiria tais espaços de conagração e de embaralhamento etários. Cf. SETTE, Mário. *Maxabombas e maracatus*, p. 12.

do seu antigo mundo, exilados não apenas do que lhes pertencia como terra, mas, principalmente, do que lhes era de direito enquanto espaço social.

Num movimento contrário, ascendiam os novos grupos de empresários, diz Bello, mais afeitos às regras emergentes de propriedade e de produção, corpos traduzidos com as palavras da juventude, da racionalidade, da eficiência:

Muitos vendem às usinas, ou afinal lhes entregam por dívidas, seus engenhos que têm ainda casa grande, capela e senzala, essas três coisas veneráveis de um engenho. Alguns mesmo ficam ali por perto como pássaros em torno da árvore de onde lhes arrancaram os ninhos. Contentam-se com o vago poder espiritual, quase tão sutil como um litúrgico perfume de incenso, de poderem continuar figurando nas festas do orago da capela como juiz de festa. Vão nestes dias muito compenetrados de suas funções logo atrás do andor do santo nos acompanhamentos. Aquela derradeira sombra de poder lhes basta. De todo o antigo prestígio e força do antepassado sobrou-lhes aquilo que eles aceitam resignados, senão ainda orgulhosos. E o usineiro positivo e utilitário, senhor real e material do engenho, da casa grande e da capela, se põe a rir com gosto de tamanha simplicidade. (MSE, p. 06)

Velhos, pobres

As palavras de Júlio Bello que, a seu modo, inventaram o Nordeste e suas formas peculiares de ver e dizer o envelhecimento humano, foram responsáveis, além do que já pude explorar nas páginas anteriores, por uma série variada de associações entre a pobreza e a velhice. Segundo ele, como de alguma forma já demonstraram exemplos mencionados nas páginas anteriores, os homens que conheceram a velhice quando da inauguração da experiência moderna no Brasil, e com ela não conseguiram se conectar de forma eficiente, acabaram pobres. Ou se dava o contrário: homens pobres morriam e exibiam no corpo maltratado pelas necessidades uma idade talvez não contabilizada em anos.

Parece ter sido este o caso de Frederico Ramos, “educado na Alemanha”, um “pintor de mérito” – que, conforme registra Júlio Bello, andava no fim da vida metido em “paletós raspados e botinas estouradas”, sendo objeto de “infinita pena”. Ele morreu no início dos anos 1930 “em extrema pobreza”, e, talvez por conta disso, “parecendo um velho”. Seu corpo, marcado pela penúria, pelo fracasso dos seus sonhos mais queridos, pela melancolia de se ver recusado pela sociedade que tentava preservar nas suas telas, estava, na hora da morte, violentado pela vida miserável a que ele tinha sido condenado pela história, parecia trazer em si uma velhice que não lhe cabia de todo. (MSE, p. 88-89)

Cabe destacar, ainda a propósito do relato de Bello acerca do infeliz destino de Frederico Ramos que aquela pequena história permite imaginar o nosso memorialista crendo na idéia de que, quando na idade mais avançada, o corpo humano deveria mostrar-se como o resto de si mesmo, ruína pouco mais que viva de alguém que só gozara e brilhara na juventude. Velhice era, ali, algo manifestado no corpo pelo seu desgaste, pela multiplicação das rugas, pela fragilização, pelo prenúncio do fim.

Em outros casos, a pobreza, quando vivenciada na velhice, vinha acompanhada do ridículo. Práticas e modos de ser que, nos tempos de antigamente, quando características de alguém mesmo envelhecido, teriam sido talvez indícios de poder demasiado, ou de utilização crítica dos valores do senso comum, tornavam-se signos do escárnio quando se atualizavam, no presente da escrita de Júlio Bello, em corpos velhos. Um exemplo disso deu-se com o caso de um tipo conhecido por Júlio Bello pelos anos 1890, em Recife, o Major Antonio Afonso Leal – o qual, quando fixado pela lembrança do nosso memorialista, era então “um homem de seus cinquenta anos, meão na altura e no volume do corpo, barbado e já grisalho”. (MSE, p. 89)

Sendo “meio abobado e paranóico”, destoante do comum dos seus contemporâneos por sua relação ambígua para com a racionalidade das relações sociais que predominava ao seu redor, no entanto não raro manifestava “uns modos discretos no falar e certa conveniência natural de hábitos que impressionavam bem”. Pobre, sem renda própria, sendo mantido por Alfredo Falcão, amigo de Bello, o Major Leal andava vestido “em branco e solenemente: fraque e colete pretos, calças de riscado, cartola luzindo no alto da cabeça”.

Bem adaptado às roupas, trazia-se sempre limpo e bem arrumado. (MSE, p. 89-90)

“Cioso de suas roupas e daquela respeitabilidade e conveniência que mantinha na rua e nos cafés, certas coisas mínimas irritavam-no como ultrajes” – como brincadeiras com sua cartola, que lhe ofendiam profundamente. As pessoas, em geral, cientes do seu ponto fraco, o ridicularizavam, por exemplo, colocando “sabão ralado ou tártaro amético dentro da sua sopa”, ou ateando fogo em jornais com os quais ele havia sido coberto, por galhofa, num cochilo tirado no gabinete em que se reuniam seus amigos boêmios, ou, ainda, oferecendo-lhe “cigarros com pólvora dentro do fumo”, o que lhe queimava a barba. Os signos de respeito de que podia se valer, sendo velho, pobre e lunático, eram assim colocados em xeque por quem se postava ao seu lado, a sua condição de alguma respeitabilidade se esvaindo nas gargalhadas de quem lhe pregava as peças. (MSE, p. 90)

Agregado à casa da família de Alfredo Falcão, emprestava seu nome e sua imagem para uma coluna de jornal, no entanto escrita por seu protetor. Seria uma última figura ridícula a que o Major Leal se submetia, na sua inocência. O Dr. Alfredo escrevia os textos e, no dia seguinte à sua publicação, punha-se a discutir o que havia saído no jornal com o suposto autor, o Major Leal. Este, no calor do debate, “convencia-se de que eram mesmo o autor integral da coisa publicada”. (MSE, p. 90)

O que se fazia com ele seria, talvez, impensado na geração que lhe antecederia, tempo em que um homem já de cabelos brancos seria respeitado de pronto, sem maiores questionamentos. A ele, no entanto, coubera existir não apenas pobre e prejudicado das faculdades, mas velho num tempo de moços. A sua figura, nas páginas de Júlio Bello, condensava imagens de uma velhice levada até seu limite, no que tangia à sua condição de idade despida de veneração.

O Major Leal, pobre, freqüentador das margens da razão, desprovido de bens materiais, objeto do humor de mau gosto alheio, simulacro de jornalista que se convencia, por incauto, da autoria do que assinava, mas não escrevia, pode ser pensado como uma espécie de personagem conceitual involuntário no âmbito das memórias de Bello: ele dizia, com sua presença naquele livro, de um destino trágico da velhice, o de ser uma idade cujo sentido lhe é impingido de fora para dentro, e que se tinge com as cores do

desrespeito e da inglória.¹²¹

Mais demorada nas páginas das memórias de Júlio Bello foi a história de um antigo professor, Manuel Francisco Pereira do Abreu, também ele um velho pobre. Conhecido por “Seu Mandu”, foi professor de Júlio Bello – que o recebeu, em 1925, quando deputado, “numa boca da noite”, em meio aos preparativos para uma volta ao engenho. Sua chegada fez com que uma forma extrema de aproximação entre envelhecimento e decadência se atualizasse na presença do nosso memorialista, e ele não foi pouco tocado por tal evento.¹²² (MSE, p. 53)

Ao abrir a porta, após discreta batida que apenas anunciava a timidez ou a fragilidade de quem se aproximava da casa de alguém que tinha algum mando, Bello defrontou-se com

(...) um velhinho septuagenário, mais baixo que alto, magro e espigado, parecendo por isto mais alto, cabelo branco plantado em espeque na cabeça, desses que pente e escova não domam e que minha mãe chamava com certa originalidade “cabelo de oiti comido às avessas”, modestamente posto num indumento cossado e muito fora da moda: calças de zuarte de riscado, paletó de velho sedan negro muito lustroso já nos cotovelos e que a idade esverdinvara, pontudo na frente, camisa branca de algodão, de goma, mas em diversos pontos do peito esgarçada, gravata preta em laço antigo posto por debaixo de um colarinho alto pelado nas pontas, chapéu-coco já sem feltro e botas largas cambadas onde à guisa de lustro tinham esfregado graxa de carne. (MSE, p. 53)

O memorialista, passados mais ou menos dez anos do encontro que registra ali, não encontra no seu vocabulário a não ser imagens de desmazelo e de pobreza para descrever o personagem que se

¹²¹ Cf. HARA, Tony. *Saber noturno*. Uma antologia de vidas errantes. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, IFCH; UNICAMP, 2004; ONFRAY, Michel. *A arte de ter prazer*. Por um materialismo hedonista. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

¹²² Pode explorar algumas dimensões dessa pequena história em: AGRA DO Ó, Alarcon. Imagens da velhice na literatura memorialística nordestina. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 65, p. 65-67, 2006. In. <<http://www.espacoacademico.com.br/065/65agra.htm>>

lhe assoma à vista. Sob seus olhos pousava um corpo que dava sinais de velhice e de marginalização, de esgotamento vital e de empobrecimento irremediável. Ainda tinha algo de hombridade, que se espigava para mentir a altura; no entanto, o cabelo e as roupas denunciavam a freqüentação das margens da história por aquela pessoa que se apresentava na sua modéstia e, provavelmente, na sua necessidade, à casa do deputado Júlio Bello.

Reconhecendo de imediato o “velho professor primário”, Júlio Bello o fez entrar e ouviu-lhe o pedido: um emprego para si, ou para sua filha, também professora. No seu caso, já com uma idade avançada, não conseguia nada por si mesmo, que ninguém parecia disposto a lhe proteger ou amparar; sua filha bem que ainda conseguia amearhar alguns alunos particulares, mas ganhava quase nada. Ele, no ano anterior, havia recebido uma pequena função, pela qual recebia tão pouco que só ia do trabalho à casa de dois em dois ou de três dias, dormindo ao Deus-dará e comendo “o que achava e podia: sobrava sempre alguma coisa que mandava à família”; estava, no momento daquela visita, desempregado. Contou ainda que havia enterrado a mulher, também já idosa, com o favor da caridade pública. Tudo isso foi dito com lágrimas, numa voz “estrangulada pelos soluços”. (MSE, p. 54)

Neste ponto, diz Júlio Bello, seus olhos já estavam também tomados de lágrimas, que a comoção do reencontro com alguém que vinha dos tempos de sua infância já era uma emoção considerável – o que se acentuava com a miséria daquela pessoa, ali, à sua frente. Naquele ano, Bello já contava com mais de meio século, e, para os padrões da época, já era um homem maduro, entrado mesmo na idade. Nos fins do século XIX, e nos começos do século XX, um homem que beirasse os quarenta anos já era um velhote. Encontrar um antigo mestre escola, alguém vindo dos tempos há tantos perdidos de sua infância, e vê-lo como um homem velho, pobre, a mendigar um auxílio, tudo aquilo foi impactante para Bello. Mas não bastou a presença do velho professor para que outras tensões fossem acionadas, para que o corpo de Júlio Bello percutisse ainda mais outras vezes, premido pela emoção. Mais houve.

Ao pedir que uma copeira trouxesse água para o velho professor, Bello se encontrou com uma das faces mais características da experiência da velhice, naquele começo de século: a construção de um diálogo permanente com o vivido, como forma de sobreviver

ao presente. Ao chegar com a água “a copeira, crioulinha de quinze anos”, Júlio Bello disse ao seu visitante: “Esta é neta de Rita, talvez a única sobrevivente dos escravos de meu pai”. Com isso, algo se deu na sala: a menção ao passado “caiu na memória do velho como um feixe de palha seca num braseiro quase extinto de fogueira ateando a chama viva das recordações do passado”. Ele se lembrou dos antepassados da copeira, comovendo Bello e fazendo funcionar ali a maquinaria de uma intensa saudade. O velho lembrou dos escravos, pelo nome, muitos dos quais já esquecidos pelo filho do seu senhor, outros, mantidos na velhice, e até à morte, no engenho. Contou “casos burlescos de fugidas e de furtos”, falou na boêmia do pai de Júlio Bello, da sua cordialidade no trato com os cativos. (MSE, p. 54-55)

Júlio Bello irmanou-se na recordação:

A mim e a ele todos aqueles pormenores interessavam vivamente. Um sentimento de íntima fraternidade, de completa identidade de pensamentos ligava-me àquele velho naquela hora triste de uma tarde de dezembro. Nem o rumor bárbaro dos bondes elétricos e dos automóveis passando perturbava a comunhão das nossas duas almas na mesma grande hóstia: aquela saudade de um passado longínquo que ele ia evocando com a sua voz trêmula de ancião. Ele falava sem se cansar... Insensivelmente arrastado numa onda em que as lembranças ressuscitavam como num sonho em que fosse mergulhando, continuei a ouvir aquela voz amiga, porém já como uma música estranha, um indefinido murmúrio de que eu não percebia bem o sentido. (MSE, p. 55)

O velho professor e o seu aluno ainda poderoso, tendo tido histórias de vida tão distantes, se aproximavam, no entanto naquele momento pelo exercício da memória. Um, lembrava de quando ainda era senhor de algo, de quando o seu mundo ainda tinha alguma riqueza, algum fausto, mesmo que isso fosse apenas para os seus patrões. O outro, herdeiro mais de lembranças que de bens, via na

memória uma espécie de consolo pelo que havia se dissolvido no passado. Promovia-se, naquele encontro, uma conexão inesperada, uma sintonia de formas subjetivas distintas, atravessadas por um mesmo fluxo de rememoração e de significação da vida, marcado pela saudade, pela incapacidade de acolhimento do presente. Eram, cada um ao seu modo, dois velhos que se encontravam, um com o outro, e cada um consigo.

Após longos passeios na memória, o velho professor por fim externou seu desejo de morrer onde nasceu – na sua ilusão, diz Bello, confundia-se entre a saudade pela terra e a saudade pela mocidade. Sua referência à morte como último depósito do desejo não passou despercebida a Bello: que outro futuro aquele personagem poderia imaginar para si, que os anos se acumulavam, que a pobreza se afirmava, poderosa? Ainda grande senhor, mesmo desprovido do fausto dos seus antepassados, Júlio Bello conseguiu de todo modo “uma cadeira de professora para a filha” de Seu Mandu, e “depois um lugarzinho de diária para ele que assim passou a viver mais a coberto de privações”. E nada mais sabemos dele. (MSE, p. 57)

1937 – velhice, juventude e política

**Não se escreve com as próprias lembranças,
a menos que delas se faça a origem ou
a destinação coletivas de um povo por vir
ainda enterrado em suas traições e reneгаções.**

Gilles Deleuze,
Crítica e clínica

O medo encarna-se

Eram passados pouco mais de quarenta anos do brado de Nabuco em favor da velhice ameaçada pelo arrivismo da juventude, quando, em 1937, um político e magistrado paraibano, Pedro da Cunha Pedrosa (1863-1947), compôs um texto memorialístico que acabou por se tornar noutro eco singular àquelas palavras. Ali também se orquestraria uma espécie de reverberação e de desvio em relação à idéia de neocracia, tal como ela havia sido proposta por Nabuco, o que resultaria em mais um registro das transformações pelas quais passava a experiência da velhice no país, nas décadas iniciais do século XX.

Como Júlio Bello, Pedrosa procurou emprestar alguma densidade, nas suas memórias, à idéia de que havia pessoalmente testemunhado, e sofrido, uma modalidade especial de desinvestimento do olhar social em relação à velhice. A neocracia, descortinada por Nabuco no seu horizonte como algo que se mostrava como um perigo, teria assim em Pedrosa mais um cronista contrariado. Não profetas, como Nabuco teria sido, Pedrosa e Bello, enfim, construíram-se, nas suas memórias, como personagens das histórias que contavam. O fim da velhice respeitada, para eles, estava não mais no futuro temido, mas, ao contrário, no passado lembrado. Mas o que Pedrosa, mais particularmente, teria visto, vivido, sentido? No que seu relato se aproximava e se distanciava dos escritos de Nabuco e de Bello? O que era, no seu texto, a velhice? Quem eram, ali, os velhos? O que

ele estava dizendo, ao falar da velhice?

Seu livro, intitulado “As minhas próprias memórias”, foi construído como uma minuciosa prestação de contas de longas e intensas décadas de militância nos agrupamentos partidários conservadores e da sua presença em numerosos cargos dos mais relevantes da política paraibana e nacional. Ali Pedrosa enfatizou um ângulo em especial do passado vivido e lembrado, o qual acabou por demarcar um espaço de singularidade para sua obra.

De acordo com o corpo escrito das memórias de Pedrosa, tudo quanto se dera na cena pública – e, mais apropriadamente, na cena político-partidária – da Paraíba nos anos entre a crise da Monarquia e os anos 1920 poderia ser contado como uma permanente e tensa disputa entre modos antigos e modos novos de sua organização. Para entender e explicar tais histórias, nosso memorialista se valeu da tematização da velhice como metáfora, como chave de interpretação do mundo.

Pedrosa acentuou na sua narrativa a idéia de que, no tempo de sua vida, a velhice se conjugava com o conservadorismo e com a manutenção da ordem, enquanto a juventude se aproximava da busca pela renovação, o que se dava, sem embargo, mediante a perturbação da ordem. Se, para Júlio Bello, o jogo tenso entre mocidade e velhice funcionava como operador possível de uma análise que enfocava a decadência dos velhos senhores do mundo do açúcar, para Pedrosa aquele antagonismo atualizava as crises implicadas no reordenamento das elites paraibanas pelos postos da administração estadual.

Em síntese, Pedro da Cunha Pedrosa registrou no seu livro, enquanto contava diversos episódios em que se envolvera ou em que se vira envolvido, os modos pelos quais as idéias de velhice e juventude passaram a ser acionadas, naquele instante da história paraibana, como etáforas eficientes para a tradução e para o enfrentamento das lutas político-partidárias. Além disso, ele deu forma a uma análise de seu passado e de sua vida que se ancorava justamente na utilização daquele jogo de imagens tramadas como opostas. Voz de alguém que se sentia velho e inútil aos setenta e quatro anos, quando cria estar no fim da sua vida, e registro do que o seu autor entendia ter sido um duro embate entre a velhice e a juventude, o qual o havia vitimado com vigor, o livro de Pedrosa passa, aqui, enfim, por ser o documento/monumento de um olhar

sobre o envelhecimento que merece atenção.¹²³

Pedrosa, nas suas memórias, aponta para uma era de ouro da velhice, da qual os homens de sua época e de sua geração abriram mão, ou se viram desapossados, em meio aos jogos da política, para sua grande tristeza e melancolia.¹²⁴ O seu relato, assim, ao mesmo tempo recuperou e transformou o tema abordado por Nabuco e Bello, apontando para um registro e uma problematização a mais acerca dos sentidos da experiência da velhice na experiência social brasileira.¹²⁵

Faces de Pedrosa

Pedro da Cunha Pedrosa, já vimos estas datas acima, nasceu em 1863 em Umbuzeiro, na Paraíba, e morreu em 1947, no Rio de Janeiro. O corpo escrito de suas recordações, como também já disse antes, recebeu o título de “Minhas próprias memórias”, e foi escrito em 1937, quando o autor já se encontrava distante do epicentro da política paraibana. O livro seria publicado apenas em 1963, nas comemorações do centenário do nascimento de Pedrosa.

A distância entre o momento da sua escrita e o da transformação das suas memórias em livro, tal como se dava em geral com os memorialistas, inclusive com os que estudo, fazia com que o resultado final condensasse em si tempos distintos. Na espessura de cada obra há assim a presença dos tempos lembrados, do tempo em que a obra é escrita, e – apenas para algumas – do tempo da publicação. As datas, ali, escondem, mais que indicações precisas deste ou daquele momento, virtuais labirintos de sentido, pela sua experiência de descontinuidade.¹²⁶

¹²³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, esp. p. 535-549.

¹²⁴ O ar melancólico de parte da intelectualidade brasileira no começo do século XX já foi objeto de vários estudos; um me agrada especialmente, pela relação nele estabelecida entre as práticas da melancolia “nacionais” e “internacionais”, bem como pelo exame de suas construções no âmbito do texto literário e nos “retratos do Brasil”: SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos*. A melancolia européia chega ao Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹²⁵ Quanto à responsabilidade da história – da descontinuidade no âmbito das experiências sociais – na construção do ostracismo da velhice, cf. MINOIS, Georges. *História da velhice no ocidente*. Lisboa: Teorema, 1999, p. 17.

¹²⁶ Cf. LACERDA, Lillian de. *Álbum de leituras*. Memórias de vida, histórias de leito-

Antes de se sentir largado às margens da história, transformando-se num velho a quem só restava lembrar do vivido em meio ao marasmo de dias sem sentido ou ocupação, Pedrosa teve uma carreira longa e de destaque na política e na magistratura. Ele exerceu papéis ao longo da vida que eram de certa forma comuns a muitos bacharéis de sua época, quando os homens que dominavam as letras se destacavam em diversas carreiras, sepultados sob as máscaras de uma erudição que os diferenciava dos inumeráveis iletrados ao seu redor. Celso Mariz, letrado paraibano com atuação na imprensa, na administração do Estado, na historiografia e mesmo na política partidária, apesar de ter sido por algum tempo desafeto de Pedrosa reconheceu a notável importância daquele “político hábil e inteligente”.¹²⁷

Pedrosa formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Recife. Lá, ainda que estudante de poucos recursos, conviveu com filhos da elite abastada da Paraíba, o que lhe valeria no futuro a possibilidade de relações com personagens importantes da cena político-partidária do seu Estado. Atuou, profissionalmente, como jornalista, promotor e Juiz de Direito. Sua carreira política foi intensa, ele tendo sido secretário de Estado, deputado estadual, senador, vice-governador do Estado. Pedrosa apenas se afastou do embate partidário paraibano após 1922, quando foi elevado ao papel de Ministro do Tribunal de Contas da União, do qual se aposentou em 1931. Foi autor, ainda, de livros sobre temas jurídicos, tendo sido considerado, à sua época, um notável jurista. Ele foi, também, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 1905, junto ao qual expressava a sua preocupação com a preservação da memória estadual e nacional, em dias de aceleração da experiência.

Sua trajetória, tal como apresentada na narrativa memorialística trazida a público, foi marcada, paradoxalmente, por um movimento simultâneo de ascensão política e de desejo de distanciamento da primeira cena dos eventos públicos. Isso se deu na medida em que Pedrosa relatou a si mesmo como alguém que ocupou os mais

ras. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 37-86; SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” / Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, p.425-438, São Paulo, 2002.

¹²⁷ MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1980, cit. p. 192. Quanto à singular “habilidade” de Pedrosa, cf. LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 246.

diversos cargos, inclusive alguns de grande projeção, mas também como um indivíduo constantemente frustrado pelos percalços advindos da luta política e até mesmo por eventuais traições (de inimigos e, por vezes, de aliados). A sua trajetória é lembrada como uma permanente inadequação entre os seus próprios modelos éticos e as exigências do cotidiano, cada vez mais operadas num registro distante de seus princípios. Isso teria implicações nos modos pelos quais ele pensou a velhice, visto que ele defendeu por todo o livro a idéia de que os valores mais apropriados à sua época eram os defendidos pelas pessoas mais velhas e mais experientes, que se diferenciavam, pela sua maturidade e pela sua competência na gestão de si e do outro, dos indivíduos mais jovens.

A sua própria vida lhe servia de matéria-prima para o desenvolvimento do seu raciocínio. Ele se mostrava, naqueles papéis, como alguém que exercera com seriedade e competência os ofícios aos quais se dedicava, mas que isso o afastara de alguns dos seus contemporâneos. Não parecia haver espaço no mundo em que ele vivia sua maturidade para a verdade absoluta que ele imaginava encarnar nos seus atos e gestos, a qual era a atualização, na vida prática, de normas morais absolutas das quais ele não via como abrir mão sem ceder no espaço da decência. Principalmente, quanto a isso, Pedrosa apontava em si a repetição de uma conduta ética que vira nas pessoas antigas, notadamente nos velhos de antigamente, o que o fazia ainda mais convencido da tragédia de sua própria existência: coubera-lhe viver num mundo, e numa época, em que os valores tradicionais de conduta privada e pública se esgarçavam sem que nada igualmente meritório viesse ocupar as lacunas então produzidas. Pensar-se, ainda mais, como alguém que envelheceria em tal momento da história do país era outra fonte de sofrimento para Pedrosa, que insistiu em registrar isto nas suas memórias.

A militância política de Pedrosa, nos tempos do Império e depois de proclamada a República, se definiu pelo acolhimento das idéias que a seu tempo eram ditas como conservadoras, as quais se opunham ao que então se nomeava como o pensamento liberal. A mudança de Regime, da Monarquia para a República, não o atingiu no sentido do deslocamento político: alinhado com conservadores sob D. Pedro II, lá permaneceu após 1899. A sua forma de exercer o papel de protagonista da cena político-partidária se dava no sentido da reunião de todos os esforços em busca da manutenção da ordem

e do temor em relação a rupturas sociais. Numa manifestação deste espírito desejoso de estabilidade a qualquer custo, no âmbito do seu grupo político, controlado na República inicialmente por Venâncio Neiva e, em seguida, por Eptácio Pessoa, Pedrosa exerceu de forma permanente os papéis estratégicos de conciliador e de articulador. A seu ver, as elites responsáveis pela gestão dos povos deveriam fazer o possível para explicitar suas diferenças, mas, sempre, deveriam lutar para a diminuição das zonas de atrito, em nome do bem comum, da harmonia social, da tranqüilidade pública. Não é de se espantar, nesse sentido, que ele tenha se alinhado, por toda a vida, com os conservadores, enquanto reiterava com insistência seu incômodo frente a quem planejava mudar a sociedade a partir de rupturas, principalmente quando quem incorporava o desejo da transformação era alguém marcado pelos sinais da juventude.

Para alcançar a meta da construção de acordos entre indivíduos por vezes imersos em antagonismos, era necessário o cultivo de boas relações com todos os lados das possíveis tensões e disputas. Por todo o tempo, assim, sua narrativa memorialística o compõe como um homem cioso de suas convicções e determinado a lutar por elas até o último fôlego, mas, em paralelo, como alguém capaz de construir pontes as mais inesperadas na direção dos adversários, no sentido da construção de alguma harmonia. Nisto ele identificava a sua maturidade, ou seja, a sua capacidade de pensar a vida tomando como referência temporalidades longas, fundadas num passado mítico e dirigidas a um futuro longínquo. Nisto, como se imagina, ele empregava a sua energia no sentido da distribuição de sentidos por entre as experiências da velhice e da juventude, para ele tão antagônicas. O oposto às condutas que ele teria experienciado ao longo da vida, diz Pedrosa, seria a aposta imediatista e mesmo voluntarista de muitos dos seus contemporâneos, especialmente os mais jovens, que não se envergonhavam em desprezar acordos, em divulgar calúnias, em destruir reputações por mero desejo de ascensão a todo custo.

E, conforme deixou registrado em suas memórias, como também de acordo com informações apresentadas por Linda Lewin, Pedrosa procurou ser, como homem público, cuidadoso no atendimento às demandas das pessoas ligadas ao seu círculo familiar e à sua rede de correligionários políticos. O seu corpo funcionava como um canal de transmissão entre os personagens os mais variados, numa

busca incessante pela construção de laços e pela conservação das redes de influência e de favorecimentos. Ao executar tais gestos, Pedrosa dizia repetir na sua trajetória o que havia aprendido com os maiores mestres de que um homem poderia dispor: os políticos mais velhos, mais maduros, mais experientes. (MPM, p. 225) Não lhe seduzia a possibilidade da transgressão à estética da liderança que via encarnada nas figuras venerandas que o cercavam – e que, emuladas por ele, em muito o favoreciam na ascensão profissional e na manutenção do status que a vida foi lhe proporcionando.¹²⁸

Seu projeto político, assim ele o descreveu, foi o de aproximar os contrários, alegando sempre que sua luta era pelo bem da Paraíba, ou, mesmo, do Brasil. No fim da vida, cansado de ter sido continuamente vencido nestas pretensões de harmonização social, ele se exibiu nas memórias como portador de incontáveis decepções, como homem cansado de tantas derrotas públicas e privadas. Elas acabariam por fortalecer nele o desejo de abandonar os cargos eletivos e resguardar-se num Tribunal Superior, o que se daria com a sua nomeação em 1923 para o Tribunal de Contas da União. Mesmo ali, entretanto, ao fim da sua carreira, quando já velho e doente, ele ainda sentia o peso do desrespeito à idade avançada, o que decerto amargou-lhe os últimos dias. Ao solicitar alguns privilégios em face a uma doença que o prendia à cama, se viu questionado à exaustão, o que em muito o surpreendeu e desencantou.

Na segunda metade dos anos 1930, quando já aposentado e doente e, principalmente, quando a Paraíba e mesmo o Brasil eram governados por remanescentes dos grupos políticos contra os quais ele havia lutado toda a vida, Pedrosa sentiu-se mais que nunca à margem da cena pública. Ali, apenas ali, ele encontrou tempo e energia para escrever suas memórias. O ano de 1930, aliás, é tomado por Pedrosa – como também por outros memorialistas, seus contemporâneos – como o signo de um evento marcante para o Brasil. Naquele ano, diz ele, não apenas formas sociais tradicionais foram extintas, como também muitos antigos protagonistas da ordem histórica brasileira se viram largados ao ostracismo com a emergência da “República Nova”. (MPM, p. 285)¹²⁹

¹²⁸ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*.

¹²⁹ Quanto à edificação de 1930 como marco da memória coletiva, vale mencionar um estudo clássico: VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

Expulso da história, a ele restava, a seu ver, trilhar a senda da memória, nela registrando o que fora e o que desejara, numa espécie de monumento de si mesmo que se contraporía ao esquecimento e à marginalização que sofria. Pedrosa compôs então suas memórias para ser ouvido ainda uma vez mais, para romper o silêncio ao qual sentia ter sido condenado pela história pelo crime de ter envelhecido. Seu livro era o registro de sua decadência e de sua transformação de figura de proa em estorvo para a sociedade, uma reflexão que, partindo da experiência de um velho ponderado e equilibrado, buscava ser a recriação dos destinos de toda uma geração, algo necessário quando moços imprudentes alçavam vôos elevados na gestão do país e do seu povo. (MPM, p. 295)

A obra de uma vida

Na edificação do seu perfil, marcado pela sensatez extrema, Pedrosa se valeu de uma estratégia discursiva que, creio, merece ser ressaltada, pelo que ela aponta de sua percepção do que seria, ou deveria ser, a experiência do envelhecimento digno. Ele reage na sua personalidade uma tendência a respeitar o já estabelecido, a defender o estado em que as coisas se colocam no mundo. Parece-lhe pouco apropriado para um homem público, ainda mais para um homem formado nos quadros do Direito, enfronhar-se pelas lutas sociais de forma revolucionária. E isto é vertido, nas suas memórias, sob a forma de um culto ao que, nele, na sua trajetória, se assemelha à conduta dos velhos senhores de sua terra.

Sua narrativa, assim, toma a forma de um monumento: ela cristaliza certas verdades em circulação no momento ao qual elas se referem, ao passo em que acabam por ser, delas, a interpretação de um sujeito que nomeava a si mesmo como conciliador e conservador. Ora, Pedrosa nos oferece uma imagem do seu tempo, ou seja, dos anos finais do século XIX e do início do século XX, quer ele relate eventos havidos na Paraíba, quer ele se refira à sua experiência na capital federal, no Rio de Janeiro, imagem esta vertida sob a forma de uma meditação acerca dos impactos das mudanças históricas então havidas no corpo e na trajetória de alguém pouco receptivo ao novo. Acompanhar seu texto, assim, é enfronhar-se num debate por uma posição tramada a partir dos signos da rigidez e do imobilismo – muito embora isto não signifique, ao contrário, que aquelas páginas

não nos ofereçam referências dos deslocamentos de sentido então havidos no âmbito de certas práticas sociais, mesmo que eles só apareçam como o outro do desejo do memorialista.

Considerando a época do seu exercício público, que se encerra pelo início dos anos 1930, Pedrosa diz situar-se no mundo como alguém que pautava a si mesmo por códigos mais próximos às regras de conduta dos homens de uma geração antes da sua, dos velhos barões do Império, o que era motivo de orgulho para ele. E, conforme veremos a seguir do meu estudo, ele efetivamente se dirige, nas suas memórias, aos seus antepassados ou aos velhos com quem conviveu e dos quais dependeu para ascender socialmente, com carinho, respeito, temor, quase dizendo que os imitou ao tornar-se no que, enfim, conseguiu ser. Ele traça assim uma imagem daqueles personagens para, a partir dela, compor a si próprio.

Velhice, conservadorismo e desprezo às novidades parecem, pois, ser temas caros às memórias de Pedrosa. Contrapondo-se a esta imagem ideal, há ali também a tematização de vínculos a seu ver característicos entre a juventude e a pressa, entre a juventude e certa irresponsabilidade. Isto se mostra por todo o seu relato – a não ser, como veremos mais à frente, quando se trata da sua própria juventude, vivida, segundo ele, já sob as influências éticas e morais dos homens velhos e respeitáveis.

Quanto à sua narrativa memorialística propriamente dita, no que tange à sua transformação em livro, cabe ressaltar que ele escreveu dois volumes. Num, dava conta do que nomeava como sendo sua vida pública; no outro, enfatizava elementos de sua vida privada. Nenhum dos dois era destinado a tornar-se conhecido para além das fronteiras familiares, de acordo com o desejo do próprio Pedrosa. Aquela separação, e o desejo da discrição, foram de certa forma burlados pelos seus descendentes, responsáveis pela publicação das “Minhas Próprias Memórias”, em 1963, na medida em que ali foram interpolados textos dos dois escritos de Pedrosa – ainda que com forte predominância dos escritos acerca da vida pública daquele personagem.

É importante observar que, em diversas passagens do seu livro, Pedro da Cunha Pedrosa, como, aliás, todos os autores que acompanho no meu estudo, dedicou-se a construir uma espécie de justificativa para o seu gesto de narrar suas memórias. No seu caso, em especial, há que se atentar para a sua preocupação em expressar

reflexões e análises que contribuíssem para a tessitura de sua figura pública, a qual se desenhava como a de alguém prematuramente envelhecido. Isso aparece no seu texto mesmo quando trata daquilo que ele nomeia como a vida privada. Sua escrita, neste sentido, é uma cerrada busca da adequação de seu gesto a modelos de escrita – modelos de subjetividade – que se correspondessem com a imagem que ele desejava exibir como homem enfrornado, por toda a vida, na cena política de sua terra natal e, mesmo, do país.

Ao seu redor, é o que se pode depreender da leitura de sua narrativa, eclodiam diversos modos de se fazer e viver a política, os quais se distanciavam do que ele, Pedrosa, julgava ser o justo, o correto, o legítimo. Na convivência com esta alteridade de certa forma incômoda, para não dizer assustadora, e da qual ele insistirá permanentemente em se isolar, a escrita das memórias viria a funcionar como o estabelecimento de uma contenção, de uma baliza ética. Seu texto deveria corporificar uma integridade e uma retidão absolutas, indícios do que, afinal, teria sido a sua vida e a sua trajetória profissional. Seria uma escrita de si que resgataria a linearidade de uma vida e que serviria de escala moral para os leitores.

Era uma forma, para Pedrosa, de se apropriar da associação por demais íntima que se estabelecia, à sua época, entre a velhice e a memória – entretanto, ele invertendo sua polaridade. Se, para muitos dos seus contemporâneos, o homem velho dedicava-se à memória para ocupar um tempo morto, Pedrosa fará com que aquele gesto venha a ser atravessado por outra possibilidade de significação. Sim, ele dirá com ênfase que a memorialística tem a função de preencher horas demasiado vastas, destinadas ao ócio banal de um cotidiano sem maiores perspectivas; mas ele dirá também, de forma explícita ou no intervalo dos eventos escolhidos para compor seu relato, que a escrita das memórias era um gesto politicamente produtivo, cujos efeitos seriam o de atualizar num mundo cego pelo amor desmedido à juventude a positividade da trajetória dos homens mais vividos, mais experientes, mais velhos, em suma.

Segundo Pedrosa, a escrita das memórias, ainda que fosse uma empresa que brotava da alma, do coração, dos sentimentos, deveria se pautar por certos critérios. Um deles era a exatidão entre as palavras escritas e as experiências vividas, numa correspondência que não deveria jamais admitir brechas ou ranhuras. A ante-sala do livro de memórias, neste sentido, deveria ser o diário, anotação da

vida disposta pelos anos, em cada dia e cada noite. Sem aquela base, o memorialista, cioso de seus deveres para consigo e para com seus descendentes, ficaria à mercê de notícias dadas por outros e das sobras da própria memória, o que talvez não fosse de todo modo confiável. O passar dos anos, o cansaço do corpo, o enfraquecimento desta ou daquela função talvez tornasse o velho memorialista refém de impressões mais que de certezas, o que cabia coibir com o recurso à conferência em papéis preenchidos com anotações ao longo da vida. Isto daria credibilidade ao seu relato, livrando-o da pecha de desmemoriado ou, pior, de mentiroso.

Pedrosa mencionava nas suas memórias, assim, um exercício que a seu ver deveria ser praticado todos os dias por quem almejava deixar escritos elementos de sua própria trajetória, como forma, ao mesmo tempo, de educação do corpo e de preparação para o futuro:

Todo homem, quem quer que ele seja, passando com certo destaque pela sociedade, deve, primeiro que tudo, organizar o seu *Diário*, onde metodicamente possa registrar os fatos ocorridos na sua vida. Esse diário é de inestimável preciosidade, por isso que dele constará fielmente escrita toda a história da sua personalidade através dos acontecimentos perpassados por sua existência. (MPM, p. 15)

Seriam anotações variadas, mas constantes, um registro minucioso dos pequenos e grandes eventos de todos os dias, algo que se daria para além de preocupações com estilo ou forma, apenas no intuito de fazer com que o sujeito conhecesse mais a si mesmo, e armazenasse em lugar mais seguro que a própria memória corporal, cerebral, os feitos e os ditos de sua vida. O corpo, este território no qual a modernidade ancorava todas as suas melhores esperanças, também falha, também se desgasta, diria Pedrosa, homem já velho e mais experiente. Um diário, diz ele, registro metódico de uma trajetória individual, diz de quem escreve, e expressa o seu mundo; é um material precioso, pelo que informa, pela imagem em movimento e em desenvolvimento que dá do seu autor. Além disso, ele é uma fonte de segurança, no dizer daquele velho jurista obcecado com a verdade dos fatos: o seu registro consiste numa garantia de veracidade do relato memorialístico, elaborado a partir de suas informações:

Essas peripécias da vida cotidiana, contadas pelo próprio indivíduo, inteiramente despreocupado, só tendo em mira a simples constatação do que vai ocorrendo consigo, para que, de futuro, não venha a ser impunemente contestado, são de uma absoluta aceitação, como a mais completa prova da sua evidência.

Em todo o tempo, a verdade se fará sobre os atos humanos, assim registrados, sem possível contradita com visio de procedência. (MPM, p. 15)

Esta prática era quase uma contabilidade privada, um registro que apenas chamaria luzes sobre condutas dignas de nota e de repetição:

De há muito, venho sentindo essa necessidade, achando que ninguém, ao lado de sua escrituração sobre a vida econômica, financeira e social, deva deixar de ter também o seu *Diário* da vida privada, quiçá este de maior preciosidade, por serem de valia suprema os atos pelos quais se estampe uma vida íntima, pura e sã, enobrecida pelos doces e acrisolados sentimentos de família, pátria e moral cristã. (MPM, p. 16)

Pedrosa afirmava que os ganhos advindos daquela prática eram incontáveis – na mesma medida em que seriam imensos os prejuízos da sua ausência:

Como se poderá, na verdade, conhecer a genealogia das famílias; como saberemos quais foram os nossos ancestrais, como viveram eles; se nem ao menos, existem notas, assentos, pelos quais possamos ter notícia dos nossos antepassados?

É esse um desleixo imperdoável nos nossos costumes familiares; e oxalá que todos compreendam o mal dele decorrente e procurem corrigi-lo, abrindo no seio dos seus lares os assentamentos precisos e de indiscutível valor para os chefes de família e seus descendentes. (MPM, p. 16)

Esta ênfase de Pedrosa no registro diário e na sua condição de base para a auto-avaliação do indivíduo e para a sua escrita memorialística, quando da velhice, parece indicar duas tensões que devem ser mencionadas. Num plano, anotar tudo quanto se vivia parece, em Pedrosa, um gesto comprometido com um distanciamento em relação ao presente. O vivido, assim, só teria alguma função e alguma relevância quando transformado no corpo escrito da anotação diária. A página escrita controlaria, com seus limites precisos, o espriar-se que era a vida mesma, incontrolável e dispersiva. Noutro plano, ao pensar naqueles materiais como o alicerce da memória futura, Pedrosa ao mesmo tempo em que recusava crer na capacidade do corpo na preservação de si mesmo, transformava o corpo presente em refém do corpo futuro. É em nome da memória da velhice que a juventude ou a idade adulta são convertidos em sala de espera da idade mais avançada. O homem deve levar a vida a anotar o que vive porque, quando velho, precisará daquelas informações para saber quem ele é: memória e identidade se associam, aí, numa recusa ao presente em nome de algo que será vivido, enfim, apenas como possibilidade, no futuro.

Portanto, é com certa tristeza que Pedro da Cunha Pedrosa indica na sua narrativa que não escreveu o diário que deveria ter escrito, ao longo de sua vida, e que tanto lhe auxiliaria no momento de construção de suas memórias, ao final de sua vida. Ele se sente, na velhice, como culpado de um crime contra si mesmo, enfim. Pedrosa nunca foi autor de um diário – e, na velhice, ao se dedicar à memorialística, se ressentia disso, achando mesmo que foi desleixado consigo e com os seus. (MPM, p. 15-16)

Não fui, também, nesse sentido, perfeitamente previdente, porque não formei em tempo o meu *Diário*. (...)

Em virtude da falta que venho notando, deu-se para comigo o mesmo desprazer de não haver encontrado elementos para conhecer a tradição, já não digo dos troncos de minha família, mas dos próprios avós paternos e maternos; destes apenas tive ligeiras notícias dadas por meus pais. (MPM, p. 16)

A fragilidade de sua empresa, conta Pedrosa, levaria a uma escrita memorialística partida em duas. Num texto, ele relataria sua vida pública; noutro, ele daria a conhecer sua vida privada. A sua explicação quanto a isso era que, na ausência de anotações que lhe dessem um lastro mais sólido para o exercício da memória, ele se via na obrigação de registrar o vivido a partir de chaves descritivas e interpretativas com as quais estava familiarizado. Homem cioso dos limites que separavam a casa da rua, Pedrosa se sentia assim seguro para pensar em si mesmo ao aplicar sobre sua experiência aquela geografia que opunha a intimidade à vida pública, imagem idealizada da ordem social antiga à qual ele tanto se referia com saudade. De todo modo, como mencionei acima, seu desejo era que ambos os textos, tanto o dedicado à vida privada quanto o que se orientava por sobre a vida pública, ficassem restritos à sua família, para que o público em geral não tivesse acesso àquele texto, a seu ver, incompleto, desinteressante – ainda que, segundo suas palavras, ele tivesse a vida “entrelaçada” com “toda a história política da Paraíba, desde 1902 até 1930”. (MPM, p. 17-18)

A citação acima lembra que ele era antes de tudo, um homem público – e assim Pedrosa se definiu, por todo o corpo de suas memórias. Era daquela maneira que ele pensava ser lembrado, e era desde aquele lugar que emanava a sua condição de memorialista. Ele via a si mesmo como um homem importante, e não teve nenhum pejo em se assumir como tal. Isto fica patente, de chofre, no título de seu livro, que encena tal segurança em si mesmo do autor que, permitam-me os meus leitores uma confissão pessoal, eu, como leitor, até hoje me surpreendo com sua forma cortante e densamente significativa. O livro deste velho memorialista intitula-se, sabe-se, “Minhas próprias memórias”. Ele parece, com aquela sentença, instalar-se num espaço de autoria e de controle sobre seu passado lembrado que elide todas as brechas, obtura todos os espaços, recusa a fragilidade que aparece, eventualmente, em vários dos demais memorialistas com os quais convivo no meu estudo.

A construção do lugar de autoria por Pedrosa tem outros aspectos interessantes. Por exemplo, seu livro exhibe uma epígrafe, extraída do clássico católico “Imitação de Cristo”, mediante a qual Pedrosa chama para si não apenas a proteção de sua fé, mas, também, a condição de homem desprovido de rancores. Ali Pedrosa cumpria também um rito de escrita comum aos memorialistas que

estudo, qual seja, a menção a uma autoridade de alguma natureza que emprestasse ao seu livro a sombra de uma filiação. Os memorialistas valiam-se daquele expediente ora para atestar de uma forma oblíqua suas leituras de eleição e seus códigos morais mais característicos, ora para levar o leitor a uma compreensão singular daquilo que tinham em mãos.

Diz a epígrafe escolhida por Pedrosa:

Perdão de todo o meu coração a todos meus inimigos, caluniadores e detratores, a todos que, de qualquer modo, me tenham feito, me façam ou me queiram mal. (MPM, p. 15)

Pedrosa constrói, assim, um espaço para a sua enunciação: ele diz que escreve suas memórias imbuído do “caridoso conceito” de perdão, o que o levará, assim, a dar a conhecer registros de sua vida pública sem, entretanto, deter-se em apontar defeitos de quem quer que seja, ou mágoas e decepções que porventura tenham marcado sua trajetória. Há uma magnanimidade talvez calculada neste gesto, na medida em que o primeiro parágrafo de sua narrativa acaba por ser quase um controle por sobre a leitura. Que ninguém procure ali a indicação de algum mal feito de que o autor foi vítima, já que ele, superior aos seus possíveis desafetos, já os perdoou. Sua condição de protagonista de uma trajetória ascendente, e, naquele momento, seu estatuto de homem já velho não lhe permitia outra coisa, a não ser o exercício de uma ética soberana, marcada antes pelo esquecimento da ofensa do que pela sua retomada na narrativa. (MPM, p. 15)

Há uma crítica social naquela posição? Não seria de todo improvável que sim. Após décadas de vida dedicada a funções públicas, nos três poderes da República, certamente Pedrosa se deparou com adversários, em situações de atrito e de discordância. Ao seu redor, por outro lado, considerando-se a época de sua maturidade, ele viu espocarem polêmicas as mais variadas, protagonizadas pelos letrados de então, e não só por eles. Apesar de tudo isso, entretanto, ele diz ocupar outro espaço na cena pública, aberta especificamente pela sua empresa memorialística. Ali ele quer falar do que viveu, mas não tem a pretensão de remoer asperezas.

Há, no entremeio daquela enunciação, também um movimento

no sentido de se estabelecer um sentido único e apaziguado acerca da experiência da velhice. Especialmente, quero destacar isso, da velhice ocupada com a rememoração do vivido. Para Pedrosa, esta experiência deve ser marcada – e ele a vive desta forma – pela autovalorização do autor, que ocupa o centro da narrativa e submete todos e todas aos seus ritmos e humores. Ser velho, para ele, era ser senhor não apenas da lembrança, mas da honradez e da seriedade que foram construídas ao longo da vida. Honradez e seriedade que tornavam o sujeito tão superior aos seus contemporâneos que ele podia se dar ao direito de exercer na direção do outro o perdão, a compaixão, a magnanimidade própria apenas aos grandes senhores. Alguém acha que fez mal ao velho Pedrosa? Engana-se: a ninguém foi dado poder atacar sua figura venerável, ilustre e poderosa.

A alta estima em que ele se colocava frente a si mesmo lhe liberava para compor uma escrita ao sabor de seu desejo, sem peias outras. Seu texto, diz ele, assim, será composto “sem preocupação de forma e estilo e em linguagem tão singela e simples como a própria vida do autor.” Nem mais nem menos que isso: a narrativa unirá palavras e coisas, sendo o decalque em papel e tinta de algo que foi sendo vivido a cada dia, sem maiores compromissos a não ser os da verdade e os da simplicidade. Para Pedro da Cunha Pedrosa, este era o papel do velho que lembrava: ser fiel a si mesmo, transformando o vivido em relato sem figurações exageradas, sem acréscimos nem diminuições, afirmando assim o compromisso para com a exatidão, para com a verdade. O velho era o sujeito que detinha em si o mistério da linguagem, sua fala sendo o registro fiel do que houve, podendo ser fruída sem medos ou prevenções. O velho lembrava, era seu papel, e deveria ser cultuado e respeitado por isso, tanto quanto ele mesmo zelasse pela incorporação dessa figura identitária.

Nada de mascaramentos, portanto; a reminiscência deveria dar a conhecer o que houve, na sua inteireza e, mesmo, no seu eventual caráter prosaico.

Compreende-se que, embora eu não tenha visado a individualidade senão quando reflexa do homem público, nunca tive por escopo ofender os melindres de nenhum dos que comigo se emaranharam no torvelinho rumoroso das lutas partidárias, sujeitas, por isso mesmo, às críticas dos interessados e dos divergentes.

No discutir os fatos, fui, por vezes, de apreciação veemente, ora me defendendo de agressões injustas, ora, por minha vez, acusando em revide; mas, no maior fragor da refrega, eu só tinha à minha frente o homem público, cujos atos, por direito de defesa natural, era obrigado a analisar e rebater; nunca, porém, via o simples indivíduo, a pessoa do contraditor, considerada e respeitada em toda a linha. (MPM, p. 18)

Quanto a isso, cabe destacar uma enunciação sua, encontrada no meio de um parágrafo sobre a escrita das memórias. Lá, Pedrosa diz que o registro memorialístico é próprio do homem que passou pela vida “com certo destaque pela sociedade”. Ou seja: mesmo ele tendo colocado a si próprio, em alguns momentos, como alguém que protagonizara uma vida simples e singela, não lhe foi interdito pensar-se como um personagem de relevo na sua época. (MPM, p. 15)

Derivava disso as funções de sua obra, cria Pedrosa. A escrita das memórias tinha, para ele, duas funções principais. Uma delas se voltava para o corpo do próprio autor, e dizia respeito ao seu conhecimento, pelo gesto duplo de lembrar e de transformar a lembrança em texto, da tradição de que ele emergia. Era importante compor as memórias, diz ele, porque assim o sujeito passava a conhecer melhor o mundo do qual se projetara para a vida. A segunda função das memórias ultrapassava o seu autor, e se lançava por sobre seus descendentes: dizia respeito à transmissão da experiência e ao oferecimento, às gerações mais novas, de informações corretas sobre o passado do memorialista.

Eis por que me esforcei por não cair no mesmo descuido e aí deixo este meu livro com endereço simplesmente à minha prezada família.

(...)

Todo o meu intuito é fornecer à família o cabedal preciso para que todos os descendentes fiquem habilitados, querendo, a saber como o seu velho ascendente se portou na sua

peregrinação terrena; é óbvio que jamais me passou pela mente dar outro destino às minhas memórias, que foram especialmente escritas para conhecimento de minha querida família. Sucede, porém, que meus descendentes pouco conhecem do meu passado, máxime na parte referente à atuação política, pois os filhos eram quase todos de menor idade, de modo que não tinham discernimento ainda bem desenvolvido para apreciar esses acontecimentos. Daí a importância para eles da narrativa bem detalhada que lhes faço através das páginas deste livro. (MPM, p. 16; 18)

Tamanho cuidado se fazia necessário, diz Pedrosa, para que sua memória ficasse sempre passível de defesa – no caso da eventualidade de algum ataque de desafetos. (MPM, p. 18)

As formas da sua escrita se caracterizaram, diz Pedrosa, por sua vez, em primeiro lugar pelo seu cuidado em jamais “ofender os melindres” de nenhum dos seus contemporâneos, de nenhum dos personagens de suas histórias. Isto, certamente, estava ligado à epígrafe de sua nota de abertura. Além disso, Pedrosa diz que escreveu procurando restaurar ou destacar a verdade dos fatos nos quais esteve envolvido, muitas vezes, para tanto, precisando ser veemente; no entanto, em momento algum pretendeu ofender quem quer que fosse. Ao contrário, sua regra foi a da impessoalidade, visando sempre o sujeito – ele mesmo ou o outro – como um agente público, jamais como pessoa privada. (MPM, p. 18)

E esta minha asserção se evidencia do cuidado que não me faltou de, por vezes inúmeras, declarar que o indivíduo em si ou, mesmo revestido do caráter de funções públicas, do qual recebera injustas ofensas, ao mesmo perdoava e dele não guardaria rancor nem ressentimento. (MPM, p. 19)

Igual conduta recomendava aos seus descendentes, herdeiro de seus bens, mas principalmente de seu nome:

Aos meus filhos faço a mais séria recomendação, para que, inteirados dos acontecimentos que me encheram a existência, e, conhecidos os homens públicos com os quais me relacionei, até mesmo contra aqueles que as circunstâncias levaram à luta comigo e tentaram abater-me moral ou politicamente; se, algum dia, tiverem necessidade de com eles ou seus representantes discutir qualquer ato que os mesmos contestem, não os ofendam e mantenham a disputa na boa linha do cavalheirismo, certos de que, nas *Minhas Memórias*, encontrarão, para esmagá-los, a cabal defesa do seu velho pai. É o que de todos espero; e vejam bem: só, assim, saberão honrar-me a reminiscência! (MPM, p. 19)

Velhices, mundos, memórias, histórias

A narrativa de Pedrosa tem por suposto a idéia de que o tempo em que ele vivia, sendo antes um bloco sólido, num certo instante esfacelou-se. Contra a imagem idealizada de um tempo imóvel e contínuo, que representaria para ele a face querida do seu passado mais remoto, localizado para lá dos meados do século XIX, foi desenhada naquelas memórias a face de uma temporalidade que se esmigalhou ou, que ao menos, se mostrou cindida em partes assimétricas e jamais reconciliadas, tais quebras se dando pelos inícios do século XX.

Há, assim, no texto de Pedrosa, um passado e um presente que se separam, suas fronteiras sendo a prática de uma aversão mútua. Ontem e hoje não se conjugam: antes, se desconjuntam, se atritam, se estranham. O corte, segundo Pedrosa, teria sido dado pela intervenção da história, com sua força bárbara e irracional, ainda que travestida de modernidade e de lógica. Foi a história a responsável pela partição do tempo em fragmentos, com a separação progressivamente mais radical entre o que se viveu e o que se vive.

É no movimento desta teoria reacionária a propósito do tempo e do papel das forças históricas na dinâmica da vida das sociedades que se pode entender os sentidos atribuídos à experiência da velhice na memorialística à qual a obra de Pedrosa se liga e se filia.¹³⁰ O

¹³⁰ Quanto ao caráter reacionário da “teoria da modernização” que está implicada na memorialística de Pedrosa, cf. GROISMAN, Daniel. *A infância do asilo*. A ins-

jogo – ou, melhor, a luta – entre juventude e velhice aparece naquela obra como o teatro preferencial para o exercício do olhar lançado por Pedrosa para interpretar o mundo em que vivia e o tempo em que havia vivido.

Principalmente, pode-se perceber o quanto Pedrosa estava imbuído da crença pela qual a velhice se experimentava mediante a concretização de regras morais precisas e bem fundamentadas, enquanto a juventude, por vezes, se deixava atravessar por um desejo sem sentido de contestação. Isto aparece, nas memórias que leio aqui, mesmo quando estes pólos momentaneamente se invertem, moços surgindo do texto como pessoas sérias e homens mais vividos sendo apresentados como quase irresponsáveis. A inversão de papéis serve apenas para acentuar a verdade que Pedrosa desejava enunciar a qualquer custo, qual seja, a melhor qualidade da experiência social da maturidade. Os modos como as histórias são contadas, enfim, significam: muitas vezes, no âmbito de um relato, o texto escorre por condutos inesperados para reafirmar uma idéia que, dita de forma linear e sem sobressaltos impressiona menos quando submetida a torneios vocabulares e narrativos.¹³¹

No mundo idealizado por Pedrosa as pessoas se ligavam por laços de confiança mútua. Naquele passado lembrado com carinho e afeição, e que ele ambienta no século XIX, uns amparavam aos outros, sendo compostas redes de interdependência que espalhavam benefícios e honrarias por sobre as relações, num jogo de aproximações e cumplicidades. Pedrosa deu bem a medida disso ao tratar, nas memórias, da sua convivência com os sogros, proprietários de engenho em Pernambuco e responsáveis em grande medida pela sua estabilização social e econômica no começo da vida pública. Na sua construção, relatos se orquestram também em função da atribuição de caracteres morais aos personagens – o que estabelece uma geografia para as relações sociais. Os gestos dos indivíduos os inscrevem na história e os tornam escarificações na pele da memória, sendo em si mesmos problemas para o pensamento.¹³²

titualização da velhice no Rio de Janeiro da virada do século. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UERJ, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1999.

¹³¹ Cf. PROST, Antoine. As palavras. In. RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 295-330.

¹³² Cf. NUNES, José Horta. Constituição do cidadão brasileiro: discursividade da moral em relatos de viajantes e missionários. In. GUIMARÃES, Eduardo & ORLAN-

(MPM, p. 22)

Os pais da esposa de Pedrosa o conheciam desde menino, e eram, inclusive, os seus padrinhos de batismo. Protegeram até a morte o seu parente, e, nas memórias de Pedrosa, não há outros velhos tão afetuosamente cuidados. Vida e memória se relacionam como séries invertidas, ainda que correspondentes: os velhos cuidaram do moço, o moço lembra-se deles com carinho e eterniza a sua figura de figuras veneráveis.

Eles possuíam um engenho, por nome Jussara, nos limites de Timbaúba, no qual Pedrosa passara dias alegres, quando da sua infância. Sua família mantinha com seus padrinhos as melhores relações, e ao velho Manuel Xavier o futuro memorialista Pedrosa devia não apenas uma grande ajuda quando de sua formação escolar, mas, também, no encaminhamento das suas primeiras nomeações na magistratura.

Numa prática comum à sua época e à sua região, desde sempre, pelas mais variadas razões, as pessoas que viviam ao lado de Pedrosa lá pelos anos finais do século XIX, no interior de Pernambuco, falavam que ele acabaria por casar-se com a filha mais moça dos seus padrinhos, o que acabaria ocorrendo, inclusive, para grande prazer dos seus “velhos e extremosos pais, ambos vivos naquela fase”. Mal se dando o enlace, o pai da moça presenteou o jovem casal com “uma boa casa”, inclusive “mobiliada com decência”. Não satisfeito, o velho Manuel Xavier ainda agradeceu seu afilhado e genro, pouco depois do casamento, quando o casal mudava-se para a sede do município após a nomeação de Pedrosa para o cargo de Promotor, ofertando-lhe a quantia, considerável para a época, de quatro contos de réis. Não sem motivos Pedrosa se lembraria dele como um “bondoso velho e nosso pai muito amado”, como um “inesquecível amigo, sogro e padrinho”, tanto quanto a esposa daquele velho senhor seria lembrada por Pedrosa como “nossa querida mãe”. (MPM, p. 36-41; 66)

Entre 1892 e 1902, quando Pedrosa se vira, em face de mudanças na política paraibana, licenciado do seu cargo, estando então obrigado a dedicar-se a outros meios de subsistência, seu sogro e padrinho, tendo “tomado o máximo interesse” pela sorte do genro e da filha, “envidou todos os esforços” para melhorar a situação

DI, Eni P. (orgs.) *Língua e cidadania*. O português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 19-30.

do jovem casal. Uma solução encontrada foi a de comprar para eles um engenho. Mais à frente, quando Pedrosa entendeu que cabia desfazer-se da propriedade para buscar mais uma vez o exercício de suas funções de magistrado, o seu sogro apenas quis receber metade do valor da transação. Pedrosa e sua senhora viriam para Timbaúba, para uma casa na qual abrigaria o velho Manuel Xavier e sua esposa – os seus “bondosos sogros”, os “queridos velhinhos” – que haviam arrendado seu engenho. Era aquela uma época em que as casas ainda acolhiam a família extensa, alheias que se mantinham aos rigores crescentes do higienismo que inventaria as moradas cada vez mais segmentadas que seriam praticadas no século seguinte. Naquela ocasião, em mais uma demonstração de amizade e confiança, Manuel Xavier entregou ao genro a sua própria metade da venda do engenho que havia sido confiado a Pedrosa anteriormente, como uma espécie de adiantamento da herança que deixaria um dia para sua filha. (MPM, p. 67-70; 72)

A morte daqueles dois personagens foi assim registrada por Pedrosa:

Estes, por esse período, já andavam muito achacados.

Não estavam de fato longe de deixar o mundo para a vida da eternidade, porque a 2 de novembro de 1899 entregou sua alma a Deus o meu bondoso e inesquecível Padrinho e Sogro; e dois anos depois, minha prezada Madrinha e Sogra, a 18 de novembro de 1901, teve também de passar desta para melhor vida.

Foi (nem era possível coisa diversa) muito doloroso a nós vermos o desaparecimento dos nossos extremosos pais, de cuja convivência vínhamos, há tempos, gozando na melhor harmonia e com maior prazer de filhos amantes deles e por eles amados. (MPM, p. 72)

A referência tão sentida à morte daqueles dois patronos apenas condensava uma tensão presente por todo o texto das memórias de Pedrosa: a sua necessidade de apontar na trajetória de seus sogros um modelo ético digno de respeito e culto. Para o nosso memorialista, os seus sogros, sempre apresentados como pessoas já velhas no corpo escrito daquela vida lembrada, tendo vivido a sua vida com certa

folga e certa tranqüilidade, dedicavam os últimos anos de existência ao cuidado com a família. Pareciam, na velhice, portadores de uma verdade antiga, fazendo valer em todas as situações apenas o desejo de ver os descendentes protegidos contra as adversidades. O seu lugar no mundo, de acordo com o olhar de Pedrosa, era o de preservação de costumes e práticas tradicionais, sendo eles monumentos vivos de um padrão de relacionamentos sociais nos quais haviam sido formados na juventude e que repercutiam na velhice. Como tal eram acolhidos e respeitados por seus descendentes, que viam naquelas figuras venerandas o signo de sua existência mesma, o penhor de sua duração ao longo do tempo.

Creio não ser incorreto pensar que havia algo de estratégico na insistência de Pedrosa em construir aquela imagem específica de seus sogros, ao escrever, em 1937, aquele livro de memórias. Sentido-se, como disse acima, excluído da vida que realmente lhe importava, ou seja, a dinâmica das lutas político-partidárias, Pedrosa projetava na imagem dos seus padrinhos e pais de sua esposa um destino e uma respeitabilidade que desejava para si e que ele já sentia e sabia ser uma impossibilidade. Na tessitura daqueles dois personagens há um lamento e uma denúncia, portanto.

Cabe também ressaltar o quanto a trajetória daquele par de velhos senhores estimulou Pedrosa a forjar a si mesmo como o protagonista de uma experiência subjetiva e social que só fazia sentido num ambiente em que as tensões e os conflitos pudessem ser vividos, e enfrentados, no campo das (boas) relações entre indivíduos. A sua idéia de vida em sociedade ficou marcada por esta tendência, qual seja, a de imaginar que as relações sociais verdadeiramente significativas eram as que ocorriam entre iguais, ou entre pessoas que se sabiam hierarquicamente distintas – mas que, em ambos os casos, se respeitavam e se harmonizavam em nome de algo antevisto como o bem comum. No primeiro caso, favores eram trocados, numa homenagem mútua que pavimentava o chão da boa convivência; no segundo caso, reafirmava-se no cotidiano a prática de dominação senhorial, pela qual alguém dotado de mando e de poder ofertava a outrem, necessitado, uma migalha de atenção.

Pedrosa denunciaria o esgotamento deste modelo ao longo do tempo mediante a apresentação, nas suas memórias, do registro da emergência de uma nova orientação para as relações sociais ao longo das primeiras décadas do século XX. A seu ver, ele e quem

envelhecesse ao seu redor seriam vítimas de uma tendência que, acentuada no presente da sua escrita, mas vinda lá dos anos finais do século XIX, se concretizava no desejo crescente de jovens lideranças, apoiadas quase que apenas na própria mocidade e que almejavam ocupar os espaços da grande política.

Os “jovens turcos”

E, efetivamente, algo se deu, relata Pedrosa, nas imediações de sua história de vida, e a partir dali trajetórias como as dos seus sogros, por exemplo, tornaram-se impossíveis. Inaugurou-se, desde certo instante, uma nova conformação das relações sociais – as que se dão nos termos do encontro do indivíduo com ele mesmo e aquelas que dizem respeito aos laços e às discórdias que unem ou separam os indivíduos uns em face aos outros –, ela sendo avessa aos signos do envelhecimento.¹³³

A explicação mais geral para tal deslocamento, à qual inclusive fiz referências esparsas nas páginas anteriores, aponta para as mudanças implicadas pela emergência da modernização capitalista no cenário brasileiro. Pedrosa indica, ainda que de forma razoavelmente dispersa no seu texto, o quanto eventos associados àquela modernização poderiam ser responsabilizados por transformações na política etária brasileira na passagem do século XIX para o XX e nas primeiras décadas deste último.

Assim, ele menciona, por exemplo, a dificuldade de proprietários rurais mais velhos no trato com as cada vez mais importantes relações comerciais na cidade; a aspereza da cidade em crescimento em relação aos antigos moradores das pequenas vilas ou mesmo da zona rural; a introdução, na cena pública, de ritos e procedimentos que destoavam do que ele entendia ser a dinâmica do passado; a emergência de modos de pensar o país que se ancoravam na idéia de nação, e não mais na mirada por sobre uma miríade de pequenos lugares dispersos pelo território e entregues, cada um, às elites do lugar.

Cabe lembrar que Pedrosa registra, nas suas memórias, o quanto

¹³³ DEBERT, Guíta Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In. BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 49-67, p. 53.

tais clivagens históricas atingiram a sua própria família. Diz ele que por volta de 1858 seu pai cedeu aos apelos de dois cunhados e tornou-se sócio deles numa casa comercial “no povoado de São Vicente, em Pernambuco.” Rapidamente abandonado pelos sócios e sem a menor experiência no trato com fornecedores e clientes, “habituação, como era, aos trabalhos agrícolas”, o pai de Pedrosa faliu – e deu-se, então, algo que impressionou vivamente o nosso memorialista. Aquele velho plantador assumiu frente aos credores todas as dívidas do empreendimento fracassado, colocando em risco o patrimônio pessoal (“todos os bens particulares, escravos inclusive”). A pobreza em que caíram, diria Pedrosa, era a prova de que o país estava conhecendo a difusão de novos métodos de trabalho e de relações entre personagens da cena econômica, num cenário pouco acolhedor aos indivíduos que, formados no mundo da agricultura, não conseguiam se conectar com eficiência aos novos tempos. (MPM, p. 21-22)

Entretanto, no corpo escrito de suas memórias, para além da dispersão dessas referências e, ocasionais, reflexões, Pedrosa dá a conhecer um evento em especial que congrega quase todos aqueles elementos e os supera, podendo ele ser pensado como um momento chave na história da velhice que é tecida por aquele memorialista.

Tal momento, indicado com precisão e minúcia naquele livro, veio a ser o instante inesperado a partir do qual ele se viu levado a pensar no caráter trágico da velhice na sua época. O que se deu, e marcou tão intensamente as memórias de Pedrosa, foi o movimento político dos “jovens turcos”.

Com aquele nome emergira, por volta de 1916, uma dissidência no grupo político ao qual Pedrosa se ligava, ela se organizando em torno da idéia de que os líderes políticos mais velhos dentro daquela facção, mais ligados a Venâncio Neiva que a Epiácio Pessoa, deveriam ser substituídos por lideranças mais jovens. Pedrosa, identificado pelos “jovens turcos” como uma das personagens mais dignas de combate, compôs o seu registro – o seu lamento – acerca daquele episódio.

A crise aberta pela entrada em cena dos “jovens turcos” no campo dos embates político-partidários paraibanos do começo do século XX foi um evento que, na sua densidade e pelas suas repercussões, foi tomado por Pedrosa como um ponto nodal – tanto de sua trajetória quanto de suas memórias. Foi a isso, inclusive, que ele

dedicou o esforço de composição de grande parte do seu livro. Aquele volume foi pensado, pelo nosso memorialista, como um documento/monumento de tal ruptura, sendo, por um lado, um lamento frente ao que foi perdido e uma denúncia do que estava sendo organizado como o novo rosto do mundo. Não deixa de ser interessante que o evento que a narrativa toma como o mais relevante da vida contada seja, justamente, um instante marcado pela exclusão do personagem principal, o relator das memórias. O livro acaba sendo uma épica ao contrário: a palavra, ali, é a morada do ser em crise.¹³⁴

Importa destacar, ainda que apenas rapidamente, que o movimento dos “jovens turcos” ao qual Pedrosa de referiu foi o responsável pela repercussão na Paraíba, de forma um tanto transversal, de movimentos revolucionários havidos na Turquia desde o início do século XX e que foram responsáveis pela queda do Império Otomano e pela instauração de uma República nacionalista, secular e pautada por códigos ocidentalizantes. Os partidários de tais idéias, na Turquia, fortemente impressionados por enunciados positivistas, estabeleceram uma espécie de etarização da política, nomeando como velhas as práticas mais associadas ao governo do Império Otomano, e como jovens e modernas as práticas de gestão pública que eram a seu ver traduzidos nas democracias representativas do Ocidente.¹³⁵

O sucesso dos “jovens turcos” em derrubar um regime antiqüíssimo e em construir outra forma de organização para o seu país impressionou, nas décadas iniciais do século XX, militares de muitos países. Na Europa, especialmente, eles se transformaram

¹³⁴ Cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006; SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.) *História, memória, literatura*. O testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003; _____. *O local da diferença*. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005.

¹³⁵ É sabido como a nomeação intervém na economia dos sentidos; quanto a isso, cf. o já citado PROST, Antoine. As palavras; e RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história*. Um ensaio de poética do saber. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994. Além disso, em relação ao que discuti no parágrafo acima, cabe lembrar o quanto as idéias de juventude foram acionadas na passagem do século XIX para o XX, em diversos cenários no mundo, em meio a lutas políticas que se organizavam em torno do desejo de alguns grupos na *ocidentalização* de suas experiências. A bibliografia sobre esta questão é vasta, mas vale a pena citar: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem*. ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

em uma espécie de ideal a ser alcançado, por exemplo, pelas forças armadas alemãs, elas também envolvidas com projetos de reorganização nacional e estatal desde há muito. Ocorre, e isto é algo que deve ser observado com atenção aqui, que desde 1906 o Brasil enviava com certa regularidade militares à Europa, para treinamento. E, se até então, os modos franceses de organização bélica eram predominantes, até 1914 se vivia um maior interesse dos militares brasileiros em aprender novas regras para o seu ofício com os alemães, apresentados como mais rigorosos, mais eficientes, mais preparados para fazer das forças armadas o braço efetivamente defensor das nações e dos Estados.

Boa parte da oficialidade enviada pelo Brasil para treinamento na Europa até o início da Primeira Guerra se deixou impressionar pelas idéias em circulação, àquela época, nos quartéis e escolas militares da Alemanha, onde eram comuns as remissões à experiência dos “jovens turcos”, tomados como um ideal a perseguir. Mesmo a opção do governo brasileiro pelo seguimento de modelos militares franceses em detrimento da escola alemã, delineada após o fim da Primeira Guerra, não alteraria muito aquele quadro. Afinal, aquele conflito havia provocado na França uma série de deslocamentos no que dizia respeito ao papel social das forças armadas, com ênfase crescente na sua profissionalização e na sua transformação em referência para a organização do corpo social (e do corpo de cada indivíduo). O Brasil acabaria por capturar do conjunto de idéias francesas sobre as forças armadas que se aprofundaram aqui após a vinda ao país de uma Missão Militar francesa após 1918, uma lógica nacionalista e orientada a tornar o corpo militar ao mesmo tempo como uma escola para o cidadão e um exemplo para a sociedade.¹³⁶

Imbuídos de tais crenças, muitos dos jovens oficiais brasileiros que regressavam da Europa e, mesmo, os que eram formados aqui com o concurso dos egressos do exterior ou dos professores convidados, vindos da França, se sentiam dispostos a incorporar outro papel na cena pública nacional. “A guerra tem traços juvenis”; os

¹³⁶ Quanto à reinvenção das forças armadas no Brasil ao longo da primeira metade do século XX e, especialmente, em relação ao seu papel na conformação de ações voltadas para a militarização da sociedade, vale conferir: CASTRO, Celso. In *corpore sano*. Os militares e a introdução da educação física no Brasil. Antropolítica, Niterói (RJ), n. 02., p. 61-78, 1. Sem. 1997; SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cad. CEDES*, Nov 2000, vol.20, no.52, p.104-121.

“jovens turcos” brasileiros não fugiam desta crença, e associavam à sua idade, cronológica ou moral, a competência que os caracterizaria e que os faria capazes de liderar o país no caminho da modernização.

¹³⁷ A tradução seguida de textos alemães e franceses, a insistência em adequar-se ao treinamento militar brasileiro aos modernos padrões aprendidos na Europa e a difusão da então criada Revista “A Defesa Nacional” serviram àqueles militares como o território de sua atuação. Eles, dizendo-se os “jovens turcos” brasileiros, bradavam querer afastar-se do modelo que, a seu ver, vigorava nos tempos do Império ou nos começos da República, pelo qual a tropa se segmentava entre indivíduos incultos e uma pequena fração ilustrada.

Atravessava o seu campo de imaginações acerca do país a idéia de que cabia às forças armadas um duplo destino: o de se modernizar e o de contribuir para a modernização brasileira. Eles criam que todo o coletivo armado precisava superar a si mesmo, transformando-se num agente de estabilidade para o país não apenas em relação à segurança, mas, também, em relação ao oferecimento de baliza morais para o povo e para o Estado. Fundamentalmente, eles se levantavam contra uma série de estratégias que caracterizavam a vida militar de então e que eram por eles julgadas como arcaicas, indignas de um país que se julgava como no caminho do progresso e da civilização.¹³⁸

Lidas na imprensa, escutadas pelos quartéis, discutidas em rodas de amigos e em debates políticos, as idéias dos jovens turcos originais, traduzidas sob as formas dos embates europeus, acabaram por impressionar segmentos das elites letradas brasileiras. Não seria diferente na Paraíba – e aqui algumas jovens lideranças, ainda que ligadas às oligarquias dominantes, se transformaram em porta-vozes daquelas novidades. Reunidos por volta de 1916 ao redor de Solon

¹³⁷ Cf. LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. (orgs.) *História dos jovens*. 2. A época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 17-47, cit. p. 17.

¹³⁸ Um balanço extenso e intenso deste “outro” corpo militar, recusado em bloco pelos “jovens turcos” brasileiros encontra-se em: MENDES, Fábio Faria. A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 1998, vol.13, no.38. Um outro estudo aponta para o contraste entre os ideais modernizantes das elites do oficialato brasileiro dos começos da República, assumidos com certa intensidade por setores da sociedade (notadamente as camadas médias urbanas), e o corpo mesmo dos soldados – homens embrutecidos pela pobreza ou pelos rigores da vida militar: CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Out 1995, vol.2, no.2, p.68-84.

de Lucena, disseram-se então “jovens turcos” vários personagens da cena político-partidária paraibana, oriundos do sertão e do brejo, zonas um tanto desprestigiadas pelos grandes senhores do litoral e do agreste.

Linda Lewin, traduzindo num outro vocabulário aquilo que era narrado, entre outras fontes, pelas memórias de Pedrosa, conta que a vida social paraibana, tradicionalmente centrada na economia agrária, dava sinais, já pelos anos 1905-1915, de certa transformação, no sentido de uma maior dinamização das atividades comerciais.¹³⁹ Isto suscitava a emergência de novas demandas políticas por parte de frações descontentes ou dispostas às margens da ocupação do Estado. De forma geral, um resultado de tudo aquilo era a progressiva crítica aos modos convencionais de orquestração das redes clientelísticas, baseadas “exclusiva ou fundamentalmente na força do parentesco.” Não que tais redes houvessem sido postas em questão de forma radical; no entanto, elas precisaram se recompor num cenário de fortalecimento do Estado e de camadas médias de formações e ocupações crescentemente diversificadas. O crescimento das possibilidades de deslocamento dos indivíduos e de mercadorias, aliado ao incremento na imprensa, ajudava a conformar uma cena de dinamismo crescente e de complexificação das relações políticas.¹⁴⁰

¹³⁹ Não tenho interesse em esmiuçar os laços entre os jovens turcos e setores das elites paraibanas que construíram, a partir de uma experiência de diversificação econômica e profissional, um espaço de contestação frente às maquinações de venancistas, alvaristas, epítacistas etc. Creio ser importante destacar, o que faço com o auxílio da bibliografia que vou citando pelas notas de rodapé, que as intervenções, no debate político a que me refiro neste momento do meu estudo, dos diferentes interlocutores então apresentados podem ser pensadas como movimentos de ajuste ou de confronto entre projetos diferenciados de sociedade, projetos estes que se estabeleciam no diálogo das lideranças com quadros econômicos e institucionais em mudança. O que não acho necessário, aqui, considerando o objetivo do meu estudo, é aprofundar-me por tais caminhos, na construção de uma por ora indesejada história social da velhice. O que me ocupa o tempo é pensar como Pedrosa elaborou uma memória acerca dos fatos que cria ter vivido, não mais, não menos.

¹⁴⁰ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*, p. 288. Quanto às questões mais imediatamente ligadas às mudanças sofridas na dinâmica entre os mundos do campo e da cidade no Brasil, estudadas por ampla bibliografia, desejaria ressaltar um texto sintético que indica as principais linhas do debate: GARCIA, Afrânio & PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy el alli. (orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 38-77.

Assim, a partir de 1905 e, mais explicitamente, a partir de 1910, uma fração dos liderados por Epitácio Pessoa, composta por indivíduos mais jovens que a média dos seus companheiros de partido, começou a dar visibilidade à idéia de que Venâncio Neiva e seus seguidores mais próximos representavam uma Paraíba que deveria ser deixada para trás, em prol da construção do futuro. Os críticos da hierarquia tradicional do grupo político liderado por Neiva e Pessoa eram, efetivamente, homens moços, tendo entrado na maioria pública naquele exato instante em que se pronunciavam contra o que diziam ser a velhice na política estadual. Contrastavam com outros companheiros de orientação político-partidária, homens que vinham dos tempos do Império e que carregavam no corpo envelhecido os sinais inequívocos da passagem do tempo. O relato de Lewin oferece uma imagem instigante daquele grupo, e do cenário de sua emergência:

Embora ainda recrutada em grande parte da Faculdade de Direito do Recife, a geração de 1910 possuía atividades ocupacionais e intelectuais mais variadas que as de seus predecessores. Ademais, em virtude do desafio que representava para a sua geração, o crescimento econômico transformou-se numa questão explícita. Encorajados por uma rápida expansão dos jornais, tanto na capital como nas cidades do interior, alguns de seus membros mais militantes colocaram seus talentos jornalísticos a serviço do epitacismo nas campanhas eleitorais de 1915. Sentiam-se atraídos pelas metas de Epitácio no sentido da integração das zonas interioranas produtoras de algodão com os mercados litorâneos, de modo a desenvolver uma economia abrangente do conjunto do estado, e admiravam abertamente a sua influência na política federal. Esta nova geração constituía uma facção puramente epitacista. Ela via com antagonismo a coorte mais antiga de venancistas que dominava a liderança do PRCP e monopolizava os cargos federais. Ganhando maior dinamismo com o combate pela imprensa contra os “bacurais”, valfredistas, um núcleo central dessa geração organizou-se formalmente em 1916, sob a liderança de Solon de Lucena, como a “Jovem Turquia”¹⁴¹

Quando este evento aparece, nas memórias de Pedrosa, o leitor já foi devidamente informado de algumas características da política paraibana.

Aquele memorialista se vale da estratégia narrativa de elencar uma série linear de eventos, no intuito de demonstrar como a ruptura ensaiada pelo gesto dos “jovens turcos” tinha como suas condições dois fluxos distintos de tensões, no interior da dinâmica político-partidária paraibana.¹⁴² Numa direção, haveria que se considerar o jogo miúdo de todos os dias, os conchavos de maior ou menor amplitude, as negociações mais ou menos explicitadas que garantiam a permanência das mesmas pessoas ou, ao menos, de pessoas ligadas a um mesmo grupo, em cargos importantes da administração estadual. Noutra direção, haveria que se observar que a manutenção de certo status quo trazia consigo um acúmulo de tensões não resolvidas, ou, mesmo, mal resolvidas, que insistiam em eclodir eventualmente.

Pedrosa, compondo um texto em que abundam nomes, datas, intrigas, idas e vindas, adjetivos e silêncios mal disfarçados, acaba por informar ao seu leitor acerca de uma cena político-partidária turbulenta que se tentava controlar. Assim, ele insiste na composição de uma imagem quase horizontal, um relevo que se assemelha a uma planície interminável, apenas pontuada ocasionalmente por pequenas ranhuras, logo aplainadas por homens como ele mesmo, Pedrosa, agente de toda pacificação possível. Entretanto, ele também permite antever o preço elevado de tanta contenção: facções permanentemente mantidas à margem dos movimentos

¹⁴² O próprio Pedrosa tem consciência da sua verbosidade (por exemplo, à página 246 do seu livro ele se diz “prolixo por demais”) – mas ele sabe, por outro lado, que sobrecarregar seu texto de informações e de detalhes tem o papel estratégico de soterrar o leitor com a verdade de uma memória que abomina ser questionada. O acúmulo de transcrições de documentos de época, a abundância de nomes e de datas, a reiteração do que acabou de ser dito, tudo isso tem um poder de dissuadir o leitor, levando algum provável crítico do texto à necessidade de demonstrar a falsidade do que está ali escrito. Há, ali, a lógica de um advogado, mais que a de um erudito, na medida em que o desejo que preside a construção daquele tipo de texto é o de provar uma verdade contra eventuais contestações, e não o de apenas dar forma a uma versão sobre a experiência vivida. Cf. PROST, Antoine. *As palavras*, p. 299.

mais relevantes acabam por se insurgir mais cedo ou mais tarde, sua incorporação tendo custos altos, muitas vezes pagos sob a forma do ostracismo de figuras que, antes, eram respeitadas e, em nome da paz social – vale dizer, da impossibilidade de uma contestação mais severa – são sacrificados.

Principalmente, Pedrosa traça o quadro do rompimento de uma idade de ouro da velhice e da política.¹⁴³ Sua memória, assim, é fundada pela compreensão de que a linearidade da experiência, dimensão cara ao mundo de antes, fora rompida pela eclosão de forças históricas que cindiram o tempo numa sucessão de fases que se apresentam não apenas como a superação umas das outras, mas a sua crítica mais ou menos feroz.

No caso específico da narrativa de Pedrosa, é dito ali que o passado seria a época na qual ele havia se formado como personagem de sua vida privada e de sua vida pública, sendo um momento em que pontificavam na sociedade regras que prezavam pela manutenção dos códigos, pela continuidade, pela estabilização dos sentidos. Tais regras, por exemplo, eram disseminadas socialmente a partir do esforço “civilizador” dos padres, com seus sermões, suas aulas de música, suas festas sacras. O presente, ao contrário, se mostrava como o paraíso dos jovens e das rupturas, tanto quanto o inferno dos velhos e das permanências. Era um tempo em que a noção de “progresso” se deslocava em relação aos modos tradicionais de sua significação, passando agora a remeter ao cosmopolitismo e à vulgaridade da vida urbana. (MPM, p. 25)

Acompanhar o relato de Pedrosa quanto a tais clivagens é importante para que se compreenda os modos pelos quais ele tece, nas suas memórias, duas imagens discordantes para a figura do homem público. Tratando de si mesmo, e de alguns dos seus aliados mais próximos, Pedrosa reúne séries variadas de enunciados, no intuito de dar forma a uma face ao mesmo tempo vincada pelos sinais da velhice, da maturidade, da eficiência e da respeitabilidade. Tratando dos jovens turcos, mais especialmente enquanto eles insistem na crítica aos velhos membros do partido, ele inverte todas aquelas séries, e os aponta como traidores, como indignos e apressados jovens, mergulhados na arrogância e na inexperiência, capazes de lançar o barco da política paraibana no turbilhão dos mares mais revoltos. Ele compõe um relato que vai até a instalação

¹⁴³ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e memória*, p. 283-323.

do venancismo como possibilidade concreta de direção política para o Estado, construindo uma espécie de genealogia do mando dos velhos senhores, contra a qual se levantaria a sede insensata de poder de alguns jovens.

Segundo o relato de Pedrosa, assim, o primeiro marco histórico a ser considerado, para a compreensão do episódio dos “jovens turcos” deveria ser o quinze de novembro de 1889. Naquele dia, para “surpresa geral em todo o país”, a Monarquia foi substituída pela República, o que se mostrara uma “notícia assombrosa”. Mudado o regime, mudavam-se os homens no poder, no entanto, sem que a lógica da predominância da experiência por sobre a mocidade fosse esquecida. Extinguir o regime do trono e fazer valer a República não fora, então, um gesto paralelo à renovação de todos os pequenos e grandes gestos na ocupação dos cargos na máquina pública. Antes, o compadrio, os conchavos, a política organizada a partir de amizades e de parentescos se mantinha, os sujeitos políticos se tecendo a partir de suas relações *personais* ou *grupais*.¹⁴⁴ No governo da Paraíba, então, tomou assento Venâncio Augusto de Magalhães Neiva (1849-1939), àquela época Juiz de Direito da comarca de Catolé do Rocha, no interior do Estado. Sua nomeação seria atribuída à influência de seus dois irmãos militares, ambos com “bastante prestígio no Rio, os Coronéis Tude Neiva (1837-1902) e João Soares Neiva (1839-1903).” (MPM, p. 52-53)

Venâncio Neiva parecia a Pedrosa “um juiz correto”, homem afeito às tradições que pautavam o ordenamento político da Paraíba. Quando o então Juiz Municipal de Pilar foi se apresentar ao novo chefe do governo estadual, impressionou-se “pela maneira franca e delicada” com que foi tratado. Num mundo em que as relações entre os atores políticos se organizavam, em alguma medida, a partir de contatos entre *peessoas* e não entre corpos identificados preferencialmente pela sua vinculação temporária a este ou àquele cargo, Neiva e Pedrosa reconheceram, um no outro, a mesma forma de fazer política, e afinaram-se. Parecia, disse nosso memorialista, que eram “velhos amigos”. Na conversa, Neiva, demonstrando confiar abertamente no seu *novo velho* amigo, propôs a Pedrosa que fosse,

¹⁴⁴ Valeria observar, quanto a esta questão, as continuidades e as descontinuidades estabelecidas no diálogo entre dois estudos já clássicos: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das letras, 1987; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

na cidade em que trabalhava, o porta-voz da nova ordem e do novo governo:

Recomendou-me que fosse em meu Termo inculcando no espírito do povo o sentimento republicano, para que se operasse com maior facilidade a confiança no regime que, com tão bons auspícios, se inaugurava no Brasil. Assim o prometi. (MPM, p. 53)

As relações de Pedrosa com Neiva foram construídas de sorte a que reinava entre eles a harmonia. O Juiz, a partir de suas sempre cultivadas “boas relações amistosas” com as famílias importantes da cidade do Pilar, ajudou a criar um sentimento de legitimidade para o novo regime e para o governo daquele seu novo “velho” amigo. Em breve Neiva o recompensaria, conseguindo sua nomeação para o quadro efetivo da Justiça como Juiz de Direito da Comarca de Sousa. Pedrosa não hesitaria, nas memórias, em mostra-se grato:

Devo, deste modo, essa nomeação ao meu prezadíssimo amigo, ex-Senador Venâncio Neiva, a quem, por muitas vezes ainda, me preendi pelos laços de profunda gratidão. (MPM, p. 55)

Pedrosa seria, ainda, elevado por Neiva ao primeiro Congresso Constituinte Republicano da Paraíba, tendo assim trabalhado na construção da constituição do Estado. Logo em seguida à promulgação daquele documento, ele foi, também por Venâncio Neiva, tornado membro da comissão que reformou o poder judiciário estadual, adaptando-o aos novos regimes legais. As novas regras permitiram a Pedrosa a sua nomeação para o cargo de Juiz da Comarca de Pilar, onde ele já havia sido Juiz Municipal, como se viu acima. Todos aqueles sucessos de Pedrosa seriam interrompidos, entretanto, com grande brevidade, visto que a queda de Deodoro da Fonseca em 1981 levou de roldão Venâncio Neiva. Nova reorganização judiciária seria recusada por Pedrosa com certa veemência, o que lhe valeu a sua suspensão do cargo, bem como a supressão dos seus vencimentos. (MPM, p. 61-63)

Apenas em 1899, sob a presidência de Campos Sales, e

graças à influência de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942), então Ministro do Interior e Justiça é que Pedrosa teria os seus direitos reconquistados. Pedrosa dirá então que para sempre se fará concreta a sua “maior gratidão” a Pessoa. Na afirmação desta dívida está implicada a preocupação de Pedrosa, em suas memórias, na construção de sua auto-imagem de conciliador e de aliado de um sem número de forças políticas. No momento em que a cena político-partidária paraibana se mostrar de algum modo cindida entre venancistas e epitacistas, ele poderá dizer que deve algo a ambos os líderes, sua dedicação devendo ser igualmente distribuída. (MPM, p. 64)

De todo modo, desde a sua retirada da magistratura ele se resguardará em Timbaúba, terra dos seus sogros e de sua esposa, onde ele se sentia seguro e protegido, quedando-se sob a guarda dos velhos senhores a quem devia tanto e a quem tanto admirava. Nada lhe demoveria, nem o pedido do irmão mais velho, para tentar voltar à cena dos tribunais: Pedrosa, no seu dizer próprio, levado pelo entusiasmo típico da mocidade, recusava qualquer conciliação com o novo regime estadual, chefiado pelo Monsenhor Valfredo Soares dos Santos Leal (1855-1942). Ao contrário, ele se desdobrava em ataques violentos, sob a forma de “enérgicos protestos”, contra o que julgava serem atos arbitrários do então líder político do Estado – como, por exemplo, a dissolução do Congresso Constituinte, ou a anulação de nomeações para o corpo judicial. (MPM, p. 64-65)

Que devia fazer eu? Calar e, submisso, obedecer ao ato da Junta, quando, ardentemente, corajosamente, já havia profligado todos os decretos anteriores? Deixar por simples interesse próprio, porque era, com aquele último ato, ferido o meu interesse pessoal? Não, absolutamente, pensei eu, de mim para mim. Haja o que houver, preciso ser coerente em minhas atitudes; e por esse ardoroso entusiasmo de manter solidariedade com o governo do meu partido, ora tão espezinhado pela Junta, me sobrepeus, altaneiramente, aos meus próprios interesses e recusei ceder aos conselhos dos colegas e amigos para que não me prejudicasse com um ato de verdadeiro desatino, como se expressavam; e, sob a impressão de sentimentos que, então, me dominavam, fiz publicar o meu

protesto que foi talvez o mais vibrante e caloroso de quantos eu já havia feito e dado à publicidade. (MPM, p. 65-66)

Era uma questão de honra, e Pedrosa encontrou apoio apenas em quem vinha de outro mundo, de outra época. Os seus contemporâneos mais imediatos, presos talvez involuntariamente a uma lógica das relações políticas que admitia certas concessões, não o compreendiam. Apenas quem prezava acima de tudo a verdade irrecorrível dos compromissos assumidos uma vez e para sempre se irmanavam a Pedrosa, segundo o seu relato:

Creio que, assim, com dignidade e coerência, deixei bem justificada a minha atitude e me parece que, naquelas circunstâncias, outra não devia ser a minha deliberação. Em seguida, tive o prazer de ver minha situação aplaudida a apoiada pelo meu inesquecível amigo, sogro e padrinho, Manuel Xavier de Andrade Vasconcelos, para cuja companhia voltei com a família até poder definir o meu futuro. (MPM, p. 66)

Até 1902 a vida de Pedrosa seria a de senhor de terras, o que a boa relação com os pais de sua esposa lhe garantia. Naquele ano, já mortos os sogros, ele vendeu suas terras e voltou à capital do seu Estado natal, “a fim de melhor cuidar da educação dos filhos” e “prestar ainda toda minha assistência possível aos negócios e interesses da Paraíba. (MPM, p. 73;75)

Chegando à cidade da Parahyba, Pedrosa encontrou dissolvido o partido a que era ligado. Consultando o seu antigo líder, Venâncio Neiva, ele entendeu ser prudente agregar-se à “política situacionista”, passando a apoiar o então presidente do Estado, o Desembargador José Peregrino de Araújo (com mandato entre 1900 a 1904), com artigos publicados no jornal A União, que funcionava ao mesmo tempo como órgão do governo e do Partido Republicano, chefiado pelo Senador Álvaro Lopes Machado (1857-1912). Em paralelo, dedicava-se à advocacia. (MPM, p. 75)

Defendendo clientes no mais das vezes oriundos das camadas senhoriais e das grandes famílias que governavam os municípios

paraibanos, Pedrosa manteve-se em certa evidência. No governo de Álvaro Machado (1904-1905) foi nomeado para a direção d'A União e, em seguida, para a Secretaria-Geral do Estado, abandonando então a advocacia. Em ambos os cargos, sua meta, de acordo com o seu relato, foi a de congregar ao redor do Presidente do Estado, em nome da paz política, o maior número de lideranças. Conforme diz nas suas memórias, seus gestos eram calculados na direção de "outras aspirações" na "carreira política". (MPM, p. 77-78)

Cumprindo a contento suas missões, Pedrosa se tornava um aliado importante para Álvaro Machado. Acabaria sendo eleito deputado estadual em 1905, como uma espécie de recompensa e reconhecimento pelos serviços prestados. Na Assembléia, Pedrosa foi logo conduzido à liderança do partido, ou seja, naquelas circunstâncias, da "maioria governamental", função para a qual foi, depois, seguidamente reconduzido. De acordo com sua narrativa, o seu papel continuava a ser o de articulador:

Procurei durante as sessões dirigir os trabalhos e orientar os colegas na melhor ordem, coordenando as coisas com segurança para obtenção das soluções mais proveitosas aos interesses da coletividade. (MPM, p. 79)

Deixando Álvaro de Carvalho a presidência do Estado para eleger-se senador, assumiu o seu posto o Monsenhor Valfredo Leal, que governaria até 1908. Ainda que seu desafeto num passado recente, Pedrosa compôs com o novo presidente sem maiores dificuldades, deixando mesmo registrado nas suas memórias o quanto admirava a sua honestidade. Em 1907, no fragor de uma disputa política violenta entre os partidários de Leal e algumas outras importantes lideranças do Estado, Pedrosa usou de toda a sua capacidade de arregimentação e de conciliação para garantir "a vitória da causa" do governo. Seus esforços não seriam em vão, e o Monsenhor Leal pôde encerrar seu mandato com maioria na Assembléia e a oposição controlada com vigor. No seu último ano Leal apenas controlava as finanças do Estado, tudo o mais da administração ficando a cargo de Pedrosa, seu mais fiel funcionário. (MPM, p. 79-87)

Com a política de compensações e de arranjos entre correligionários funcionando àquela época com eficiência, Pedrosa

foi elevado à condição de primeiro vice-presidente do Estado na gestão de João Lopes Machado, que se daria entre 1908 e 1912. Sua versão quanto a este movimento ascendente diz da compreensão de política por ele abraçada:

Foi, assim, como se acaba de ver, que deixei a Secretaria-Geral do Estado para ocupar o novo posto, de 1º Vice-Presidente, que me designou a bondade suprema do eleitorado paraibano.

É a mais significativa demonstração de que o povo de minha terra, que o partido político, a que eu estava filiado, aprovava até então a minha atitude, premiando-me generosamente com mais um lugar de destaque na carreira política a que me arrastava o destino. (MPM, p. 93)

Naquela nova função, Pedrosa se esmeraria em assessorar Machado, especialmente em duas frentes: na articulação política e no encaminhamento de questões jurídicas. Entre outras ações, Pedrosa foi responsável pela feitura de “um projeto de Código do Processo Criminal, em substituição às leis anteriores, que já se não adaptavam à evolução do direito judiciário contemporâneo.” Sua proposta, emendada apenas aqui e ali, foi tornada lei em 1910, sendo recebida com elogios pelos juristas locais. (MPM, p. 95-96)

Os anos do governo de João Machado, entretanto, seriam marcados por uma agitação política que não apenas ocuparia muito do tempo e da energia de Pedrosa como também teria seus efeitos por certo tempo, mesmo após 1912. O maior conflito a que Pedrosa precisou dedicar atenção esteve ligado à agitação política que se formou em torno da figura do Presidente Hermes da Fonseca (1910-1914). Desejando encontrar no governo dos Estados apenas políticos aliados, Fonseca permitiu a eclosão do que ficaria conhecido como a “política das salvações”, e que consistia na intervenção federal nos Estados em que grupos políticos rivais a ele ganhassem as eleições. A ingerência da Presidência da República na definição dos governos estaduais acabou por se transformar num elemento de desequilíbrio dos arranjos político-partidários de cada lugar. (MPM, p. 95-97)

A Paraíba não se mostraria refratária aos impactos das salvações no ordenamento das relações entre os grupos políticos em ação. Em Pernambuco, o General Dantas Barreto, ex-ministro da guerra de Hermes da Fonseca, derrotou o Senador Rosa e Silva – e a disputa

ali vivida, bem como a solução enfim encontrada impressionaram algumas lideranças paraibanas. Pedrosa, no seu movimento de registrar com pouco agrado quaisquer gestos de oposição aos seus agrupamentos político-partidários, assim relatou o havido:

E, para logo, com o exemplo do que sucedeu no vizinho Estado, a Paraíba entrou a sofrer o contágio das mesmas manobras oposicionistas. Elementos descontentes, chefiados pelo Dr. Lima Filho e, mais tarde, acompanhados pelos Dantas, de Teixeira, e pelo turbulento Dr. Augusto Santa Cruz, ameaçavam anarquizar o interior com intuitos políticos, uma vez que se aproximava o período da eleição presidencial. Para intimidar os espíritos fracos e vacilantes, espalhavam contar com o apoio dos elementos militares e teriam como candidato à futura sucessão o Cel. Rego Barros, paraibano ambicioso do poder e do domínio político no Estado. As coisas caminhavam, a passos largos, para uma perturbação da ordem, animados como ficaram os incitadores pelo resultado do movimento pernambucano. (MPM, p. 97)

Para grande desgosto de Pedrosa, mesmo no interior do seu grupo político se mostravam sinais de conflito, o que poderia indicar a emergência, ao seu redor, de um desejo de nacionalizar a dinâmica local que, certamente, se chocaria com os interesses dos velhos conservadores:

Da parte dos situacionistas, a coisa também não corria de modo a refletir perfeita calma. É que já se agitava no seio do partido dominante a questão da escolha do candidato à próxima sucessão do Dr. João Machado.

Por isso mesmo, lavrava, à surdina, o jogo dos interessados em meio de nuvens de paixão e intrighadas. (MPM, p. 97)

O que parecia estar havendo, diz Pedrosa, era a cisão entre as forças que se agrupavam sob os nomes de Venâncio Neiva e de Álvaro Machado. Aliados até então, no momento de se construir

uma nova chapa para as eleições quando do fim do mandato de João Machado, aqueles grupos se distanciaram, ambos querendo ter a preferência na indicação do candidato presidencial. Enquanto isso, os adversários fomentavam ainda mais a discórdia, antevendo as vantagens de uma crise no bloco que se figurava, até aquele momento, como monolítico.

A narrativa de tais eventos serve a Pedrosa para que ele possa apontar para a única voz lúcida e coerente que, a seu ver, se fazia ouvir no campo tenso daqueles dias: o que diziam os “amigos mais experientes” de Machado, ou seja, os velhos políticos. E sua opinião era a de que os conflitos locais deveriam ser enfrentados como o que eram, desavenças entre homens sérios e arrivistas que poderiam a qualquer momento inaugurar uma cena de “agitação, de caráter grave”. A solução seria escrever ao próprio Presidente da República, para que ele chamasse a si o problema e o encerrasse, constringendo os “precursores da anarquia”. (MPM, p. 97-98)

Pedrosa compõe seu texto, meu leitor já há de ter percebido isso, como uma elegia aos velhos e experientes políticos. Os eventos lembrados são, todos, orquestrados na direção do estabelecimento de uma imagem de respeito e de eficiência para aqueles indivíduos em particular. A construção da carta a Hermes da Fonseca é também registrada de sorte a valorizar o saber dos homens mais vividos, portanto. O próprio Pedrosa aparece como o autor da carta, já que a idéia enfim havia sido sua. E ele a escreveu, e ela foi submetida à aprovação dos líderes do Estado e encaminhada a quem de direito. Pedrosa ressalta, ainda, duas questões acerca daquele documento. A primeira, diz respeito à sua preservação, nos seus arquivos: ele guardou cópia daquela “longa epístola”, documento que contribuíra para a elucidação de conflitos que atemorizavam sua classe, seu grupo político. A segunda questão diz respeito à razão pela qual aquele documento acabou arquivado pelo seu autor e transcrito nas suas memórias – e, aí, ele tece uma imagem de si mesmo na qual podemos encontrar a face legítima, a seu ver, para o homem público:

Como seja essa carta um documento de significativa importância, não só como subsídio para a futura história política do Estado, como também por encerrar, na ocasião, o conceito que se fazia dos dignos e patrióticos propósitos que, em suas administrações, mostraram ter

os presidentes Valfredo e João Machado; e, ainda, quanto ao escrevente da epístola, porque da mesma decorre, com evidência absoluta, a melhor defesa do seu caráter e da lealdade para com os dois grupos componentes do Partido a que servia; por esses motivos não me furto ao prazer de passar para esse livro a minuta que fiz e serviu de norma para a referida carta. (MPM, p. 99)

Pedrosa queria manter a imagem de político que buscava a paz entre os adversários; dizia-se, explicitamente, um “espírito conciliador” que era “reconhecido por todos”. Com isso ele justificava a sua adesão, após 1902, ao Partido Conservador, agremiação que reunia alvaristas e venancistas, para além de suas diferenças. Ele definia a si mesmo, naquela ocasião, como alguém que tinha profundo “interesse (...) pela boa ordem na solução dos negócios do Partido” ao qual servia “com a maior dedicação” – e, em paralelo, como alguém que, naquele lugar, “prestava também valioso serviço aos meus amigos de origem venancista”. Era uma “posição delicadíssima”, ele o sabia, mas necessária, ainda que demasiado cansativa: “me achava entre os dois grupos políticos que formavam a política situacionista, merecendo a confiança de ambos e devendo portar-me de modo a não desgostá-los simultaneamente. Seria preciso agir com toda diplomacia.” (MPM, p. 103)

Passo a passo, Pedro da Cunha Pedrosa preparava seu leitor, portanto, para um choque. Como se poderia imaginar que se poderia chamar de traidor alguém que chegava ao ponto de conciliar com o adversário em nome da manutenção de algum status aos seus correligionários mais próximos? Alguém como ele, diz Pedrosa, era raro, na medida em que lhe era exigida coragem, ousadia, frieza, cálculo, tudo em nome de uma conciliação ano a ano mais tensa e mais difícil. Para lhe apoiar, ele podia contar apenas com manifestações esporádicas de líderes importantes, nas quais ele se amparava e às quais ele cita com minúcia nas memórias. Um personagem, em especial, dos que o sustentavam, e que ele insiste em fazer menção no livro é Antonio Pessoa, irmão de Epitácio Pessoa. Aquele velho senhor é apresentado como um líder dos mais importantes do venancismo, e como um dos fiadores mais freqüentes das posições de Pedrosa junto ao alvarismo. (MPM, p. 104-105)

O papel que Pedrosa diz, nas suas memórias, que representava, era o de batalhador por duas questões. A primeira era a conciliação, viu-se, repetidamente, acima; a segunda, pelas suas palavras, era a luta pela manutenção dos modos pelos quais sua geração via e cumpria os ritos das sucessões nos cargos eletivos. Eram formas de organização da dinâmica partidária, segundo Pedrosa, que configuravam um “sistema de tão sadia e louvável democracia” que se baseava na aceitação, pelas lideranças, dos nomes escolhidos pela maioria dos chefes de agrupamentos políticos. (MPM, p. 106)

A orquestração de todos os líderes em nome do bem comum – ou, o que parecia a Pedrosa ser a mesma coisa, em nome da manutenção da ordem pública – levaria ao acordo de 1911. Por aquele ajuste, a direção política da Paraíba passava a caber “aos Senadores Álvaro Machado e Valfredo Leal e ao Dr. Epitácio Pessoa”. O “velho Venâncio”, o “primeiro chefe” de Pedrosa, permaneceria como uma figura tutelar, uma voz a ser ouvida em momentos de crise, uma baliza ética a ser respeitada em face de sua influência, de sua antiguidade, de sua condição de líder maior. (MPM, p. 109; 111)

O acordo de 1911 trouxe consigo, ao dizer de Pedrosa, duas sensíveis transformações na cena política paraibana. Por um lado, a paz ali firmada apenas abriu espaço para a emergência de novas e mais complexas zonas de tensão. O grupo político controlado por Neiva e Pessoa mantinha com o alvarismo relações apenas aparentemente cordiais; mesmo no seu interior, a facção à qual se ligava o velho Pedrosa tinha suas ranhuras. Ele mesmo diz que passara a se dedicar, após 1911, ao trabalho em favor dos seus “correligionários ortodoxos”, ainda que não quisesse com isso sabotar a política mais ampla de conciliação na qual se enredava:

Nessa fase da política originada daquele Acordo, bem se compreende que, abertas as lutas e entrecrocando-se os interesses dos dois grupos, nada me fazia preferir os aliados, em caso de rompimento, pois os mesmos viviam a olhar-me com suspeitas e a fazer-me picuinhas de toda ordem (...) (MPM, p. 173)

Por volta de 1915, a sua esperança, renovada todos os dias, era que mais cedo ou mais tarde fossem encerradas “todas aquelas investidas, cheias de ingratidões e doestos contra mim e outros

amigos da *velha guarda*". Aquilo se daria, era a sua opinião, quando o coronel Antonio Pessoa viesse a assumir a Presidência da Paraíba – o que seria “a aurora rósea do dia feliz, o mais venturoso” de toda aquela “tormentosa e afadigante jornada política” que Pedrosa via ser a sua vida.

Certíssimo do que me restava ver, depois de tantos anos de vigilância e porfiado batalhar pela conquista do nosso ideal, já prelibava o gozo dos troféus da vitória e me considerava egresso de um purgatório de angústias e tormentos, esperando subir, com todas as honras, a um verdadeiro céu de glórias! (MPM, p. 174-175)

O desenrolar dos fatos se daria de sorte a que as esperanças e as expectativas do velho Pedrosa acabaram por ser vividas às avessas. Quando uma comissão de jovens militantes do partido se destinou a Umbuzeiro, cidade do coronel Pessoa, para servir ao novo Presidente de comitiva na direção da capital, deu-se uma fratura na ordem estabelecida das coisas. O que se dera é que a ala jovem do partido, capitaneada por Solon de Lucena, parente dos Pessoa e líder em crescimento, entendeu de formar uma corrente automeada de “jovens turcos”.

Sua meta era a ocupação dos cargos do Estado, para a sua modernização – e, para tanto, ao lado de um rol de idéias novas alinhou-se no horizonte daqueles moços voluntariosos uma lista de inimigos em potencial. O velho Pedrosa, representante por sua vez de toda a velha guarda venancista, foi tomado como a figura mais representativa de tudo quanto parecia ser o passado rejeitado pelos jovens turcos. Estes novos personagens da cena político-partidário paraibana se valiam da idéia de que a dominação dos líderes mais velhos, que passava até então por *natural*, deveria e poderia ser colocada em questão. Vivendo num instante histórico marcado, a seu ver, pela explosão dos maquinismos os mais diversos (trens, telefones, telégrafos, automóveis etc.), que instalavam um amplo arquivo de práticas e espaços acolhedores à desnaturalização do mundo e das relações sociais, os jovens turcos reinventavam a política. (MPM, p. 175)

De acordo com o relato de Pedrosa, o que se deu então foi um arroubo de juventude, entretanto com efeitos duradouros e

perniciosos na cena político-partidária paraibana. Para ele,

(...) um grupo de moços do partido, sôfregos e ambiciosos de mando, se reuniram em Bananeiras, em casa de Solon de Lucena, que ainda era parente dos Pessoa, e resolveram se congregar em partido a que batizaram com o nome de “Jovens Turcos”, abrindo, assim, desgraçadamente, uma cisão na política epítacista. (MPM, p. 175)

A incredulidade de Pedrosa quanto ao que se dava sob suas vistas foi registrada nas suas memórias:

Aguardei com calma e serenidade os acontecimentos, ainda na suposição de que nada do que me fora informado tinha foros de procedência. (MPM, p. 175)

Mal tornado Presidente, Antonio Pessoa reuniu os velhos líderes e repartiu com eles o mando do Estado – para tranqüilidade de Pedrosa, que se deu ao luxo de uma viagem de férias com a família. Avisado o seu líder, o nosso memorialista partiu a Pernambuco. Tudo seria diferente, na volta:

Em meu regresso, um mês e mais alguns dias fora da Capital, ao tomar altura dos negócios, verifiquei, com assombrosa estranheza e sincera amargura, que já estava feita a falada cisão e organizado o partido dos “jovens-turcos”, cujos principais cabeças eram: Solon de Lucena, o chefe, João Suassuna, Álvaro de Carvalho e Celso Mariz: os quais eram os redatores da *Notícia*, órgão de dissidência, fundada precisamente ao empossar-se no Governo o Cel. Pessoa. (MPM, p. 176)

A reação de Pedrosa a tudo aquilo foi de perplexidade – e tentativas de explicação foram ensaiadas:

Graças a deus, não me desorientei nesse novo e mais escabroso período da minha vida partidária! Indaguei, porém: - Por que motivo os "da velha guarda do epitacismo", aqueles que vinham da grande campanha política que fizeram renascer das cinzas do passado esse grupo, o qual, encorajado e forte, agora pudera conquistar o Governo; por que o velho Pedro Pedrosa e seus principais companheiros de lutas mereciam, assim tão depressa, ser relegados ao desprestígio, à vala comum dos indesejáveis? Que crimes cometeram para punição tão grande e imediata, sem, ao menos, lhes ser admitido o direito de natural defesa? (MPM, p. 176)

A explicação que foi possível construir para tais mutações na cena política, e que acabariam por aparecer nas memórias, foi a seguinte:

Os tais "jovens-turcos", apressados em conquistar os cargos mais altos da política, e se reconhecendo sem serviços para tanto, porque agora é que estavam aparecendo no cenário, receavam de mim, temiam que eu lhes fizesse sombra, pela grande responsabilidade que todos me atribuíam nos acontecimentos políticos do Estado, e, por isso, julgaram que eu não devia ser poupado e, pelo contrário, fui por eles considerado o elemento que devia ser mais combatido! E, pondo as mãos à obra, o primeiro passo a dar era tudo envidar para ver-me afastado do meu velho amigo, ora na administração do Estado. Diziam que eu já não podia merecer a confiança do partido, pelo pecado original de haver servido como secretário de Álvaro Machado e Valfredo, tendo, por esse crime, perdido a característica de *epitacista da gema*. Queriam, com isso, dizer que só eles eram epitacistas genuínos, os únicos que não se contaminaram com o valfredismo ou alvarismo e, como tais, é que tinham direito às altas posições e não os suspeitos, como eu e os meus companheiros da velha guarda; e a estes crismaram logo com o epíteto pejorativo de "goelas". (MPM, p. 177)

Parece ser possível entender que os jovens turcos faziam emergir no debate político da Paraíba, naquele momento, o desejo de se enfrentar a crescente subordinação política e econômica do Norte ao Sul do país.¹⁴⁵ Não era por acaso, certamente, que eles então se diziam epítacistas: os jovens turcos queriam se colocar à distância em relação às lideranças locais (o caso de Venâncio Neiva), aproximando-se de um líder que lhes parecia visível no âmbito da nacionalidade. Era uma forma de chamar as luzes da história para a Paraíba, a qual viam marginalizada.

Mas o maior pecado dos jovens, insistia Pedrosa, era a sua recusa ao direito dos velhos militantes – bem como a crítica feroz aos valores daqueles políticos mais experientes. Sua presença, definida por imagens de juventude e de vigor, lançava por sobre os velhos militantes uma sombra que os tornava signos de fraqueza, de incúria, de atraso.¹⁴⁶ Os jovens tomavam a si direitos ampliados, o poder de reorganizar a geografia das relações de mando no Estado, impondo um silêncio absoluto sobre vozes outras, e, o que parecia especialmente chocante, sobre a memória dos outros. A história era recontada, a partir de novos marcos e de novas atribuições de sentido, gestos antes aceitos agora estigmatizados, esforços de ontem eram jogados então no lixo¹⁴⁷:

¹⁴⁵ Há vários textos que discutem algumas das lutas políticas da cena pública paraibana das primeiras décadas do século XX, nas quais Pedrosa se viu envolvido. Os autores, em geral, chamam a atenção para as relações entre as desavenças entre grupos políticos locais (articulados com grupos de abrangência regional ou nacional) e a construção, ou o desmanche, de ações de governo que atingiam diretamente a vida das populações. Cf., por exemplo: ALMEIDA, Horácio de *História da Paraíba*. João Pessoa, PB: Editora Universitária – UFPB, 1978, 2. Vols.; BLONDEL, Jean. *As condições da vida política no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957; GALLIZA, Diana Soares de. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba*. 1890-1930. João Pessoa, PB: Idéia, 1993; GURJÃO, Eliete de Queiróz. *Morte e vida das oligarquias*. Paraíba (1889-1945). João Pessoa: UFPB/Universitária, 1994; SÁ, Lenilde Duarte de. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios*. O Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918. (Tese) Ribeirão Preto, SP: USP; Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem, 1999.

¹⁴⁶ Cf. STUCCHI, Deborah. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In. BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org.) *Velhice ou terceira idade?*, p. 35-46.

¹⁴⁷ A construção, nas cidades que se modernizavam no Brasil dos começos do século XX viram suas elites dilaceradas ante o que muitos nelas viam ser a urgência em se recontar o passado à luz dos “novos” acontecimentos. Cf. CHAGAS, Waldeci

Julgaram-se, assim, com autoridade de esbandalhar a política, que tanto nos custou a formar e conduzir ao soberano domínio do Estado, dividindo-a em dois grupos, ao seu bel-prazer, e para os mesmos distribuindo, ainda, a seu talante, o pessoal que até a posse de Antonio Pessoa constituía um bloco rijo, como granito, qual era o partido Epitácio, sempre respeitado pela bela harmonia reinante nesse bloco; distribuíram esses moços o pessoal em duas alas – que eles colocaram frente a frente e para novas lutas: - a deles, a dos genuínos epitacistas, a ala dos puros, dos regeneradores, dos principais da nova situação; a outra, a dos velhos gastos, dos “goelas”, dos indesejáveis. (MPM, p. 177)

A “unidade de vistas, a solidariedade brilhante que sempre reinou nas fileiras do epitacismo”, dirá Pedrosa, ficaram desde ali ameaçadas a não mais poder.¹⁴⁸ A mocidade, até ali, não era uma força política por si só, do mesmo modo que os velhos eram apenas militantes de uma mesma corrente política. A velhice, por seu turno, deixava de ser uma questão privada para se tornar numa mancha indelével e pública, a estigmatizar a sua vítima.¹⁴⁹ Os jovens turcos transtornariam esta velha ordem, fazendo das idades critérios de legitimação, os “moços de talento da Paraíba” querendo fazer política

Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930*. (Tese) Recife, PE: UFPE; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em História, 2004, p. 28.

¹⁴⁸ Celso Mariz, também contando tais fatos, registra outra percepção daqueles eventos, chamando a atenção para a incorreção das versões que entendem haver continuidade entre o venancismo e o epitacismo. Para ele, 1915 teria sido o ano de uma mutação sensível no bloco político então dominante na cena político-partidária paraibana, com a construção desde ali da predominância de Epitácio Pessoa por sobre a antiga liderança de Venâncio Neiva. A opinião de Mariz é ocasionalmente recuperada pela historiografia, como, por exemplo, no estudo de Aranha, citado a seguir. O que não se deve negligenciar, entretanto, quanto a isso, é a ligação de Mariz aos “jovens turcos”, ou seja, à facção epitacista mais radical – o que o faria especialmente interessado em contar o passado acentuando as diferenças entre Pessoa e Neiva. Cf. MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*, p. 175 e segs; e ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região*. Tramas político-econômicas. (1880-1925) Campina Grande, PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2006, p. 39.

¹⁴⁹ STUCCHI, Deborah. O curso da vida no contexto da lógica empresarial, p. 36-37.

à revelia de seus mestres de ontem.¹⁵⁰

Era esta a posição de todos nós, grandes e pequenos, velhos e moços, de mais altas ou mais modestas aspirações, de todos os membros do partido, os quais só tinham uma ordem a cumprir, um dever a satisfazer: prestigiar, para a vida e para a morte, a chefia e conduzi-la, à custa de todos os sacrifícios, à vitória imarcescível da sua causa. E acabava de ser esta a nossa atitude gloriosa, com a orientação dos velhos das fileiras cavalheirescas, nas hostes epitacistas; todos se batiam, de coração aberto, com a lealdade no peito, juntos ao chefe supremo, com quem discutiam, é verdade, mas para nunca faltarlhe com a obediência na hora *H* da sua última palavra. (MPM, p. 178)

A orientação da *velha guarda*, insiste Pedrosa, podia até mesmo ser considerada como uma das garantias com as quais Epitácio Pessoa sempre pôde contar. Enquanto ele os ouviu,

(...) tudo lhe sorriu muito bem, os negócios políticos correram perfeitamente coordenados e lhe foi fácil triunfar, sob a direção e as vistas desses seus amigos, em toda a linha; e estou sinceramente seguro de que o grande paraibano, por nossa causa e em toda essa relemborada orientação, mantida mutuamente conosco jamais teve motivo de desgostos e animosidade! (MPM, p. 178)

Em síntese, a crítica de Pedrosa aos jovens turcos é que aquele novo grupo político, formado por “moços levianos e intolerantes, eivados de sentimentos subalternos”, estava introduzindo na cena político-partidária paraibana uma tensão que, além de desnecessária, era injusta. Ao combater os velhos correligionários, eles combatiam aquilo que, efetivamente, emprestava força ao seu partido, instalando-se ali um “paradoxo” incompreensível ao nosso memorialista. Como acusar de traição alguém como ele, que sempre fora “um santo, um

¹⁵⁰ A expressão é de um jornalista que testemunhara os movimentos políticos de 1915: RIBEIRO, Hortensio de Souza. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1979, p. 28.

salvador, um defensor extremoso do epitacismo”, que nunca negara aos aliados a sua “esforçada assistência”, mesmo quando para tanto se faziam necessários “esforços inauditos”? Uma questão martelava na cabeça de Pedrosa: “Haverá maior paradoxo no terreno dos absurdos?”¹⁵¹ (MPM, p. 179-180)

Os “velhos” jamais tentaram “cortar os vãos dos que queriam subir”, relata Pedrosa, e estavam sendo vítimas da “sem razão” e da “tremenda injustiça desses moços”, os quais, por “simples ganância do poder”, queriam “quebrar esse bloco maciço do venancismo que, até o momento da cisão, nada o havia separado.” Eles recusavam aos mais antigos até mesmo um mínimo: “a continuação do reconhecimento” dos serviços prestados e a possibilidade de um olhar, para eles dirigido, que os reconhecesse “como verdadeiros amigos e, não, como suspeitos ou intrusos!” (MPM, p. 183-184)

Em meio às intrigas, relata Pedrosa, restou-lhe mais uma vez buscar a conciliação. Ainda que “amargurado por tanta insensatez e perversidade”, mas em busca da união do seu grupo político – e, certamente, penso eu, em busca da garantia de sua permanência nos postos de relevo que sempre ocupava –, ele postou-se frente aos jovens turcos e a Epitácio Pessoa, demonstrando a uns e ao outro a sua integridade, bem como o compromisso dos velhos venancistas com a liderança do seu grupo. A luta pela pacificação foi difícil, segundo Pedrosa, visto que os jovens turcos não mediam as palavras com que, no jornal *A Notícia*, apostrofavam os velhos e “imprestáveis” políticos do Estado em nome do que diziam ser a regeneração “dos costumes na Paraíba”. Aquele jornal funcionava como uma maquinaria incansável de atribuição de sentidos, lançando a velhice para as margens da história enquanto glorificava tudo quanto se parecesse às imagens de juventude acionadas na trajetória dos jovens turcos paraibanos.¹⁵² Foi necessário mobilizar toda a energia possível, bem como os vínculos “de solidariedade e de estima” orquestrados desde tempos imemoriais entre os velhos líderes, Pedrosa principalmente, e os Pessoa. (MPM, p. 185-187) Muito se daria a partir dali, na

¹⁵¹ Pedrosa, retratado – nas suas memórias há uma pequena série de fotos – sempre como um senhor austero, deveria sentir-se bastante distinto, por exemplo, de Celso Mariz, líder dos jovens turcos que usava farta e revolta cabeleira, signo de outra estética, de outra cenografia do corpo político. Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001, p. 42.

¹⁵² STUCCHI, Deborah. O curso da vida no contexto da lógica empresarial, p. 38-40.

Paraíba, sob o olhar atônito de Pedrosa. Os jovens turcos acabaram por vencer a batalha, ainda que ocasionalmente tenham sentido a necessidade de composições eventuais com representantes das velhas lideranças. Pedrosa registrou, por exemplo, o esforço de Solon de Lucena, eleito Presidente da Paraíba em 1920, na direção do apaziguamento das tensões, mostrando-se empenhado em esquecer o passado da dissidência em nome da boa condição de governar o Estado. Entretanto, ainda que os “velhos correligionários” tenham sido chamados a compor com o novo governo, e que seus postos tenham sido respeitados na composição de várias chapas eleitorais dali em diante, de acordo com Pedrosa a ruptura figurada no movimento dos jovens turcos deixaria marcas impossíveis de apagar. Eles conseguiram se transformar em enunciadores da verdade política do Estado: derivava do seu olhar a ascensão ou a queda de pessoas e de projetos sociais. Disso decorreria, por exemplo, vários movimentos de modernização urbana que a Capital e alguns lugares do interior sofreriam, naqueles anos – experiências que seriam outro território de afirmação das novas elites do lugar.¹⁵³ (MPM, p. 187 e segs.)

Depois daqueles movimentos, as conciliações ficaram mais difíceis, o silenciamento acerca das mágoas passadas se tornara mais trabalhoso. O envelhecimento físico de algumas lideranças, o seu eventual adoecimento e mesmo, sua morte (como foi o caso de Antonio Pessoa, falecido em 1916), aliava-se com a vitalidade dos políticos mais moços na composição de uma cena político-partidária que se mostrava como o rosto quase por completo da idealização dos jovens turcos. Cada vez mais colocado à margem, visto que era como indivíduo mais ligado a formas arcaicas do fazer político, Pedrosa foi ficando com o passar do tempo desgostoso da vida pública que estava enfrentando, mais que gozando.

Doente, vitimado por achaques diversos, cansado de gastar todos os dias na busca incessante pelo controle das tensões, vendo o Estado sendo levado para a experimentação de modernidades que o assustavam, Pedrosa desistiu de tudo. A Paraíba, tombada no “abismo da degradação administrativa”, parecia-lhe quase um caso perdido. (MPM, p. 255; 276) Sua última luta foi pela nomeação para

¹⁵³ Cf. CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930*, esp. p. 117 (ainda que a discussão a que me refiro atravessasse todo o trabalho citado).

o Tribunal de Contas da União, para o qual foi elevado em 1922, por Epiácio Pessoa, como se viu acima.

Com a minha investidura no cargo de Ministro do Tribunal de Contas, encerrava uma atividade pública decorrida em mais de vinte anos da mais agitada vida partidária no Estado. Já me sentia cansado dessa perene agitação, e só desejava mudar de situação para, em ambiente de mais calma e tranqüilidade de espírito, poder votar-me exclusivamente às novas funções do meu alto cargo. (MPM, p. 276)

Iria dedicar-se, diz ele, ao que sempre sonhara: o trabalho como jurista, como personagem dedicado a arbitrar, a julgar, a distribuir direitos e deveres, a equilibrar tensões. Era o projeto de toda a sua vida, uma ética de si que havia sido buscada no fragor das disputas eleitorais, mas que apenas num tribunal se realizaria até a última possibilidade. Não que as coisas paraibanas não lhe interessassem; ao contrário, de tudo mantinha-se informado.¹⁵⁴ Apenas não se sentia mais confortável na primeira cena da luta, lugar em que brilhara por tanto tempo sem contestações e do qual, na velhice, precisara esforçar-se desmedidamente para usufruir as sobras. (MPM, p. 255; 275-276)

Pedrosa se manteria, até morrer, crítico discreto, mas insistente das empresas dos remanescentes da jovem Turquia – eles haviam feito da velhice um opróbrio, e a ele mesmo como o maior vilão da política paraibana, e isto não tinha perdão. Suas memórias, documento a informar seus descendentes do que havia sido sua vida, arma para articular alguma defesa necessária após a sua morte, cumpriria o papel de imortalizar as injustiças de que fora vítima apenas, e tão somente, a seu ver, pelos duvidosos crimes de envelhecer e de se manter fiel a princípios que vinham do passado.

¹⁵⁴ “É certo que desde 1922, quando a 10 de novembro assumi o exercício o cargo (sic) de Ministro do Tribunal de Contas, me afastara da atividade política para só cuidar das minhas novas atribuições. Isto, porém, não queria dizer que me desinteressasse do bem-estar do meu Estado, ao qual era devedor de muito carinho e muita gratidão.” (MPM, p. 255)

Velhice: ocaso público, salvação privada

O livro de Pedro da Cunha Pedrosa é, como disse acima, o relato duplicado da velhice: ele emana dela e para ela se volta. É a voz de alguém que foi tornado velho tanto pela idade cronológica quanto pela organização da vida social que se inaugurara na sua época. É a tentativa, talvez desesperada, de justificar ainda uma vez mais a razão para estar vivo. É um território de palavras, válvula de escape para quem temia o ostracismo na própria casa, em tempos nos quais um lugar visível para os velhos já podia ser o asilo.¹⁵⁵

No encerramento do texto, nosso memorialista reúne os estereótipos que foram sendo colados à sua pessoa, e que o fizeram sofrer, e que acabaram por ser naturalizados por ele – ainda que combatidos pelo gesto mesmo da escrita de si. Assim fala Pedro da Cunha Pedrosa, na última página de suas memórias:

Já é tempo de por o ponto final em toda a narrativa que compreende a minha vida pública e que prometi aos filhos fazê-los conhecer em todas as suas primeiras peripécias, através dos postos a que pude atingir.

Cheguei ao fim. Sou hoje um simples aposentado da Fazenda. Sei que de nada mais sirvo à sociedade e nada mais valho para o mundo em que vivemos.

Reconheço, todavia, que ainda devo viver a bem da minha prezada família; ela, e somente ela, é que precisa ainda da assistência amorosa do seu velho chefe.

A Deus tudo e tudo devo. E, genuflexo, a Ele me curvo, em adoração e em sinal da minha inutilidade, por não saber e poder provar-Lhe toda a minha gratidão! (MPM, p. 295)

Nos quatro pequenos parágrafos que cito acima, os últimos do livro de Pedro da Cunha Pedrosa, estão: a sua compreensão quanto à utilidade do livro de memórias; a sua consciência de que haveria que demarcar um momento para o fim da narrativa, antes que a morte a interrompesse sem pedir licença; a construção profundamente

¹⁵⁵ Cf. CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930*, p. 179; 192.

melancólica e desesperançada do lugar do velho; a idealização da velhice como uma etapa da vida na qual o sujeito apenas tem alguma serventia se ainda puder ser útil, ao menos, à sua família, já que no espaço público ela não move mais nenhuma energia; a busca por alguma transcendência, naquele caso pelo único absoluto, contra-imagem da fragilidade plena da velhice, e do sujeito velho. Ali estão o medo da história, a fé na memória, a esperança na força do discurso em combater a degradação do indivíduo e de sua experiência.¹⁵⁶

Que face da velhice, que tragédia, que morte ali se escondem.

¹⁵⁶ Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*.

Capítulo Quarto

1945 – o velho lembra rudezas

**Nunca pude sair de mim mesmo.
Só posso escrever o que sou.**

Graciliano Ramos,
Entrevista em 1948

Obra, Vida, questão

Com a idéia de neocracia, Joaquim Nabuco produziu uma interpretação acerca de algo que já se insinuava por entre os dias de sua época e que acabaria por marcar o século seguinte. Ele, ao seu modo, buscou emprestar algum sentido às transformações demográficas e aos deslocamentos então havidos no campo do governo subjetivo, na experiência histórica brasileira. Aqueles movimentos históricos seriam, em seguida à sua polêmica com o Barão de Jaceguay, tornados em objetos da atenção de um sem número de práticas de saber e de poder – entre as quais, venho insistindo, a literatura de cunho memorialístico que se referia ao Nordeste brasileiro.

Aquela literatura pode ser pensada, no que tange às suas elaborações quanto à política etária dos tempos que elas tratam, como algo é passível de um olhar que enfatize suas diferenças internas.¹⁵⁷ Observar cada uma das suas obras, considerando a topologia ali imaginada para a velhice, a sua atualidade, a inscrição do autor em relação às histórias vividas, a apropriação em relação ao que, ao seu redor, era vivido como as discussões acerca da bioidentidade da velhice, da memória e do Nordeste – tudo isso contribui para a construção de rostos peculiares para cada obra.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Como diria Graciliano Ramos (relatando que, tendo visto “um vaso de louça vi-drada, cheio de pitombas”, passara a crer que “todos os objetos esféricos” eram também pitombas), generalizar às vezes é um erro... (I, p. 09)

¹⁵⁸ CF. DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*. Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

É o que venho tecendo aqui, pelos meus Capítulos dedicados a dar visibilidade aos diversos platôs inventados por aquela literatura, no entorno mesmo de sua existência, e, principalmente, na sua condição de obras atravessadas pela problematização das relações entre a memória e a velhice. Estranhando seus dizeres, busco o meu próprio olhar, numa busca por efeitos e não por causas, pelo que as reúne e as dispersa.¹⁵⁹

No que se encontra nas páginas anteriores, explorei duas formas de problematização, pela memória, da experiência da velhice: com Júlio Bello, pensei a experimentação do envelhecimento como uma repetição, no corpo carnal e no corpo escrito, da decadência de uma camada social e do seu ethos; com Pedro da Cunha Pedrosa, pude refletir sobre a utilização das idéias de velhice e de juventude como ferramentas de interpretação e de intervenção no jogo político e nos dramas e as tramas da cena pública.¹⁶⁰

No Capítulo presente, ao mesmo tempo retomo o que venho realizando até aqui e abro ainda mais uma vereda por entre o denso emaranhado de sentidos articulado pelos memorialistas acerca do envelhecimento. Trato aqui das imagens da velhice presentes num livro composto inicialmente sob a forma de textos escritos num intervalo de cerca de seis anos e esparsamente publicados na imprensa do estado natal do seu autor, até sua reunião num único volume, em 1945. O aspecto fragmentário daquela escrita não impedia que em cada pequeno texto produzido se encerrasse a lógica do conjunto em relação ao qual ele se coloca, o que acabou por permitir a sua reunião num único volume.¹⁶¹

Exploro aqui “Infância”, de Graciliano Ramos (1892-1953) – obra que chegou a ser considerada “o livro mais importante”¹⁶² do seu autor. Aquele livro se destaca, no âmbito da memorialística

¹⁵⁹ Cf. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 112-114.

¹⁶⁰ Cf. DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 195.

¹⁶¹ Cf. LEENHARDT, Jacques. Graciliano Ramos : *Memórias do cárcere*, Uma *mise em abîme* da escrita da história. In. DE DECCA, Edgar Salvadori & LEMAIRE, Rita. (orgs.) *Pelas margens*. Outros caminhos da história e da literatura. Campinas, Porto Alegre: Ed. Da Unicamp, Ed. Da Universidade – UFRGS, 2000, p. 227-236, esp. p. 229.

¹⁶² FARIA, Octávio de. Graciliano Ramos e o sentido do humano. In. RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 261-275, cit. p. 263.

nordestina, entre outras razões, face à sua inserção num projeto literário mais amplo, o qual a antecede, a sucede e, de certa forma, a significa.¹⁶³ Além disso, aquelas memórias agregam, no conjunto dos escritos do seu autor, uma espécie de olhar supostamente mais afeito à empiria mesma da vida vivida, no prolongamento de uma tendência e na sua transformação.¹⁶⁴

Ora, a obra de Graciliano Ramos, em geral, exhibe uma dimensão reverberativa que aproxima a literatura de ficção e a memorialística, ambas, em muitos aspectos, sendo responsáveis pela atualização de um jogo de espelhamentos que produzia um efeito de sentido que cabe destacar. O seu acontecer, pelo *realismo* que parecia realçar, implicava na afirmação de um vínculo mais direto entre as palavras dos livros e as coisas do mundo. (I, p. 09) O leitor, entregue às páginas de um romance ou de um livro de contos de Graciliano Ramos, se também conectado à rede de sentidos (ao arquivo) implicados na elaboração histórica do Nordeste, não raro será levado a crer que sob seus olhos repousa um documento *fiel* acerca de uma *realidade* que antecede, extrapola e referencia o texto.

A escrita de Ramos, quando explicitamente memorialística, se diferenciava das obras ditas ficcionais, na medida em que emergia em meio ou após a escrita de diversos textos, nos quais a sua própria vida aparecia capturada pelo desejo – pela urgência – em

¹⁶³ Em relação, especificamente, à inserção da literatura de Graciliano Ramos na maquinaria discursiva responsável pela invenção do Nordeste, e, em termos mais gerais, quanto ao enquadramento metodológico ao qual me aproximo, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001, p. 228 e segs; _____. Os nomes do pai. A edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades. O diálogo entre três homens: Graciliano, Foucault e Deleuze. In: RAGO, Margareth. et alli. (orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 111-121. Outra leitura também de interesse é: BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere, literatura e testemunho*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

¹⁶⁴ Cf. MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Publifolha, 2004. Considerando a maior visibilidade da figura de Graciliano Ramos, em relação aos demais autores que estudo aqui, creio ser apropriado suprimir maiores informações biográficas – sobre as quais remeto meu leitor aos textos que cito nas notas. Do seu nascimento em Quebrangulo, suas andanças pelo interior das Alagoas, por Maceió e pelo Rio de Janeiro, todos dão conta – bem como das vicissitudes de sua vida, traçada entre a literatura e funções públicas, marcada por uma prisão que acabaria por ficar famosa e por uma convivência difícil com a doença que enfim o mataria aos sessenta anos.

se dar conta deste ou daquele aspecto problemático da experiência, sendo transfigurada pela especificidade do relato ficcional. Escrever memórias era levar às últimas conseqüências o compromisso com a produção de um texto que desse conta do desejo do seu autor em enfrentar e elaborar o que via e dizia ser a sua própria história.

Antonio Cândido chegou a interpretar a produção memorialística de Ramos como quase uma necessidade interna do seu pensamento – disse o crítico que Graciliano Ramos “passou da ficção para a autobiografia como desdobramento coerente e necessário da sua obra”.¹⁶⁵

Aquele gesto pode ser entendido como a experiência de uma relação com o passado que ao mesmo tempo prolongava e se dissociava do que se praticava na sua literatura dita de ficção. Graciliano Ramos, ao compor suas memórias, problematizava a capacidade de sua imaginação em dar forma literária ao que era vivido todos os dias e que, sedimentando-se ao longo da existência, oprimia cada presente com o peso de um passado ora áspero ora viscoso, mas permanentemente em funcionamento como maquinaria produtora e distribuidora de sentido. Em toda a sua prosa, ele discorria sobre os buracos que a vida – a história – ia cavando no chão áspero de sua experiência e ia preenchendo com sentidos estranhos, cada vez menos parecidos com o que ele mesmo entendia ser a realidade. (I, p. 10) Apenas, falando de outro lugar, o qual se edificava a partir da descoberta pelo autor, de forma irremediável, do caráter finito de sua existência, o memorialista Graciliano Ramos abria mão, ao menos circunstancialmente, de ficcionar para falar em seu nome próprio.

Não que ele abandonasse dali em diante a literatura praticada sob a forma de contos, crônicas, romances: mas ele apontava para a possibilidade de exploração de outra relação de si para consigo através da palavra escrita, num nível apenas daquela forma alcançado. E alcançado, diga-se de passagem, com grande esforço; lembrar era para ele o encontro permanente com imagens embaralhadas, com a barreira de um sono extenso a borrar as imagens do passado, com uma confusão de signos misturados apontando para tempos e experiências distintas, o que cumpria disciplinar a partir do presente, num gesto custoso e sofrido que faria aumentar os “rasgões” no “tecido negro” da memória para dele emergirem as “figuras indecisas”

¹⁶⁵ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*. Ensaio sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, cit. p. 11.

vindas do passado para fazer estremecer o presente. (I, p. 11; 210)

Principalmente, este é um ponto caro ao meu estudo, a escrita daqueles textos memorialísticos se colocou na ordem do dia da prática letrada de Graciliano Ramos quando ele se viu freqüentando os territórios etários que sua época já nomeava como a velhice. Conforme hoje descrevem os demógrafos, aliás, a expectativa de vida ao nascer de um nordestino, em 1940, era de 38 anos; no Sul esta marca atingia, naquele momento, os 50 anos.¹⁶⁶

O medo da velhice era, no caso particular de Ramos, ainda mais acentuado frente à sua aparência mesma, ele sendo pelos anos 1940 um homem pelas cercanias dos cinqüenta anos que, graças à magreza extrema e ao corpo acometido de um sem número de males, atualizava em si as imagens e os signos que sua época ligava, à velhice e à decrepitude. A quase ausência de carnes, o amarelado nos dedos e nos lábios por conta do cigarro eternamente aceso, o corpo encurvado, os cabelos rareando, as roupas nem sempre bem ajustadas, numa elegância presente, mas aparentemente custosa, o rosto a cada dia mais anguloso – a imagem de Graciliano Ramos nos anos 1940 não parecia repercutir os signos que, à sua época, faziam da juventude um ideal a alcançar. Tudo parecia, ainda mais, potencializado por sua timidez, característica que o fazia mergulhar em si mesmo quando rodeado por outras pessoas, parecendo menor que era.¹⁶⁷

Para Ramos, portador daquele corpo em franca degradação quase desde sempre, a memória, parte fundamental na construção da identidade, não se fazia sem a sua transformação em matéria-prima para o diálogo com outros indivíduos, numa trama discursiva que permitia a emergência do sentido ao vivido e ao lembrado. Sua vida presente parecendo ser a antecipação da morte, cabia-lhe mergulhar em si pelas vias da rememoração, numa estratégia de recomposição subjetiva e social que garantiria a ele, Ramos, algum fôlego naquele ar saturado ao seu redor.

Ele atualizava a experiência narrativa de alguém que, envelhecendo, valia-se do gesto ao seu redor mais característico da

¹⁶⁶ BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In. SACHS, Ignácio et alii (orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14-37; cf. p. 17.

¹⁶⁷ Há um razoável conjunto de fotografias de Graciliano Ramos disponível na WEB. Um endereço que, mesmo desatualizado, merece ser visitado é: <http://www.graciliano.com.br>.

velhice: a recordação do passado, o ajuste de contas com o vivido, a construção do presente como o tempo não mais da ação, mas, sim, da memória. Isto se dava mesmo apesar de que, ao ser executado, o gesto memorialístico se via transformado em algo atravessado pela criação, pela invenção, pela produção de novos sentidos para os seus objetos. (I, p. 09)

Dava-se, ali, de certo modo, uma experiência tardia do texto de formação, no sentido de que Ramos compôs em “Infância” um relato que buscava instaurar no campo do discurso literário-memorialístico uma verdade sobre o seu próprio percurso. O livro, assim, se caracteriza pelo auto-descobrimto, pela construção das possibilidades da autodeterminação e pela discussão do que veio a ser, na vida do seu autor, a sua transformação naquilo que ele cria ser, e que estava se esgotando enquanto possibilidade de vida àquela altura de sua existência.¹⁶⁸

Tendo inscritas na sua materialidade mais imediata as séries de mutações e de mazelas que sua circunscrição histórica indicava como o índice de pertencimento à última fase da vida, portanto, Ramos pôs-se desde ali a recordar. A cada dia, o espelho lhe informava que as séries de transformações físicas que o seu tempo ligava à experiência do envelhecimento estavam incrustadas no seu corpo, para sempre. Ele viveria, de resto, apenas mais oito anos, tempo inclusive aproveitado para duas outras incursões pela literatura acerca de si próprio, as quais só seriam publicadas, entretanto após sua morte: “Memórias do Cárcere” (ainda editada em 1953) e “Viagem” (dada a público em 1954). O seu esforço de memorializar o vivido, entretanto, acabaria por colocar em suspeita a idéia, cara à sua época, de que a recordação, apanágio dos velhos, era o oposto da ação. Isto se daria na medida em que sua obra transfiguraria os signos brutos de que a princípio se dedicava para tornar-se numa experiência densamente significativa.

Cabe ressaltar ainda que, quando Ramos transformou suas reminiscências espalhadas no volume único de “Infância”, ele já era o autor consagrado de obras que o tornavam parte do cânone da

¹⁶⁸ A bibliografia acerca dos textos de formação é demasiado ampla; remeto apenas a um estudo em particular, face à sua contribuição à minha própria leitura da questão (inclusive por me ajudar a pensar como o relato formativo em Ramos é mais a descrição de uma série de asperezas do que a expressão de um caminho plano e sem estrias): LARROSA, Jorge. Como se chega a ser o que é. Para além da Bildung. In. _____. *Nietzsche & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 47-79.

literatura brasileira.¹⁶⁹ Como decorrência disso, além dos méritos próprios ao seu primeiro livro de memórias, sobre “Infância” foi lançado um insistente olhar crítico, ainda no presente em atividade, embora este olhar venha se assemelhando, ultimamente, mais a uma máquina de repetição do mesmo do que a uma invenção permanente de novas possibilidades de leitura. Críticos literários, historiadores em geral e da literatura e da infância, em especial, sociólogos, muitos são os interessados naquele livro, e abundam estudos sobre ele.

Não deixa de ser interessante registrar quanto a isso, mesmo que apenas de passagem, que Graciliano Ramos deixou pistas, no seu livro, quanto à sua própria opinião em relação às leituras críticas da sua produção. Por exemplo, há um Capítulo de “Infância” em que ele menciona a sua convivência com as filhas de “Seu Nuno”, personagem de sua meninice que tentou aproximá-lo da Igreja. As moças eram “risonhas e tranqüilas”, e “conversavam demais”, mesmo com o menino desajeitado e tímido. Em tais encontros, elas não raro se punham a elogiar isto ou aquilo no visitante, no intuito de ironizarem eventuais desarranjos. Um paletó que todos viam como mal assentado no corpo, por exemplo, era por elas tomado por digno de homenagens: “achavam o pano e os aviamentos de qualidade superior, o feitiço admirável.” O menino a princípio gostou daquilo, mas a repetição dos elogios o fez desconfiar e, logo, ter a certeza, de que tudo aquilo era uma crítica velada “num jogo de palavras que encerrava malícia e bondade.” Tudo aquilo lhe tocou, diz ele, e lhe deu uma lição: “Ainda hoje, se fingem tolerar-me um romance, observo-lhe cuidadoso as mangas, as costuras e vejo-o como ele é realmente: chinfrim e cor de macaco.” (I, p. 193-198)

Praticando aqui também uma leitura de “Infância”, e, aliás, bastante descontente com a apreciação pouco receptiva que Ramos expressava quanto à sua obra, devo dizer que, sem querer esquecer aquela espécie de memória do livro à qual me referi acima, ou seja, o conjunto de estudos já realizados, eu pretendo me localizar num

169 Das tantas vozes acerca disso, cito uma das mais *autorizadas*: “Quando Graciliano publicou *Infância* (1945) eu era crítico titular, como se dizia, do *Diário de São Paulo*. Naquela altura ele já me parecia destacar-se de maneira singular entre os chamados “romancistas do Nordeste”, que nos anos de 1930 tinham conquistado a opinião literária do país.” Mais à frente, o autor que cito refere-se a Ramos como “um dos maiores escritores da nossa literatura, um dos raros cuja alta qualidade parece crescer à medida que o relemos.” CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*, cit. p. 07 e p. 10.

ponto ao mesmo tempo anterior e exterior àquele fluxo.¹⁷⁰

Não posso, e nem devo, prometer silenciar absolutamente quanto ao que já foi dito, aqui e ali, sobre “Infância”, até porque as leituras realizadas ao longo da vida vão se incorporando de muitas maneiras ao leitor, e passam a fazer parte dele de forma imperceptível, a partir de certo instante. Entretanto, posso enunciar que desejo levar a efeito uma exploração daquele livro que não o toma apenas como parte de uma empresa literária canonizada – mas que, em paralelo, tenta pensar aquela narrativa como um relato a mais, num rol orquestrado no movimento de minha pesquisa, interessado em dar visibilidade à experiência da velhice.¹⁷¹

Meu leitor observará, no andamento da leitura, que não me furti, na construção deste Capítulo, a dialogar com alguns estudos originados do campo dos estudos da literatura. Entretanto, o que imaginei realizar com tais conversações foi apenas a prática, de algum modo respeitosa, do saque. Os textos que li e que cito me serviram, assim, para que eu neles buscasse algo que, lá capturado, viesse a me permitir elaborar com mais precisão ou satisfação algum argumento. Não pretendi uma revisão da bibliografia sobre o escritor Graciliano Ramos e tampouco me interessou inquirir “Infância” apenas como um monumento literário – mas devo confessar que o que pude conquistar com a freqüentação, mesmo incipiente, dos estudos de literatura me pareceu de grande ganho para a tessitura do meu olhar de historiador.

Lido sob o ângulo acima anunciado, o livro de memórias de Graciliano Ramos parece mais a empresa de alguém que, vendo-se no fim da vida, queria se despir do passado, do que a obra de um sujeito preso ao vivido por sua vontade e gosto. A cada passagem, o que se coloca em cena é a imagem de um mundo que era *enfrentado* a cada dia, numa experiência na qual os sentidos da coerência e da tranqüilidade haviam sido esquecidos num passado perdido.

A velhice do memorialista, neste sentido, não era um instante de pouso e de ajuste de contas marcado apenas pela melancolia; mais que isso, o envelhecimento do autor aparece naquele livro como

¹⁷⁰ Quanto à problematização do uso das memórias de Ramos pelos historiadores, cf., entre outros: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Histórias dentro da história: leituras cruzadas de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos. In. DE DECCA, Edgar Salvadori & LEMAIRE, Rita. (orgs.) *Pelas margens*, p. 237-250.

¹⁷¹ No que remeto, mais uma vez, a: VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*, p. 112-114.

sendo o caminho na direção de mais um embate, de mais um confronto entre ele e sua própria experiência, num ambiente de conflitos e de asperezas. Há, ali, é o que consigo perceber, a expressão literária, não diria de uma saudade, mas, certamente, de um desencanto, de uma desesperança. Como já foi apontado pela crítica, há mesmo uma descontinuidade entre “Infância” e outros títulos da memorialística nordestina, pelo seu afastamento da nostalgia e da condescendência em relação ao passado, em nome de uma mirada mais dada à ironia, ao sarcasmo, a experiência vivida se mostrando como uma série de absurdos que cabia denunciar.¹⁷²

Este afastamento já foi atribuído, e parece haver justiça em tal juízo, à diferença do olhar de Graciliano Ramos em relação ao Nordeste, se comparado ao olhar habitualmente praticado na literatura regionalista daquele lugar, especialmente a que foi produzida em maior ou menor grau na órbita do pensamento de Gilberto Freyre. Ramos não faz uso da maquinaria enunciativa próxima à narrativa freyriana quanto à nordestinidade – ainda que, como ou autores próximos ao senhor de Apipucos, faça referência a uma parte de sua vida corrida nas cercanias dos engenhos e dos seus poderosos senhores. (I, p. 215-216) Antes, ele apela para imagens capturadas numa experiência que se tece nos textos como uma espécie de avesso do mundo açucarado dos engenhos e da zona da mata: a vida nas margens das grandes propriedades, a experiência da obediência e não do mando, a prática de relações sociais ásperas.

Quanto a isso, mesmo registrando que seu pai era “aparentado com senhores de engenho” e que “votava na chapa do governo, merecia a confiança do chefe político” (I, p. 227), Graciliano Ramos não relutava em indicar que sua família vivia nas fronteiras da maquinaria de poder do engenho, a qual ensejava na sua prosa ácidas críticas:

(...) um chefe político da roça naquele tempo mandava mais que um soba, dispunha das pessoas e manipulava as autoridades, bonecos miseráveis. Vivíamos num grande cercado de engenho, e só tinha sossego quem adulava o senhor. Os jornais da capital noticiavam horrores, mas ninguém se atrevia a assinar uma denúncia. Qualquer indiscrição podia originar incêndios, bordoadas, prisões ou mortes. (I, p. 215-216.)

¹⁷² Cf. MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*, p. 52.

Seus personagens são protagonistas de diálogos falhados, de encontros que se frustram, eles atravessando textos que fazem do mundo do qual falam uma cena de dores, fracassos, impotências. Importa observar, quanto a isso, e quando tratar das imagens da velhice propriamente ditas voltarei a isto, que o relato de Graciliano Ramos, em “Infância”, atualiza na palavra impressa uma cena social não apenas tensa, mas *naturalmente tensa*, no sentido de que sua aspereza passa em quase todas as circunstâncias por *óbvia* para muitos dos indivíduos envolvidos nas tramas.

O menino que tem sua história contada estranha cada violência sofrida – mas acaba por construir, em si, séries heterogêneas, por um lado, de explicações e de justificativas e, por outro, de desistências. Assim, ora ele indica ter se dobrado sob as regras férreas de um mundo incompreensível, ora ele indica silenciar para transformar aquela matéria-prima ingrata que a vida lhe proporcionava no substrato para uma subjetivação alternativa que, no entanto, só eclodirá na maturidade. O seu apelo à ironia, neste sentido, pode ser pensado como uma espécie de recusa a uma prática de linguagem que levasse a uma crença na harmonia do mundo (mesmo do mundo tradicional). A ele interessa, isto sim, usar as palavras para denunciar a crise profunda e definidora do mundo em que ele vive, um mundo sem brechas para a utopia ou para a esperança.

Tudo ficava ainda mais complexo porque o gesto memorialístico compreendido por ele parecia especialmente sensível à aceleração da experiência histórica que já marcava a cena dos anos 1940 no Brasil como no Ocidente, e que, a seu ver, promovia verdadeiras rupturas nos modos pelos quais os naturais do lugar experimentavam os ordenamentos etários e as relações entre grupos de idades. Naquele momento já se colocava em cena, sendo tornado em objeto do pensamento em diversos setores da vida social, a dimensão falível da modernização capitalista, suas ambigüidades, suas relações espúrias com totalitarismos os mais variados, a valorização em definitivo da juventude como força viril e vital da transformação histórica.

Neste sentido, já foi dito que:

Os personagens de Graciliano convivem com os destroços que o mar da modernidade jogou nas praias do país periférico. Contemplam os estragos deixados pelos vagões da modernização.¹⁷³

¹⁷³ BASTOS, Hermenegildo José. Destroços da modernidade. In. REZENDE, Marcelo. (org.) *Dossiê Cult: Literatura brasileira*. Machado de Assis, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa. São Paulo: Editora Bregantini, 2004, p. 32-42, cit. p. 34.

Tudo aquilo implicaria em deslocamentos nas relações entre os modos do lembrar e os ritos do viver. A recordação em Graciliano Ramos, orquestrada em meio àquele cenário, atravessada pelo fantasma de um envelhecimento vivido como antecâmara da morte, deixava-se pautar pela construção de quadros instáveis, fragmentários, que se prestavam mais para dar do passado uma imagem de desintegração do que de harmonia.¹⁷⁴

Testemunha de reinvenções da história, de tragédias e de deslocamentos de sentido jamais pensados antes, Ramos não teve como estabelecer um relato sobre si horizontal ou plenamente linear. Ao contrário, o seu corpo cada vez mais frágil pela velhice antecipada parecia deixar-se atravessar pelo que ele entendia ser a progressiva transformação do seu presente num tempo de horrores e de fracassos, de hecatombes e de desencontros, numa cena que remetia à animalização do homem e não à sua redenção, e isto reverberava no seu corpo escrito.¹⁷⁵

Idades e pensamento

“Infância” trata, desde a sua primeira página, aliás, desde o seu título, da progressiva construção, pelo menino Graciliano Ramos, de sua própria experiência de criança, num mundo dominado duramente pelos adultos, no qual ele se desenvolvera “como um pequeno animal”, como alguém que só conhecia, por exemplo, um abrandamento por parte da mãe “às vezes”, quando ela “perdia as arestas e a dureza”, abrindo o clarão de “tréguas curtas e valiosas”. (I, p. 12; 77)

As formas da sua socialização, aliás, o impressionariam por

¹⁷⁴ ABDALA JUNIOR, Benjamin & CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Tempos da literatura brasileira*. São Paulo: Ática, 1985, p. 207.

¹⁷⁵ Cf. SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.) *História, memória, literatura*. O testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Após o “violento abalo”. Notas sobre a arte – relendo Walter Benjamin. In. _____. *O local da diferença*. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005, p. 19-30.

toda a vida, sua memória sendo acionada e atualizada (ainda que submetida a algum deslocamento) quando da criação dos seus filhos; quanto à experiência de Graciliano como chefe de família, uma biografia registra:

A organização da família era patriarcal. O sim era sim, o não era não. O pai, rígido com as filhas, liberal com os filhos, nunca impôs suas idéias a nenhum deles; disto, ele era incapaz.¹⁷⁶

Incontáveis passagens de “Infância” permitem atestar a violência do mundo do menino Graciliano. Para não me ater a citações demasiadas, me permito apresentar apenas uma pequena passagem, de resto bastante elucidativa pela sua densidade. O trecho apresenta impressões nebulosas da infância mais remota, numa cena de marcações vagas, mas nem por isso menos ásperas:

“As sombras me envolveram, quase impenetráveis, cortadas por vagos clarões (...). Meu pai e minha mãe conservavam-se grandes, temerosos, incógnitos. Revejo pedaços deles, rugas, olhos raivosos, bocas irritadas e sem lábios, mãos grossas e calosas, finas e leves, transparentes. Ouço pancadas, tiros, pragas, tilintar de esporas, batecum de sapatões no tijolo gasto. Retalhos e sons dispersavam-se. Medo. Foi o medo que me orientou nos primeiros anos, pavor. (I, p. 14)

“Infância”, uma espécie de denúncia do “encontro da criança com a violência”¹⁷⁷, é encerrado quando se chega ao registro das mudanças corporais que Graciliano Ramos sofreu por volta dos onze anos, as quais o expulsaram da infância e o levaram para perto dos adultos:

Aos onze anos experimentei grave desarranjo. Atravessando uma porta, choquei no batente,

¹⁷⁶ VIANA, Vivina de Assis. Graciliano, principalmente nordestino. In. RAMOS, Graciliano. *Graciliano Ramos – Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1981, p. 03-07, cit. p. 04.

¹⁷⁷ RAMOS, Graciliano. *Graciliano Ramos – Literatura comentada*, p. 48.

senti dor aguda. Examinei-me, supus que tinha no peito dois tumores. Nasceram-me pelos, emagreci – e nos banhos coletivos do Paraíba envergonhei-me da nudez. Era como se o meu corpo se tivesse tornado impuro e feio de repente. Percebi nele vagas exigências, alarmei-me, pela primeira vez me comparei aos homens que se lavavam no rio. (I, p. 253)

O que é encenado no livro, portanto, é a conquista de um lugar no mundo que se definia justamente pelo pertencimento a uma idade, e que se dava como a experimentação de um jogo de estranhamentos e exclusões mútuas.¹⁷⁸ Não seria apenas o vínculo a um espaço ou o compromisso com a defesa de si próprio, ângulos comuns à memorialística nordestina, o que seria ali tomado como a tensão mais recorrente do livro, ainda que tais questões fossem também apresentadas; ela estaria depositada, isto sim, na atualização de outra dimensão cara àquela literatura, a construção de uma narrativa acerca da experiência do mundo filtrada pelas lentes etárias.¹⁷⁹

Publicado, como se viu acima, em 1945, aquele livro se relaciona, ao priorizar a idade como tema e, mais importante, ao focar os anos iniciais da vida do seu autor, com uma série de práticas culturais suas contemporâneas ou pouco mais antigas, as quais estabeleciam a *verdade* das diferenças entre as fases da vida e do caráter fundamental da primeira delas.¹⁸⁰ Assim, como os outros memorialistas de que me ocupo aqui, uns praticando isto de forma mais acentuada, outros se valendo de nuances e gradações, Graciliano Ramos dava forma nas suas memórias, enfaticamente, à grande vaga de olhares por sobre a experiência etária de que o Brasil foi palco na primeira metade do século XX.

Não se pode esquecer que Ramos, além de ter sido jornalista,

¹⁷⁸ Cf. PESAVENTO, Sandra Jatthy. Histórias dentro da história: leituras cruzadas de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, p. 243-244.

¹⁷⁹ Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*, p. 228 e segs.

¹⁸⁰ Cf. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações. (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004; FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR., Moysés. (orgs.) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002; FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo; Bragança Paulista: Cortez; USF-IFAN, 1997.

ocupou postos na administração pública, o que lhe proporcionou contato com os debates que se travavam, na primeira metade do século XX, quanto à escolarização da infância. Ele foi, na sua *vida pública*, prefeito de Palmeira dos Índios e diretor da Imprensa Oficial de Alagoas, tendo sido ainda o responsável pela Instrução Pública em Alagoas, e, mais tarde, inspetor federal de ensino no Rio de Janeiro. Todos estes ofícios e postos o faziam em algum grau conhecedor dos debates de sua época, em relação aos quais ele acabaria por se colocar ora na sua prática política mais geral, ora na sua condição de escritor. Há mesmo quem diga que ele, gestor da educação escolar como prefeito de Palmeira dos Índios ou como diretor da Instrução Pública em Alagoas, “Trabalhou intensamente e revolucionou os métodos de ensino.”¹⁸¹ Além disso, Ramos foi autor de pelo menos três trabalhos especialmente voltados para crianças e jovens (“A terra dos meninos pelados”; “Pequena história da república”; “Alexandre e outros heróis”), o que atesta a sua preocupação com a formação dos pequenos leitores – como indivíduos pensantes e como consumidores da palavra impressa.

Nas décadas iniciais do século XX se afirmava, com o concurso de práticas as mais variadas, orquestradas no âmbito dos raios de influência de saberes médicos, jurídicos, assistenciais e pedagógicos, a idéia de que a existência humana poderia e deveria ser segmentada em etapas. Mais que isso, dava-se corpo, naquele movimento, à idéia de que a vida humana caminhava da evolução à involução, a idade adulta sendo o ponto médio da escala. Assim, do nascimento à maturidade os homens evoluíam; da maturidade para frente só havia a decadência e a involução, corporificadas na velhice.¹⁸²

Havia uma espécie de colonização de várias práticas culturais por elementos oriundos das nascentes pediatria e psicologia do desenvolvimento, saberes que insistiam na predominância de elementos biológicos na conformação das identidades. A isso se conjugava uma ainda instável coleção de princípios que escoariam no sentido da formulação da geriatria e da gerontologia, mais à frente, pelos anos 1950 e 1960. Estes princípios reforçavam a divisão da

¹⁸¹ VIANA, Vivina de Assis. Graciliano, principalmente nordestino, p. 04.

¹⁸² Cf. GROISMAN, Daniel. *A infância do asilo*. A institucionalização da velhice no Rio de Janeiro da virada do século. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UERJ, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1999.

vida em idades, enfocando a velhice como o seu alvo prioritário da atenção e do cuidado.¹⁸³

Em paralelo, vez que a primeira metade do século XX no Brasil também foi marcada pela afirmação de olhares constituídos no âmbito das aqui nascentes ciências sociais, circulavam também idéias que se organizavam em torno do desejo de se produzir uma identidade para a nação e para o seu povo. A articulação dos saberes biomédicos com olhares mais próximos às humanidades produziam efeitos variados, um dos quais era a produção da idéia de que a infância deveria ser transformada no alvo principal de políticas públicas e privadas, com o intuito de se civilizar o país em definitivo.¹⁸⁴ Deu-se então a proliferação de saberes e olhares por sobre a infância e sobre seus personagens, numa cena que reunia desde a instalação de hospitais e orfanatos até a produção de uma literatura dedicada especialmente à infância, cujo nome mais conhecido é o de Monteiro Lobato, passando pela institucionalização de um intenso debate pedagógico.

Tratar da infância no âmbito de uma experimentação no campo das práticas da memória, pelos anos 1940, como o fez Ramos, portanto, era algo estrategicamente significativo. Ora, o exercício da escrita memorialística estava associado, no momento histórico em que ele escreveu e publicou "Infância", à maturidade, quando não à velhice. Lembrar do passado só era possível ou legítimo quando o sujeito já carregava consigo anos bastantes para que se instalasse entre o tempo lembrado e o tempo do registro uma diferença que garantisse a isenção. Decorria disso que a figura do memorialista era, de forma recorrente, tecida como a de um sujeito já entrado na idade, já senhor de suas emoções e de suas verdades. Ele lembrava

¹⁸³ Cf. LOPES, Adriana. *Os desafios da gerontologia no Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

¹⁸⁴ O que é a tese de: LUZ, Madel T. *Natural, racional, social*. Razão médica e racionalidade científica moderna. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec, 2004. Como forma de indicar a distância entre os códigos corporais da família de Ramos e os preceitos higienistas caros à ciência da passagem do século XIX para o XX, vale citar uma passagem de "Infância". Trata-se do comentário do autor acerca da tentativa de sua professora, Dona Maria, de limpar suas orelhas: "D. Maria, num discurso, afastou-me as orelhas do rosto, aconselhou-me a tratar delas cuidadosamente. Isto me encheu de perturbação e vergonha. (...) Nunca minha família se ocupava com semelhantes ninharias, e a higiene era considerada luxo. Lembro-me de ter ouvido alguém condenar certa hóspeda que, antes de ir para a cama, pretendia banhar-se: - Moça porca." (I, p. 122)

porque, afinal, sua vida já não comportava mais a ação propriamente dita – e mergulhar no passado era uma forma de compensar a inação presente.¹⁸⁵

Fazer deste exercício o espaço de uma exploração da infância, o que foi a escolha preferencial de Ramos, era apontar o foco das atenções para o momento da vida em que tudo se preparava, em que o homem se forjava. Era dar conta do mais verdadeiro, do mais original, daquilo que parecia perdido para sempre, mas que ressurgia pelas artes do combate ao esquecimento. Mais que tudo, enfim, era contrapor à decrepitude da velhice o vigor da infância, num quadro que definia identidades e destinos.¹⁸⁶

Graciliano Ramos, que dizia imaginar morrer aos 57 anos, já havia vivido 53 deles em 1945; ao reunir num volume os seus relatos diversos acerca de sua infância, ele estaria, certamente, ajustando contas consigo, tratando de sua fase primeira quando julgava estar às portas da última.

Aspereza

O relato de Graciliano Ramos, e, sabe-se, isso não ocorre apenas naquele livro, dá conta de relações sociais travadas sob a forma de uma aspereza marcante. O próprio texto materializa isso, com a sua secura, a sua economia, a recusa em florear as construções, o que já foi repetido à exaustão por estudiosos dos mais variados níveis. Em síntese, “Graciliano Ramos percebe a importância, não só do conteúdo, mas também da forma, como veículo de produção e reprodução de uma dada realidade.”¹⁸⁷

No geral, a sua escrita simulava uma correspondência entre o texto e uma experiência vivida entre pessoas e entre pessoas e o mundo; esta experiência, por sua vez, teria sido demarcada como um continente de gestos ríspidos, de incompreensões de parte a parte,

¹⁸⁵ A história da escrita memorialística no Brasil, entre outros títulos, mereceu a atenção de: LACERDA, Lillian de. *Álbum de leituras*. Memórias de vida, histórias de leitoras. São Paulo: Editora UNESP, 2003; VIANA, Maria José Motta. *Do sótão à vitrine*. Memórias de mulheres. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

¹⁸⁶ Sobre a efervescência cultural em torno das primeiras idades, ao longo da primeira metade do século XX, vale conferir: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. (orgs.) *História dos jovens 2*. A época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁸⁷ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*, cit. p. 229.

de traições, de frustrações, de afetos e belezas que não conseguiam ser ditos. Quando esta escrita foi utilizada para a composição de uma narrativa memorialística, a página impressa quase se tornou pungente, pela tragédia que se instala na compreensão do leitor – o qual acaba por dar conta da socialização cruel do menino Graciliano, e das marcas profundas que isto ainda provocava no corpo envelhecido do escritor.

A velhice que emerge de “Infância”, assim, é uma experiência simultaneamente sacralizada e monstruosa, como se ela fosse em paralelo algo que tecia a si como forma central de uma sociabilidade venerável e algo passível de ser interpretado como apenas a orquestração grotesca de relações sociais assimétricas e decadentes. Neste sentido, ela funcionava como uma metáfora de relações sociais ambivalentes, fluxos que haviam se mantido, mesmo no seu caráter extraordinário, estáveis por longo tempo e, de súbito, com o advento da modernização da sociedade brasileira, haviam sido objeto de um esgarçamento que faria do envelhecimento uma experiência terrível para todos os que dele se aproximavam.

Certo fazendeiro, visitado um dia pelo menino Graciliano e seu pai dava o exemplo disso: homem que, no passado, nos inícios de sua velhice, era rico, bem vestido, o corpo revestido de produtos importados e banhados com a aura da fortuna, ele acabaria os dias de vida, já numa idade por demais avançada, “muito por baixo, carregando na aguardente, jogando baralho com polícias em balcões de bodegas e em calçadas”. (I, p. 36)

No seu momento de glória e, também, no instante da sua degradação, ele pareceria a Graciliano Ramos tanto uma sobra quanto uma dimensão esperada da história. Por um lado, ora quando rico ora quando pobre, aquele personagem se mostrava como um velho que excedia as regras banais da sociabilidade, por derramar demasiada opulência pelo mundo, ou por encenar uma decadência que vexava a todos. Mas, por outro lado, sua trajetória acabava por encetar no memorialista a atualização de um tipo social comum, mesmo banal: antes, era um homem poderosos, habitante de uma época em que se devia venerar o mando derivado do patrimônio e da tradição inscrita em seu próprio corpo; agora, um tanto mais velho e irremediavelmente pobre, ele era o velho mais habitual na paisagem, sobra da história, resto de si mesmo, ausência de sentido e de futuro.

A infância de Graciliano Ramos teria sido, diz ele, vivida num

tempo em que os adultos pontificavam e não eram enfrentados quando o seu mando derivava de sua idade – a não ser quando o sujeito velho vivia uma velhice que destoava de certos parâmetros estabelecidos socialmente, o que cabia corrigir inclusive para a garantia da estabilização social que garantia à própria experiência da velhice um lugar digno e venerável. Esta é uma imagem cara ao autor, e que ele atualiza em suas várias histórias.

Para efeito do meu estudo, apontar esta dimensão da escrita de Ramos é importante porque nela percebo um olhar por sobre a política de idades dos tempos de sua infância, além de uma possibilidade de problematização da que era atualizada no tempo mesmo de composição do relato memorialístico, nos anos 1940. Ao tratar da infância como uma idade submetida em tudo e por tudo aos mais velhos, especialmente aos efetivamente tomados socialmente por idosos, o que Ramos acabava fazendo era, ao mesmo tempo, sinalizar para o começo da crise da onipotência dos velhos de ontem e para a desgraçada situação de enfraquecimento dos velhos na atualidade daquele livro.

Ora, a tematização da vida da criança, ali, parece um meio para a denúncia da arbitrariedade do poder dos adultos. Estes últimos, senhores de si e de todos, não raro são tomados por Ramos como exemplos de fracasso, de crise, de decadência. No máximo, eles aparecem como senhores dotados de um poder que é tão mais rígido e tão mais intenso quanto mais se aproxima de sua degradação mais absoluta, ora face à morte do personagem, ora por conta do seu envelhecimento, ora graças à modernização do país, movimento histórico que redefiniria tantas relações então nomeadas como arcaicas.

Mesmo quando um personagem velho é trazido à primeira cena e nada é dito quanto à sua decadência, o texto acaba por reforçar a idéia de que está tratando de uma vida condenada ao abismo, pela reiteração da violência do seu mando e pela sinalização de que tal aspereza estava sendo desinvestida pela história, no âmbito das relações cada vez mais polidas da cena pública. Ao fazer daqueles adultos os decadentes algozes das crianças, Ramos conseguia, de modo irônico, apontar para o caráter trágico do poder dos mais velhos, naquela época vivido como uma caricatura de si mesmo.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Quanto à ironia e ao sarcasmo como ferramentas do olhar crítico de Ramos, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*, p.

É no intervalo aberto por aquela hierarquia que emergem, em “Infância”, os personagens velhos de que me interessa a proximidade. Eles são apresentados por Graciliano Ramos de formas variadas, uns mais difusos, outros mais nuançados, o que derivava ora do seu condão de impregnar a memória do autor, ora de sua importância na sua trajetória de formação, ora do seu condão em se transformarem em personagens passíveis de apresentação sob as máscaras da moralidade que o escritor desejava inscrever na sua obra. Sua construção se dá de sorte a que eles emergem do texto em meio à narração de costumes, de hábitos, de modos de organização de certa experiência social: eles como que brotam de um mundo, e o explicam pela sua presença mesma.¹⁸⁹

Há, assim, diversos personagens velhos, em “Infância”, que ocupam um lugar de fugacidade, de impermanência, enquanto outros ganham uma remissão aqui, outra ali, numa geografia que indica a sua presença por diversos momentos da vida ali lembrada, memorializada.

Algo que me chama a atenção das remissões de Ramos a pessoas velhas é que aqueles personagens só se mostram como figuras das quais há algo a dizer quando o menino Graciliano sobre elas lançou um olhar mais incisivo – motivado ora pela estranheza do outro, ora pelo seu poder por sobre o menino. Os indivíduos velhos que se transformam em alvo da atenção do menino e, depois, do memorialista, recebem o direito à cidadania nos campos da memória apenas na medida em que sua aparição permite a construção de um olhar reflexivo e crítico em relação a alguma dimensão da experiência que se relata. Mais uma vez, é o que creio, é atualizada a idéia de que a exploração da velhice dos personagens em Ramos é um meio utilizado por ele para incidir o olho crítico por sobre formas da experiência social relatada.¹⁹⁰

Há, ali, a indicação de uma relação de soberania: o velho era significativo ao menino porque tinha em mãos o poder de comandar algo de sua vida; o contrário era o impensado. Não há nas memórias

229.

¹⁸⁹ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*, p. 13.

¹⁹⁰ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*, p. 17.

de Ramos, assim, velhos que se tornam personagens porque, no passado, foram tornados em sujeito de algo por conta de uma incitação da criança; o que há, sempre, é o oposto disso, os velhos se mostrando no texto quando o seu poder atingiu o menino. Ambos se tornavam reais assim, pela ação por sobre o mais fraco, o infante.

Não há, naquelas memórias, a consideração de que o silêncio do menino poderia ser pensado como uma estratégia de sobrevivência num mundo controlado pelos adultos; tal como aos camponeses, Ramos dá às crianças apenas o lugar de vítimas, de subordinados, de vidas passivas sob o tacão dos dominadores.¹⁹¹ É um quadro histórico que se contrapõe com firmeza à contemporaneidade mesma do próprio Graciliano Ramos, especialmente nos anos 1940, época em que da infância (ou do que dela diziam saberes e poderes vários) emanavam projetos para o país e para seu povo. Ele dará conta disso mais incisivamente na obra ficcional, quando construiu personagens que, envelhecendo enquanto o Brasil cada vez mais se dizia como um país jovem, eram relegados às margens mais abjetas da vida social.

Os velhos da literatura de Graciliano Ramos, modulações em maior ou menor grau de intensidade dos velhos com os quais ele conviveu (especialmente seus avós), são figuras que encarnam em si modelos identitários sempre problemáticos e densos. Na sua exploração Ramos empregava largamente sua energia, tornando cada um daqueles personagens na possibilidade de interpelação dos modos pelos quais, ao seu redor, no tempo histórico de sua vida, toda uma experiência social estava sendo desinvestida de sentido. E, naquele contexto, diz ele, os indivíduos envelhecidos se esgarçavam como poucos, vítimas de um mundo que dimensionava a juventude como o supremo bem, como a utopia realizável, como o único horizonte legítimo do desejo.¹⁹²

¹⁹¹ Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*, p. 229-230.

¹⁹² Tais idéias, abordadas incisivamente por Antonio Candido (em *Ficção e confissão*), já foram por mim freqüentadas em outros momentos: AGRA DO Ó, Alarcon. Velhice e modernidade: espaços de problematização da masculinidade. In: Antonio de Pádua Dias da Silva. (Org.). *Gênero em Questão* - ensaios de literatura e outros discursos. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2007, p. 211-223; _____. A memorialística nordestina e a velhice dos homens. In: 1ª Semana Paraibana de Ciências Sociais e Filosofia, 2007, Campina Grande: Editora da UFCG, 2007; _____. Velhices masculinas na literatura memorialística nor-

O primeiro velho a se mostrar nas páginas do livro de memórias de Graciliano Ramos já surge na sua segunda página, como se não fosse prudente esperar muito para fazer emergir do impresso tal figura. Trata-se, naquele caso especial, de “um velho de barbas longas” que “dominava uma negra mesa”, da qual dirigia o trabalho de “diversos meninos”, largados em “bancos sem encostos” que “seguravam folhas de papel e esgoelavam-se” numa soletração que pareceu ao memorialista singular e, portanto, ficou registrada na sua lembrança. Aquele professor de súbito some das páginas do livro, numa repetição na linguagem de sua presença ao mesmo tempo real e fugidia na mente do autor do relato: ele não era mais do que, enfim, em meia página se resolvia. A sua escola havia sido um pouso em meio a uma viagem da família de Graciliano Ramos, o que ele só soube depois. (I, p. 10-11)

Um dia, mais à frente, aquele velho retornaria às memórias do menino Graciliano, quando, em Buíque, ele vê na escola pública da cidade outro professor, “um sujeito de poucas falas e barba longa” – numa semelhança que lhe fez pensar que “todos os professores machos eram cabeludos e silenciosos”. Neles se atualizava, ainda, a idéia de que os homens, à medida que envelheciam, iam se tornando cada vez mais opressores em relação aos mais jovens – quer esta opressão encontrasse seu fundamento no poder mesmo do homem velho, quer ela derivasse de seu sofrimento face à estigmatização que sofria em meio à modernização social.¹⁹³ (I, p. 49-50)

Não há, entretanto, naquele livro, apenas velhos encontrados no caminho incerto da vida do menino Graciliano. Outros são mais próximos, ao menos no que dizia respeito ao parentesco, ao sangue. E ao enveredar por sua família, abordando os seus avós, Ramos condensou uma sucessão de imagens e de problematizações que, ao historiador interessado em pensar a velhice, parece uma vertigem.

Em primeiro lugar, ele trata de indicar como entrava em contato com aqueles personagens, fazendo referência não apenas à geografia das distribuições espaciais dos seus parentes, mas, também, dos modos pelos quais eles se encontravam e destina. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero VIII, 2006, Florianópolis, SC; _____, A inocência do Dr. Jacarandá: uma imagem da velhice em Graciliano Ramos. In: XIII Semana de Letras: Linguagens, Culturas e Identidades, 2004, v. 1, p. 25-25.

¹⁹³ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*, p. 51. Cf., tb., FARIA, Octávio de. Graciliano Ramos e o sentido do humano, p. 264-265.

se freqüentavam episodicamente. Diz Ramos: “Alguns viventes idosos chegavam, sumiam-se, tornavam a manifestar-se depois de longas ausências.” Considerando sua história familiar, marcada por mudanças de cidade quando a crise econômica lhes vitimava mais acentuadamente, não parece estranho que os mais velhos apareçam apenas ocasionalmente no ambiente mais familiar ao menino. Seus pais não viviam mais na grande casa senhorial dos avós, visto que, naqueles fins do século XIX e começos do século XX, pelos sertões das Alagoas, aquele antigo e tradicional espaço estava já bastante desinvestido de condições de abrigar parentelas que não cessavam de crescer enquanto os patrimônios não cansavam de se esvaír. (I, p. 22)

A descrição do pai do seu pai não cede à tentação de se dourar a figura veneranda de um ancestral, remetendo, antes, a uma figura perdida num mundo paulatinamente ocupado por séries de homens práticos, ágeis, eficientes¹⁹⁴:

De um deles, meu avô paterno, ficaram notícias vagas e um retrato desbotado no álbum que se guardava no baú. Legou-me talvez a vocação absurda para coisas inúteis. Era um velho tímido, que não gozava, suponho, muito prestígio na família. Possuía engenhos na mata; enganado por amigos e parentes sagazes, arruinara e dependia dos filhos. (I, p. 21)

Ali estava um velho cuja trajetória o fizera pouco importante, logo, merecedor apenas de um registro vago na memória familiar. Como o pai de Pedro da Cunha Pedrosa, ao qual me referi em outro momento, aquele velho senhor naufragara vítima de outros homens, mais capazes de uma relação proveitosa com os ritos da modernidade capitalista. Ele, afeito a um passado que se esboroava na sua presença, acabara falido e pobre, sujeito à manutenção oferecida pelos filhos. Sua presença, certamente incômoda pelo que representava, lembrava custava, acabou por ser preservada nas memórias do seu neto apenas sob a forma de “notícias vagas” e, o que chama mais a atenção pelo uso de uma imagem que é ao mesmo tempo amarga e cruel, “um retrato desbotado no álbum que se guardava no baú”. De todo modo, num movimento que é ao mesmo tempo de repulsa e de aproximação, Graciliano Ramos se faz herdeiro de algo

¹⁹⁴ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*, p. 51.

daquele vivente: sua “vocalção absurda para coisas inúteis”.

E, arrisco uma leitura possível, talvez este avô apareça tão pouco nas memórias de Ramos porque o memorialista sofria com a identificação que sentia em relação àquele antepassado. Não era preciso alongar as páginas que tratavam dele porque, afinal, tratar da vida mesma de Ramos era repercutir um destino semelhante ao do velho avô paterno. Ambos palmilhavam o mundo pelas franjas, em silêncio, sobrevivendo das sobras da opulência alheia, trilhando caminhos que os levavam apenas para perto de si, rompidos que eram com a sua áspera e impiedosa atualidade. Já foi apontado, quanto a isso, por exemplo, a similitude estabelecida pelo próprio Ramos entre a inutilidade dos ofícios do seu avô paterno – ou seja: a sua recusa em partilhar do mundo da mercadoria plena, no qual o resultado das ações humanas deveria visar a sua conversão em banais valores de troca – e a sua condição de quase ourives das palavras.¹⁹⁵

Como ocorria, aqui e ali, com os velhos que eram lembrados por seus netos memorialistas como empobrecidos e decadentes, aquele avô de Graciliano Ramos tinha, entretanto, seus momentos de resistência (quando buscava alinhar suas ações e suas palavras às coisas do mundo), os quais, de todo modo, de nada resultavam:

Às vezes endireitava o espinhaço,

o antigo proprietário ressurgia, mas isto, rabugice da enfermidade, findava logo e o pobre homem resvalava na insignificância e na rede. (I, p. 22)

Aquela retomada passageira e melancólica do que ainda fazia vibrar seu corpo com as energias do mando de outrora apenas serviam para tornar ainda mais visível a sua decadência presente. O mergulho na rede era quase uma metáfora, ou, talvez, um movimento sinestésico, pelo que anunciava, numa circunstância, outras experiências, outras sensações: aquele pano instável esticado entre paredes sólidas quase representava uma nau desejada, um barco que levasse aquele indivíduo daquele mundo seco de água e de respeito para outra paragem, mais acolhedora. A rede era um útero no qual o velho desfibrado se resguardava, como se uma mãe improvável o resgatasse da terra vazia em que ele se encontrava à

¹⁹⁵ Cf. MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*, p. 57-58.

revelia do seu desejo.

Quase adolescente, sofrendo com mudanças quase incompreensíveis no próprio corpo, apaixonado por uma menina de sua idade da qual não se aproximava por timidez e medo, Graciliano Ramos, aos onze anos, também mergulharia numa rede, à noite, fugindo da cama que não o acolhia, de devaneios que não o deixavam, de suores e frios que o deixavam sufocado. (I, p. 255-256)

No dia a dia daquele velho avô, já nos tempos de sua decadência, apenas no culto aos santos ainda emergia, efetivamente, alguma força do seu corpo desinvestido, para além de simples e frustrados rompantes:

Bom músico, especializara-se no canto. Em recordação imprecisa, revejo mulheres ajoelhadas em redor de um oratório. Meu avô, em pé, cantava – e havia-se tornado enorme. Como podia uma pessoa gritar de semelhante maneira? (I, p. 22)

Além desse ofício mais próprio a velhos beatos e a velhas esquecidas pelos cantos das casas, ele ocupava seu tempo com as inutilidades de que Ramos já falara pouco antes – e se desdobrava num zelo que simulava responsabilidades já desaparecidas. Precisava repetir a sisudez do tempo em que suas decisões tinham um real impacto por sobre terras e homens, para sentir-se de novo útil, senhor, poderoso, viril. Compunha então artefatos que a própria família resistia em consumir, face à sua qualidade superior à média. Importa, para pensar este momento da narrativa de Ramos, o modo como ele se coloca em relação àquele avô. Ora, conforme pude referir acima, Graciliano Ramos se dizia herdeiro do pendor daquele seu antepassado para coisas inúteis; ao tratar em seguida da ocupação para muitos vazia daquele personagem, nosso memorialista acaba por integrar-se na sua tragédia, num trecho que, para Antonio Candido, é “o mais importante de *Infância*”¹⁹⁶:

Tinha habilidade notável e muita paciência. Paciência? Acho agora que não é paciência. É uma obstinação concentrada, um longo sossego que os fatos exteriores não perturbam.

¹⁹⁶ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*, p. 52.

Os sentidos esmorecem, o corpo se imobiliza e curva, toda a vida se fixa em alguns pontos – no olho que brilha e se apaga, na mão que solta o cigarro e continua a tarefa, nos beijos que murmuram palavras imperceptíveis e descontentes. Sentimos desânimo ou irritação, mas isto apenas se revela pela tremura dos dedos, pelas rugas que se cavam. Na aparência estamos tranquilos. Se nos falarem, nada ouviremos ou ignoraremos o sentido do que nos dizem. E como há freqüentes suspensões no trabalho, com certeza imaginarão que temos preguiça. Desejamos realmente abandoná-lo. Contudo gostaríamos uma eternidade no arranjo de ninharias, que se combinam, resultam na obra tormentosa e falha. Meu avô nunca aprendera nenhum ofício. Conhecia, porém diversos, e a carência de mestre não lhe trouxe desvantagem. Suou na composição das urupemas. Se resolvesse desmanchar uma, estudaria facilmente a fibra, o aro, o tecido. Julgava isto um plágio. Trabalhador caprichoso e honesto, procurou os seus caminhos e executou urupemas fortes, seguras. Provavelmente não gostavam delas: prefeririam vê-las tradicionais e corriqueiras, enfeitadas e frágeis. O autor, insensível à crítica, perseverou nas urupemas rijas e sóbrias, não porque as estimasse, mas porque eram o meio de expressão que lhe parecia mais razoável. (I, p. 22-23)

O avô materno de Graciliano Ramos era o oposto da figura que acaba de ser explorada. Homem “alto, magro, de cabelos e barba como pasta de algodão”, ele em tudo se distanciava daquela “criatura achacada”. Principalmente, ele “não desperdiçava tempo em cantiga nem se fatigava em miuçaldas”. (I, p. 23)

Ele mereceria mais atenção no livro, por estranho, avesso que era ao menino – e ao homem Graciliano Ramos. Falar mais detalhadamente do velho que se mantivera poderoso era certamente uma estratégia que produzia seus efeitos, tanto quanto o relativo silenciamento acerca do outro. Nos dois casos era acionada a idéia de que o discurso memorialístico não é apenas a recuperação do vivido, mas, de forma mais incisiva, é uma experiência de problematização do presente mesmo de quem fala, e da trajetória deste autor. O que

Graciliano Ramos estava dizendo de si mesmo e do tempo de sua escrita, ao tratar dos seus avôs de forma tão dispare?

A roupa do avô materno era uma extensão de si, e a expressão de seu mando incontornável; vestindo “perneiras, gibão e peitoral, as abas do chapéu de couro, repuxado para a nuca, a emoldurar-lhe o rosto vermelho”, ele se impunha por sobre tudo e todos. Sua presença se fazia à vista de todos, se impregnava no mundo e no corpo dos viventes, era o senhor de si que estendia seu poder por sobre o que caía no seu círculo de influência. (I, p. 23) O que emanava de sua materialidade mais imediata, do seu corpo, dava sentido ao que lhe rodeava, a começar de sua voz, que se lançava ao mundo e se enfronhava por entre os ouvidos e por entre as brechas da alma dos seus:

A voz lenta, nasal, pigarreada pelo excesso de tabaco, rolava com um ronrom descontente que nos arranhava os ouvidos, depois se insinuava, se adocicava, tomava a consistência de goma. Tínhamos a impressão de que a fala ranzinza nos acariciava e repreendia. (I, p. 23)

O corpo contido era uma manifestação de autocontrole, o que parecia fundamental para legitimar o governo dos outros.¹⁹⁷ Nisto também ele se distanciava do avô paterno do memorialista, homem susceptível a arroubos, a emoções fortes, a descontroles que o deixavam prostrado. O avô materno, ao contrário, era rijo a não mais poder, signo vivo do mando que melhor o traduzisse.

Os gestos eram vagarosos. Homem de imenso vigor, resistente à seca, ora na prosperidade, ora no dismantelo, reconstruindo corajoso a fortuna, em geral não se expandia. Escutava sereno as conversas, o lenço encarnado no ombro ou nos joelhos, o olho azul perdido na capoeira familiar, percebendo sinais invisíveis ao observador comum. (I, p. 23)

¹⁹⁷ Cf. AGRA DO Ó, Alarcon. Norbert Elias e a problematização da velhice. III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) Florianópolis, 2005; _____. Norbert Elias e uma narrativa acerca do envelhecimento e da morte. História, Ciências, Saúde. Manquinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2., jun. 2008.

O olhar supostamente perdido no ambiente era, mais que isso, o reconhecimento de um espaço dominado até o último recanto.

Possuía conhecimentos infusos a respeito de tudo quanto se refere a bichos: indicava com segurança as crias das vacas paridas no mato, adivinhava o peso exato dos bois de era. Para vender o gado nunca precisou de balança. (I, p. 23)

Graciliano Ramos tinha, portanto, à sua frente, dois avôs que se distinguíam de diversas maneiras – e que se relacionavam com dificuldade:

Esse avô bárbaro dispensava ao civilizado, artífice e cantor, exageros de atenção, em que havia talvez surpresa, desdém, o receio de magoá-lo, estragá-lo com as mãos duras. (I, p. 23)

Da leitura da breve citação acima, ainda, é possível ponderar que a oposição tramada por Graciliano Ramos entre a barbárie forte e a civilização tibia era dotada de grande densidade. Naquele trecho sintético nosso memorialista constrói uma hierarquia atravessada por ambigüidades e por tensões. Ora, visto que ele mesmo, Graciliano Ramos, teve sua trajetória ligada integralmente a funções urbanas, muitas das quais mais próximas ao artesanato e ao canto do seu avô paterno, caberia pensar que efetivamente eles dois se identificariam. Tal identificação, se é, como já se viu aqui, enunciada pelo próprio Ramos, é, no entanto colocada em xeque pela predominância, ao longo de “Infância”, a referências ao avô materno, o bárbaro incivilizado que tanto marcara a primeira fase da vida do nosso autor mas que em quase nada com ele se assemelhava.

Cabe chamar a atenção para um relato, em particular. Diz-se, nele, que, um dia, a mãe de Graciliano Ramos adoeceu, sendo levada para a cura na fazenda do seu pai. Seria mais um dos “episódios escolhidos” que costuram as suas memórias, fragmentos da experiência vivida que se abrem como janelas para a exploração de mundos do sentido na escrita de Ramos.¹⁹⁸ O que estava havendo

¹⁹⁸ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*, cit. p. 234.

era uma gravidez, o que fora interdito ao menino Graciliano. Ele não sabia o que estava acontecendo, e tudo lhe parecia uma moléstia estranha, com curas e dietas mais extravagantes do que sua imaginação poderia criar. Ao fim de certo período, apareceu uma “criança chorona” pendurada nos peitos de sua mãe. (I, p. 131)

Lá, na fazenda, o menino Graciliano pôde conviver mais proximamente com seu avô materno e dele guardar mais recordações. Seu neto guardaria na memória muito do que viveu quando esteve sob sua guarda.

Diz ele que, chegando à propriedade dos pais de sua mãe, foi capturado pelo afeto e pelo cuidado do avô, que não lhe deu a liberdade que outros meninos da fazenda experimentavam. Fugir dos controles da casa grande para correr nas caatingas, escapar ainda que apenas por poucos momentos do dia do controle rígido dos adultos, isto não foi permitido ao neto recém-chegado da cidade. Ele não era um menino qualquer, é preciso lembrar-se disso, e, mesmo, seu avô não preservava os costumes, por exemplo, do avô de José Lins do Rego, que deixou o neto mais solto no mundo.¹⁹⁹

Talvez a diferença entre as experiências de Lins do Rego e Graciliano Ramos possam ser creditadas às circunstâncias da presença de cada um deles nas fazendas dos antepassados: enquanto um era ali posto para ser criado na falta dos pais, o outro apenas se hospedava por algum tempo, apenas três meses, enquanto a mãe se recuperava de um parto (I, p. 158). Ser habitante ou ser hóspede faria talvez a diferença dos tratamentos- e geraria efeitos nas relações dos meninos para com os outros meninos, e para com os adultos.

O velho tinha sua riqueza, gerida sob formas ancestrais:

Meu avô possuía bois em abundância, espalhados na capoeira, difíceis de juntar. Não os levava ao mercado. Esperava que o marchante viesse buscá-los. Mandava então pegar alguns, mirava-os cuidadoso e determinava o peso: tantas arrobas e tantas libras. Nunca se enganava. Debatido pachorrentamente o negócio, afastados os compradores, sumia-se nas trevas do quarto, cochichava números à mulher, ia esconder um maço de notas em arca de boas dobradiças e boa fechadura. (I, p. 136)

¹⁹⁹ Cf. REGO, José Lins do. *Meus verdes anos*. (Memórias) Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.

Importa lembrar que a riqueza daquele velho senhor, principalmente naquilo que se ligava aos modos pelos quais ela se produzia e se acumulava, era ao mesmo tempo um dos signos mais relevantes do seu mando e uma das dimensões mais frágeis do seu poderio. Ora, os anos em que “Infância” foi escrito foram marcados, entre outras questões, pelo incremento da intervenção econômica da União, num movimento que ao mesmo tempo em que fortalecia a regulação nacional das riquezas, enfraquecia os projetos gestados nos Estados e pelas oligarquias desconectadas com a mítica do país novo que se erigia ao redor do varguismo após 1937. Cresceriam a partir dali não apenas os indivíduos comprometidos com uma economia pensada como instrumento da integração nacional, como também setores da burocracia e das classes médias, envolvidos com a operacionalização do novo país que se imaginava estar se desenhando.²⁰⁰

Voltando à história, a princípio, o velho avô de Graciliano Ramos se viu na obrigação de dar seguimento à educação que o menino vinha obtendo na cidade, e foi ler com ele as máximas do Barão de Macaúbas e o catecismo. Não seria bom interromper o fluxo do aprendizado do menino, visto que as coisas aprendidas na escola talvez pudessem vir a lhe garantir alguma perspectiva de futuro, até mesmo face à crise geral da agricultura e da pecuária que o velho senhor já sentia então. Além disso, era de um menino que se tratava, e cumpria aos futuros homens saber ler, escrever e contar, formas de domínio de saberes que os fariam mais aptos a dominar seu mundo – suas mulheres, seus agregados, seus filhos, sua parentela.²⁰¹ A pedagogia do velho senhor, entretanto, chocava-se com as práticas

200 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 789 e segs.

201 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*, p. 229; 234. Cabe destacar, ainda, quanto aos sentidos do letramento no mundo das primeiras idades de Graciliano Ramos, que, já se sentido adolescente, aos onze anos, ele se apaixonou por uma colega de classe, a qual dará inclusive o nome ao último Capítulo de “Infância”: *Laura*. Havia sido uma paixão que se iniciara com as formas de um culto, e que tinha suas razões na competência da menina em trilhar o caminho das letras: “Mal percebi o rostinho moreno, as tranças negras, os olhos redondos e luminosos. O meu ideal de beleza estava nas donzelas finas, desbotadas, louras, que deslizavam à beira de lagos de folhetim, batidos pelos raios de luar, cruzados por cisnes vagarosos. Laura não possuía o azul e o ouro convencionais, mas dividia períodos, classificava orações com firmeza, trabalho em que as meninas vulgares em geral se espichavam.” (I, p. 255)

que já eram habituais ao menino, e rapidamente tudo fugia ao seu minguido controle.

Mas o velho dava às letras nomes desconhecidos, lia de forma esquisita – e eu lamentava a ausência de D. Maria, a excelente mestra que me deixava errar, murmurava conselhos com doçura, como se pedisse desculpa. Meu avô era exigente. Detinha-se numa desgraçada sílaba, forçava-me a repeti-la, e isto me perturbava. As longas barbas brancas varriam-me a cara assustada; os olhos azuis repletos de ameaças, feriam-me; a voz engrossava, rolava, entrava-me nos ouvidos como um trovão fanhoso e encatarroado. Os meus conhecimentos debandavam; as linhas misturavam-se, fugiam; no papel e dentro de mim grandes machas alargavam-se. Nessa deplorável situação, eu embrulhava estupidamente a leitura, balbuciava respostas insensatas. O grito ribombava, enchia-me de pavor, transformava-se pouco a pouco numa gargalhada imensa que atraía gente e me encabulava. A alegria ruidosa parecia-me intempestiva; as minhas tolices não tinham graça. (I, p. 132)

Após o mal-estar, o carinho, vertido, entretanto, sob uma forma que era estranha ao menino, parecia algo canhestro, deslocado em relação àquele corpo velho e rijo de onde emanava a carícia. Ela, aliás, já estava meio prometida com a profusão de risos que cercava os erros do menino, naquele teatro que se montava ao seu redor, quando das tentativas do seu avô de educá-lo. De todo modo, como disse acima, o carinho do velho senhor era tramado sob formas ásperas, como se o seu corpo não vibrasse a não ser em ritmos grosseiros, brutos, patriarcais, masculinos. O mundo de Graciliano Ramos, afinal, era marcadamente povoado por indivíduos que, pobres de palavras, valiam-se de seus gestos toscos e animais para transmitir emoções. O menino sentia-se objeto de algum afrouxamento na sisudez do seu avô, mas sentia também que mesmo ali havia limites, havia estrangimentos, havia um código seco e inflexível em circulação e em funcionamento. Era, também, uma lição de como deve ser o homem, de como devem ser suas emoções:

De repente o medo findava, uma bondade singular me envolvia, áspera, adstringente, manifesta na fala cavernosa e autoritária, no riso grosso e incômodo. Bondade espessa, com cheiro de curtume, de angico. (I, p. 133)

O avô materno, homem rijo e bem ambientado no seu espaço natural, era quase um bicho, uma força da natureza, naquele mundo em que, ao dizer de Ramos, mundos humanos e naturais se mesclavam e se indistinguiam. A descrição do seu mundo o explicaria de alguma maneira:

Perneiras, gibões, peitorais, enormes chapéus de barbicachos, pendiam de tornos cravados na taipa negra. Rolos de sola arrumavam-se nos cantos, cordas flexíveis em sebo. Enfileiravam-se num cavalete selas de campo de suadouros úmidos e escuros. Sapatões cabeludos em toda a parte, mantas de peles, correias, cabrestos, chicotes, látigos. Isso animalizava um pouco as pessoas. (I, p. 133)

A animalização das pessoas, na verdade, a do seu avô, é tematizada por Ramos a partir da descrição das ações cotidianas daquele personagem. Cabe ressaltar que os gestos daquele velho senhor são comuns à vida rural que é parte da cena das memórias de Ramos, o que faz pensar: era todo aquele estilo de vida que animalizava as pessoas? Ramos estaria apontando para uma época e para uma estilística da existência que caminhava no sentido contrário ao da humanização? O seu avô era apenas um personagem útil para aquela caracterização crítica?

Em dias de matança trepava-me na porteira do curral, via meu avô derrubar a machado, sangrar e esfolar uma novilha, aprumar-se no chão vermelho, as mãos vermelhas. Comparei-o mais tarde aos judeus antigos, Abraão, Isaac, Esaú, religiosos e carnívoros. (I, p. 133)

Aliás, foi na prática religiosa, também, que aquele velho senhor se destacou, nas memórias do seu neto. Praticante de cultos que pareceriam estranhos para os olhos urbanos, sabedor inclusive

de fórmulas misteriosas para curar o gado doente, o avô do nosso memorialista valia-se da fé para estabelecer rituais nos quais reforçava seu mando. Ele se mostrava submisso às forças do céu para dramatizar, junto aos agregados e parentes, como deveria ele mesmo ser temido e reverenciado. Assim na terra como no céu, os entes se ordenavam segundo hierarquias precisas e autoritárias, e não custava dar espaço para constantes atualizações destes mitos, fazendo-os funcionar como princípios ordenadores das relações sociais:

A religião do meu avô era segura e familiar. Revelava-se diante do oratório erguido na sala, sobre a mesa coberta de pano vistoso. Na gaveta desse altar guardavam-se macetes, chifres de veado, sovelas, cera, pregos, torqueses, pedaços de couro em que se pulverizava fumo torrado. Em cima, na luz, entre fitas e flores secas, litografias piedosas, figurinhas santas esculpidas por imaginários rudes. O velho se ajoelhava na esteira, persignava-se, batia no peito, ouvia a ladainha que Maria Melo, sacerdotisa e mulher do vaqueiro, cantava numa espécie de latim. Ali agachado e contrito, perto da negra Vitória e de Maria Moleca, voluntariamente escravas porque não tinham em que empregar a liberdade, reduzia-se muito, não se diferenciava quase de Ciríaco, pastor de cabras. Finda a cerimônia, recuperava a grandeza e o comando:

- Ó negra!

Maria Moleca trazia a gamela de água, vinha lavar-lhe os pés, de cócoras, enxugá-los na toalha encardida. (I, p. 133-134)

Havia momentos, inclusive, nos quais ele se abandonava aos desígnios de Deus, como, decerto, desejava que os seus comandados se abandonassem aos seus. Eram instantes em que o velho senhor regulava a si mesmo a partir de um olhar seu sobre a dimensão mística do mundo, o que não era direito de ninguém censurar:

Inúteis os cuidados com os bichos moribundos, porque Deus os condenava e contra as resoluções de Deus ninguém pode. Entretanto meu avô andava para cima e para baixo, furando-se nos espinhos, ordenando, fanhoso

e lento, medidas vãs. Sossegaria quando os estragos, completos, abrandassem a cólera divina. Sentar-se-ia de novo na rede, sem credores, isento de culpa. Inquietações e fadigas eram penitência que ele mesmo se impunha. O seu tribunal, antigo e particular, estava longe do de Padre João Inácio. Purgava no extenso verão pecados ligeiros, o inverno ia encontrá-lo forte e altivo. A certeza de proceder bem dava-lhe aquela serenidade perfeita. Cumpria deveres simples, não poderia viver de outra maneira. Tratar do gado, vê-lo multiplicar ou diminuir; gerar filhos, criá-los, proporcionar-lhes batismo e casamento, não se afastar muito deles, ampará-los na pobreza e na doença, pôr-lhes a vela na mão, amortalhá-los, conduzi-los ao cemitério e à eternidade. Nenhum pensamento estranho o perturbava, nenhum escrito ia modificar o velho Deus agreste e pastoril. (I., p. 136-137)

A repetição daqueles rituais e daquelas formas de crença servia para tecer, com os fios do tear da vida de cada um, uma espécie de memória coletiva que garantia alguma coesão às hierarquias sociais. A posição de mando dependia, segundo Ramos, daquela reiteração eterna, que instalava no tempo uma chave que o paralisava e o fazia circular. Aos pobres, naquele mundo, cabia obedecer; não era diferente o destino dos jovens. Todos, os que não eram os velhos senhores, eram obrigados a baixar a cabeça aos patriarcas.²⁰²

A maior tragédia seria, para Graciliano Ramos, que a abundância – de riqueza, de mando, de força – que se cristalizava no seu avô morreria com ele. Na geração de seu filho, o pai de Graciliano Ramos, pessoa “débil”, homem “encolhido e avaro por natureza” aquela vibratibilidade singular do corpo que envelhecia finou-se, instalando-se na paisagem social uma modalidade do corpo que tendia para a fraqueza, para a mediocridade. (I, p. 230; 240)

Devo registrar que há sarcasmo, mas há também desencanto na passagem em que Ramos alude à instalação da loja do pai (a “sociedade comercial Ramos & Costa”), estabelecida, em Viçosa (alagoas), em 1900, com seus dois caixeiros e um guarda-livros “numa esquina do largo principal da cidade: prédio vistoso, com

²⁰² Cf. LEENHARDT, Jacques. Graciliano Ramos : *Memórias do cárcere*, Uma *mise en abîme* da escrita da história, p. 228.

diversas portas, um letreiro vermelho e negro”. Tamanha imponência escondia um dono frágil, que “se esforçava demais por agüentar-se e trepar” as escadas em busca de mercadorias, tendo “vertigens e síncope”, passando desacordado “minutos compridos”, seus filhos chorando, alarmados, “órfãos (...) olhando o corpo morto.” (I., p. 173)

Ramos via este destino como o do seu pai, e sofria porque imaginava que o seu próprio ainda seria marcado por mais degradação. O avô proprietário fora sucedido, na sua imaginação, pelo pai mascate: um era senhor, outro, servia aos senhores. Ramos relata, quanto a isso, por exemplo, como o seu pai forçava a família (para desagrado profundo de sua esposa) a receber em casa hóspedes sem conta, que chegavam a uma cidade sem hotel e ali achavam pouso, comida, algum conforto. A opinião do dono da casa era a de que aquelas gentilezas poderiam lhe favorecer em alguma demanda na capital. Quem sabe algum daqueles visitantes era bem relacionado, e lhe arranjaría um emprego, uma facilidade qualquer que minoraria sua vida apertada e sem recursos – parecia ser esta a sua crença, em relação à qual Ramos não indica grande simpatia. (I, p. 242-246.) O neto, funcionário e escritor, era servo do mundo, de si, das obrigações, das contas a pagar, dos filhos a criar, das ordens a obedecer. Uma espiral de decadência se desenhava naquela literatura, imagem trágica e trincada de uma experiência histórica da qual apenas alguns, sintonizados com os novos códigos do mando e da acumulação, emergiriam vitoriosos.

Graciliano Ramos dá notícias, ainda, de uma avó, pessoa difícil só compreendida quando o próprio memorialista já era um homem maduro, capaz de entender e de se incomodar com os mistérios da conjugalidade patriarcal:

Minha avó, grave, ossuda, tinha protuberâncias na testa e bugalhos severos. Anos depois contou-me desgostos íntimos: o marido, ciumento, afligira-a demais. Só aí me intei de que ela havia sofrido e era boa, mas na época do ciúme e da tortura não lhe notei a bondade. (I, p. 24)

Ele também menciona outros antepassados, ainda mais velhos e, como tais, merecedores de ainda menos espaço nas suas memórias:

Existia também um casal de bisavós: uma santa morena e encarquilhada, um velhinho autoritário que embirrava com meu pai. (I, p. 24)

Da vida em Buíque, muitos outros velhos, para além dos membros da família, ficaram nas memórias de Graciliano Ramos, ainda que de cada um apenas tenham sobrado fragmentos, fios tênues, imagens fraturadas. Suas aparições esporádicas e esmigalhadas me servem para dar a conhecer outras dimensões das velhices que marcaram a memória de Ramos.

O “Dr. Juiz de Direito”, por exemplo, ganhara sua sobrevivência naquelas memórias por ser o portador de recordações acerca de sua experiência quando servira numa comarca no Amazonas, região em que viviam “jacarés monstruosos, onças inofensivas, cobras que engoliam bois”. Já “seu André Cursino” obtivera sua duvidosa notoriedade por ser “gordinho, narigudo”, e por sair à rua “vestido em *robe-de-chambre*”. Menos extraordinário era “seu Batista”, lembrado por Graciliano Ramos como uma figura austera, personagem que falava lentamente, “embutido na camisa dura, enforcado na gravata preta, a barba em bico alongando-lhe a cara magra”. Ao calar-se, “as cabeças em redor balançavam-se aprovando-o, e os olhos maliciosos troçavam dele.” Outro velho, “seu Filipe Benício, encorpado, tinha rugas e bigode grisalho”, e sua seriedade causava medo, embora isso se esvanecesse quando ele se punha a conversar, decerto mostrando-se afável. (I, p. 53-54)

Do “velho Quinca Epifânio” a recordação era quase maldosa, vertida numa prosa que fazia crer que o corpo e o caráter eram séries paralelas e correspondentes:

(...) ossudo, inquieto, cara de fome, sovina até nas palavras. Guardava a despensa na loja: barricas bem cobertas, defendidas contra os ratos. De manhã um moleque se chegava ao balcão, a cesta pendurada no braço. O avarento destapava os esconderijos, pesava e media longamente a ração miserável: duzentas gramas de charque, dois dedos de tocinho, um pires de feijão. Privava-se disso e despedia o portador, gaguejando. (I, p. 54)

Em todos esses personagens, Graciliano Ramos via uma experiência ambivalente, de reconhecimento social, mas também de fraqueza. Ora, ser dotado de alguma notoriedade por repetir histórias do passado, ou por uma forma física que se afastava dos padrões de beleza que começavam a se difundir como os mais desejados, ou por ser vítima da condescendência alheia, ou, ainda, pela extrema sovínice não era algo desejável. Naqueles velhos há quase o painel de uma tragicomédia, visto que eles marcaram a memória de Ramos intensamente, a ponto de serem transformados em personagens de suas memórias, escritas mais de quarenta anos depois dos fatos havidos, mas sua presença no livro é fundada pelo ridículo de sua existência de carne.

Outros personagens, também velhos, aparecem nas memórias de Graciliano Ramos quando ele relata o tempo que passou na propriedade do seu avô materno. Lá ele travou contato com diversos indivíduos que marcariam sua infância, muitos dos quais presos já àquela época à experiência da velhice.

Naquela propriedade do seu avô sobreviviam velhos ex-cativos, remanescentes de uma escravidão que havia sido abolida na Corte, mas que respingava, ainda, nas relações sociais dos inícios do século XX. Eram personagens que remetiam, pela sua presença, à falência vivida nos fins do século XIX pela família extensa e patriarcal. Velhos e andrajosos, circulando pelas propriedades decadentes dos seus antigos senhores, eles lembravam com o seu próprio corpo em ruínas a degradação do tempo passado e as incertezas do tempo presente. (I, p. 82)

Na descrição de um desses personagens, a negra Vitória, Ramos nos oferece, além de indicações quanto à permanência do alheamento do branco senhor em relação ao negro oriundo das senzalas, a imagem de uma velhice sem paz.²⁰³

A negra Vitória era geniosa, e a dona da casa temia seu

²⁰³ "A sociedade dos patriarcas, emprenhando negras, dos cabras pedindo a bênção do coronel, dos cangaceiros se descobrindo para seu avô, ficara irremediavelmente para trás. A grande família patriarcal estava morta, esfacelada, deixando sem proteção os filhos pobres. (...) O fim da escravidão trouxera pobreza, devastação, indícios de miséria, desalentos, rugas e cabelos grisalhos para muitos senhores. Para o próprio escravo, trouxera o fim da estabilidade, da certeza de que não lhe faltaria um pedaço de bacalhau, uma esteira na senzala e a roupa de baeta com que se vestia; assim, uma vez livre, necessitava se prover destas coisas e não conseguia." ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*, p. 233.

temperamento. Manca, arrastando pela casa “o quarto desmantelado”, a ex-escrava “andava cambaleando”, mas “fazia trabalhos duros de homem”. Seu corpo, forjado no imaginário dos seus senhores como uma maquinaria a mais no meio de tantas outras, mecânicas ou de carne, não devia comportar as sutilezas que opunham homens a mulheres. Talvez isto tivesse sido necessário no passado, quando as negras serviam aos apetites sexuais dos brancos; naquele momento, quando Vitória já estava velha e desgraçada fisicamente, ela deixara de ser mulher para ser, apenas, trabalhadora.

No seu cotidiano, não raro ela explodia: “zangava-se facilmente e, endireitando o busto franzino de virgem murcha, uma coragem feroz a sacudi-la, despia a subserviência hereditária” e brandia avisando que o cativo era coisa do passado. Precisava afirmar, nestes momentos, sua condição de mulher livre para se eximir de alguma ordem ou de alguma reclamação que lhe pareciam intoleráveis.

Graciliano Ramos, que registrou tais momentos de recusa, de revolta, no entanto não poupou a memória da negra Vitória das imagens de sua decadência – e, assim, somos informados de que, não obstante seu gênio, aquela velha cativa envelheceu encarquilhada na cozinha, torcendo-se de dores nos membros machucados por uma vida de trabalho sem descanso, sendo objeto no máximo de pena, mas, jamais, de respeito.

A negra Vitória de Graciliano Ramos, enfim, uma “ruína vacilante e obstinada”, um “refúgio” que protegia os meninos dos “perigos caseiros”, entre os quais os puxões de cabelo e de orelhas que os adultos teimavam em distribuir à vontade, morreu como viveu. Só, trabalhando, sem pouso certo, “de supetão, vomitando sangue, debaixo do jirau onde se acumulavam frigideiras, mochilas de sal, réstias de alho.” (I, p. 134-135)

Outro velho, lateral, foi o Velho Simeão, coveiro em Viçosa. Ele aparece nas memórias de Graciliano Ramos quando este trata de um dia em que ele e seus colegas de escola feriam, em nome do velório de um anjo. Todos chamados a acompanhar o cortejo até o cemitério, o menino Graciliano viu-se naquele lugar pela primeira vez. Tinha medo, alimentado por narrativas terríveis ouvidas na cozinha de casa. Era dia, no entanto, e a luz do sol amenizava o terror anunciado. Lá, na beira da cova recém-aberta, estava o Simeão:

Lembrava-me do que se dizia do coeiro, lento, de mãos trêmulas. Perdera a família, despojara-se de todos os interesses que o prendiam à vida e, quase na decrepitude, só estimava a companhia dos mortos. Calejara no ofício. Como as pernas trôpegas exigiam repouso, descia raro à cidade. Consumia o resto das forças à sombra dos túmulos, arrancando ervas nocivas, podando roseiras. E concluída a tarefa, sossegava em cima de uma catacumba e dormia. Quando o achassem teso, não seria preciso transportá-lo em viagem difícil: deixá-lo-iam entre suas plantas. Essa figura engelhada me tranqüilizava. Simeão vivia com defuntos – e nunca um deles o incomodara. Homem poderoso. Ou então os defuntos eram bem fracos.

(...)

O velho Simeão habituara-se a dormir à luz dos fogos-fátuos, que já não eram amantes falecidos em incesto, perseguindo-se, repelindo-se, entre as sepulturas. Libertara-se de crenças, fugira ao sobrenatural. (I, p. 181; 186)

É possível perceber algo de sardônico na inscrição que Graciliano Ramos efetiva acerca daquela experiência da velhice: sujeitos marginais à sua experiência, tipos que povoaram sua infância apenas porque se destacavam do fluxo normal dos viventes, aqueles velhos são o monumento de uma vida levada às últimas fronteiras da indignidade.

O mapa de um desastre

Os velhos de “Infância”, como, de resto, os velhos da literatura de Graciliano Ramos, como se viu até aqui, são protagonistas de trajetórias cuja única salvação parecia ser a fuga de si mesmos.²⁰⁴ Cada um deles compunha, assim, num mundo e em meio a uma histórica paulatinamente mais adversos, alternativas, saídas, infâmias possíveis. Seu afã era o de reconstruir ao seu redor o

²⁰⁴ Ainda sobre as reverberações entre as memórias e as ficções em Ramos, cf. FÁRIA, Octávio de. Graciliano Ramos e o sentido do humano. Em termos mais gerais, ver ALBERTI, Verena. *Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 66-81.

espaço de alguma dignidade, isto sendo tentado com as armas e com as astúcias que eram permitidas em cada instante.

Na construção de tais personagens, e de tais destinos, Ramos dava forma a uma relação para com a velhice, mediada pela sensibilidade afeita ao exercício memorialístico, que desenhava aquela idade como a experiência mais notável de fracasso no âmbito da modernidade brasileira em construção no tempo de sua vida. Isto se dava, de todo modo, sob a forma de lamentos ocasionais. Por exemplo, Ramos apontava eventualmente nas suas memórias que o esquecimento, pelos homens de cada presente, das lições da sabedoria antiga, em geral transmitidas pelos personagens mais velhos, era a causa da infelicidade, das tragédias, dos fracassos. (I, p. 15-16)

Herdeiro de um nome que não representava mais nada – ainda mais depois dos sucessivos encurtamentos a que foi sendo submetido, de geração em geração –, Graciliano Ramos, em meio aos anos 1940, sob a ditadura do Estado Novo (especialmente interessada em edificar a imagem do líder Vargas por sobre as imagens esfaceladas dos oligarcas reduzidos a prepostos do Catete), via-se largado às ruas, preso às peias de uma indesejada inserção nas informes camadas médias da sociedade.²⁰⁵

Do passado e das suas memórias emergia a garra das tradições falhadas, o visgo ressequido dos costumes e das glórias de que apenas soubera da existência. Do presente, a cada dia mais travestido com as máscaras do futuro, naquele Brasil que sonhava civilizar-se no mais alto grau, recebia no rosto o bafo quente da sociabilidade burguesa, em relação ao qual seu corpo anguloso não conseguia nenhum encaixe perfeito. Sufocado, ele escreve ficções e memórias, ao mesmo tempo produzidas a partir do que ele efetivamente se lembra e do que a vida foi lhe ensinando que ele deveria lembrar ou esquecer (I, p. 26) – e no corpo escrito de suas recordações, encontra espaço para falar dos velhos, poderosos e fracassados, imagens vivas (mortas) de um mundo que se dissolvera vítima do ácido da história.²⁰⁶

Para ele, o único olhar possível a partir da velhice, e sobre a

²⁰⁵ Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*, p. 791-792; 814-815.

²⁰⁶ “Graciliano transforma memórias num libelo contra uma época e num epitáfio para outra.” ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*, cit. p. 235; cf. p. 236.

velhice, naqueles anos 1940 que tanto haviam trazido de novo e de estranho ao país, era o da memória, mediação que poderia fazer emergir algum espaço de epifania no seio de uma trajetória marcada pelo pessimismo e pela desesperança.²⁰⁷ Mesmo a memória, porém, apenas serviria para dar forma, uma vez mais, à hecatombe da qual ela seria o registro e a retomada. Submetidos a uma “fatalidade cega e má”, aqueles velhos se seguravam ainda por conta de alguma quase incompreensível “vontade obscura de viver” que apenas ensejava a invenção de percursos nos quais seus personagens resultam “ridículos, maus, inseqüentes”. Nada daquilo, porém, era estranho ao olhar de Graciliano Ramos: para ele, o mundo fundava-se naquele mar de tragédias, e a salvação era menos uma fantasia que uma dimensão palpável da existência.²⁰⁸

Ora, Graciliano Ramos não pensava de outra forma o seu tempo, a não ser como um equívoco, como um incontornável mal-entendido. Sua literatura, neste sentido, atualizava singularmente uma série de experiências vividas ao seu redor como formas históricas de uma decadência que se enraizava no passado, toldava o presente e ameaçava o futuro.

Cada texto parecia dar corpo à idéia de que os brasileiros, como povo, e, no seu conjunto, os nordestinos e, ainda mais, os indivíduos mais envelhecidos, haviam perdido a sintonia com os grandes fluxos do tempo e da experiência. Vítima de uma inserção periférica nos cada vez mais competitivos mercados internacionais, de um fracasso recorrente no desenvolvimento de suas potencialidades, do desperdício das (poucas) inteligências, da abundância dos letrados mergulhados em saberes inúteis, de uma ordem política e social que se firmava como mais autoritária a cada ensaio de transformação de si mesma, o Brasil de Graciliano Ramos apenas simulava ainda existir. Na verdade, dizia ele, o país já se esgotara fazia tempo, e apenas parecia não perceber isso – para desgraça dos seus cidadãos mais frágeis.

As pequenas histórias aqui recuperadas são exemplos disso, dessa forma de se ver a história e o presente tão característica de certa literatura – de certa sensibilidade – dos anos iniciais do século

²⁰⁷ Cf. LEENHARDT, Jacques. Graciliano Ramos : *Memórias do cárcere*, Uma mise em abîme da escrita da história, p. 228.

²⁰⁸ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*, p. 53-54.

XX, nesse nordeste que vinha se inventando a si mesmo.²⁰⁹ Nela se mesclam uma recusa do presente, a perda do passado, a incerteza em relação ao futuro. Não há mais como ser velho, diz nosso autor, porque o moderno vai invadindo tudo; com isso o mundo perdia substância, densidade, espessura, sendo entregue a gerações sem fibra, amolecidas, irresponsáveis. Fechava-se um circuito, e de repente descobria-se que o tempo não vem com a paz, trazido que é pelo anjo da destruição.

²⁰⁹ Cf. VILLACA, Alcides. Imagem de Fabiano. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 60, 2007.

Capítulo Quinto

2004/2008 – (uma) costura dos fios
(Coda)

(...) a construção de uma teoria geral da “degeneração”(...).

Michel Foucault,
Resumo do Curso “Os anormais”

O desejo de um ritornelo

Dito tudo o que está disposto até aqui, o que há mais que deva ser dito neste Capítulo? O que dou à leitura no que se segue é a reunião de algumas questões, a sinalização de alguns caminhos possíveis, uma espécie de balanço: uma rede para filtrar no mar das páginas anteriores as idéias para as quais desejo maior permanência.

Ou, para dizer isto de outra forma, partejo aqui um texto que, abrindo o espaço de si mesmo no corpo de um estudo que o ultrapassa, procura conjurar o caos dos argumentos tantos em nome de, ainda uma vez mais, explorar os territórios já descortinados, além de outros apenas sonhados, ordenando-os de certa maneira. Ou, ainda, dou à luz a uma espécie de traçado que retorna por sobre o que foi dito e sobre o que foi silenciado e o repete diferentemente, ampliando-o e condensando-o, numa volta que não é ao mesmo, mas é a afirmação de um jogo possível entre diferenças e repetições.²¹⁰

A um historiador, afinal, não se pede senão mais palavras, a continuação de seu discurso, a retomada insistente de sua fala – ela sendo responsável por novamente encetar relações entre vivos e mortos, entre a sociedade presente e as que ela toma por seu passado.²¹¹

²¹⁰ Cf. ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 94-97.

²¹¹ Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001; CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: _____, *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. pp.

É o nosso ofício, o de “organizar o caos”, concentrando-o “nas suas necessidades autênticas”, o que se dá mediante ao estabelecimento, pela palavra, pela linguagem, de “uma unanimidade entre vida, pensamento, aparência e querer”.²¹²

Escrevo, portanto, nas páginas que se seguem, um Capítulo que, dialogando com os anteriores, busca a partir deles retomar a sua interpretação acerca do problema de pesquisa a que me dedico. Coloco-me numa espécie de linha transversal em relação às memórias trabalhadas até aqui, bem como em relação a uma série heterogênea de outros textos, os quais me servem de intercessores. Desde aí eu esboço uma abordagem possível entre tantas acerca dos materiais pesquisados e explorados nas páginas anteriores.²¹³

No entanto, não pretendo aqui *explicar* o que fiz, dando enfim as coordenadas precisas da fabulação da velhice pelos memorialistas, como se nestas penúltimas páginas pudesse estar repousada a *verdade* que eu teria procurado ao longo do estudo, até agora. Um tanto distante disso, o que pretendo neste momento é acentuar questões que me foram surgindo no dia a dia da pesquisa e da escrita, e que, acredito, são oportunas e merecem ser enfatizadas.

Numa espécie de homenagem a um texto que esteve sempre próximo ao meu olhar e às minhas mãos, mesmo quando em silêncio, me valho das presentes páginas para “comentar os resultados e segurar alguns dos fios teóricos desenrolados desde o princípio do trabalho.”²¹⁴

Para tanto, retomo aqui o gesto característico do historiador, aquele que traz a si o vivido pelo que dele se produz como resto,

65-119.

²¹² NIEZTSCHÉ, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Da utilidade e da desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, cit. p. 99.

²¹³ Com relação a uma abordagem “construtivista” da história, a qual se compromete com o acolhimento – ainda que regrado pela racionalidade historiográfica à qual é apontada, entre outros, por Michel Foucault e Michel de Certeau – do que as ciências “exatas” pensam como a incerteza e o caos, vale conferir: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *História. A arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007; MONTENEGRO, Antonio Torres. *Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo*. Estudos Ibero-Americanos, São Leopoldo, v. XXXII, n. 1, 2006, p. 37-62.

²¹⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, cit. p. 39.

indício, e a partir dali faz emergir novos sentidos.²¹⁵ É desde aí que desejo ocupar o lugar de enunciação que aqui assumo para lançar do meu texto algumas setas em direção ao passado e em direção ao futuro, numa tentativa de multiplicação dos efeitos de sentido que procuro, aqui, dar forma.²¹⁶

Velhices, histórias, memórias

Escrevendo suas memórias na primeira metade do século XX, Júlio Bello, Pedro da Cunha Pedrosa e Graciliano Ramos compuseram uma espécie de retrato do Brasil. Falando cada um do seu lugar, operando ali com as suas próprias crenças e em meio às singulares condições de possibilidade do seu dizer memorialístico, eles produziram, quando vistos em bloco, um conjunto mais ou menos homogêneo de *verdades* quanto ao Brasil e quanto à sua experiência social.

Ao cumprir aquele movimento, o de pensar o país através da escrita, eles não estavam sozinhos. Ora, ao longo do século XX, especialmente na sua primeira metade, produziram-se os variados textos que acabariam por ser conhecidos como os “retratos do Brasil”. Eles foram dados a público, em geral, sob a forma de “ensaios de história e ciências sociais”, e se dedicavam a dar uma forma escrita ao país, e ao que se imaginava, ou se desejava, que ele exibisse como suas características mais definidoras.²¹⁷

Em 1902, Euclides da Cunha publicou “Os Sertões”, o que de certa forma inauguraria a moderna tradição de se retratar o país em narrativas que o descreviam e o explicavam. A ele se seguiram Paulo Prado, com o seu “Retrato do Brasil”, de 1928 (que daria nome ao conjunto textual ao qual me refiro), e a trilogia há muito tomada por clássica do pensamento brasileiro, composta por “Casa Grande & Senzala”, publicada por Gilberto Freyre em 1933, “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, que é de 1936, e, finalmente,

²¹⁵ Cf. CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica; VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Ensaio sobre a imaginação constituinte. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²¹⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

²¹⁷ Cf. BOLLE, Willi. *grandesertão.br*. O romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004, p. 23-24.

“Formação do Brasil Contemporâneo”, escrita por Caio Prado Júnior e que data de 1942.

Ainda devem ser mencionados os trabalhos de Jorge Amado (“O País do Carnaval”, de 1931), de Otávio de Faria (“Maquiavel e o Brasil”, de 1931), de Raimundo Faoro (“Os Donos do Poder”, de 1958), de Celso Furtado (autor de uma “Formação Econômica do Brasil”, publicada também em 1958) de Antonio Candido (sua “Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos” é de 1959), além de outros tantos.

Adensava o cenário a organização de coleções pela *Companhia Editora Nacional* (que editou a “Brasília”, dirigida por Fernando de Azevedo), pela *Editora Schmidt* (que era responsável pela “Coleção Azul” receptiva a textos mais polêmicos), e pela *José Olympio* (que tinha a “Problemas Políticos Contemporâneos” e a “Documentos Brasileiros”, dirigida esta última por Gilberto Freyre, Otávio Tarquínio de Sousa e Afonso Arinos de Melo Franco). Em todas elas abundavam trabalhos que almejavam retratar o Brasil.

A consideração de que seria possível um empreendimento dessa magnitude, aliás, ainda chegaria ao final do século XX, com a publicação do estudo de Darcy Ribeiro, “O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, em 1995.

Aquele conjunto textual era composto por obras comprometidas com o exercício de experimentação da escrita sobre o Brasil. O seu horizonte do desejo se delineava como sendo a tentativa de ponderar uma série heterogênea de transformações pelas quais passava o país já desde as décadas finais do século XIX. Os “Retratos do Brasil”, assim, se estabeleciam, guardadas as peculiaridades de cada texto, como uma série discursiva que se embaralhava com outras tantas, mesmo as que se mostravam situadas no espaço de fora do discurso.

Os anos de mil novecentos e tantos, como diria Gilberto Freyre, ou seja, o momento em que grande parte dos “retratos do Brasil” foi escrita, é sabido, foram o palco de variadas e profundas transformações no país, as quais tanto implicaram na construção de novos olhares por sobre a experiência histórica do país quanto delas receberam influxos.²¹⁸

Em linhas bastante gerais, cabe lembrar apenas que o Brasil, nos momentos iniciais da sua experiência republicana, tanto dava

²¹⁸ Cf. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 2000, p. 136.

sinais de crescimento econômico e de urbanização, como também se transformava no palco de novas sociabilidades, de novas relações entre os sujeitos sociais (e destes para consigo mesmos, inclusive).

Em paralelo, aquela foi uma época em que certas dimensões da vida brasileira passaram a ser enunciadas, de forma sempre mais intensa, como problemas sociais, como problemas nacionais: o crescimento visto como desordenado das cidades, o aumento descrito como descontrolado da população, a angústia de setores sociais frente à miscigenação, a crescente delinqüência urbana, a maior visibilidade de algumas endemias e o susto trazido por algumas epidemias.

O estabelecimento daquele rol singular de *problemas* contribuiu, então, para a edificação dos saberes e poderes ligados à medicina, ao direito e à assistência social como repositórios das esperanças de setores das elites em ascensão, desejosas de possibilidades de controle por sobre as práticas e as populações potencialmente perigosas.

O cenário internacional, por seu turno, também oferecia sinais de reinvenção do mundo, com a nova distribuição espacial inventada pelo imperialismo, com as novas sensibilidades trazidas pelo novo século, com as novas formas de arte que se mostravam possíveis desde os anos 1870, com a Primeira Guerra Mundial. Não faltava quem pensasse que os anos iniciais do século XX, inclusive, fossem uma época especialmente destinada a uma crise geral na humanidade (e da humanidade), a qual cumpria enfrentar com novas narrativas acerca do passado, do presente e do futuro das sociedades.

Para os autores dos “retratos do Brasil”, homens em geral sensíveis aquelas *novidades* do tempo, fossem elas as locais ou as mundiais, parecia importante – talvez se pudesse dizer, até mesmo, que aquilo lhes parecia *necessário* – capturar em palavras o mundo que se descortinava à sua frente, ou que se esgarçava sob seus olhos. Havia naquela empresa ora o orgulho de se mostrar ao mundo um país embebido do seu próprio futuro, ora o desespero que derivava de uma compreensão pessimista acerca do vivido, e do por viver. O texto, cada texto, era o resultado, não raro surpreendente, de um susto, de um estranhamento – ou, por outro lado, de um reconhecimento, de uma identificação profunda.

* * *

Seria, em boa medida, numa transversal àquela série textual, às suas condições de possibilidade, às suas formas, aos seus efeitos, que emergiria a memorialística nordestina que estudo aqui – uma maquinaria literária que, tanto quanto os trabalhos a que me referi acima, também emprestou um rosto, um passado e um presente ao Brasil.

Seus autores, aliás, eram leitores, quando não amigos dos letrados que buscavam com ensaios variados pensar o país. Quando não circulavam pessoalmente, nos mesmos espaços, uns e outros se exibiam, corpos escritos, pelas prateleiras das livrarias que todos freqüentavam e das respectivas bibliotecas privadas. As relações travadas entre eles, bem como o intercâmbio cultural dali resultante, fariam com que ambas as séries textuais se fecundassem mutuamente.

A memorialística nordestina, registro de experiências vividas pelos letrados do lugar, guardaria a marca daqueles diálogos, ora na seleção de temas, ora na apresentação de relatos que buscavam eternizar aquela prática de escrever e interpretar o Brasil.

Tanto quanto qualquer um dos títulos canonizados pela crítica como sendo os “retratos do Brasil”, aquela literatura singular dedicou-se a pensar com saudade no ordenamento histórico brasileiro anterior a 1870, tomando-o como uma época de autenticidade, como o momento no qual se depositavam as raízes do país. Também ela identificou, no panorama brasileiro após aquela fatídica data, a eclosão de séries heterogêneas, mas interdependentes de eventos que mudariam o rosto do país e transformariam – para muitos deles, transtornariam – o seu destino.

E, conforme aponteí antes, elas também reforçaram a idéia de que tantos e tão variados deslocamentos de sentido só poderiam ser compreendidos mediante a sua transformação em palavras dispostas por sobre o papel. As margens da folha conteriam os fluxos da história, reteriam naquele espaço construído justamente a partir da indicação do limite os delírios de um país e de um povo que se afastavam de si em busca do desconhecido.

Ao realizar aquele movimento escriturístico, os autores daquela prosa singular construíram a si mesmos como personagens de um diálogo com a experiência de se recorrer à memória para a interpretação do mundo e com as tramas históricas implicadas na invenção histórica da região Nordeste do Brasil. Nisto elas acabavam

por se singularizar, de certa maneira, em relação aos outros autores aos quais me referi, acima.

Para que se possam compreender as razões pelas quais se estruturou aquela empresa textual singular, cabe lembrar que, num movimento que datava de muito antes, mas que se acentuara ao longo do século XIX, a memória havia se tornado o horizonte de incontáveis práticas culturais. Talvez a aceleração da experiência, já comum no ocidente desde pelo menos o começo do século XIX, e crescente com a inauguração do século XX, tenha contribuído de alguma forma para imprimir nas pessoas uma sensibilidade especial em relação ao passado.

Ora, o século XIX foi marcado por uma especial centralidade do olhar histórico na construção de explicações sobre o mundo – como se, a um tempo que mudava cada vez mais rápido, correspondesse uma sensibilidade marcada pela valorização do que ia, a cada dia, sendo deixado para trás. Para destacar apenas alguns exemplos da valorização do passado naquele momento, posso mencionar o culto à memória, visível desde a segunda metade do século XIX, e nas primeiras décadas do século seguinte. Cabe citar, quanto a isso, as obras de Marcel Proust, Sigmund Freud, Henri Bergson, Maurice Halbwachs, além de todo o empreendimento de ordem autobiográfica ou memorialística que se produziu após a Primeira Guerra.

Lembrar, a partir daquele momento, no entender de muitos letrados, seria reescrever a história, restaurando espaços subjetivos perdidos em meio a uma experiência histórica cada vez mais veloz e voraz, a qual se faria mediante a destruição de territórios existenciais os mais variados. Entendia-se que a força do tempo condenava a uma espécie de orfandade simbólica cada vez mais indivíduos e grupos, que se sentiam desorientados no seu presente pela desaparecimento dos seus marcos referenciais mais significativos. Cabia resistir a tudo aquilo.

Àquela civilização do descartar, que idolatrava não mais o passado ou a permanência, mas, sim, o futuro e a volatilidade, corresponderia, de forma a potencializar a dimensão ambígua da própria modernidade, uma tendência à produção da memória. Imersos numa história que invadia e reordenava os corpos no que dizia respeito ao seu espaço psíquico e ao seu espaço social, os indivíduos e grupos mais sensíveis à perda de referências simulavam alguma densidade monumentalizando a si e às suas recordações.

Exilado tragicamente no próprio presente, o protagonista daquele gesto se resguardava num passado que, pouco importando até mesmo seu deslocamento ou sua relação de estranhamento em relação à história *oficial*, lhe dava alguma segurança ou, quem sabe, alguma esperança.

O presente, naquele contexto, era o tempo *a partir* do qual se falava – mas era, de muitas formas, também, o tempo *sobre* o qual se falava. Ou, ao menos, era o tempo *para* o qual se falava. Assim, a narrativa memorialística, referida às experiências vividas, era construída tendo em vista tensões e exigências do instante em que ela estava sendo elaborada e estabelecida. E, além disso, ela incidia por sobre a sua atualidade, reconstruindo seus contornos à medida que lhe emprestava uma nova imagem para o seu passado.

O pensamento produzido naquelas circunstâncias, em relação à prática da memorialização, se caracterizou por uma crescente dicotomia entre o que então se nomeava como sendo o passado e o que passava por ser o presente (ou o futuro).

A compreensão que a memória coloca em circulação acerca do passado interfere, na atualidade da sua enunciação, nas políticas de regulação do corpo, seja ele o corpo do indivíduo, seja ele o corpo da sociedade. A memória, neste sentido é política, no sentido de que todo projeto para a sociedade reelabora seu passado, e no sentido de que toda reelaboração do passado está implicada na tessitura de alguma imagem *outra* para a sociedade.²¹⁹ Há que se pensar, no que toca à reverberação destas idéias no movimento de análise da literatura memorialística, na relação entre aquela série textual e uma crítica em relação às formas pelas quais o Brasil conheceu, ao longo do século XX, a sua inserção no mundo capitalista.²²⁰

Era construído no âmbito daquele conjunto textual um passado que era, por definição, apartado do presente – tanto porque o presente foi ali inventado como um instante de ruptura em relação ao tempo *idealizado*, quanto porque as marcas daquele tempo encenado pela memória em quase nada se assemelhavam ao que afinal estava sendo

²¹⁹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória*. A cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994, p. 10-11; 15 e seqs.; 24.

²²⁰ LARRETA, Enrique Rodriguez. “À procura do menino perdido”: Gilberto Freyre, modernidade e memória. In. LEIBING, Annette & BENNINGHOFF-LÜHL. (orgs.) *Devorando o tempo*. Brasil, o país sem memória. São Paulo: Ed. Mandarin, 2001, p. 25-33, cit. p. 30.

vivido no presente dos autores. Esta idéia de ruptura é explorada pela historiografia na sua ambigüidade, visto que as interpenetrações entre tempos distintos são comuns à experiência social. Entretanto, fazia parte da aposta dos memorialistas na acuidade do seu olhar a acentuação dos rompimentos entre o passado e o presente.

Importa destacar que o tempo enunciado por aquele discurso da memória não era o tempo vivido: entre ambos, entre o que se viveu e o que se narrou, há um hiato, uma distância, um espaço vazio. A memória simulava, no seu instante de enunciação, uma temporalidade que a seu ver já havia desaparecido, e que persistia ainda apenas como inscrição nos monumentos erigidos no passado e retomados desde lá, entre os quais o corpo mesmo dos autores. Com isso se quer dizer que o passado que se encontra narrado na memória é uma imagem que resulta da negociação do olhar da própria memória para com as indicações oferecidas por outras práticas de significação do vivido, entre as quais a história. O registro da memória, enfim, dialogava com o registro da história, e o submetia a uma apropriação que, ela mesma, é histórica (no sentido de ser uma prática humana, demasiado humana).

Aquela simulação pode muito bem ser entendida como o gesto criativo do memorialista, uma intervenção estética que entremeia em si a consideração dos restos do passado e as pressões do presente em torno da significação. Daí porque analisar o discurso memorialístico é um gesto que se deve atravessar, entre outros, pelo cuidado em destacar quais os marcos ali estabelecidos, quais as condições de possibilidade daquela monumentalização singular e, finalmente, quais os efeitos daqueles marcos na organização dos sentidos que emergem da trama mesma das memórias.²²¹

Há algo, portanto, de resistência, de invenção, de biopotência, enfim, na memorialização, ainda que ela em geral se mostre como uma força histórica avessa ao que vai sendo vivido como sendo a própria história. Ela pode ser vista como uma intervenção dinâmica nas relações estabelecidas entre o presente e o passado, ainda que sua forma seja no mais das vezes a da nostalgia ou a da melancolia.²²²

²²¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória*, p. 10; 15. Cf., tb.: GUATTARI, Félix. *Caosmose*. Um novo paradigma estético. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1992.

²²² LARRETA, Enrique Rodriguez. "À procura do menino perdido": Gilberto Freyre, modernidade e memória, p. 25-29. Cf., tb.: LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin*. Tradução & melancolia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,

A apropriação desta tendência pelos letrados brasileiros, especificamente, foi praticada em várias frentes da vida cultural. Pensar a realidade como algo cindido em campos opostos era uma tradição recorrente na prática intelectual dos letrados brasileiros, atualizada nos fins do século XIX e começos do século XX, face às novas e intrigantes configurações que vinha assumindo a vida social e cultural do país. Tal tendência tornava possível a cisão entre o passado e o presente, condição do discurso memorialístico.²²³

Daí, derivava o que é apontado por Massaud Moisés acerca desta questão: a literatura brasileira é caracterizada por uma significativa produção de obras de cunho memorialístico, as quais se mostram no cenário desde pelo menos o século XIX e se multiplicam ao longo do século XX. Para isto certamente confluuiu o culto ao passado que, comum àquela época, foi entre nós potencializado com o Romantismo estético e atualizou-se episodicamente a cada influxo modernizador.²²⁴

Quanto a isso, por sua vez, recuperando reflexões de Karl Mannheim, Alfredo Bosi faz alusão ao quadro histórico do século XIX, quando as elites agrárias em crise e a crescente burguesia urbana em ascensão não conseguiam se sintonizar confortavelmente ao seu tempo presente, produzindo “atitudes saudosistas ou reivindicatórias” que eram, no fundo, uma crítica ao instante em privilégio de uma valorização de outros tempos, de outras experiências.²²⁵

Isto teria se mostrado no Brasil ainda mesmo sendo guardadas as diferenças da nossa experiência histórica em relação, por exemplo, com as da Europa Ocidental, marcada já desde os fins do século XVIII pela afirmação da ordem burguesa. Aqui, ainda segundo Bosi, os filhos da elite que iam à Europa para a sua formação voltavam trazendo consigo novos códigos de sociabilidade e novos modos de

2002; SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos*. A melancolia européia chega ao Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²²³ Cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora UnB, 2004; VIANA, Maria José Motta. *Do sótão à vitrine*. Memórias de mulheres. Belo Horizonte: Editora da UMG, 1995.

²²⁴ MOISÉS, Massaud. Memorialismo. In. _____. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2001, p. 259-260.

²²⁵ Cf. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997, cit. p. 91. Vale conferir: MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. Volume II. Romantismo. São Paulo: Cultrix, 1985.

ver, pensar e dizer o mundo.²²⁶ Entre estes, ressaltava-se a crença na condição do sujeito, tomado individualmente, transcender a sua inserção mais específica, no sentido da sua edificação enquanto protagonista de uma leitura de mundo ampliada e que dava conta de suas dimensões mais íntimas e verdadeiras. A produção deste espaço de interioridade do mundo se correlacionava com a invenção do espaço de interioridade do sujeito, e ambos os planos se articulavam, entre outros casos, na proliferação de narrativas centradas no sujeito autor.

O sujeito brasileiro da expressão romântica, assim, organizava a sua relação com o mundo – mediada pela palavra – a partir de alguns elementos recorrentes: a tradução da experiência brasileira segundo moldes europeus; a “aspiração de fundar em um passado mítico a nobreza recente do país”; a contraposição dos modos contemporâneos de subjetividade a modos descritos como antigos e tradicionais; o mergulho narcísico do autor na sua própria subjetividade; a exibição de “fundos traços de defesa e evasão”, levando os protagonistas de tais histórias “a posições regressivas”, implicadas na gestação de imagens idealizadas da natureza, do passado, da própria condição do autor, o que só será atenuado na segunda metade do século XIX, com a emergência de uma escrita romântica voltada para a crítica social.²²⁷

Também caracterizaria a literatura brasileira, diz ainda Massaud Moisés, a presença de obras que se deixam marcar pela utilização da memória como lastro para a ficção. Ali se atualizava a crença na inadequação do presente aos melhores projetos dos letrados, os quais acabavam por se banhar de nostalgia e de sentimentalismo em relação às experiências que lhes convinha rememorar, elas sendo tomadas como a verdade de sua vida. No romantismo, e mesmo no realismo, esta foi uma prática usual, que se alastrou por outros momentos da história literária:

Na literatura brasileira, o memorialismo ocasional é freqüente. Nossa ficção romântica prima por ser uma espécie de confissão indireta e metafórica, de tal modo os ficcionistas românticos

²²⁶ Cf., acerca disto, tb.: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem – a elite política imperial & Teatro de sombras – a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

²²⁷ Cf. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, cit. p. 92-93.

transferiram suas vivências às personagens que criaram. E o procurado cientificismo realista não impediu alguns escritores de extravasarem seus sentimentos inconfessados nem de apelarem para os conteúdos da memória. Machado de Assis e Raul Pompéia exploram o mundo psicológico, a procurar no passado, próprio e da personagem, experiências e vivências que justifiquem um destino. Lima Barreto, herdeiro desse psicologismo, alarga ainda mais o processo de sondagem, quase anulando por vezes o rigor cronológico dos acontecimentos em favor do que a memória registra como “duração”. Conforme entramos pelo Modernismo, o memorialismo involuntário se vai fazendo mais e mais freqüente. Grande parte da obra de ficção de José Lins do Rego, Jorge Amado e Graciliano Ramos, por exemplo, é de índole memorialística.²²⁸

Nas décadas finais do século XIX a produção artística brasileira conheceu alguns deslocamentos, em geral associados não apenas à introdução no país de novas formas de experimentação estética, mas, certamente, às transformações sociais, econômicas, culturais etc., pelas quais o Brasil passava desde ali. Há, pelo menos a partir dos anos 1870, a introdução nos debates de pressupostos não mais românticos, e sim realistas. Com isto não se produziu, entretanto, um silenciamento das práticas de escrita de si – mas ali se gestaram algumas rupturas, alguns ajustes.

Houve, a partir da disseminação da sensibilidade realista, certa produção de estranhamento entre o autor e suas matérias de expressão. A escrita de si característica de então será menos idealizada, e mais eivada de certo ceticismo – entendido este como uma apropriação crítica do vivido, ou, como se dá, por exemplo, nas cartas de Machado de Assis, numa compreensão melancólica e desesperançada da vida e dos homens.

De todo modo, o Realismo, tal como vivido no Brasil, guardou ainda um espaço para a valorização de uma estranheza entre os sujeitos e o seu próprio tempo. E, se no Romantismo algo parecido também era perceptível, sendo resolvido de algum modo pela nostalgia, no Realismo o distanciamento entre o homem e o mundo

²²⁸ MOISÉS, Massaud. Memorialismo, p. 259.

era enfrentado com a crítica, com a mordacidade, com a ironia, com a melancolia. Ali também serão dadas as condições para uma proliferação de experimentos os mais diversos no campo das escritas de si – e, agora, elas serão o território de uma busca meticulosa e regrada pela verdade dos seres, dos fatos, da história, dos rostos do Brasil que cumpria retratar.

Ao longo do século XX, marcado pela eclosão de novas possibilidades estéticas a partir da emergência dos modernismos e das suas diversas apropriações, a escrita dedicada à dimensão memorial foi se deslocando, assumindo outros papéis, sem, no entanto desaparecer. Ao contrário, ela acabou por se transformar numa possibilidade sempre à mão para os letrados problematizarem a si mesmos ou ao seu mundo em instantes de fragmentação de referências, algo tão caro à experiência histórica contemporânea.

Ainda mais ajustada a este perfil, mas de forma a garantir a sua singularidade, parece ser a literatura memorialística ambientada e referida ao pedaço do Brasil que o século XIX ainda conhecia como o seu antigo Norte, mas que o século XX, já nas suas primeiras décadas, veria ser transformado no Nordeste.

Ora, como talvez dissesse Michel de Certeau, ocorre com certa freqüência que a elaboração dos homens seja como a coruja de Minerva, que canta tarde demais. A memória, assim, tornou-se a forma expressiva quase universal dos letrados comprometidos com a invenção histórica da região Nordeste justamente porque ela lhes parecia apta a dar conta do presente inóspito que havia lhe tocado por destino. Aquele era, a seu ver, um tempo marcado ao mesmo tempo pela dissolução de todo um mundo, que sucumbia frente a mutações históricas que se deixavam ler como sendo a modernização e a urbanização da sociedade brasileira.²²⁹

Considerando o que já discuti acima, não vejo problema em pensar que o olhar das memórias articula o particular e o geral, sendo ao mesmo tempo uma elaboração referida às experiências mais próprias aos indivíduos e algo que se conecta a séries mais ampliadas. Assim, o seu exame deve procurar dar conta dos entrelaçamentos entre fios tão distintos. Principalmente, no que diz respeito ao exame da memorialística nordestina, deve ser observado o jogo entre: as trajetórias individuais e as forças históricas que invadiam suas vidas;

²²⁹ CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In. _____. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 55-85.

a elaboração, ali, de uma noção de indivíduo que se aproximava de uma mirada aristocrática (o gênio) enquanto se afastava de uma perspectiva moderna e capitalista (o indivíduo atomizado da cidade moderna); a experiência de marginalização em relação a outros centros econômicos e culturais e a condição de personagens de uma elite econômica e social na sua própria região; a urgência em tratar de temas abrangentes sem que fosse legítimo abandonar as regras de expressão que o regionalismo nordestino foi criando, acionando e difundindo.

Isso implica em dizer que, considerando as relações que os memorialistas que estudo mantiveram entre si, é fundamental destacar o jogo dinâmico entre as práticas da memória individual e as da memória coletiva. Há de se ponderar então que a memória coletiva se atualiza, de forma razoavelmente singular, na memória individual, e vice-versa. Ambas, a memória coletiva e a memória individual registram certo conjunto de circunstâncias e de significações, e submetem este patrimônio a uma reelaboração permanente, tão intensa quanto a trajetória mesma dos indivíduos que vivenciam tais movimentos.

Neste quadro, importa chamar a atenção para a importância das descontinuidades – ou das continuidades – que vão sendo construídas em partecrasadeslocamentos–ouapermanências–dogrupo e/ou do indivíduo. Um evento demasiado disruptivo na vida de um membro de certa coletividade pode levar a uma reorganização das práticas de significação ali vivenciadas: a morte de um companheiro querido e respeitado faz pensar acerca dos sentidos mesmos do que se faz no dia a dia, e do que se faz em longo prazo. Ou, por outro ângulo, uma mudança histórica mais ampliada que seja vivida de forma mais ou menos generalizada por todos os membros do grupo em questão pode levar a gestos individuais, mais ou menos similares uns aos outros, de reestruturação das relações para com a experiência vivida.

O passado, assim, é continuamente reconstruído, renomeado, resignificado, num movimento que envolve indivíduos e grupos de forma interligada. Assim, no âmbito da memorialística nordestina, há uma espécie de reinvenção dos sentidos da individualidade. Longe de compactuarem com o que eles criam estar vendo ao seu redor, ou seja, a maior visibilidade de um indivíduo atomizado e quase anônimo na massa, aqueles autores investem sua energia na composição de si e dos seus personagens como indivíduos que se singularizam por

suas características pessoais, carregadas no sangue.

Personagens diversos da cena social – elites agrárias ligadas ao algodão e ao açúcar, comerciantes e intelectuais – passaram a se perceber como participantes de uma mesma trajetória histórica, definida pelo seu pertencimento a uma região árida e sofrida, vítima não somente do destino geográfico e climático, mas também de uma divisão injusta das riquezas no âmbito do país. Na medida em que sua vida estava sendo transformada por conta da emergência de novos padrões de produção, distribuição e acumulação de riqueza, os quais acabavam, a seu ver, por centralizar as benesses nacionais no sul do país, homens e mulheres do norte, em especial de Pernambuco, inventaram-se como naturais do Nordeste. Logo, eles e elas se disseram nordestinos. O que desejavam, eles e elas? Não outra coisa a não ser sobreviver à sua própria ruína, ultrapassar a terrível “sensação de perda de espaços econômicos e políticos” que então os atormentava.²³⁰

O olhar da memória se organiza em função de um evento – algo que, ao imprimir no fluxo da existência uma descontinuidade, distribui de forma nova o sentido. Impactado por uma ranhura intransponível da própria história, o indivíduo, ou o grupo, elabora uma narrativa que procura emprestar alguma segurança aos seus passos. O passado lembrado, assim, é um dispositivo estratégico cuja finalidade é a de marcar seu protagonista com alguma coerência que o permita reagir ao mundo com a dignidade desejada.

Lembrar e esquecer, assim, são gestos que se combinam num instante de perigo, como diria Walter Benjamin, o resultado de seu entrelaçamento sendo a construção, mais ou menos precária ou eficiente, de um espaço de segurança para alguém que se sente em meio ao despedaçamento. A memória, neste sentido, é uma resposta do indivíduo, ou do grupo, a uma invasão da história por sobre os domínios de sua vida (extra)ordinária.

Elaborar a discursividade memorialística era construir uma simbolização acerca do vivido, e acerca do papel do vivido na atualidade. Era reinventar o passado à luz do presente, tanto quanto era reinventar o presente à luz do passado lembrado. Analisar sua materialidade é, assim, explorar sentidos que não existem em

²³⁰ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Enredos da tradição: a invenção da região Nordeste do Brasil. In. LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos. (orgs.) *Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 139-161. cit. p. 141.

outros espaços, em outras práticas – ou, ao menos, sentidos que se espalham socialmente a partir de sua enunciação naquela série discursiva especial.

O gesto do memorialista nordestino, neste sentido, era o de veneração de algo que já não estava no mundo, de algo que só existia como exotismo, como experiência extemporânea. Era apenas quando a vida parecia esgotada que os letrados se voltavam para ela, enfim: ela se tornava matéria de expressão unicamente quando a sua presença mesma no cotidiano dos sujeitos parecia apenas a sombra pálida do que fora no passado. A sua transformação em memórias era realizada, deste modo, mediante uma naturalização de suas características, aliada a uma idealização de suas formas e sentidos, com o quê se reforça a idéia de que no passado estava sua verdade, sua essência, seu vigor.

Foi num ambiente tramado em meio a todas estas tensões e problemáticas que proliferaram, na nascente região Nordeste do Brasil, narrativas memorialísticas ou biográficas as mais variadas, num esforço de reconstrução, por seus protagonistas, de algum espaço de visibilidade, de significação. A eles interessava, mais que tudo, congelar na sua escrita o mundo que ao seu redor se transformava sem cessar, “como quem conserva num álbum os retratos dos antepassados, com seus trajes esquisitos e suas caras amenas e circunspectas.”²³¹

Diários, memórias, autobiografias, cartas – sob muitas formas se deu aquele discurso do eu que lembra. Naqueles textos é ressaltada a relevância da “escritura do eu” e dos “modos de inscrição de si mesmo”, o que resultariam naquilo que Philippe Lejeune denominou de “pacto autobiográfico”. A ressonância desse pacto se apresenta na apresentação mesma dos textos, na sua materialidade de escolha formal da escrita. Assim, a “escrita memorialística”, demarcada desde sua origem pela sua condição de pronúncia do eu que a compôs, é encontrada sob formas diversas (“romances pessoais, diários intimistas, crônicas memoriais e romances autobiográficos”), todas elas “sobreposições da trilogia clássica ou mais conhecida: diário – memória – autobiografia.”²³²

²³¹ MENDES, Oscar. *Tempo de Pernambuco*. Ensaios críticos. Recife, PE: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1971, p. 21.

²³² Cf. LACERDA, Lílian de. *Álbum de leitura*. Memórias de vida, histórias de leitoras. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 27-34; 38 e segs.

A escrita deste eu que lembra em geral é o campo de uma submissão do ato descritivo à narração: ao autor interessa contar, e a apresentação do mundo lhe interessa, na maior parte dos casos, como o estabelecimento de condições de possibilidade de seu relato. O mundo é oferecido ao leitor como coleção de histórias, não como conjunto de coisas. Assim, é de fundamental importância na sua construção a temporalidade, na medida em que tudo é encenado em função da localização no passado. Há, na literatura memorialística, assim, uma geografia temporalizada, em que os dias, meses, anos são pontos de parada, desvios, amparo ou anátema.

De todo modo, o que estava em jogo naquela literatura – em que pesem eventuais possibilidades de variabilidade estilística – era a busca de uma referência para o texto na figura do autor, do sujeito que lembrava. Este sujeito, constituído pelo gesto mesmo da lembrança como senhor de certezas e de verdades, falava de si e de seu mundo, traduzia em palavras a sua verdade interior, unificava em si o autor, o personagem, o narrador. Ele funcionava como um ponto de entrecruzamento de todas as forças, matriz da confiabilidade do que se diz, matéria-prima a ser pensada pelo leitor.

O olhar daqueles livros de memórias se voltava para trás, para dali extrair uma explicação para o que se estava vivendo, e sua escrita era um campo de batalha (ora planície, ora planalto) entre a memória e o esquecimento. As suas páginas são assim banhadas pelo sangue das disputas entre algo que se insinua como sendo o vivido e as condições de possibilidade do lembrar e do esquecer.

A literatura memorialística nordestina pode ser descrito como uma viagem em busca de alguma felicidade, de alguma redenção, em meio à exploração literária de “um mundo de sofrimento e de atraso”.²³³ A escrita daqueles textos fundava uma nova possibilidade de existência, novas relações, novos pertencimentos, emprestava-se a algumas vidas um sopro a mais, um fôlego a mais. Mas aqueles textos, para recuperar uma dicotomia benjaminiana, não são um hino à felicidade, visto que eles não se remetem a uma beatitude inédita, inaugurada no presente.²³⁴ Ao contrário, o corpo escrito do Nordeste é uma elegia, no sentido de que cumpre seu destino de comemorar

²³³ MENDES, Oscar. *Tempo de Pernambuco*, p. 165.

²³⁴ Cf. BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In. _____. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. (Obras Escolhidas, volume 1). São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 36-49.

a ressurreição, no reino das palavras, de uma experiência que havia sido eterna antes, e que recuperava agora este estatuto.

Algo houve, num momento do passado, que aquela felicidade viu seu plano de duração infinita ser esquecido, ser marcado por sombras. Agora, cumpria limpar o cenário, abrir todas as janelas e as portas, deixar correr o ar limpo e livre das manhãs, para que enfim aquele estado de felicidade, pela sua recordação, voltasse à tona. Todos os sacrifícios eram válidos, se a meta fosse a vivência, ainda uma vez mais, daqueles momentos de plenitude, que, esquecidos por um instante, se vissem renascidos por lembrados.

Aidéia de que ao presente antecedeu um momento glorioso traduz um incômodo em relação ao que se está vivendo e, certamente, uma impossibilidade de acolher o diferente. É a fragilidade – momentânea – da capacidade de explicação e, mesmo, de compreensão, do presente que permite a construção de narrativas sobre o passado que o sacralizam. Havia, nos letrados envolvidos com a tessitura da nordestinidade, uma insatisfação notável em relação ao mundo que se apresentava, todos os dias, sob seus olhos. E isso era ainda mais intenso quando aqueles intelectuais carregavam consigo as marcas de uma história pessoal e familiar de pertencimento a grupos que se encontravam em decadência financeira e simbólica. A distância que eles tomavam da riqueza e dos postos de mando os tornava resistentes ao novo, saudosos do antigo, críticos do movimento que os roubava o chão. Eles se tornavam profetas de um paraíso mais que perdido, mas constantemente ressuscitado nas suas narrativas.

Este procedimento está marcado, assim, pela nostalgia, no sentido de que há nele uma recusa à relação simples entre imagem e real, entre palavras e coisas. O que lhe move o desejo não é o sentido fixo, mas a mistura, o intercâmbio, o fluxo. Mas tudo isso se dando num ritmo, numa intensidade que ele sabe, sente, que não é mais encontrado no mundo lá fora, para além de suas portas e janelas. O ritmo das histórias que lhe interessa contar está apenas no vivido, naquilo que o vivido deixou como marca, como vestígio. Daí seu papel de colecionador de antiguidades, de empreiteiro da ressurreição dos seus próprios mortos, tempos, espaços, gestos, cores, gostos mortos.

Ao ver de Oscar Mendes, num texto originalmente publicado em 1940, a literatura memorialística era uma espécie de avesso da história, no sentido de que, longe de se dar espaço privilegiado “aos

grandes acontecimentos, àqueles fatos que abalam o curso natural das coisas e modificam as sociedades”, os memorialistas estavam mais interessados em tratar de coisas miúdas, anedóticas, pitorescas. Sua literatura, assim, era uma obra “mais divertida, mais interessante, mais humana, pois nos mostra a vida no seu cotidianismo, no seu ramerrão, nas suas miudezas secretas, que são a própria trama da vida individual e social.” Naquele tipo de publicação poderiam ser encontradas, diz Mendes, o habitual das sociedades, aspectos conhecidos e importantes, mas que se dissolvem no tempo, e que, quando lembradas, “vêm encharcadas de saudade e falam aos nossos corações como vozes de amigos queridos que já se foram e que jamais voltarão.”²³⁵

* * *

Em paralelo a isso, e numa direção que a mim interessa destacar, eles também se colocaram em perspectiva em relação à série de práticas históricas que, ao seu redor, se enredavam na construção histórica da experiência moderna da velhice no Brasil. De várias formas o dispositivo memorialístico de Bello, Pedrosa e Ramos se aproximou do debate em torno da velhice, caro ao seu tempo – e ele deve ser pensado como uma das condições de possibilidade mais consistentes daquela literatura.

Ora, aqueles autores traçaram, nas suas obras dedicadas ao registro do seu passado vivido e lembrado, a imagem de um país que passava a conhecer, no tempo contado nos seus livros, uma nova modalidade de segmentação social, a qual tomava a idade das pessoas como critério de individualização. Eles apontavam também para a visualização, no âmbito geral da população, de grupos organizados em faixas etárias.

Se, antes, no Brasil anterior a 1870, o tecido social se repartia em brancos e negros, em homens e mulheres, em párvulos e adultos, entre outras possibilidades de agrupamento e segmentação, diziam aqueles autores, desde ali tudo mudara. Emergira e tomara força a idéia de que, ao lado daquelas divisões, e com elas associada, deveria ser observada a diferenciação que estava implicada na idade das pessoas. E, mais que isso, agrupamentos humanos deveriam ser organizados em função da idade dos indivíduos, de sorte a que fosse

²³⁵ MENDES, Oscar. *Tempo de Pernambuco*, p. 85-86.

facilitado o seu controle.

Principalmente, Bello, Pedrosa e Ramos diziam ver como uma das dimensões mais características do Brasil que vivia a passagem entre os séculos XIX e XX a produção de uma lógica hierárquica implicada na repartição etária da população – de sorte a que à valorização da infância, da juventude e, mesmo, da idade adulta, aliava-se o desprestígio crescente da velhice. A seu ver, estava se esgarçando aquela época em que os velhos eram tão importantes que era errado dormir ou acordar sem sua bênção, sinal de que através deles o homem comum se conectava com Deus.²³⁶

Tudo isso, no entender daqueles letrados, trazia consigo uma inversão de valores e um deslocamento de sentidos no âmbito da experiência histórica brasileira, o que cumpria registrar e analisar. No seu passado, ou, ao menos, no passado mais imediato dos seus pais ou avós, o ordenamento etário era simples: as crianças eram apartadas dos adultos por um grande número de mecanismos de contenção. Elas, as crianças, tentavam burlar aqueles mecanismos à medida que cresciam, simulando um envelhecimento que atestava o maior prestígio da idade avançada naquela sociedade. No mundo novo que se descortinava sob seus olhos, as idades se complexificaram, com mais sutilezas a distribuir os indivíduos por sobre uma escala cada dia mais minuciosa.²³⁷

Ainda mais, crescia a legitimidade do estatuto da infância, e sobre ele se voltavam olhares diferenciados, mas cúmplices na defesa da singularidade daquele recorte etário singular. A pedagogia, a assistência social, o saber jurídico e a pediatria eram os mais visíveis protagonistas da maior visibilidade da infância, e de sua defesa contra a pressa em envelhecer.

Como diria Gilberto Freyre, num esforço de entendimento do país em muito paralelo e correspondente às memórias que estudo aqui, o fim do Império e o começo da República foi marcado pelo aprofundamento do gosto pela fotografia (eram tempos de culto da imagem de si, enfim) – e, naquela prática, se atualizava o culto crescente à infância. Naquele tempo, afirmava-se

²³⁶ Cf. RABELLO, Sylvio. *Cana de açúcar e região*. Aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos. Recife, PE: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais – MEC, 1969, p. 69.

²³⁷ Cf. BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero, idades e gerações. Cadernos do CRH, Salvador, v. 17, n. 42, p. 349-355, 2004.

(...) uma tendência já contrária à mística, então ainda dominante, em torno dos valores e símbolos patriarcais: a exaltação da figura da criança sobre a figura do ancião, do antepassado, do velho.²³⁸

(...) alguns dos homens públicos, já de alguma idade, que aderiram à República de 89, fizeram-no esmerando-se em tingir barbas ou bigodes, para não parecerem velhos ao lado de republicanos quase crianças.²³⁹

Para Pedrosa, aquela era uma situação absurda, antinatural, odiosa – frente à qual só lhe restara sucumbir, atordoado.

Para Graciliano Ramos, por fim, o terceiro e último dos memorialistas que exploro neste estudo, a velhice era ao mesmo tempo o instante no qual o corpo biológico falhava e o momento de recordar o passado, principalmente a infância. Vivendo uma época que, a seu ver, tomava as primeiras fases da vida como o centro da experiência humana, como o momento mais importante a ser vivido, Ramos valia-se da sua tematização no âmbito do texto memorialístico para documentar e monumentalizar os movimentos através dos quais a velhice foi sendo desinvestida de sentido. Para ele, tratar do envelhecimento seria registrar, de forma metafórica, a decadência de uma região, de suas relações econômicas e sociais, de suas práticas sociais. Seria apontar para a emergência de um igualitarismo de fantasia, que apenas reforçava o poder dos empresários urbanos e dos moços voluntariosos, coveiros do mundo de antigamente e dos seus velhos senhores.

* * *

Obras compostas em meio à ambígua relação que, no século XX, certos setores letrados da sociedade brasileira estabeleceram para com o passado, aquelas memórias ao mesmo tempo sinalizavam para a diferença do *hoje* em relação ao *ontem* e explicitavam a demanda da atualidade em relação ao conhecimento em relação aos tempos que a antecederam.

²³⁸ FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*, p. 142.

²³⁹ FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*, p. 147.

Naquele corpo textual se dava o acionamento de uma relação dos seus protagonistas em relação ao passado vivido e lembrado, a qual se deixava atravessar pelo culto a uma experiência extinta e idealizada. Ela se compôs, assim, como um jogo complexo em que esquecimentos, recordações, alegrias e tristezas, durações e esgotamentos, alegria e luto se mesclavam, na construção de um corpo escrito para o passado em que identidades grupais e regionais eram fundadas e naturalizadas.

Naquelas obras, principalmente, deu-se uma singular problematização da experiência do envelhecimento, quer dos autores dos livros em questão, quer de muitos dos seus personagens. E, num eco às teses de Nabuco referidas páginas atrás, uma tensão, em especial, atravessou aquela literatura: a afirmação de que o percurso histórico da velhice no Brasil havia sido marcado por uma ruptura quando da instalação por aqui dos códigos modernos e urbanos. O capitalismo, afirmando-se aqui mediante a superação, quando não a destruição, de uma ordem antiga e patriarcal, teria levado de roldão modos de envelhecer carregados de dignidade. Teriam emergido naquele presente, em contraposição ao vivido no passado, formas aviltadas de velhice.

É no sentido de pensar a inserção da memorialística nordestina naquele fluxo, naquela política de verdade em relação à experiência das idades no Brasil que eu a exploro, neste estudo; eu a tomo como documentos/monumentos de uma significação peculiar elaborada para a velhice, e busco explicar a lógica do sentido que ali se aciona. Cada uma das obras que leio, tomada ao mesmo tempo em relação ao seu espaço de inscrição mais peculiar e em relação a outras séries históricas, dá forma e densidade a um debate que tanto a atravessa quanto a ultrapassa.

Os memorialistas que estudo chamavam à primeira cena da sua narrativa diversos personagens envelhecidos, quando não tratavam da própria condição de velhos – e, ao construir este rol de existências singulares, eles acabavam por tecer uma série mais ou menos coesa de imaginações acerca daquele recorte etário. A velhice aparece ali, naquele conjunto de narrativas, como uma forma de construir a experiência subjetiva, ou seja, ela é tematizada pelos memorialistas a partir da apresentação, nos textos, de personagens que se deixam dizer com as palavras e com os silêncios que ali se classificam como próprios ao envelhecimento.

Não se trata, naquele corpus, de existências vazias de significado, nomes que trariam sob si apenas a vacuidade de uma existência improvável. Ao contrário, a vontade de verdade daqueles autores só se satisfaz com a apresentação, no corpo do seu relato, de indicações mais ou menos precisas quanto a vidas que *realmente ocorreram*, e que em algum momento se viram presas sob a influência má dos signos de uma velhice indesejada. Mesmo o esforço eventual deste ou daquele memorialista em construir tipos sociais mais ampliados com o auxílio da apresentação das pequenas histórias nas quais aparecem seus personagens é solapado pela diferença que cada vida narrada traz consigo para a pele do texto.

A velhice figurada naqueles livros, sob a forma da condição etária dos personagens, não resulta, no entanto de uma idealização abstrata. Cada autor tem à sua frente, para compor o seu rol peculiar de imagens da velhice, as referências de sua própria recordação e o impulso oferecido pelas tensões e pelos conflitos do presente mesmo da enunciação do relato. A velhice tramada naqueles textos, portanto, é para o historiador uma porta para pensar a experiência cultural em que se inseriam aqueles autores, na medida em que ela, a velhice, se mostra visível apenas quando tramada como possibilidade a ser enunciada a partir dos jogos de poder e saber que são instituídos pelos movimentos da história.

O que os memorialistas se esforçam para fazer ver, cada um a seu modo, cada um frente a questões bastante peculiares, referentes à sua inserção histórica, é a paulatina construção histórica de uma oposição entre juventude e velhice. E uma oposição, dizem eles, que tinha como a sua face mais visível a hierarquia que então ia sendo estabelecida, a qual acabaria por sobrepor os jovens aos velhos, os primeiros ocupando crescentemente os lugares privilegiados da cena social, em detrimento dos últimos. De acordo com o que o olhar daqueles autores recortou como a face do seu mundo, o que estava ocorrendo ao seu redor era a construção de uma experiência histórica tal em que a velhice era quase o outro da cultura. Ser velho, ao longo do século XX, dizem eles, era mergulhar nas profundezas de um mar escuro e sem movimento, um afastamento das praias ensolaradas nas quais a história se dava realmente.

Cada memorialista, insisto nisso, teceu velhices que se multiplicavam ao longo de seu relato. E, quando as imaginações dos autores todos (ao menos, dos que tomo aqui por objetos de minha

atenção) são postas em diálogo, o burburinho de um fluxo incessante emerge com particular intensidade dos papéis que me cercam. Os relatos com os quais trabalho falam de uma época, inserem-se em outra, jogam com tempos distintos, lançam-se ao teatro das idéias como encenações que se querem únicas e aparentadas. Uma cena ambígua se mostra, ali – o que parece seduzir ainda mais o historiador. Este se arma de um olhar que precisa ser atento: ele deve servir para dar forma e sentido aos movimentos por vezes sutis, por vezes impetuosos, em meio aos quais os memorialistas criticam o seu próprio tempo ao construir imagens sobre um tempo passado.

A recorrência, naquelas obras, da associação da velhice à exclusão social, ainda que tal gesto tenha sido praticado por cada autor de forma relativamente singular, atualizava no âmbito daquela literatura uma racionalidade que acabaria por marcar de forma intensa os modos pelos quais o século XX brasileiro viu ser construída a experiência do envelhecimento humano. Aquela racionalidade se definiu pela construção imagética da velhice como uma fase da existência humana na qual a vida se regularia pela degradação, pela involução, pela conquista da morte em detrimento da experimentação da vida. Tal se daria numa franca contradição com as experiências vividas naquele tempo quase mítico ao qual se fazia referência, na maioria das vezes, como *antigamente*.

Produzindo, entretanto, uma obra que, certamente, não se despia dos seus próprios preconceitos e tampouco de desviava da produção dos seus próprios estereótipos, Bello, Pedrosa e Ramos buscavam inverter a polaridade das hierarquias que viam legitimadas ao seu redor, e defendiam a idéia de que a velhice não implicava em nenhuma desqualificação. Antes, diziam eles, aquelas memórias transformadas em livros eram a prova de que o velho detinha saber, experiência, capacidade de entender e de explicar o mundo. Se, ao seu redor, a velhice metaforizava a margem do mundo, naqueles livros ela era o centro, a voz, o sentido.

Assim, a eles jamais bastou o acolhimento, em si e nos seus textos, das marcas que os marginalizavam e estigmatizavam a velhice. Bello, Pedrosa e Ramos, como, aliás, outros memorialistas nordestinos, valiam-se da escrita de suas memórias para estabelecer a possibilidade de um embate com as forças históricas que lhes pareciam mais adversas, mesmo que o seu esforço acabasse por, também ele, produzir eventuais estereótipos em relação ao

envelhecimento.

Lembrar e esquecer, para eles, era intervir, era agir politicamente, era recusar destinos impostos e afirmar a possibilidade do desejo do desvio em relação às forças abissais da história. Assim, numa espécie de negação daquela situação de ostracismo, os autores com os quais trabalho tramavam o corpo escrito de suas memórias de sorte a que os eventos de sua vida fossem compreensíveis, apenas, quando referidos em algum grau a movimentos ampliados da *história*.

Eles se faziam assim personagens, quando não protagonistas, do passado que lhes interessava recompor, reencenar. A história, força bruta e incontrolável que os silenciava, tornava-se personagem de suas memórias, razoavelmente subordinada à trama mesma do relato memorialístico.

Aquela memorialística testemunhava e protagonizava a crescente relevância que assumia, na experiência histórica brasileira e, especialmente, nordestina, a etarização da vida. Bello, Pedrosa e Ramos foram, é o que afirmo no meu estudo, espectadores e personagens da mutação histórica que, atravessando a constituição da modernidade ocidental, trouxe consigo a intensificação da idéia de que a idade do indivíduo é um marcador dotado de significado tal que seu acionamento pode imprimir uma lógica ao momento em que se está vivendo.

Da forma que lhes foi possível, aqueles autores dialogaram com suas experiências a partir da afirmação de que era fundamental pensar o que aproximava a velhice da memória e o que a distanciava do presente.

Pensar: deslocar, retomar, acolher, rejeitar. Imaginar.

Conclusão Além do ponto

Tinham um olhar dentro, de quem olha fixo e sacode a cabeça, acenando como se numa penetração entrassem fundo demais, concordando, refletidas. Olhavam fixo, pupilas perdidas na extensão amarela das órbitas, e concordavam mudas. A sabedoria humilhante de quem percebe coisas apenas suspeitas pelos outros. Jamais saberíamos das conclusões a que chegavam, mas oblíquos olhávamos em torno numa desconfiança que só findava com algum gesto ou palavras nem sempre oportunos.

Caio Fernando Abreu,
Corujas

Chamo à primeira cena do meu texto duas vezes outras:

Eu sinto a angústia do envelhecimento. (...) conheço sua inelutável progressão. Posso ainda ir da rua até o quarto. Mas a memória não me acompanha mais.²⁴⁰

O mundo dos velhos, de todos os velhos, é, de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória. Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. E eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos.²⁴¹

Os autores citados acima, quando da escrita dos textos, diziam-se e eram ditos como *velhos*. Ambos, na sua diferença, apontam para o Jano que parece ser o envelhecimento humano contemporâneo, quando colocado em relação com o lembrar e o esquecer. Um diz que o velho se define por ter perdido a memória; o outro diz que o velho é justamente aquele que lembra. No intervalo que se abre após a consideração da incompatibilidade daquelas duas posições, acaba por se instaurar após certa meditação uma certeza que desmente a

²⁴⁰ OLIEVENSTEIN, Claude. *O nascimento da velhice*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, cit. p. 09.

²⁴¹ BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória*. De Senectute e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 30.

impressão primeira.

Olievenstein e Bobbio não divergem tanto quanto se pode imaginar, na medida em que ambos só conseguem pensar, ver e dizer a velhice mediante o atravessamento da sua superfície pela memória ou pelo esquecimento. Enuncia-se, ali, a *natureza* contemporânea do envelhecimento humano: uma experiência que se realiza num corpo que se distancia da ação, da produção, da criação, e se resguarda na contemplação ou na busca mal sucedida do que foi vivido no passado.

O meu desejo, durante o percurso que acabou por permitir a minha escrita, foi o de colocar em perspectiva aquela naturalização, para tanto eu me dedicando a estudar como se orquestraram numa circunstância histórica particular, as relações entre experiências do envelhecimento e práticas da memória e do esquecimento. O que une ou separa, diferencia ou embaralha aqueles termos e sua encarnação por sujeitos historicamente construídos? Como é demarcada a experiência etária da velhice – e a ela são associados ora a recordação, ora o apagamento das marcas do vivido?

* * *

Parafraseando Kátia Muricy, poderia afirmar que a memorialística nordestina que estudo, nos seus limites, funcionou – e funciona, sob o olhar do historiador – como uma espécie de lente, a partir da qual podemos vislumbrar algumas dimensões da invenção histórica da velhice no Brasil. Suas páginas, mais do que retratarem uma experiência em mutação, problematizam-na, nela interferem, colocam em xeque as certezas do seu próprio tempo ao recusar as verdades que se espriavam como indiscutíveis, entre as quais as da medicina e as do direito, em nome de uma apreensão melancólica, logo subjetiva e passional, da história.²⁴²

Passado e presente, para Júlio Bello, Pedro da Cunha Pedrosa e Graciliano Ramos, são tempos híbridos. O primeiro é mesclado de si mesmo e da saudade que provoca pela sua enunciação; o segundo é uma mistura nem sempre harmônica do que lhe antecedeu e se

²⁴² Cf. MURICY, Kátia. *A razão cética*. Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 13-14; 19; MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996; SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos*. A melancolia européia chega ao Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

esgarçou, do que virá em seguida e o constrange até o limite do pensável e da saudade que, construída agora, parece tão antiga quanto os dias que ela desejaria retornar à vida.

Todos os tempos, no entanto, se mostram apenas e tão somente como formas autorais de consideração da experiência; os memorialistas indicam isto quando, por exemplo, apontam para o quanto há de si no que contam, e o quanto, muitas vezes, é preciso apelar para registros outros para que se garanta alguma pretensão de correspondência entre o vivido e o lembrado.

Céticos em relação ao progresso, desencantados em relação à modernidade e à modernização, os memorialistas nordestinos se valeram da problematização do seu passado para pensar o estatuto da velhice no seu presente, e se valeram da problematização do estatuto da velhice no seu presente para pensar quais os lugares ainda possíveis no mundo para o que era legítimo e válido ontem, anteontem, antes dos dias da velocidade e da juventude como horizontes únicos e legítimos para a vida social e subjetiva.

A velhice aparece, nas narrativas que estudo, com grande relevo. Ela é o pano de fundo, ou até mesmo, em algumas circunstâncias, um personagem a mais dos textos; os autores contam com ela para emprestar alguma coesão à narrativa, alguma densidade a este ou àquele transeunte que passa por suas páginas. Velhos são os protagonistas de muitas das histórias contadas; são coadjuvantes ocasionais; são fontes de informação; são balizas éticas: multiplicam-se pelas páginas, nas quais parecem encontrar um habitat propício à sua sobrevivência.

A velhice, portanto, naquele corpus, aparece como tema importante não apenas pelas suas emergências aqui e ali, ou por ser o tempo da rememoração; mais que isso, ela adquire relevo quando pensada como um elemento estruturante da narrativa, condição mesma de sua existência material e simbólica.

Há, portanto, é o que imagino estar defendendo aqui, uma espécie de unidade narrativa naquele corpus, passível de ser construída para além da consideração, também importante, da multiplicidade inerente àquele conjunto de textos. Certamente, eles são múltiplos, sob vários aspectos: sua época de escrita; a época tematizada; suas condições de preparação, de publicação e de difusão; sua estrutura textual. No entanto, na mesma medida, creio que eles podem ser pensados como documentos/monumentos

importantes de uma problematização intensa e singular, na passagem do século XIX para o XX, e nas primeiras décadas deste, em relação ao estatuto da velhice.

O novo daquelas obras é a sua abertura à velhice: sua captura, sua reinvenção, sua fabulação, sua imaginação disto que se tramava, ali, como a última fase e a menos prestigiosa da vida dos homens no mundo material.

Tanto na construção da escrita memorialística como possibilidade quanto na seleção de um sem número de enquadramentos de velhices várias ao longo das memórias, aquele corpus sinaliza no sentido de se mostrar como o espaço de invenção de certa experimentação da velhice. Ou seja: eles encenam e dão espessura a certo estilo da velhice, a certa conjugação de sentidos e de destinos para a experiência do envelhecimento, fosse ela a do passado, fosse ela a do presente dos autores.

A estilização da narrativa por meio da sua mescla com a problematização da velhice se dava de forma a que velhos e velhas aparecessem, nos textos, como protagonistas de circunstâncias mais ou menos centrais, num cenário que, se é fragmentário e disperso, não pode jamais ser considerado incapaz de significar, de impactar o mundo no qual aquela literatura se fazia presente como forma de escrita legítima e, mesmo, bastante difundida.

Sua tematização mais recorrente está atravessada pela idéia de que a modernidade capitalista poderia ser pensada como uma força histórica quase totalmente despida de ambigüidades e, mais, deveria ser responsabilizada pela degradação da experiência do envelhecimento. Entretanto, para além desta inflexão comum, muito contribui para que a cena histórica da tematização da velhice por aqueles memorialistas possa ser descrita como relativamente multiforme.

As memórias, assim, não afirmam apenas superfícies planas. Elas são o território em que habitam velhices variadas, dispersas. Importa, neste sentido, ressaltar que aqueles autores se fizeram enquanto protagonistas de uma relação singular para com a velhice, relação esta que pode ser descrita sob os termos de uma apropriação. Os memorialistas não se fizeram simplesmente subordinados a imagens congeladas acerca do envelhecimento humano – ainda que aqui e ali eles tenham retomado nos seus textos enunciações marcadas pelo movimento da estereotipia – mas, ao contrário, compuseram a si

e aos seus personagens velhos de forma relativamente heterogênea. Eles souberam marcar nos seus textos que a experiência da velhice, para lá dos índices que são gerais numa dada inscrição histórica, é plural e multiforme.

Naquele conjunto de textos, assim, são encontrados velhos pobres e ricos, do sexo masculino ou do sexo feminino, ligados ao mundo rural ou ao mundo urbano, letrados ou analfabetos, poderosos ou desprestigiados, falantes ou silenciosos, ativos ou dormentes – e muitas vezes estas tipologias se embaralham, se fundem, se refundem, sendo compostas ao fim e ao cabo imagens relativamente diversificadas da experiência do envelhecimento.

A velhice que se tece na memorialística que estudo é uma experiência ao mesmo tempo fixa e mutante. Ela se estabelece como um limite da existência dos homens num certo momento da história, mas, em paralelo, como um limite que é enfrentado de formas bastante particulares, ao sabor das circunstâncias históricas. O próprio gesto da recordação, já foi dito páginas atrás, era um não à morte, um sim à vida.

Saber aquela velhice, enfim, é acompanhar estes percursos, atentando para suas continuidades e para as suas discontinuidades. E para a repercussão de sua retomada, nos dias do meu próprio presente, o que me parece ser o papel do historiador.

Fontes e Bibliografia

Obras estudadas

- BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. Recife, PE: Governo de Pernambuco; Fundarpe, 1985. (MSE)
- PEDROSA, Pedro da Cunha. *Minhas próprias memórias*. (Vida Pública). Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1963. (MPM)
- RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1980. (I)

Impressos

- ABDALA JUNIOR, Benjamin & CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Tempos da literatura brasileira*. São Paulo: Ática, 1985.
- AGRA DO Ó, Alarcon. A inocência do Dr. Jacarandá: uma imagem da velhice em Graciliano Ramos. In: XIII Semana de Letras: Linguagens, Culturas e Identidades, UEPB, 2004, v. 1. p. 25-25.
- AGRA DO Ó, Alarcon. A memorialística nordestina e a velhice dos homens. In: 1ª Semana Paraibana de Ciências Sociais e Filosofia, 2007, Campina Grande: Editora da UFCG, 2007.
- AGRA DO Ó, Alarcon. Curso de Vida: apontamentos para uma (desejada) história da velhice. Comunicação à VII Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro de Humanidades da UFCG. Diversidade e Inclusão. 12 a 15 de setembro de 2006, Campina Grande, PB. (GT: Envelhecimento, Educação e Sociedade).
- AGRA DO Ó, Alarcon. Edward Said: a crítica literária e a operação historiográfica. *Sæculum – Revista de História*, ano 11, n. 12 (2005) – João Pessoa: Departamento de História / Programa de Pós-Graduação em História / UFPB, jan./jun. 2005, p. 112-127.
- AGRA DO Ó, Alarcon. Imagens da velhice na literatura memorialística nordestina. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 65, p. 65-67, 2006. In: <<http://www.espacoacademico.com.br/065/65agra.htm>>
- AGRA DO Ó, Alarcon. Norbert Elias e a problematização da velhice. III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)

- Florianópolis, 2005.
- AGRA DO Ó, Alarcon. Norbert Elias e uma narrativa acerca do envelhecimento e da morte. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2., jun. 2008.
- AGRA DO Ó, Alarcon. Por uma história (cultural) da velhice. Comunicação ao XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB. História e Multidisciplinaridade: Fronteiras e deslocamentos. 23 a 28 de julho de 2006, Cajazeiras, PB. (ST: História Cultural).
- AGRA DO Ó, Alarcon. Velhice e modernidade: espaços de problematização da masculinidade. In: Antonio de Pádua Dias da Silva. (Org.). *Gênero em Questão - ensaios de literatura e outros discursos*. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2007, p. 211-223.
- AGRA DO Ó, Alarcon. Velhices masculinas na literatura memorialística nordestina. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero VIII, 2006, Florianópolis, SC.
- ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 66-81.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. *Trajetos, Fortaleza/CE*, v. 03, n. 06, p. 43-66, 2005.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. De armazém a campo cultivável: a instrução e a formação como diferentes formas de aprendizagem e como diferentes relações com o saber e com a leitura, produzindo subjetividades e sujeitos outros. *Línguas & letras, Cascavel*, v. 6, n. 10, p. 249-271, 2005.
- ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *História. A arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Cabra da peste! Nossa História, Ano 2, N. 17, Mar./05.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Enredos da tradição: a

- invenção da região Nordeste do Brasil. In. LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos. (orgs.) *Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 139-161.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino: Uma invenção do falo* (uma história do gênero masculino – Nordeste 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *O engenho anti-moderno*. A invenção do nordeste e outras artes. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Unicamp, IFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 1994.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Os nomes do pai. A edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades. O diálogo entre três homens: Graciliano, Foucault e Deleuze. In. RAGO, Margareth. et alli. (orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias nietzschanas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 111-121.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Joaquim Nabuco e “Um Estadista do Império”. In. MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, vol. 1, 2001, p. 113-131.
- ALMEIDA, Horácio de *História da Paraíba*. João Pessoa, PB: Editora Universitária – UFPB, 1978, 2. Vols.
- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 2000, vol.15, no.44, p.35-55.
- ALONSO, Angela. Nabuco na intimidade. Novos estudos. – CEBRAP, São Paulo, n. 74, 2006.
- ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região*. Tramas político-econômicas. (1880-1925) Campina Grande, PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2006.
- ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. Através do espelho: subjetividade em Minha formação, de Joaquim Nabuco. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 56, 2004.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- AUGUSTI, Valéria. O caráter pedagógico-moral do romance moderno. Cad. CEDES, Campinas, v. 20, n. 51, 2000.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco? Estud. afro-asiát., Jun 2001, vol.23, no.1, p.85-97.
- BASTOS, Hermenegildo José. Destroços da modernidade. In. REZENDE, Marcelo. (org.) *Dossiê Cult: Literatura brasileira*. Machado de Assis, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa. São Paulo: Editora Bregantini, 2004, p. 32-42.
- BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere, literatura e testemunho*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In. _____. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. (Obras Escolhidas, volume 1). São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 36-49.
- BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In. SACHS, Ignácio et alii (orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14-37.
- BIRMAN, Joel. O futuro de todos nós – temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In. _____. *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Ed. 34, 1997, pp. 191-209.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BLONDEL, Jean. *As condições da vida política no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória*. De Senectute e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- BOLLE, Willi. *grandesertão.br*. O romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero, idades e gerações. Cadernos do CRH, Salvador, v. 17, n. 42, p. 349-355, 2004.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. et alii (orgs.) *Um diálogo com Simone de*

- Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.
- CABRAL, Benedita Edina da Silva Lima. Família e Idosos no Nordeste Brasileiro. Cadernos do CRH, Salvador, v. 29, p. 38-51, 1998.
- CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história*. Para ler a história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*. Ensaio sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- CAPONI, Sandra. *Da compaixão à solidariedade*. Uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem – a elite política imperial & Teatro de sombras – a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. As duas repúblicas. In. GRAÇAARANHA. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, pp. 09-18.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Out 1995, vol.2, no.2, p.68-84.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Joaquim Nabuco e “Minha Formação”. In. MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, vol. 2, 2001, p. 219-236.
- CASTRO, Celso. In corpore sano. Os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Antropolítica*, Niterói (RJ), n. 02., p. 61-78, 1. Sem. 1997.
- CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In. _____. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 55-85.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. pp. 65-119.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930*. (Tese) Recife, PE: UFPE; Centro de Filosofia e Ciências Humanas;

Programa de Pós-Graduação em História, 2004.

- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora da UnB, 1994.
- CHARTIER, Roger. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.
- CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- CLIO, Revista de pesquisa histórica, n. 24, 2006.
- COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício*. Estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- COSTA, Suely Gomes. A serração das velhas. Labrys, estudos feministas, número 1-2, julho/dezembro 2002.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In. BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org.) *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 49-67.
- DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da UNESP; FAPESP, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELGADO, Andréa. A história oral e as relações autor-personagem da narrativa biográfica. *História Oral*, n. 3, junho 2000, p. 129-140.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*. Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In. SILVA, Tomaz

- Tadeu da. (org.) *Nunca fomos humanos*. Nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 07-76.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1898.
- FADIMAN, Anne. *Ex-libris*. Confissões de uma leitora comum. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações. (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- FARIA, Octávio de. Graciliano Ramos e o sentido do humano. In. RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 261-275.
- FEITOSA, Charles & BARRENECHEA, Miguel A. (orgs.) *Assim falou Nietzsche II*. Memória, tragédia e cultura. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- FERNANDES, Aníbal. *Estudos pernambucanos*. Recife, PE: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982. 2. ed. rev.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FONSECA, Edson Nery. *Gilberto Freyre de A a Z*. Referências essenciais à sua vida e obra. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Zé Mario Editor, 2002.
- FOUCAULT, Michel. (coord.) *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. In. _____. *Ditos e Escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 247-263.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Um nadador entre duas palavras In. _____. *Ditos e Escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 243-246.
- FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR., Moysés. (orgs.) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo; Bragança Paulista: Cortez; USF-IFAN, 1997.
- FREYRE, Alfredo. *Dos 8 aos 80 e tantos*. Recife: UFPE, 1970.
- FREYRE, Gilberto. Introdução do anotador. In. FREYRE, Alfredo. *Dos 8 aos 80 e tantos*.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: Record, 1943; 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GALLIZA, Diana Soares de. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba*. 1890-1930. João Pessoa, PB: Idéia, 1993.
- GARCIA, Afrânio & PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In. SACHS, Ignacy el alli. (orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 38-77.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Richard Rorty*. A filosofia do novo mundo em busca de mundos novos. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 29.

- GOMES, Angela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In. _____. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 51-75.
- GRAÇA ARANHA, Introdução. In. _____. *Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Correspondência. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, pp. 21-86.
- GREGOLIN, Maria do Rosário V. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In. SARGENTINI, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (org.) *M. Foucault e os domínios da linguagem*. Discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 23-44.
- GROISMAN, Daniel. *A infância do asilo*. A institucionalização da velhice no Rio de Janeiro da virada do século. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UERJ, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva., 1999.
- GROISMAN, Daniel. O lobisomem e outras histórias: memórias de velhos da Favela da Mangueira. In. LEIBING, Annette & BENNINGHOFF-LÜHL, Sibylle. (orgs.) *Devorando o tempo*. Brasil, o país sem memória. São Paulo: Ed. Mandarim, 2001, p. 180-189.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose*. Um novo paradigma estético. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1992.
- GUIDIN, Márcia Lúcia. *Armário de vidro*. Velhice em Machado de Assis. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 143-155, junho 2006.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração*. Memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.
- GURJÃO, Eliete de Queiróz. *Morte e vida das oligarquias*. Paraíba (1889-1945). João Pessoa: UFPB/Universitária, 1994.
- HARA, Tony. *Saber noturno: uma antologia de vidas errantes*. (Tese) Campinas, SP: UNICAMP; IFCH; Programa de Pós-Graduação em História, 2004.
- HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Campinas, SP: Papirus,

1998.

- JACEGUAY, Arthur. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Brasil: Serviço de Documentação da Marinha, s.d.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Motta. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146.
- LACERDA, Lílian de. *Álbum de leitura*. Memórias de vida, histórias de leitoras. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin*. Tradução & melancolia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- LARRETA, Enrique Rodriguez. “À procura do menino perdido”: Gilberto Freyre, modernidade e memória. In. LEIBING, Annette & BENNINGHOFF-LÜHL. (orgs.) *Devorando o tempo*. Brasil, o país sem memória. São Paulo: Ed. Mandarim, 2001, p. 25-33.
- LARROSA, Jorge. Como se chega a ser o que é. Para além da Bildung. In. _____. *Nietzsche & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 47-79.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- LEENHARDT, Jacques. Graciliano Ramos : *Memórias do cárcere*, Uma *mise em abîme* da escrita da história. In. DE DECCA, Edgar Salvadori & LEMAIRE, Rita. (orgs.) *Pelas margens*. Outros caminhos da história e da literatura. Campinas, Porto Alegre: Ed. Da Unicamp, Ed. Da Universidade – UFRGS, 2000, p. 227-236.
- LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. (orgs.) *História dos jovens* 2. A época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LINS, Daniel. Esquecer não é crime. In. _____. et alii. (orgs.) *Nietzsche e Deleuze*. Intensidade e paixão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 45-61.

- LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro. In. LARROSA, Jorge & LARA, Nuria Pérez de. (orgs.) *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 13-23.
- LOPES, Adriana. *Os desafios da gerontologia no Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.
- LORIGA, Sabina. A experiência militar. In. LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. (orgs.) *História dos jovens*. 2. A época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 17-47.
- LUZ, Madel T. *Natural, racional, social*. Razão médica e racionalidade científica moderna. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memorial de Aires*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber*. A trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.
- MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1980.
- MARQUES, Ana Maria. Velhices problematizadas. Redes discursivas sobre envelhecimento em Santa Catarina, no Brasil e no contexto das décadas de 1970 a 1990. Tese de Doutorado. Florianópolis, SC: UFSC, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.
- MASCARO, Sônia de Amorim. *O que é velhice*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MELLO, Evaldo Cabral de. (org.) *Diários de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi e Massangana, 2005.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) *História da vida privada no Brasil* 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 385-438.
- MENDES, Fábio Faria. A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 1998, vol.13, no.38.
- MENDES, Oscar. *Tempo de Pernambuco*. Ensaios críticos. Recife,

- PE: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1971.
- MINOIS, Georges. *História da velhice no ocidente*. Da Antiguidade ao Renascimento. Lisboa, Teorema, 1999.
- MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Publifolha, 2004.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. Volume II. Romantismo. São Paulo: Cultrix, 1985.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. Volume III. Romantismo. São Paulo: Cultrix, 1983.
- MOISÉS, Massaud. Memorialismo. In. _____. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2001, p. 259-260.
- MOISÉS, Massaud. Nabuco de Araújo, Joaquim Aurélio Barreto. In. _____. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2001, p. 285-286.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. *Estudos Ibero-Americanos*, São Leopoldo, v. XXXII, n. 1, 2006, p. 37-62.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória*. A cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.
- MORICONI, Italo. Um estadista sensitivo. A noção de formação e o papel do literário em Minha formação, de Joaquim Nabuco. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 16, n. 46, 2001.
- MOTTA, Arthur Silveira da. *De aspirante a almirante*. Minha fé de ofício documentada. Brasil: Serviço de Documentação da Marinha, 1906.
- MURICY, Kátia. *A razão cética*. Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarchistas*. Carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.
- NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarchistas*. Carta ao Almirante Jaceguay. In. _____. *A abolição e a república*. Organizado e Apresentado por Manuel Correia de Andrade. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 1999, p. 75-92.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora UnB, 2004.
- NIEZTSCHKE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Da

- utilidade e da desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Joaquim Nabuco e “O abolicionismo”. In. MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, vol. 2, 2001, p. 167-190.
- NUNES, José Horta. Constituição do cidadão brasileiro: discursividade da moral em relatos de viajantes e missionários. In. GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni P. (orgs.) *Língua e cidadania*. O português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 19-30.
- OLIEVENSTEIN, Claude. *O nascimento da velhice*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Façamos a família à nossa imagem*. A construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). Tese. Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, 2002.
- ONFRAY, Michel. *A arte de ter prazer*. Por um materialismo hedonista. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ONFRAY, Michel. *A arte de ter prazer*. Por um materialismo hedonista. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ORLANDI, Eni P. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ORLANDI, Eni P. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Histórias dentro da história: leituras cruzadas de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos. In. DE DECCA, Edgar Salvadori & LEMAIRE, Rita. (orgs.) *Pelas margens*. Outros caminhos da história e da literatura. Campinas, Porto Alegre: Ed. Da Unicamp, Ed. Da Universidade – UFRGS, 2000, p. 237-250.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.
- PROST, Antoine. As palavras. In. RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 295-330.

- RABELLO, Sylvio. *Cana de açúcar e região*. Aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos. Recife, PE: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais – MEC, 1969.
- RABELLO, Sylvio. *Tempo ao tempo*. Memórias e depoimentos. Brasília: MEC, INL; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história*. Um ensaio de poética do saber. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- REGO, José Lins do. *Meus verdes anos*. (Memórias) Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.
- REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- RESENDE, Selmo Haroldo de. Abordagens biográficas e Foucault. Nêho-história número I, Novembro 1999, p. 59-70.
- REZENDE, Antonio Paulo. (Des) *Encantos modernos*. Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife, PE: FUNDARPE, 1997.
- REZENDE, Antonio Paulo. *Cidade e modernidade*. Registros históricos do amor e da solidão no Recife dos anos 1930. Recife, PE, 2006. Dat.
- REZENDE, Antonio Paulo. Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta. In: GOMES, Angela de Castro. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 77-91.
- RIBEIRO, Hortensio de Souza. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1979.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras*. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2003.
- SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão*. Médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2006.
- SÁ, Lenilde Duarte de. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios*. O Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918. (Tese) Ribeirão Preto, SP: USP; Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem, 1999.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- SAID, Edward W. *Orientalismo*. O oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. (org.) *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem*. ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- SANTOS, Nádia Maria Weber. *Histórias de sensibilidades*. Espaços e narrativas da loucura em três tempos (Brasil, 1905 / 1920 / 1937). Tese de Doutorado. Florianópolis, SC: UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2005.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHWARCZ, Lília M. & GOMES, Nilma Lino. (orgs.) *Antropologia e História – debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos*. A melancolia européia chega ao Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.) *História, memória, literatura*. O testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Após o “violento abalo”. Notas sobre a arte – relendo Walter Benjamin. In. _____. *O local da diferença*. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005, p. 19-30.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença*. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- SETTE, Mário. *Maxabombas e maracatus*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, s.d.
- SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (2ª ed., rev e ampl.), pp. 22-23.

- SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração" / Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, p.425-438, São Paulo, 2002.
- SILVA, Wilton Carlos Lima da. *As terras inventadas*. Discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- SOARES, Carmen. (org.) *Corpo e história*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- SOUZA, Pedro de. A escrita homoerótica: bordas de um modo de subjetivação. In. MARIANI, Bethania. (org.) *A escrita e os escritos*. Reflexões em análise do discurso e em psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 71-80.
- SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cad. CEDES*, Nov 2000, vol.20, n..52, p.104-121.
- STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- STUCCHI, Deborah. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In. BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org.) *Velhice ou terceira idade?*, p. 35-46.
- SWAIN, Tania Navarro. Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista. In. RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 261-270.
- TEIVE, Hélio A. Ghizoni et al. Charcot e o Brasil. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, São Paulo, v. 59, n. 2A, 2001.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos? Ensaio sobre a imaginação constituinte*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- VIANA, Maria José Motta. *Do sótão à vitrine*. Memórias de mulheres. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- VIANA, Vivina de Assis. Graciliano, principalmente nordestino. In. RAMOS, Graciliano. *Graciliano Ramos – Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1981, p. 03-07.
- VILLACA, Alcides. Imagem de Fabiano. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 60, 2007.
- WHITROW, G. J. *O tempo na história*. Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

Sites

- <http://www.arq.ufsc.br/arq5625/modulo2modernidade/manifestos/manifestoregionalista.htm>.
- <http://www.graciliano.com.br>.
- <http://www.scielo.br>.

Acervos Consultados

- Arquivo Histórico Municipal – Campina Grande.
- Biblioteca Central – Universidade Federal de Campina Grande.
- Biblioteca do Centro de Educação – Universidade Estadual da Paraíba.
- Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco.
- Biblioteca do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães – Universidade Federal de Pernambuco.
- Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em História / CFCH – Universidade Federal de Pernambuco.
- NELL – Núcleo de Estudos Lingüísticos e Literários – Universidade Federal de Campina Grande.
- PIATI – Programa Interdisciplinar de Apoio à Terceira Idade – Universidade Federal de Campina Grande.